



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA  
MESTRADO EM GEOGRAFIA



**MARIA APARECIDA BRITO OLIVEIRA**

**DO SERTÃO SÃO FRANCISCANO AO OESTE NA BAHIA: UMA  
ANÁLISE DA TRAJETÓRIA DE POLÍTICAS DO ESTADO NO  
PROCESSO DE FORMAÇÃO TERRITORIAL (1889-2014).**

Salvador  
2015

**MARIA APARECIDA BRITO OLIVEIRA**

**DO SERTÃO SÃO FRANCISCANO AO OESTE NA BAHIA: UMA  
ANÁLISE DA TRAJETÓRIA DE POLÍTICAS DO ESTADO NO  
PROCESSO DE FORMAÇÃO TERRITORIAL (1889-2014).**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal da Bahia–UFBA, como requisito para obtenção de Título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Angelo Martins da Fonseca.

Salvador  
2015

Ficha catalográfica elaborada pela  
Biblioteca do Instituto de Geociências - UFBA

O48 Oliveira, Maria Aparecida Brito  
Do Sertão São Franciscano ao Oeste na Bahia: uma análise da trajetória de políticas do Estado no processo de formação territorial (1889-2014) / Maria Aparecida Brito Oliveira.- Salvador, 2015.  
262 f. : il. Color.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Angelo Marrtins da Fonseca

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia. Instituto de Geociências, 2015.

1. Geografia política - Oeste, Região de (BA). 2. Estado. 3. Oeste, Região de (BA) - política e governo. I. Fonseca, Antonio Angelo Martins. II. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Geociências. III. Título.

CDU: 911.3:32(813.8)

TERMO DE APROVAÇÃO

DO SERTÃO SÃO FRANCISCANO AO OESTE NA BAHIA: UMA ANÁLISE DA  
TRAJETÓRIA DE POLÍTICAS DO ESTADO NO PROCESSO DE FORMAÇÃO  
TERRITORIAL (1889-2014).

**MARIA APARECIDA BRITO OLIVEIRA**

BANCA EXAMINADORA



**Dr. Antonio Angelo Martins da Fonseca**  
Doutor em Geografia  
Departamento de Geografia, UFBA, Brasil.



**Dr. Agrigino Souza Coelho Neto**  
Doutor em Geografia  
Departamento de Educação, UNEB, Brasil.



**Dr. Marcos Leandro Mondardo**  
Doutor em Geografia  
Departamento de Ciências Humanas, UFGD, Brasil.

Aprovada em Sessão Pública de 14/04/2015.

*Dedico aos meus avós  
que foram a semente de  
tudo!*

## AGRADECIMENTOS

Ao Deus Pai toda honra e toda glória!

Toda caminhada é sempre um momento de partilha, por isso gostaria de agradecer à todos que fizeram deste percurso um caminhar mais suave. Ao Deus todo poderoso o meu eterno amor e agradecimento, por permitir diariamente a força e a determinação para lutar pelos meus sonhos.

Aos meus pais, Valmir (Val) e Madalena (Madá), vocês são minha fortaleza e o meu sentido de viver. Agradeço por sempre incentivarem a seguir em frente quando os desafios da vida as vezes não me encorajava. À vocês eternamente o meu amor!

Aos meus irmãos Vagna e Vaguinho por entenderem minhas ausências e fazerem acreditar que os nossos objetivos são exemplos de vida para os que amamos. É por sentir o amor de vocês que consigo ir mais longe.

À família que me acolheu como filha e em especial por acreditar que um sonho se constrói com “várias mãos”. À dona Eliana e senhor Eguilson que torceram por esse momento e à Davi por ter vivenciado às angustias e preocupações diárias.

Ao meu amado Pedro que sempre me encorajou a seguir e por transformar os “meus” sonhos em “nossos”. Suas palavras de incentivo, a paciência e o companheirismo crescem a cada dia. Obrigada por dividir mais esta *nossa* conquista, por entender as minhas faltas, por dividir as dúvidas, multiplicar as conquistas e por simplesmente me fazer sorrir. Te amo!

Aos amigos da Pós Graduação em Geografia, aos professores, aos funcionários e todos que de certo modo vivenciaram esta trajetória formativa. Agradeço também à CAPES pelo auxílio de bolsa concedido que foi indispensável para realização desta pesquisa.

À equipe dos órgãos de governo visitados, aos entrevistados, às prefeituras, às pessoas envolvidas direta ou indiretamente no trabalho, principalmente a equipe da biblioteca da SEI que sempre me recebeu carinhosamente.

Aos colegas do grupo LESTE-DIT, pelo contato diário, pelas reuniões de pesquisa, pelos sorrisos e aprendizado: Lorena, Leo, Lara, Cleo, Josi, vocês são especiais.

À turma mais amada, unida e animada do mestrado, sem vocês a caminhada não faria sentido. À todos os colegas da turma 2013, especialmente à Leo, Flora, Matteo e Aline do doutorado e aos colegas de mestrado: Laerte, Henrique, Marcel, Sérgio, Thalita, Paty, Romilda, Taise e minha querida Ritinha. Vocês que arrancaram sorrisos, dividiram angústias, compartilharam experiências eu agradeço de coração. Não poderia deixar de falar também dos momentos de descontração, das reflexões fora da academia e das diversas conversas para além da geografia, principalmente quando o assunto era

simplesmente SER FELIZ! Cada um a sua maneira ficará eternamente nas minhas lembranças, afinal vocês não foram apenas os colegas do mestrado, mas os NOVOS-AMIGOS-ETERNOS que construí na vida. Obrigada ao grupinho do GeoUFBA.

À amiga Adriana, que sempre esteve firme na luta. Dividir a caminhada foi tão prazeroso quanto o aprendizado mútuo. Agradeço pelas horas de conversas, pelas longas ligações telefônicas, pelos conselhos sempre bem vindos. Obrigada por dividir os sorrisos, as dúvidas, as ansiedades, os problemas e em particular por acrescentar o carinho necessário para esta trajetória decisiva em nossas vidas.

À banca examinadora formada pelos professores Marcos Leandro Mondardo e Agripino Souza Coelho Neto pelas valiosas contribuições ao longo da pesquisa. Ao professor Agripino, em especial, por ter acompanhado desde o início a minha formação acadêmica e está ao lado sempre nos momentos importantes. Agradeço por acreditar que posso ir além.

E de maneira especial, meu imenso agradecimento ao orientador e amigo Antonio Angelo Martins da Fonseca, pela acolhida inicial, por acreditar no trabalho e acompanhar o meu crescimento. Obrigada por ter se tornado além de um exemplo de Mestre, um espelho de ser humano. Minha admiração cresce a cada dia. Agradeço por todo esforço dedicado, pelos momentos de alegria e direcionamento e por todas as conquistas que ainda estão por vir.

Aos familiares e amigos, que de perto ou de longe torceram por este sonho, o meu afeto. Meus sinceros agradecimentos a todos que tornaram a caminhada mais segura, mais interessante e com maior sabor de vitória. Mais um ciclo se completa para que muitos outros se iniciem.

Por tudo que foi vivenciado, por todas as experiências posso dizer com convicção: valeu à pena!!!!

*“Tudo tem o seu tempo determinado e há tempo para todo o propósito  
debaixo do céu”.*

(Eclesiastes 3:1)



## RESUMO

A formação territorial do Oeste Baiano apresenta diversos elementos que conferem particularidades a esta porção do território do estado da Bahia e que revelam características importantes para o entendimento da sua atual configuração. Compreendendo os trinta e cinco municípios localizados à margem esquerda do Rio São Francisco, este território tornou-se uma das áreas com maior crescimento econômico, alcançado especialmente nas últimas quatro décadas. As questões econômicas incentivadas, em grande parte, pelas políticas territoriais do Estado se expressaram de modo diferenciado em períodos distintos da formação territorial, indicando que a atuação, em termo de políticas, não ocorreu de modo uniforme no recorte. Da ocupação do território até a década de 1950, as políticas territoriais não se concretizaram nos municípios do oeste, levando-se a construir uma idéia de esquecimento/isolamento do Estado em relação à porção mais ocidental baiana. A partir da fase desenvolvimentista no país, iniciou-se um período de maior visibilidade do território, em que poucas ações foram direcionadas. Estas se intensificaram no final da década de 1970, em virtude dos incentivos federais à inserção dos cerrados como promessa econômica nacional. Nesse contexto, ocorreu um intenso movimento de políticas territoriais (ações, programas, obras), tanto na escala federal quanto estadual, destinados a cumprir um novo papel no oeste baiano. Contudo, as ações ocorreram de maneira concentrada em poucos municípios, deixando à margem grande parte deste território. Nesse sentido, a trajetória de políticas territoriais no oeste baiano apresentou-se de modo concentrado e seletivo, no tempo (últimas décadas) e no espaço (poucos municípios), apresentando contradições inerentes ao papel desempenhado pelo Estado e o conteúdo dessas políticas destinadas ao recorte territorial. A metodologia utilizada no trabalho concentrou esforços no levantamento de dados referentes às ações destinadas aos municípios, tanto na escala federal quanto estadual e neste sentido, os relatórios de governos, os dados primários e secundários, dados quantitativos (econômicos e sociais), matérias jornalísticas, mapas históricos e demais documentos foram fundamentais para traçar a trajetória das ações implementadas na periodização estabelecida entre os anos de 1889 e 2014. Para cumprir estes requisitos, buscou-se realizar além do levantamento de informações em órgãos oficiais do governo, em bibliotecas e bancos de dados físicos e eletrônicos, realizou-se uma pesquisa de campo com objetivos de observar a realidade estudada e coletar informações sobre a trajetória de formação territorial do oeste. Se é possível ainda afirmar a existência de um isolamento do Estado no tocante as políticas este pode ser evidenciado em dois momentos: um isolamento primário e pensado - quando o Estado não agiu e não demonstrou interesse no território - e um isolamento secundário quando o Estado inseriu algumas áreas e acabou por marginalizar ainda mais outros pontos do oeste baiano. A indicação que se propõe é que este cenário somente poderá ser transformado se uma multiplicidade de sujeitos estiverem inseridos no planejamento e organização das políticas territoriais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Formação Territorial; Estado, Políticas Territoriais; Oeste Baiano.

## ABSTRACT

The territorial formation of western Bahia shows several elements that grant some particularities to this portion of this state territory, in the same time that it reveals important features that help to understand its current configuration. This territory is composed by thirty-five cities located in the left side of the San Francisco River and it is currently one of the areas with higher economic growth, especially reached through the last four decades. Economic issues largely encouraged by the territorial policies of the State are expressed in different ways in different periods of territorial formation, indicating that the political performance did not occur uniformly in this territory. During the occupation of the West of Bahia until the 50s, the territorial policies have not been performed in the western cities, leading the idea of political negligence from the government regarding the most occidental part of this territory. From the developmental phase of the country, a period of increased visibility of the territory began, when a few actions were directed to improve the situation. These actions intensified in the late 70s, due to federal incentives for insertion of the Brazilian cerrado as a national economic promise. In this context, there was an intense political movement in this particular region (actions, programs, works), both in federal and national level, intended to fulfill a new role in western Bahia. However, the actions were concentrated in a few cities, disregarding much of this territory. Thus, the trajectory of territorial policies in western Bahia presents a selectively and concentrated way, in time (last decades) and space (a few cities), with contradictions in the role of the State and the content of policies for the western Bahia along its territorial formation. The implanted methodology focused its efforts on data collection regarding the actions designed to the city government both in federal and state level and in this sense, government reports, primary and secondary data, quantitative data (economic and social), newspaper articles, historical maps and other documents were instrumental to trace the trajectory of the actions implemented in the timeline established between the years 1889 and 2014. To comply with these requisites, we sought to accomplish beyond the information collection in official government agencies, libraries and physical databases and electronics, a field research with objective to observe the reality studied and collect information about the trajectory of territorial formation of the west. If it is also possible to affirm the existence an isolation from the State regarding this policies, it can be evidenced in two stages: a primary and thought isolation - when the State did not act and showed no interest in the territory - and a secondary isolation when the state entered some areas and eventually further marginalize other parts of western Bahia. The indication is that this scenario can be changed only if a multiplicity of subjects is inserted in the planning and organization of the territorial policies.

**KEYWORDS:** Territorial Formation; State; Territorial policies; West of Bahia.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>ADAB</b>	Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia
<b>ANAC</b>	Agência Nacional de Aviação Civil
<b>ANEEL</b>	Agência Nacional de Energia Elétrica
<b>BACEN</b>	Banco Central do Brasil
<b>BANEB</b>	Banco do Estado da Bahia
<b>BEC</b>	Batalhão de Engenharia e Construção
<b>CAI</b>	Complexo Agroindustrial
<b>CAR</b>	Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional
<b>CEPAL</b>	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
<b>CERB</b>	Companhia de Engenharia Ambiental e de Recursos Hídricos da Bahia
<b>CESB</b>	Centro de Ensino Superior de Barreiras
<b>CETEB</b>	Centro de Educação Técnica da Bahia
<b>CHESF</b>	Companhia Hidro Elétrica do São Francisco
<b>CIA</b>	Centro Industrial de Aratu
<b>CIRETRANS</b>	Circunscrições Regionais de Trânsito
<b>COACERAL</b>	Cooperativa Agrícola dos Cerrados do Brasil Central Ltda
<b>CODEVASF</b>	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
<b>COPERGEL</b>	Cooperativa dos Produtores de Grãos dos Gerais Ltda
<b>COTIA</b>	Cooperativa Agrícola de Cotia
<b>CPE</b>	Comissão de Planejamento Econômico
<b>CVSF</b>	Comissão do Vale do São Francisco
<b>DCH</b>	Departamento de Ciências Humanas
<b>DERBA</b>	Departamento de Infraestrutura de Transporte da Bahia
<b>DESENBÁHIA</b>	Agência de Fomento do Estado da Bahia
<b>DESENBANCO</b>	Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia
<b>DETRAN</b>	Departamento Estadual de Trânsito da Bahia
<b>DIREC</b>	Diretoria Regional de Educação
<b>DIRES</b>	Diretoria Regional de Saúde
<b>DNOCS</b>	Departamento Nacional de Obras Contrás as Secas
<b>EBDA</b>	Empresa Baiana de Desenvolvimento
<b>EMBRAPA</b>	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

<b>FES</b>	Formação Econômico e Social
<b>FIOL</b>	Ferrovia Oeste – Leste
<b>FUNDAGRO</b>	Fundo de Desenvolvimento Agroindustrial
<b>IDHM</b>	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>ICADS</b>	Instituto de Ciências Ambientais e Desenvolvimento Sustentável
<b>INEP</b>	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
<b>INSS</b>	Instituto Nacional do Seguro Social
<b>LEM</b>	Luís Eduardo Magalhães
<b>MI</b>	Ministério da Integração
<b>MIT</b>	Ministério dos Transportes
<b>MTE</b>	Ministério do Trabalho e Emprego
<b>MUNIC</b>	Pesquisa de Informações Básicas Municipais
<b>OPENO</b>	Operação Nordeste
<b>PIB</b>	Produto Interno Bruto
<b>PND</b>	Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
<b>POLOAMAZÔNIA</b>	Programa de Pólos Agrominerais e Agroindustriais da Amazônia
<b>POLOCENTRO</b>	Programa de Desenvolvimento dos Cerrados
<b>POLONORDESTE</b>	Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste
<b>PRODECER</b>	Programa de Cooperação Nipo-Brasileira de Desenvolvimento do Cerrado
<b>PRO-OESTE</b>	Programa de Desenvolvimento do Oeste Baiano
<b>REGIC</b>	Regiões de Influência das Cidades
<b>SEI</b>	Superintendência de Estudos Sociais e Econômicos
<b>SEINFRA</b>	Secretaria de Infraestrutura do Estado da Bahia
<b>SEPLANTEC</b>	Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia
<b>SUDENE</b>	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
<b>TRT</b>	Tribunal Regional do Trabalho
<b>UDN</b>	União Democrática Nacional
<b>UFBA</b>	Universidade Federal da Bahia
<b>UFOB</b>	Universidade Federal do Oeste da Bahia
<b>UNEB</b>	Universidade do Estado da Bahia

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b>	– Municípios investigados na pesquisa - Oeste Baiano 2014.....	20
<b>Figura 2</b>	– Rotas de expansão “baiana” e “pernambucana” pelos sertões nordestinos nos séculos XVI e XVIII.....	45
<b>Figura 3</b>	– Cópia de uma carta de doação de sesmaria datada de 30 de Janeiro de 1749.....	53
<b>Figura 4</b>	– Contorno provável da Província de Pernambuco - Século XIX...	55
<b>Figura 5</b>	– Limites territoriais propostos para o Estado do Rio São Francisco – 2014.....	66
<b>Figura 6</b>	– Matéria jornalística sobre o movimento de criação do Estado do Rio São Francisco - Fevereiro/2011.....	69
<b>Figura 7</b>	– Matéria jornalística sobre o movimento de criação do Estado do Rio São Francisco - Julho/2011.....	70
<b>Figura 8</b>	– Matéria da internet sobre a divisão territorial da Bahia - maio/2011.....	70
<b>Figura 9</b>	– Pretensões emancipacionistas do oeste da Bahia no período imperial e republicano.....	77
<b>Figura 10</b>	– Rede Viária da Bahia – 1930.....	104
<b>Figura 11</b>	– Vapor Conselheiro Dantas que recebeu o nome em homenagem ao presidente da Província da Bahia – 1866.....	105
<b>Figura 12</b>	– Embarcações à vela do início do século XX no Rio Grande-Barreiras-BA.....	107
<b>Figura 13</b>	– Embarcações à vapor (gaiolas) do início do século XX no Rio Grande – Barreiras-BA.....	107
<b>Figura 14</b>	– Traçado das rodovias federais no Além São Francisco - Década de 1970.....	136
<b>Figura 15</b>	– Áreas com vegetação de cerrado na Bahia.....	143
<b>Figura 16</b>	– Municípios do Oeste da Bahia que receberam políticas territoriais entre 1956-1979.....	150
<b>Figura 17</b>	– Usinas termelétricas, hidrelétricas e eólicas em municípios do Oeste na Bahia – 2014.....	175
<b>Figura 18</b>	– Localização e intensidade das barragens, represas e açudes construídos na década em municípios do Oeste na Bahia – 1980-2014.....	186
<b>Figura 19</b>	– Localização e intensidade de aeródromos públicos e privados em municípios do Oeste na Bahia X PIB municipal – 2014.....	196
<b>Figura 20</b>	– Localização de campi/campus de Universidades Federais e Estaduais em municípios do Oeste na Bahia – 2014.....	200
<b>Figura 21</b>	– Localização e intensidade dos bancos públicos e privados em municípios do Oeste na Bahia X PIB municipal – 1940 – 2014..	203
<b>Figura 22</b>	– Localização de órgãos do governo federal em municípios do Oeste na Bahia – 2014.....	210

<b>Figura 23</b> – Localização de órgãos do governo estadual em municípios do Oeste na Bahia – 2014.....	211
<b>Figura 24</b> – Intensidade de políticas territoriais em municípios do Oeste na Bahia – 1950-2014.....	215
<b>Figura 25-</b> Intensidade de políticas territoriais em municípios do oeste na Bahia X IDHM - 1950-2014.....	218
<b>Figura 26</b> – Esgoto doméstico correndo a céu aberto nas ruas do município de São Desidério - BA.....	220
<b>Figura 27</b> – Propaganda publicitária em jornal de circulação local do Oeste na Bahia-2011.....	220
<b>Figura 28</b> – Área preparada para produção de grãos em LEM – 2014.....	222
<b>Figura 29</b> – Divulgação da <i>Bahia Farm Show</i> 2014.....	222
<b>Figura 30</b> – Estabelecimentos comerciais em Barreiras - 2014.....	223
<b>Figura 31</b> – Estabelecimentos comerciais em Barreiras - 2014.....	223
<b>Figura 32</b> – Estabelecimentos comerciais em Barreiras - 2014.....	223
<b>Figura 33</b> – Estabelecimentos comerciais em Barreiras - 2014.....	223
<b>Figura 34</b> – Estabelecimentos comerciais em Barreiras - 2014.....	223
<b>Figura 35</b> – Estabelecimentos comerciais em Barreiras - 2014.....	223
<b>Figura 36</b> – Estabelecimentos comerciais em Barreiras - 2014.....	224
<b>Figura 37</b> – Estabelecimentos comerciais em Barreiras - 2014.....	224
<b>Figura 38</b> – Formação Territorial do oeste baiano1889 - 2014.....	228

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b>	– Quantidade de exportação de açúcar e cacau (t) na Bahia – 1899-1923.....	99
<b>Gráfico 2</b>	– Quantidade de exportação de cacau (t) no Brasil e na Bahia – 1899-1923.....	99
<b>Gráfico 3</b>	– Quantidade de barragens, açudes e represas destinadas aos municípios do Oeste baiano por década.....	184
<b>Gráfico 4</b>	– Quantidade de barragens, açudes e represas por municípios – 1980-2014.....	185
<b>Gráfico 5</b>	– Quantidade de aeródromos em municípios do Oeste da Bahia – 2014.....	194
<b>Gráfico 6</b>	– Quantidade de aeródromos privados em municípios do Oeste da Bahia – 2014.....	195
<b>Gráfico 7</b>	– Quantidades diferentes de políticas territoriais direcionadas aos municípios do Oeste na Bahia entre 1950-2014.....	212
<b>Gráfico 8</b>	– Volume de políticas territoriais que foram direcionadas a municípios do Oeste na Bahia – 1980-2014.....	213
<b>Gráfico 9</b>	– Porcentagem de políticas que os municípios do Oeste na Bahia receberam entre 1950 – 2014.....	216
<b>Gráfico 10-</b>	Porcentual da soma dos PIB's (em milhões) dos municípios do Oeste na Bahia – 2012.....	217

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b>	Bancos públicos existentes no Além São Francisco -1889 - 1955.....	117
<b>Quadro 2</b>	Políticas Territoriais e iniciativas privadas voltadas para o Além São Francisco - Séculos XIX e XX.....	118
<b>Quadro 3</b>	Quadro-síntese das principais políticas territoriais adotadas na pesquisa.....	133
<b>Quadro 4</b>	Políticas territoriais no Além São Francisco-Perímetros Irrigados de São Desidério/Barreiras Sul e Formosinho - 1978	138
<b>Quadro 5</b>	Bancos públicos existentes no Oeste da Bahia – 1956-1979...	146
<b>Quadro 6</b>	Síntese das Políticas Territoriais voltadas para o Oeste da Bahia – 1956-1979.....	149
<b>Quadro 7</b>	Política de Desenvolvimento Urbano e Regional da Bahia – 1979-1983.....	160
<b>Quadro 8</b>	Políticas Territoriais no Oeste na Bahia - Usinas termelétricas, hidrelétricas ou eólicas em operação nos municípios – 2014.....	174
<b>Quadro 9</b>	Políticas territoriais no Oeste na Bahia - Distritos de Irrigação Nupeba/ Riacho Grande e Barreiras Norte.....	176
<b>Quadro 10</b>	Políticas Territoriais no Oeste na Bahia - Barragens, represas e açudes construídos na década de 1980.....	178
<b>Quadro 11</b>	Políticas Territoriais no Oeste na Bahia- Barragens, represas e açudes construídos na década de 1990.....	179
<b>Quadro 12</b>	Políticas Territoriais no Oeste na Bahia- Barragens, represas e açudes construídos na década de 2000.....	181
<b>Quadro 13</b>	Políticas Territoriais no Oeste na Bahia - Barragens, represas e açudes construídos sem data de implantação.....	182
<b>Quadro 14</b>	Políticas Territoriais no Oeste na Bahia - Ano de implantação da camada original, municípios de origem e de destino das Rodovias estaduais e federais.....	189
<b>Quadro 15</b>	Políticas Territoriais no Oeste na Bahia - Rodovias federais e estaduais que cortam os municípios.....	192
<b>Quadro 16</b>	Municípios do Oeste na Bahia que dispõem de aeródromos públicos e privados - 2014.....	193
<b>Quadro 17</b>	Cursos de ensino superior em universidades públicas nos municípios do Oeste na Bahia – 2014.....	198
<b>Quadro 18</b>	Bancos públicos instalados em municípios do Oeste na Bahia – 1980-2014.....	201
<b>Quadro 19</b>	Presença de órgãos do governo federal em municípios do Oeste na Bahia – 2014.....	205
<b>Quadro 20</b>	Presença de órgãos do governo estadual em municípios do Oeste na Bahia – 2014.....	208



## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> – Extensão da Rede Ferroviária em Tráfego (Km) no Brasil.....	109
<b>Tabela 2</b> – Evolução das áreas irrigadas no Brasil, no Nordeste e no Vale do São Francisco (mil ha).....	139

## SUMÁRIO

### LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

### LISTA DE FIGURAS

### LISTA DE GRÁFICOS

### LISTA DE QUADROS

### LISTA DE TABELAS

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>19</b>
<b>2. A FORMAÇÃO TERRITORIAL E AS DINÂMICAS EMANCIPACIONISTAS DO OESTE BAIANO.....</b>	<b>31</b>
2.1 O Conceito de território e a formação territorial.....	32
2.2 A ocupação do espaço e a formação territorial brasileira na perspectiva histórico/geográfica.....	41
2.3 O papel das elites regionais e os movimentos autonomistas de separação do território no período Imperial.....	52
2.4 Manifestações emancipacionistas na segunda metade do período republicano: a proposta de criação do Estado do Rio São Francisco.....	64
<b>3. AS POLÍTICAS TERRITORIAIS NO ALÉM SÃO FRANCISCO (1889 – 1955).....</b>	<b>79</b>
3.1 Estado e Políticas territoriais.....	80
3.2 O Estado e as elites baianas na transição Império-República.....	91
3.3 As políticas territoriais e mudanças no “vazio dos sertões”: dos fundos territoriais ao <i>Além São Francisco</i> .....	100
3.4 Mudanças no Além São Francisco: viabilização de ações pelo Estado centralizador e “modernizador”.....	114
<b>4 POLÍTICAS TERRITORIAIS NO OESTE DA BAHIA (1956- 1979).....</b>	<b>120</b>
4.1 A concepção das políticas territoriais e o projeto desenvolvimentista.....	121
4.2 A posição da Bahia e o planejamento estadual a partir da segunda metade do século XX.....	126
4.3 Expansão das políticas territoriais pelos cerrados: o reconhecimento do <i>Oeste da Bahia</i> como possibilidade no cenário regional/nacional.....	131

<b>5</b>	<b>POLÍTICAS TERRITORIAIS NO “NOVO OESTE” (1980-2014).....</b>	<b>152</b>
5.1	Os novos direcionamentos de políticas territoriais e a projeção do cerrado na escala internacional.....	<b>153</b>
5.2	A “nova” ocupação do Oeste: perspectiva de planejamento e de atuação do Estado.....	<b>158</b>
5.3	A transformação do oeste “da” Bahia e do oeste “na” Bahia.....	<b>169</b>
<b>6.</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>229</b>

**REFERÊNCIAS**

**ANEXOS**

## 1. INTRODUÇÃO

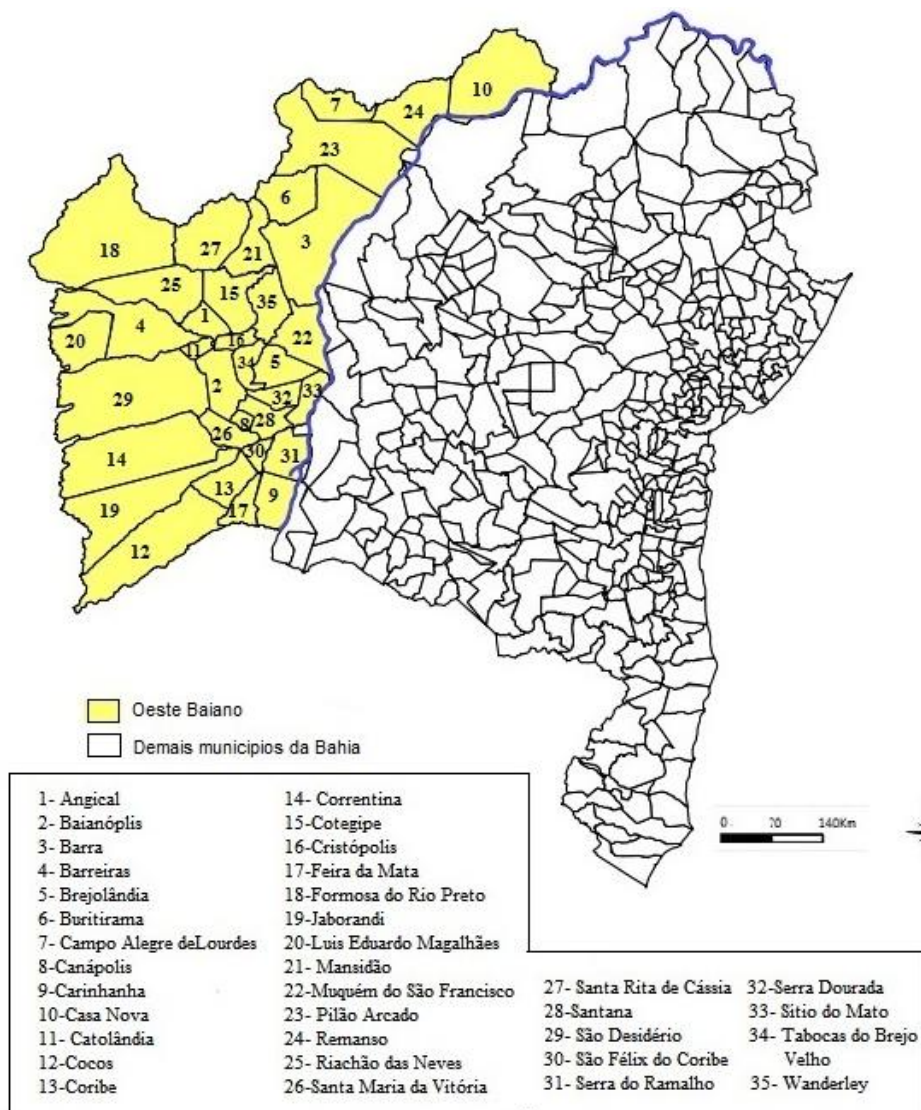
O estudo das Políticas Territoriais configura um importante temário no âmbito da ciência geográfica. Investigar sobre o conteúdo destas políticas, as características e peculiaridades de sua implementação, em cada contexto histórico, permite-nos entender a conformação atual dos territórios. A compreensão desta questão pode se dar por meio do levantamento dos aspectos pretéritos através da análise da formação territorial. Nesse direcionamento, o presente trabalho contribui para a investigação do percurso das políticas territoriais do Estado direcionadas à porção mais ocidental da Bahia, comumente reconhecido como oeste baiano. A trajetória das políticas vai indicar que durante um longo período de formação do território, o oeste da Bahia, localizado à margem esquerda do Rio São Francisco não recebeu um número significativo de ações (projetos, políticas e programas) permanecendo durante um considerável período como um imenso fundo territorial. Esta situação se inverte a partir do momento que o território é inserido na dinâmica da produção agrícola globalizada, experimentada em meados da década de 1980 e intensificado nos anos seguintes.

A incorporação dos cerrados baianos num contexto de modernização agrícola revela tendências de uma concentração espacial de recursos e investimentos que priorizaram uma restrita parcela da população, que é exterior ao oeste (migrantes vindos de todas as partes do país, especialmente do sul e sudeste), mas que encontraram neste recorte as condições favoráveis para reprodução do capital. Esta nova parcela expandiu um modelo econômico diferente nos municípios oestinos o que ratifica a questão de novos interesses de ocupação do território. O papel do Estado, nesta trajetória, se processa de duas maneiras - primeiramente pela ausência de ação em termos de políticas, o que permitiu o enraizamento de uma elite local e a conformação da idéia de “abandono”. Num segundo momento se caracteriza pela massiva atuação deste agente no direcionamento de ações para municípios específicos, além de permitir e incentivar a atuação dos agentes privados. Numa visão dialética esta ausência se apresenta como parte da própria estrutura de planejamento do Estado que não agindo priorizou outros espaços em seu conjunto de ações, fazendo considerar que mesmo pela ausência, a postura reflete um tipo de

política territorial conforme defesa de Sánchez (1992). Para o autor uma *não ação* também pode figurar um tipo de política territorial, tendo em vista que os impactos não previsíveis pela sua ausência também repercutem no território. Essa *não ação* se justifica ainda porque o território compreendido apresentou-se ao longo da sua formação como uma reserva de espaço para futuras explorações e que na perspectiva de Moraes (2005; 2011a) seria considerado um imenso fundo territorial.

Para localizar geograficamente o recorte da pesquisa apresenta-se a Figura 1. O território pesquisado compreende os 35 municípios localizados à margem esquerda são franciscana.

**Figura 1- Municípios investigados na pesquisa- Oeste Baiano 2014.**



Fonte: SEI (2000)

Elaboração: Maria Aparecida Brito Oliveira

Faz mister considerar que este recorte de municípios denominado de oeste baiano ou oeste da Bahia não é uma divisão oficial do ponto de vista documental ou institucional do governo, mas abrange a totalidade das unidades política/administrativas (municípios) da margem ocidental do Rio São Francisco. Não se deve confundir o oeste baiano aqui trabalhado com a Região Econômica Oeste ou o Território de Identidade Oeste, divisões administrativas oficiais do estado da Bahia. Além disso, o oeste não é simplesmente a porção oposta ao leste, mas guarda consigo traços históricos, culturais, políticos e econômicos que são diferentes do restante do território baiano. A posição geográfica é um dos requisitos, mas não somente ela, o conjunto de fatores materiais e imateriais, a construção histórica e formação de um recorte territorial que até pouco tempo não estava inserido economicamente no estado, apesar deste território já fazer parte da Bahia desde 1827, devido anexação por decreto imperial.

O recorte espacial é geográfico por excelência, em suas diversas dimensões e a escolha por esta delimitação surgiu, a princípio, através da discussão sobre a ausência de políticas territoriais na porção ocidental do estado, conformado pelos municípios de toda a margem esquerda do Rio São Francisco. Historicamente esta área mobiliza um movimento que busca se separar da Bahia desde a emancipação da então província pernambucana e da conformação da Comarca do São Francisco (1820). Este território é no nosso entendimento homogêneo pelas suas proximidades histórico-geográficas e heterogêneo pelas suas especificidades materiais e imateriais. É ao mesmo tempo o oeste do cerrado, dos gerais, do vale, da caatinga, bem como o território dos ribeirinhos, dos catingueiros e vaqueiros. Do mesmo modo é atualmente o território do agronegócio, da agricultura científica e dos migrantes da soja.

Essas características não escondem as contradições de um processo de formação que foi se caracterizando a cada período e construiu a materialidade territorial e as relações com os sujeitos. Além dos traços mais históricos este recorte conforma atualmente o conjunto de municípios em vista da divisão de uma nova unidade federativa, que apesar da inserção de novos elementos, compactua os traços históricos de tentativas de separação territorial desde o Império e que pode ser reconhecida mais recentemente com a motivação pela

criação do Estado do Rio de São Francisco. Nesse sentido, a interpretação deste trabalho não o considera apenas uma referência geográfica ou locacional, mas leva-se em conta os aspectos históricos, sociais e políticos deste território e de toda a sua formação territorial.

Ao longo do trabalho este oeste será denominado de modo diferente fazendo-se referência ao mesmo recorte territorial. Neste sentido para que a leitura do texto não ficasse exaustiva utilizamos as expressões: *margem esquerda são franciscana, porção ocidental da Bahia, oeste baiano, margem esquerda do Rio São Francisco, recorte territorial, oeste, porção oeste* visando localizar a delimitação que compreende os 35 municípios considerados na pesquisa. Metodologicamente e relacionado às periodizações realizadas neste trabalho, o território também fora denominado num primeiro momento de *fundos territoriais* ou *sertões, Além São Francisco, Oeste da Bahia e Oeste na Bahia*. Cada definição desta guarda entre si características que julgamos específicas em diferentes momentos históricos e que perfazem a caracterização do recorte no processo de formação territorial. Estas características serão trabalhadas ao longo do texto, sendo que as denominações atribuídas especificam cada capítulo do trabalho. Importante sinalizar que algumas destas denominações já foram utilizadas por outros autores a exemplo de Freitas (1999a; 1999b), Brandão (2009; 2010), Haesbaert (2008) e em diversos documentos governamentais. Contudo, em virtude das análises das políticas territoriais direcionadas em cada contexto específico, optou-se por caracterizar de modo distinto o recorte em análise, o que não elimina a existência de outras denominações e perspectivas de outros autores.

Para dar conta dos objetivos partiu-se da idéia de apropriação do espaço, como processo universal, considerando-se a formação territorial como um processo particular e o território do oeste como uma singularidade. Nesse sentido, a particularidade é vista como um campo de mediação, no qual se buscou identificar espaço-temporalmente, a interação dos elementos, eventos, fenômenos, objetos, sujeitos e ações que puderam atribuir uma singularidade ao oeste. Por este movimento capta-se que a análise geográfica da realidade ou da totalidade se faz neste trânsito entre o universal, o particular e o singular. Sendo a universalidade o modo geral de apropriar-se de um espaço, criando

formas e adquirindo valor na formação das singularidades próprias do território, enquanto que a particularização é o movimento mediador, a formação do território e o entendimento do processo que este se constitui. O verdadeiro trânsito entre o abstrato e o concreto sendo mediado pelo movimento de particularização.

Diante disso, a principal questão levantada nesta pesquisa foi se *houve de fato a inexistência de políticas territoriais do Estado capaz de integrar o recorte no contexto territorial do estado da Bahia e justificar o discurso de abandono/esquecimento do oeste baiano?* A partir dessa, partiram algumas questões secundárias: *Quais políticas territoriais foram direcionadas para o Oeste Baiano? Para quais recortes de municípios foram direcionadas as políticas? Quais os períodos de maior ou menor ação do Estado em termos de políticas territoriais?* Estas indagações culminaram na construção do objetivo geral que buscou *analisar historicamente as políticas territoriais implementadas pelo Estado como fundamento para compreensão do discurso de abandono e esquecimento do oeste baiano.*

Dividiu-se a pesquisa metodologicamente em quatro momentos, no entanto considera-se que não existe separação entre teoria e prática, revisão bibliográfica-conceitual e trabalho de campo, nem mesmo considera-se que essas etapas pudessem ocorrer de forma isolada. Para fins de organização metodológica buscou-se uma pesquisa preliminar de campo, uma revisão teórico-conceitual, o levantamento documental e uma pesquisa de campo conceitual-empírica aliada às entrevistas. A Pesquisa Exploratória visou uma aproximação com a realidade de estudo e com a temática ora proposta. Pretendeu-se delimitar e aperfeiçoar os elementos do projeto com a coleta de materiais, reunião de informações, conversa com sujeitos estratégicos. Cardoso (1986, p.101) sinaliza que “a coleta de material não é apenas um momento de acumulação de informações, mas se combina com a reformulação de hipóteses, com a descoberta de pistas novas que são elaboradas em novas entrevistas” e que para nosso entendimento foram norteadoras para consolidação de novos direcionamentos do trabalho, tendo em vista, que se pretendeu nesta etapa, aperfeiçoar os problemas de pesquisa e estruturar os instrumentos de coleta de dados.



Reconhece-se a importância desta fase por considerar, conforme aponta Gil (2012, p. 27) que as pesquisas exploratórias têm como principal objetivo “desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores” e ainda “são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, do tipo aproximativo, acerca de determinado fato” contribuindo para o desenvolvimento do trabalho de pesquisa. Arelada a coleta de dados, pretendeu-se ainda reunir o maior número de informações possíveis, referentes aos programas, projetos e ações de governo, com consulta em sites oficiais e visita à órgãos públicos.

A segunda etapa foi a Pesquisa Bibliográfica em que pretendeu-se consolidar um levantamento e revisão teórico-conceitual objetivando a construção dos referenciais da proposta de estudo. Com isso buscou-se aprofundar a compreensão dos conceitos-chaves através do levantamento de bibliografia sobre o tema, recorrendo a consulta de livros, teses, dissertações, artigos científicos, relatórios e demais produções disponíveis em bibliotecas, sites de universidades e revistas científicas eletrônicas voltadas para os referenciais conceituais adotados no trabalho.

Uma outra etapa foi a Pesquisa Documental em que buscou-se realizar o levantamento de documentos voltados ao processo de constituição do território e as políticas territoriais voltadas para o oeste. Por meio do levantamento de dados primários e secundários, dados quantitativos (econômicos e sociais), matérias jornalísticas, mapas históricos e demais documentos buscou-se analisar a formação de políticas no oeste. Realizou-se um levantamento de dados em órgãos oficiais do governo como a Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (SEPLAN), Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia (DERBA), Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia (ADAB), Companhia de Engenharia Ambiental e de Recursos Hídricos da Bahia (CERB), Departamento Estadual de Trânsito da Bahia (DETRAN) para evidenciar as políticas territoriais e investimentos de grande impacto direcionadas para o oeste baiano. Além de diversas informações no banco de dados eletrônicos e na biblioteca física da Superintendência de Estudos Sociais e Econômicos (SEI), como informações sobre as *Estatísticas dos Municípios*

*Baianos* e dados sobre as políticas, projetos e programas de governos.

Recorremos ainda à materiais do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia especialmente para tratar da questão mais histórica e de dados mais antigos (econômicos, sociais e políticos) do oeste baiano. Pela ausência de bancos de dados consolidados tornou-se necessário buscar informações nos sítios eletrônicos dos seguintes órgãos de governo: Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) visando levantar informações sobre os aeródromos públicos e privados; Ministério da Integração (MI) e a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF) buscando informações sobre os Projetos Públicos de Irrigação; Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) levantando informações sobre as fontes geradores de energia (hidrelétrica, eólica ou termoelétrica); Banco Central do Brasil (BACEN) tratando de informações sobre as instituições bancárias públicas e privadas. Além disso, recorremos aos dados das Regiões de Influência das Cidades (REGIC 2007) visando delinear a existência de órgãos de gestão do governo federal.

O tratamento de informações sobre cada município também foi obtida no banco de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), especificamente no projeto Redes e Fluxos – Gestão do Território 2013, em que se pode extrair diferentes informações da *Base de dados dos municípios*. Além disso, recorremos à *Pesquisa de Informações Básicas Municipais – (MUNIC)* também no banco de dados do IBGE. As informações foram condensadas na pesquisa, elencando as informações prioritárias que tratavam das políticas de infraestrutura e das políticas de gestão direcionadas ao oeste.

Outra etapa foi a Pesquisa de Campo realizada desde o início da pesquisa, com visitas regulares aos órgãos de governo, além de uma pesquisa em municípios do oeste realizada entre os dias 20 e 25 de maio de 2014. Neste período foram visitadas as secretarias e prefeituras de alguns municípios com o objetivo de recolher materiais específicos sobre a formação territorial. Durante esta fase foram realizadas entrevistas, a maioria de maneira informal, tendo em vista que alguns sujeitos não se dispuseram a prestar grandes esclarecimentos na pesquisa. Mesmo assim buscou de maneira informal coletar com os diversos sujeitos, desde representantes do poder público até mesmos moradores e comerciantes locais, a percepção das políticas territoriais

objetivando compreender como estava constituída a idéia de “abandono e isolamento do oeste”. Do mesmo modo, estas questões foram observadas nas visitas semanais à órgãos do governo da Bahia, em que se pôde notar, especialmente para aqueles técnicos mais antigos que esta idéia de isolamento é muito forte, mesmo para quem não é morador do oeste. Os relatos dos diferentes sujeitos contribuiu para o entendimento da formação histórico-geográfica e das políticas territoriais do oeste baiano. Além disso, muitos funcionários antigos dos órgãos de gestão do estado da Bahia puderam relatar como ocorreu o processo de implantação de políticas territoriais no oeste baiano marcadamente apresentando um acentuado crescimento em meados da década de 1980.

Em consonância com o percurso metodológico apresentado, pretendeu-se concentrar as análises da formação territorial, especialmente a partir de marcos políticos que impactaram no oeste. Para fundamentação dos argumentos envolvendo a formação territorial, buscou-se até certo ponto, usar o enfoque da geografia histórica, sinalizando as espacialidades pretéritas que marcaram a constituição das espacialidades atuais. Nessa abordagem tempo-espacial, a geografia histórica não se limitou a simples narrativa temporal indo além da simples descrição de fatos e acontecimentos. Conforme os indicativos dos estudos de Moraes (2005; 2011a) esta geografia, antes de tudo, é uma geografia da histórica política, de tratamento pretensiosamente dialético que visa à articulação entre espaço e os processos históricos.

Considerou-se, portanto, um estudo da construção material do território e de suas ideologias geográficas, focalizando por meio desta geografia histórica nas “intervenções governamentais no território baiano” (LÊDA, 2010, p. 41). Recorremos neste sentido à periodização da formação histórica do oeste como recurso teórico-metodológico e conceitual, por considerar que a periodização representa uma questão fundamental que articula a dimensão histórica e temporal e “fornece também, a chave para entender as diferenças, de lugar para lugar, no mundo subdesenvolvido” (SANTOS, 2008b, p. 38). A tarefa de periodizar é fruto das escolhas do pesquisador baseando-se nos elementos que se quer evidenciar.

O esforço de periodização (1889 – 2014) aqui trabalhado direciona para os aspectos baseados em marcos espaciais e temporais, para tanto, escolheu-

se recortes que poderiam conformar períodos mais ou menos distintos e possuidores de dinâmicas que se diferenciam a medida que alguns elementos foram introduzidos. Os marcos políticos refletiram no território caracterizando tipos específicos de padrão territorial, conforme definição de cada fase do trabalho.

A Primeira Fase compreende o período de 1889 a 1955, sendo o ano de 1889 um marco político para o Brasil, pois representou o ano da Proclamação da República. Este evento inaugurou um novo regime cujas estruturas jurídicas e administrativas direcionaram-se para o formato federativo e presidencialista. A partir deste contexto pôde-se pensar a Bahia, como uma unidade estabelecida e que possuía, no âmbito institucional, a responsabilidade política sobre o território do oeste. Esse período abarca a República Velha e o Estado Novo, caracterizados por fortes disputas territoriais, políticas e econômicas e pelo enraizamento de fortes discursos regionalistas. Já meados dos anos de 1955 também configura um marco temporal significativo por ser o ano que inaugura o planejamento institucionalizado no estado da Bahia, tendo em vista que até este período não havia condições infraestruturais ou pretensões de ideais políticos em organizar, de maneira esquematizada, uma estrutura de planejamento estatal. Isto, no entanto, não significa que os governos não tivessem objetivos e metas de planejamento em suas pautas, mas a forma como se conduzia, não dispunha de estruturas consolidadas (órgãos, hierarquias ou comissões definidas). Além disso, coincide com a posse do bairense Antonio Balbino ao governo do estado, o que poderia representar a correlação de forças da elite e dos habitantes do oeste baiano. Este fato tenderia à possibilidade de atendimento das demandas locais, rompendo com o dito isolamento do oeste baiano, situação que não se efetivou na prática. Em virtude da pouca quantidade de políticas territoriais neste período, denominou-se o oeste baiano de Além São Francisco, pois apesar de potencial, o território estava muito distante do planejamento e interesse do Estado.

A Segunda Fase (1956-1979) representa o período cujas características se situam na ampliação do meio técnico e infiltração/expansão de modelos capitalistas sobre a base territorial. Esta fase coincide com um maior volume de políticas territoriais a nível federal e estadual em vista da integração nacional, com o discurso de modernização do país - diga-se de passagem, conservadora

e desigual. Pretendeu-se observar neste contexto as propostas governamentais direcionadas pelo Estado, distinguindo este recorte temporal como período em que o oeste representava uma “possibilidade” de investimento para Bahia. Nesta fase o oeste ascende da condição de uma economia restrita ao local para uma escala regional/nacional. Seria a formação intermediária deste território, cujos objetos técnicos e artificializados ganharam significância na lógica de planejamento e das políticas territoriais do Estado. Destaca-se, por exemplo, neste período, a inserção dos cerrados brasileiros na divisão internacional/territorial do trabalho e a construção da nova capital do país (Brasília) - sob a justificativa de integração nacional e desenvolvimento do Brasil, além da criação dos Planos Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (PND). O oeste baiano, por dispor de uma vasta área de cerrados, tendeu a receber um número mais de investimentos neste período, acompanhando o próprio movimento de expansão nacional. Por essas características, denominou-se o recorte de Oeste da Bahia, devido a inserção de algumas ações pontuais e pelo fato de na perspectiva de planejamento, o território apresentar como um recorte potencial de investimentos.

Uma Terceira Fase (1980 - 2014) representa o último período de análise que foi caracterizado pela presença massiva do Estado em seus níveis federais e estaduais e pelo alargamento das ações de planejamento com maior intervenção no território. Foi o momento de *afirmação* do oeste no cenário econômico e de mudanças para a perspectiva da escala nacional/internacional. Esta fase conjuga com o projeto de expansão da fronteira agrícola e explosão da produção/exportação de grãos para o mercado externo. Com base nos estudos sobre esta dinâmica, reconhece-se que a partir deste momento o oeste se distingue pela reprodução/ampliação sem medida do capital agrário, industrial e financeiro que trouxe como consequência imediata o aprofundamento de desigualdades socioterritoriais no recorte territorial. Ao que se pretende sugerir, este momento, reflete novos contornos econômicos e uma opção por políticas territoriais marcadamente direcionadas para porções específicas do território. Nesta fase denominou-se o território de Oeste na Bahia, ou um “novo oeste”, assemelhando-se com a discussão de um “Novo Nordeste”, propostas defendidas por Araújo (2000) e Haesbaert (2008). Em resumo, pelo que fora apresentado a pesquisa está claramente delimitada: a)

No *âmbito espacial*, o recorte é o território do oeste da Bahia, localizado na parte mais ocidental do estado; b) No *âmbito temporal*, a delimitação de período específico vai desde 1889 até 2014.

Cabe destacar alguns pontos relevantes do percurso investigativo. Primeiro há uma visão lacunosa sobre as políticas territoriais e ausência de um debate ampliado no campo teórico e empírico (RUCKERT, 2010). A produção acadêmica apesar de direcionar uma gama de trabalhos sobre esta perspectiva, de certo modo se exime do debate sobre o conceito de políticas territoriais. Somados a este fato está a ausência de uma construção teórica no ambiente governamental, não havendo uma definição precisa do que se conformaria as políticas territoriais na perspectiva dos governos. Além disso, notou-se que tanto para escala estadual quanto federal inexistem bancos de dados agregados que possam condensar estas informações, sendo esta situação ainda mais crítica para a escala estadual. Isto nos levou a um minucioso levantamento de informações desagregadas em diferentes órgãos estaduais e federais a fim de que pudesse extrair as informações sobre as políticas territoriais, as quais foram compiladas para culminância da pesquisa.

A perspectiva deste trabalho tende a considerar que as políticas territoriais representam toda e qualquer ação, especialmente àquelas promovidas pelos poderes centrais, regionais e locais sobre os diversos territórios, de forma a modificar e qualificar o modo de atuação do Estado sobre os diferentes recortes espaciais (SÁNCHEZ 2012; RUCKERT, 2010). Estas políticas se qualificam pela multidimensionalidade e multiescalaridade de ação conforme Fonseca e Silva (2008). Nesse sentido, tanto um programa, um projeto ou uma ação/obra se configura enquanto uma política territorial, desde que possua efeitos diretos na base territorial. Os autores com os quais sustentamos este argumento discutem com propriedade esta questão, especialmente a produção teórica de Sánchez (1992), Costa (2000), Moraes (2005; 2011a) Ruckert (2004, 2010) e os trabalhos mais empíricos de Borges (2012), Silva (2011) e Ferreira (2008). Assim, dada a discussão das políticas territoriais e a falta de um debate mais ampliado, aliadas às informações desarticuladas sobre as políticas territoriais no oeste da Bahia, optamos por escolher abordar as ações que foram resultantes das políticas territoriais. Consideramos estas como opções concretas que nos permite identificar o tipo

de atuação do Estado no território. Dentre estas questões destacaram-se rodovias, obras de grande impacto (barragens, açudes,) aeroportos, presenças de órgãos governamentais entendidos como resultado de uma estratégia de intervenção territorial com objetivos macros.

Dividimos estas políticas em dois blocos: a) Um primeiro voltado às questões de *Infraestrutura e/ou redes técnicas* (Bloco A), considerando a existência de hidrelétricas, barragens, estradas, projetos de irrigação e aeródromos; b) Um segundo perfazendo o conjunto de políticas ligadas à *Redes de Gestão e/ou serviços* (Bloco B) investigando a existência de Universidades (federais e estaduais), bancos públicos, postos dos ministérios (ministérios do trabalho), órgãos do governo (IBGE, INSS); agências e órgãos estaduais (Direc, Dires, Derba, Agerba, Adab, Car, Ebda, Sefaz). Valorizaram-se principalmente as ações que representariam os resultados das políticas territoriais do Estado, considerando que estas ações apresentam-se como importantes exemplos de políticas territoriais por fomentarem impactos territoriais de diferentes dimensões. A ausência ou presença destas políticas poderá desconstruir ou ratificar a idéia de ausência do Estado.

As escalas de atuação das políticas territoriais concentraram-se a nível federal e estadual, não contemplando a escala municipal. Centralizou-se nas ações do Estado, não considerando outros agentes de produção de políticas territoriais, tendo em vista que o ponto de partida fora a ausência de atuação do Estado em termos de implantação de políticas territoriais. Mesmo concentrando no papel deste agente, reconhecemos que este não é o único e que outros sujeitos conformam uma unidade dialética do território. Deste modo, ratificamos que apesar das transformações ocorridas nas últimas décadas, a sua ação ainda se efetiva e se estrutura de maneira forte e territorializada. Há uma multiescalaridade de ações, uma multiplicidade de atores e uma multidimensionalidade de interpretações, mas para opção desta pesquisa, o viés interpretativo buscou investigar a centralidade de atuação do Estado no território do oeste baiano e no seu direcionamento para construção das políticas territoriais.

## 2. A FORMAÇÃO TERRITORIAL E AS DINÂMICAS EMANCIPACIONISTAS DO OESTE BAIANO

Através da análise da formação territorial objetiva-se compreender a historicidade de constituição do território. Os estudos que direcionam nesta perspectiva tendem a enfatizar abordagens versando para *história* articulada à dimensão *geográfica*, sendo a formação territorial o objeto empírico de captação do movimento histórico (MORAES, 2005). Essa se impõe como uma ação particularizadora, numa dialética entre a *universalidade* (processo geral de valorização do espaço) e a *singularidade* (conformação de territórios específicos e qualificados por suas características próprias) – num processo de mediação, entre o abstrato e o concreto. Primordialmente serão apresentados neste capítulo, alguns elementos do conceito de território e da formação territorial. A pretensão não é revisar o conceito desde a sua gênese até o contexto atual, como se tem observado em muitos trabalhos no âmbito da geografia, mas essencialmente trazê-lo para articulação com o conceito de formação territorial.

O esforço de investigação centrado na formação do oeste baiano é ilustrativo quanto à existência de particularidades no processo de constituição deste recorte. Buscar-se-á evidenciar os elementos centrais para sua conformação evidenciando os marcos fundamentais da formação territorial. As características da ocupação se situam na ampliação dos domínios da colônia, com o desenvolvimento da pecuária, margeando o Rio São Francisco, atividade que se consolidou como o fator basilar de ocupação e povoamento, um dos traços marcantes da formação territorial do oeste da Bahia<sup>1</sup>. Atrelados a esta questão, as condições da organização política refletiram a estruturação de uma elite regional que expressou suas preocupações no desenvolvimento dos sertões do Rio São Francisco, galgando mais “controle e autonomia”. Neste cenário emergiram movimentos autonomistas e de disputa pela posse do território, fundamentados no discurso de ausência de políticas territoriais do Estado (colonial, imperial ou republicano) no tocante as questões

---

<sup>1</sup> Cabe destacar que tanto a denominação quanto a configuração do território reconhecido como oeste não existia neste contexto. Este era parte do imenso território colonial que fora se estruturando a partir do século XVI.



administrativas que pudessem conferir uma trajetória de ascensão para economia territorial. No império, esta ausência se dava em virtude do poder centralizado do governo português que demonstrou pouco interesse no recorte em tela, permitindo a articulação das elites locais na construção das propostas autonomistas. Na república, as propostas herdadas do império são retomadas após as rápidas transformações espaciais, especialmente após a inserção do oeste no processo de expansão da fronteira agrícola brasileira e consolidação do agronegócio de grãos. Cabe destacar ainda que, dadas às características peculiares da formação territorial do oeste baiano, o histórico de litígios de terras entre Bahia e Pernambuco acrescenta novas e importantes questões ao debate.

## **2.1 O Conceito de território e a formação territorial**

A variedade de abordagens e autores revela que não existe uma definição única ou dominante na ciência geográfica sobre o conceito de território, mas diferentes perspectivas que melhor se adaptam as análises de cada realidade. A concepção desta pesquisa tende a centralizar-se naquelas que indicam a referência do território com o Estado, tendo em vista que, este se torna o argumento essencial para surgimento desta instituição política da modernidade. Busca-se neste direcionamento evidenciar muito mais os aspectos da formação territorial como maneira de compreender a constituição do território do que propriamente o território em si.

Haesbaert (2006, p. 37) discute a amplitude do conceito, não se restringindo ao campo da geografia e enfatizando o modo como é tratado em diferentes ramos do conhecimento. Para o autor, “enquanto o geógrafo tende a enfatizar a materialidade do território” (p.37), na Ciência Política o ponto de partida são as “relações de poder (na maioria das vezes, ligada à concepção de Estado)” (p. 37). Na Economia há uma maior identificação com a noção de espaço, como fator locacional das atividades produtivas, enquanto que na Antropologia a dimensão simbólica é a que possui prestígio. No campo da Sociologia e da Psicologia as abordagens versam sobre as relações sociais e a

subjetividade, respectivamente. Por sua vez na Etologia a abordagem relaciona-se com o comportamento animal.

O mesmo autor apresenta três vertentes que considera reunir boa parte das noções sobre o conceito: a) *Política*: é a mais conhecida e o território é compreendido como um espaço delimitado e apropriado, sobre o qual se exerce um poder; b) *Cultural*: também entendida como simbólica, em que o território é resultado da apropriação ou valorização imaterial (simbólica) por parte de um grupo de indivíduos; c) *Econômica*: o território é visto basicamente como fonte de recursos. Uma quarta vertente seria a *naturalista*, que não possui tanta expressividade atualmente e estaria vinculada ao “comportamento natural”, a concepção de território no mundo animal e ao equilíbrio entre o ambiente físico e as necessidades humanas (HAESBAERT, 2006, p. 40). Contudo, o próprio autor reconhece a necessidade de ampliar esta discussão para conceituação do território concentrando esforços no binômio materialismo-idealismo que vai incluir as quatro vertentes nas matrizes epistemológicas sinalizadas pelo autor. Deste modo, a perspectiva materialista abarcaria as vertentes naturalista, a de base econômica e a jurídico-política. Enquanto a perspectiva idealista compreenderia a vertente simbólico-cultural (HAESBAERT, 2006).

Cabe reconhecer que o debate sobre território não é algo recente, segundo Saquet (2007) o mesmo já era discutido no século XV, em virtude das especificidades da época, momento de formação/consolidação de Estados Nacionais. O contexto de “descoberta”<sup>2</sup> do Novo Mundo, ratificou o movimento expansionista de países europeus com a constituição de novos territórios que foram colonizados. Neste movimento ocorreu uma inversão da lógica do território, que deixou de ser apenas refúgio, abrigo, para tornar-se riqueza e exploração da classe dominante<sup>3</sup>. A conformação de uma nova configuração política-institucional – fruto do estabelecimento do Estado - vai sugerir um diferente significado de território, agora, estes estariam “justapostos através de fronteiras e relacionados, política e geograficamente, no nível internacional, no

---

<sup>2</sup> A expressão “descoberta” não possui neste contexto nenhum juízo de valor ou carga pejorativa. Buscou-se representar o termo utilizado por Saquet (2007), compreendendo que o próprio autor não o tenha usado de modo a realçar ou envaidecer o processo político e social de colonização europeia.

<sup>3</sup> O mercantilismo e a expansão do modo de produção capitalista acentuam esta questão que vai se estender nos séculos XVII e XVIII. Ver mais detalhes em Saquet (2007).

qual, há uma fluidez e uma complementaridade moderna” (SAQUET, 2007, p.29). Em razão deste contexto histórico, que a geografia irá aproximar-se da discussão específica sobre o território, destacando como percussor, Friedrich Ratzel, inspirando-se na realidade de expansão do Estado alemão.

Saquet (2007) assinala que Ratzel ao discutir esta temática inaugura uma abordagem geopolítica, “entendendo o território como área e recursos naturais (solo, água, clima...)” (p. 30) e centralizando natureza e Estado em sua argumentação. Esta perspectiva naturalista ratzeliana tem por influência os procedimentos das ciências naturais e as idéias do darwinismo muito presentes naquele momento histórico. Em virtude deste posicionamento, uma crítica tecida a Ratzel pela maioria dos estudiosos e especificamente neste caso a posição de Saquet (2007) é que ao relacionar solo e território, homem e sociedade, Ratzel naturaliza o povo e acaba limitando a idéia de território a Estado-Nação ou colocando como sinônimo de ambiente e solo. Além disso, a ligação com a perspectiva burguesa, a posição filosófica e a opção de método talvez tenha sido um entrave para que se pudesse avançar na discussão sobre o conceito naquela circunstância.

Contudo, Castro (2011) utiliza alguns argumentos que visam *resgatar do pecado original da geografia* os fundamentos da política de Ratzel, considerando que o vínculo entre Estado e solo poderia ser compreendido “como território construído por uma sociedade através de sua história; o enraizamento da sociedade e do Estado ao *solo*, que se torna o continente de signos e símbolos socialmente construídos e valorizados como patrimônio” (p. 68) comum de um povo. Por este argumento não se deve minimizar a consideração ratzeliana, mas situá-la justamente neste contexto histórico, político e social, conforme já fora citado. Neste sentido, é possível compreender que em virtude do cenário de consolidação destes Estados nacionais europeus, especificamente o caso da Alemanha, a inspiração da matriz filosófica de Hegel<sup>4</sup> e o evolucionismo de Charles Darwin é que Ratzel pôde elaborar os seus argumentos. A autora ainda afirma,

A geografia política de Ratzel tinha, portanto, como tarefa demonstrar que o Estado é fundamentalmente uma realidade humana que só se completa sobre o solo do país. Em sua perspectiva, os Estados, em

---

<sup>4</sup> Principalmente com a obra *Princípios da Filosofia e do Direito*. Ver mais em Castro (2011).

todos os estágios do seu desenvolvimento, são percebidos como organismos que mantêm com o solo uma relação necessária e que devem, por isso, ser considerados sob o ângulo geográfico (CASTRO, 2011, p. 69).

Nesta direção o território não era apenas “um trunfo”, mas o fundamento da existência do Estado. Segundo a autora uma geografia que desconsidera o papel do Estado e sua relação territorial, é uma ciência incompleta. Isto não significa, contudo, que se pretende priorizar apenas abordagens numa geografia do Estado, ou numa geografia política que considere o território restrito ao Estado, mas compreender nesta análise o fundamento territorial de nascimento e de existência desta instância política. Além disso, a depender dos objetivos a que se pretende chegar pode-se articular estes aspectos em múltiplas escalas, múltiplas dimensões e múltiplos sujeitos conforme produção acadêmica de parte significativa de geógrafos. A autora considera ainda que atualmente a abordagem sobre o território deve ser entendida em duas dimensões, como sendo a base material e a base simbólica da sociedade (CASTRO, 2011), corroborando neste sentido com a proposta de Haesbaert (2006), quando este último contribuiu para o debate sobre o conceito de território formulando a idéia da multidimensionalidade<sup>5</sup>.

Apresentando os pressupostos de Claudio Raffestin (1993) identifica-se que este autor afirma a existência de uma multidimensionalidade na análise do território, considerando que as relações de poder são fundamentais na sua definição e que o espaço e o território não podem ser confundidos.

Espaço e território não são termos equivalentes. [...] É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. **O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível.** Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço [...]. O espaço é a “prisão original”, o território é a prisão que os homens constroem para si. (RAFFESTIN, 1993, p. 143-144, grifos nossos).

Ao tratar de ator sintagmático sugeri que este pode ser qualquer agente de transformação do espaço em território e esta transformação, seria mediada

---

<sup>5</sup> Rogério Haesbaert fez uma vasta abordagem da multidimensionalidade do território na obra “O Mito da Desterritorialização” sistematizando as abordagens em duas matrizes epistemológicas: a materialista e a idealista.

pelas relações de poder<sup>6</sup>. Este espaço transformado não é exclusivamente o território do Estado, mas envolve muitos outros sujeitos e seus territórios específicos. Coelho Neto (2013, p. 47) ratifica que “os argumentos que conclamam a multidimensionalidade nos convocam a pensar na complexidade dos contextos geográficos e históricos” que sempre envolvem e definem certa particularidade.

A multiescalaridade é outro requisito para análise do território, assim como a relação de poder. Coelho Neto (2013) apresenta três elementos basilares para a definição do território sobre o viés da multiescalaridade: a *flexibilidade*, a *descontinuidade* e a *superposição* concebidas através do movimento tempo-espaço conjugados. O autor propõe:

- I. Considerar a noção de flexibilidade para pensar na construção de territórios se contrapõe à ideia de limites fixos e imutáveis e das longas durabilidades das territorialidades.
- II. Trabalhar com a noção de descontinuidade confronta com a clássica concepção de territórios-zona, sustentada no pressuposto da contiguidade espacial, e pressupõe, por exemplo, considerar a ideia de território-rede.
- III. Admitir a perspectiva da superposição de territorialidades refuta a ideia de exclusividade de uso do território, amparado na existência de fronteiras claramente bem demarcadas (COELHO NETO, 2013, p. 28).

Complementa o autor que a questão do poder permeia uma infinidade de acepções do território, contudo, alerta que é preciso considerar que do mesmo modo que existem muitas definições de territórios, também há diferentes acepções de poder, não havendo um consenso à respeito (COELHO NETO, 2013).

Por sua vez a proposta de Robert Sack (2013) direciona-se fundamentalmente para a noção de territorialidade, muito mais do que a discussão de território.

A territorialidade será definida como *a tentativa, por indivíduo ou grupo, de afetar, influenciar, ou controlar pessoas, fenômenos e relações, ao delimitar e assegurar seu controle sobre certa área geográfica*. Essa área geográfica será chamada de território (SACK, 2013, p. 76, grifos do autor).

---

<sup>6</sup> A discussão de poder de Raffestin baseia-se na construção teórica de Michel Foucault.

A territorialidade se constitui como fator primordial para surgimento dos territórios, tendo em vista ser nesta ação que qualquer agente pode utilizar de seu poder para constituir o território. A área que é delimitada para o exercício deste poder é que constitui o território conforme definição apresentada. Mas a noção não se limita ao Estado, indo muito além desta escala, desde o nível pessoal ao nível internacional (HAESBAERT, 2006). Cabe mencionar que a argumentação de Sack (2013) é considerada inovadora porque além de tudo propõe a mobilidade do território considerando que “um lugar pode ser um território em um momento e não o ser em outro” (p. 73) e neste sentido a idéia de algo estático e imóvel é combatida na sua problematização. Refletindo sobre este ponto, Haesbaert (2006) indica que a territorialidade se impõe como uma estratégia que pode ser mobilizada, acionada de acordo com cada contexto histórico e a depender dos interesses de cada grupo social. Por essa razão Saquet (2007) também afirma que “os territórios são socialmente construídos e seus efeitos dependem de quem está controlando e para quais propostas” (p. 84), podendo este possuir uma experiência duradora ou se desfazer em virtude das relações de forças que sobre ele atua. Esta noção também se aplica a territorialidade do Estado que ao utilizar de seus argumentos constrói e define a formação de um território submetido ao seu poder e controle e sendo considerada um tipo específico de territorialidade.

A delimitação de fronteiras e o controle do acesso aos recursos representam outra característica da concepção de territorialidade de Sack. Coelho Neto (2013) faz referência à abordagem do autor que analisa uma região de produção agrícola ou manufatureira, acabado por se tornar território “quando designada pelo governo para receber um investimento público” ou ainda quando “delimitada para ser administrada por um órgão governamental” (p. 26). Desse modo, as fronteiras determinam uma jurisdição e afetam o acesso aos recursos e ao poder.

Moraes (2005) também versando sobre a problemática do território ratifica a necessidade de estudos sobre este conceito, porém enfatiza muito mais a importância de avaliar estas questões a partir da gênese de formação territorial. O autor critica o modo positivista de conceber o território como um fato ou produto e focaliza na necessidade de considerar processos e dinâmicas. Ao buscar entender a construção dos territórios, utiliza à abordagem

histórica como recurso teórico e metodológico. Para Moraes (2005) “o território pode ser entendido como um resultado histórico do relacionamento da sociedade com o espaço” (p. 52) e este movimento “só pode ser desvendado por meio do estudo de sua gênese e desenvolvimento” (p. 52). A consequência disso é a conformação de unidades territoriais resultantes de modos específicos de valorização do espaço ou de particularização de processos históricos que individualizam os lugares, tornando cada porção uma totalidade.

No processo de construção do território – especialmente relacionado ao território do Estado - é possível reconhecer que não se trata de um momento instantâneo, um transcurso rápido, mas tende a ser considerado como um processo cumulativo, distinto em cada momento histórico conforme a interpretação de Moraes (2005, p. 45). A análise pressupõe a existência de um grupo social que se espacializa e qualifica o espaço, tornando ele um território, que só pode ser compreendido em sua totalidade quando se evidencia o processo de formação territorial, através de sua historicidade. A idéia de história aqui não é vista apenas como processo linear, como um evolucionismo, mas buscando-se um tratamento da história de forma dialética.

É necessário pontuar que a dimensão trabalhada pelo autor, direciona-se muito na centralidade do território estatal, ou seja, para este o território é mais genérico e a territorialidade esta restrita a formação dos territórios estatais. Indo além da visão de Moraes (2005) cabe reconhecer que a territorialidade estatal é apenas uma das dimensões e escalas da territorialidade, podendo existir diversas outras para definição de um território.

Em síntese a proposta de Moraes (2005; 2011a; 2011b) consiste em conceber o território como dotado de historicidade própria, correspondendo a uma espacialidade de uma *formação econômico-social (F.E.S)*<sup>7</sup> peculiar e indicando que todo e qualquer território possui sua própria história que deve ser explicativa da sua conformação e estrutura atual. Sobre a caracterização da *formação econômico-social*, Santos (1977) afirma que esta categoria,

[...] diz respeito a evolução diferenciadas das sociedades, no seu quadro próprio e em relação com as formas externas de onde mais frequentemente lhes provém impulso. A base mesma da explicação é a produção, isto é, o trabalho do homem para transformar, segundo

---

<sup>7</sup> A categoria Formação Econômico e Social (FES) foi elaborada por Marx e Engels. Ver mais em Santos (1977).

leis historicamente determinadas, o espaço com o qual o grupo se confronta. Deveríamos até perguntar se é possível falar em Formação Econômico e Social sem incluir a categoria do espaço. Trata-se de fato de uma categoria de Formação Econômico Social e Espacial mais do que uma simples Formação Econômico e Social (F. E. S) (SANTOS, 1977, p. 81-82).

Com este conceito é possível apreender o movimento das sociedades em sua totalidade e também em suas partes, pois cada Formação Econômico e Social guarda em si particularidades que são importantes para entendimento dos processos sociais e este conhecimento é sempre compreendido em um dado processo de evolução (SANTOS, 1977). Identificar as especificidades nos permite distinguir cada um dos processos, situados em um dado contexto histórico.

Neste sentido, a centralidade da abordagem de Moraes (2005; 2011a) com base na categoria F.E.S se direciona para o conceito de *formação territorial* entendido como uma mediação entre o universal e o singular. “A formação territorial é, pois, um dos elementos definidores da particularidade [...] e toda formação social é também territorial, pois necessariamente se espacializa” (MORAES, 2005, p. 46 - 47). Para tanto faz-se uso da categoria de valorização do espaço para o equacionamento desta questão, aparecendo esta como o horizonte teórico e a formação territorial enquanto objeto empírico, o que culmina de modo epistemológico na mudança da categoria do espaço para o conceito de território (MORAES, 2005).

Compreende-se que o processo histórico de construção do território, se opera numa relação entre uma sociedade e seu espaço, na constituição de formas e fixação, resgatando a unidade dialética entre *forma* e *processo* conforme defesa do autor.

Toda sociedade para se reproduzir cria formas, mais ou menos duráveis, na superfície terrestre, daí sua condição de processo *universal*. Formas que obedecem um dado ordenamento sociopolítico do grupo que as constrói, que respondem funcionalmente a um sociabilidade vigente a qual regula também o uso do espaço e dos recursos nele contidos, definindo os seus modos próprio de apropriação da natureza [...] Tais formas – que expressam uma quantidade de valor (trabalho morto) incorporado ao solo – substantivam na paisagem [...] a vivência social do espaço cria rugosidades que duram mais que estímulos e objetivos que lhes deram origem. Tal característica fundamenta a condição de processo *mediador*, que retroage na interação com outros processos. Tem-se assim, um espaço produzido herdado (formas pretéritas, estoques de valor concentrados pontualmente na superfície da Terra) que



sobredetermina continuamente o uso dos lugares, abrindo possibilidades analíticas para uma dimensão geográfica na interpretação da história humana (MORAES, 2005, p.41, grifos do autor).

Por este movimento capta-se que a análise geográfica da realidade ou da totalidade se faz neste trânsito entre o universal, o particular e o singular. Sendo a universalidade o modo geral de apropriar-se de um espaço, criando formas e adquirindo valor na formação das singularidades próprias do território, enquanto que a particularização é o movimento mediador, a formação do território e o entendimento do processo que este se constitui. O verdadeiro trânsito entre o abstrato e o concreto sendo mediado pelo movimento de particularização.

Estas características são basilares para o entendimento da conformação dos territórios estatais tendo em vista que a formação territorial se apresenta como um caminho para análise da formação histórica de um país, ela é, portanto, parte de uma totalidade maior que é a formação sócio-espacial brasileira. No contexto atual em que se encontra o mundo totalmente repartido em Estados territoriais, compreender a construção destas unidades e o desenrolar dos fatos representa uma leitura das atuais características deste contexto. Moraes (2011a) faz este percurso tratando da formação territorial brasileira, onde elenca as características do processo de construção do Estado e a territorialização do seu poder, relacionando desde a colonização até o processo de implementação das políticas territoriais na criação das materialidades do Estado. Para o autor, o “Brasil como entidade geográfica (logo, como uma formação social, política e econômica espacializada) emerge como um resultado da instalação portuguesa na América do Sul” (MORAES, 2011a, p. 410), sendo que neste processo de colonização a apropriação das terras representou um fundamento primeiro, seguido da ocupação e subordinação à metrópole. O nascimento do Brasil se assenta nesta interpretação pela conquista territorial que foi empreendida, onde a sociedade que nasce vai ter a montagem do território e sua valorização como seu passo fundamental, por isso considera-se a dimensão do espaço como uma forte determinação da formação histórica do país (MORAES, 2011a).

Cabe mencionar que a formação territorial não se limita apenas a época da constituição inicial do território. O movimento de apropriação e expansão do espaço iniciado na colonização possui continuidade na medida que avança para as áreas não incorporadas. A cada novo período, características novas são acrescentadas, atribuindo outros significados para a formação territorial.

Em síntese, para o presente trabalho a opção pelo território é de sua vertente política, de base concreta, objetiva e materialista, mas não restritamente determinista e ratzeliana. Não nega-se a dimensão mais simbólica do território, cuja importância se reconhece, mas por opção metodológica e conceitual, buscar-se-á enfatizar a idéia de território como espaço político apropriado, controlado e delimitado baseando-se em Moraes (2005; 2011a) e Sack (2013), além de ser este território possuidor de uma historicidade particularizadora que lhe atribui singularidade. Deste modo, a abordagem da Formação Territorial condiz com os objetivos a serem alcançados, considerando esta como uma particularidade e sendo necessária para apontar os elementos fundamentais de estruturação do território do oeste baiano.

## **2.2 A ocupação do espaço e a formação territorial brasileira na perspectiva histórico/geográfica**

As características de construção dos territórios, especialmente o território nacional somente são apreensíveis se analisadas as dimensões e objetivos do processo de colonização. Nesse sentido, torna-se importante reconhecer que dada à complexidade do sistema colonial no Brasil e os traços da expansão portuguesa, pode-se destacar diversos fenômenos que caracterizam a organização deste espaço periférico, como resultado de um movimento mais global na criação de territórios coloniais (MORAES, 2011a). Se a América fora objetivo de colonização das potências do Velho Mundo ao longo do século XVI, as formas de ocupação apresentaram peculiaridades históricas que representam “formas particulares de valorização do espaço, constituindo assim um tipo específico de padrão geográfico periférico” (MORAES, 2011a, p. 23). O caso brasileiro, se expressa na difusão do modo de vida que a sociedade portuguesa empreendeu sobre o território conquistado e na própria ocupação econômica/política de propagação dos interesses

lusitanos na Colônia. O “apetite territorial” das sociedades europeias se expressaram no movimento *pró-expansão*, extrapolando as fronteiras do “Velho Mundo” e lançando-se na empreitada pelos mares rumos aos novos empreendimentos coloniais.

A formação das colônias se configura como “o resultado de uma conquista territorial” (MORAES, 2011a, p. 264), um soma gradativa de terras aos domínios do explorador. É também, do mesmo modo, resultado de uma hierarquia entre os lugares, pois os novos espaços<sup>8</sup> conquistados estiveram sempre na determinação dos centros de comando ou da metrópole (MORAES, 2011a, p. 23). Chegando-se a esta conclusão, o território brasileiro, desde a sua gênese, possui a característica de *subordinado* e conforme o autor é fruto de uma ação externa, movida por anseios de grupos que possuíam origem em outros lugares, sem considerar toda uma lógica social e organizativa anterior a sua chegada. É de certo, a manifestação da geopolítica mundial seiscentista, marcada pelas motivações metropolitanas e territorializadas do Estado português no território brasileiro.

De acordo com Prado Júnior (2000) a colonização portuguesa não pode ser concebida simplesmente como um fato isolado ou uma aventura de uma “nação empreendedora”, mas se insere como parte de um todo. Tão pouco se pode considerar como um fatalismo, principalmente pela direção em que foi conduzida o processo colonizador. De fato, as colônias tornaram-se empreendimentos comerciais derivadas da expansão do comércio continental europeu e neste sentido, a geografia lusitana, atreladas aos fatores de ordem econômica e política, foram favoráveis ao pioneirismo português na empreitada marítima. Longe de qualquer inspiração determinista, a posição geográfica portuguesa no mapa mundial, situada na parte mais ocidental da Europa e o conhecimento das técnicas náuticas (ANDRADE, 2004) possibilitam o protagonismo dos portugueses e a exploração de novas rotas de comércio.

As colônias americanas observadas sob o ponto de vista da escala global situavam-se na periferia do sistema, enquanto os centros de comando se concentravam nas nações europeias hegemônicas. Numa escala local, as

---

<sup>8</sup> Cabe destacar que estes “novos espaços” são novidade apenas na perspectiva do colonizador, tendo em vista que mesmo antes da chegada dos europeus, o vasto território já era habitado pelas populações locais que imprimiam meios de vida e usos diferentes dos exploradores.

áreas também se diferenciavam internamente em cada colônia, conformando espaços periféricos distintos. Estes traços evidenciam o tipo de organização socioeconômica adotados pelo sistema colonial, expressando mais um capítulo da história do capitalismo europeu conforme analisa Prado Júnior (2000). Do mesmo modo, na interpretação de Andrade (2004), este modelo reflete a formação de capitais das nações europeias inspiradas na Revolução Comercial.

A ocupação das novas áreas pelo colonizador, somados a apropriação das riquezas, dos recursos e submissão das populações autóctones, passou necessariamente pela “criação de formas espaciais” que se sobrepuseram “aos meios naturais ou aos hábitat preexistentes” (MORAES, 2011a, p. 91) culminando na conformação de distintas ordens sociais. Isto resultou na imposição de muitas medidas negativas para as populações nativas, anteriores à chegada do colonizador. Este processo acabou por se tornar desterritorializador para os autóctones e territorializador para o explorador, tendo em vista que todo o território do Brasil já era habitado, muito antes da chegada dos portugueses, por uma numerosa variedade de povos denominados índios<sup>9</sup>. Mais especificamente, na área de estudo, eram predominantes os povos de nação tapuia, rodela, pimenteiras, cariris, aricobés, chicriabus, coripós e acoroás ou acroás (IBGE, 1958a), mas que foram se extinguindo ao tempo que o colonizador adentrava ao interior do território. Quando não aniquilavam por completo as comunidades indígenas, “pacificavam” os povos em projetos de missões, realizadas pela iniciativa religiosa que paralelamente chegou ao território<sup>10</sup>.

Conhecendo a lógica de expansão colonial europeia pode-se situar a análise da ocupação do território desde a expansão/interiorização da colonização até o movimento de ocupação “pretérita” do oeste. Alguns fatos centrais caracterizaram o contexto de tomada do território e colonização portuguesa conforme destaca Freire (1998). Para o autor, dentre as principais questões estão a descoberta do Rio São Francisco, a doação de terras no

---

<sup>9</sup> Mesmo com toda polêmica sobre a chegada dos portugueses as terras brasileiras, se havia ou não conhecimento do território, o fato é que os nativos foram denominados “índios”, por acreditarem ter atingido a região das Índias por outra rota.

<sup>10</sup> Dentre as missões no oeste pode-se destacar a Missão de Aricobé, situada onde atualmente é município de Angical (IBGE, 1958a).

regime de sesmarias, instalação das primeiras fazendas de gado, além da exploração/submissão do povo indígena e o quase total desaparecimento destas populações locais. Segundo o mesmo autor, a princípio, o movimento de interiorização compreendido entre os séculos XVI e XVII, com as incursões portuguesas, se davam na direção de leste à oeste, representando para o colonizador, um movimento de captura e batalhas contra os indígenas. Os portugueses estavam empenhados em dizimar as populações nativas, devido às constantes “invasões” dos índios às primeiras nucleações da costa oceânica. A Figura 2 reproduz os principais roteiros da ocupação no território, destacando os trajetos partindo dos núcleos coloniais da costa Atlântica, especialmente o que conformam os atuais estados da Bahia e Pernambuco, principais centros de irradiação e exploração no período colonial.

Num segundo momento, os interesses econômicos – especialmente na lavoura açucareira, criação de gado e exploração de minérios – somados à difusão da doutrina católica, tornaram-se as principais causas das explorações e entradas pelo “sertão”, grande parte delas culminando nas margens do Rio São Francisco:

É fácil compreender que esse trabalho de exploração inspirado em duas ordens de sentimento por pessoas de carácter e posição social diferentes lançou as bases da integridade territorial do Brazil e da solidariedade das capitánias entre si, pela troca dos seus productos e pelo interesse de dilatar e firmar a jurisdição territorial do Estado (FREIRE, 1998, p. 66).

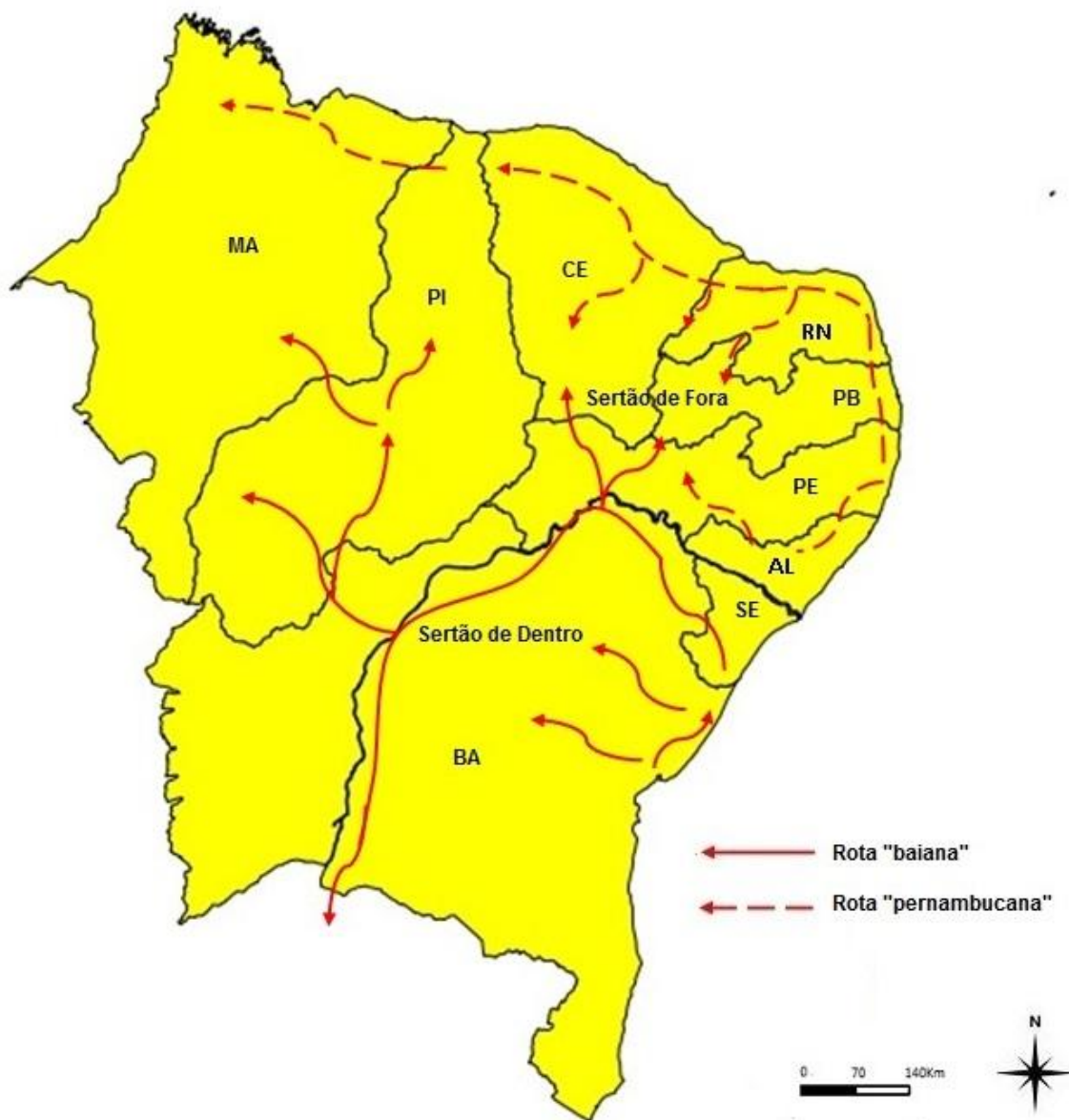
Em conjunto, as entradas, missões jesuíticas e bandeiras possibilitaram gradativamente a exploração do território, a abertura de vias, descoberta de minérios e fixação das primeiras nucleações portuguesas, especialmente margeando o Rio São Francisco<sup>11</sup>, que em meados do século XVI já começara representar um fator importante de ocupação do espaço. Posteriormente, o referido rio viera a ser considerado a principal via de ligação e abastecimento entre as minas de ouro do século XVIII<sup>12</sup> (ROCHA, 2004).

---

<sup>11</sup> Rio São Francisco fora por muito tempo denominado Rio dos Currais. Ver mais detalhes em Neves (2012).

<sup>12</sup> A navegação no Rio São Francisco, permitia a ligação entre Nordeste e o Sudeste do país. Através das áreas navegáveis se escoavam mercadoria e suprimentos entre Bahia e Minas Gerais, especialmente após a descoberta de minérios. Ver mais detalhes em Martins (2003) e Rocha (2004).

**Figura 2- Rotas de expansão “baiana” e “pernambucana” pelos sertões nordestinos nos séculos XVI e XVIII<sup>13</sup>**



Fonte: Andrade (2004, p. 34)  
Adaptação: Maria Aparecida Brito Oliveira.

<sup>13</sup> Entre séculos XVI e XVIII não se poderia falar da existência de núcleos baianos ou pernambucanos, mas a título de análise Andrade (2004) aponta que foram a partir destas primeiras nucleações que houve um movimento de expansão em direção ao interior do Nordeste. O ponto de partida desta rotas foram justamente as sedes dos núcleos coloniais que, posteriormente passaram à províncias e mais recentemente à condição de estado. Por esse motivo denomina-se rotas de “baianos” e “pernambucanos”.

Fora na expansão destas atividades que os colonizadores alicerçaram seus domínios sobre as terras apropriadas, imprimindo ritmos de vida próprios e garantindo a posse do território. Mas a ocupação dos sertões seguiu um ritmo lento, “os núcleos de povoamento permaneceram, durante muito tempo, verdadeiros mundos perdidos, isolados, com uma população rarefeita e itinerante” (MATTOSO, 1992, p. 74). A própria idéia de sertão ratifica a inexistência de atividades e pouca habitação humana, pelo menos conforme define Moraes (2011b).

O sertão não se caracteriza pelo arranjo dos elementos físicos da paisagem (clima, relevo, vegetação), tão pouco se qualifica pela intervenção da sociedade (obras humanas e construções no espaço). Ao contrário, é a ausência do homem e de atividades um dos traços característicos que conferem aos sertões a definição de vazio ecúmeno ou terras a serem ocupadas (MORAES, 2011b). Define-se que “o sertão não é um lugar [...] não é uma materialidade da superfície terrestre, mas uma realidade simbólica: uma ideologia geográfica” (p. 101), e “é comumente concebido como um espaço para expansão, como objeto de um movimento expansionista que busca incorporar aquele novo espaço” (p. 102) e os novos fluxos econômicos diferentes da “órbita de poder que lhe escapa naquele momento” (p. 102).

Uma porção de terras se torna sertão pela valorização que lhe é dada, por atrair os interesses para uma ocupação futura e concordando ainda com Moraes (2011b) faz-se uso do termo “sertão para qualificar porções que se quer apropriar dos fundos ainda existentes no território nacional em cada época considerada” (p. 102), imprimindo um novo processo de “dominação territorial” sobre estes espaços.

Ao atribuir a condição de sertão a uma dada localidade **já se assinalava o desejo de apropriá-la e inseri-la nos circuitos de produção de mercadorias**, rompendo com seu isolamento e destruindo seus modos de vida tradicionais. E esse ato de conquista, violento por excelência, era justificado como parte da missão civilizadora de construir o país [...] (MORAES, 2011b, p. 90, grifos nossos).

O histórico da colonização brasileira vai demonstrar que boa parte do movimento expansionista ao longo da formação territorial se deu em direção aos denominados sertões, na inserção dos fundos territoriais, “os territórios não

usados” e na superação da sua condição de atraso, como eram consideradas estas áreas. Neste aspecto, a lógica organizativa das sociedades anteriores a chegada do colonizador, não foram consideradas e as populações indígenas foram dizimadas no processo de exploração do território. Além disso, a construção do pensamento brasileiro, entre outros aspectos, considerou o sertão como oposto ao litoral, contrapondo o que se considerava *arcaico* com o *moderno*, o *antigo* com o *novo*<sup>14</sup>, o *bárbaro*, com o *civilizado*.

A dualidade mais repetida no pensamento social brasileiro opõe o sertão ao litoral, tomando o primeiro termo como sinônimo de hinterlândia, cobrindo portanto todo o vasto interior do território nacional. Nessa visão o contraponto se estabelece com a zona costeira, tida como o referente negativo (o “outro”) na caracterização da condição sertaneja. Em suma, o sertão para ser identificado demanda o levantamento do seu oposto: o não-sertão, visto como o lugar que possui as características de positividade ali inexistentes. Vale salientar que é sempre a partir dessa posição oposta que o sertão é qualificado enquanto tal. Isto é, o lugar a partir do qual se qualifica uma localidade como um sertão está sempre localizado no campo contraposto. Nesse sentido, trata-se de uma imagem construída por um olhar externo, a partir de uma sensibilidade estrangeira e de interesses exógenos, que atribuem àquele espaço juízos e valores que legitimam ações para transformá-lo. Mesmo aquelas concepções que veiculam uma visão positiva desses lugares vão equacionar tal positividade como um potencial adormecido, cuja efetivação prática demandaria ações transformadoras da realidade vigente (MORAES, 2003b, p. 4).

Por um lado, o sertão era o inculto, o desconhecido e que urgia de uma ação efetiva do Estado em vista de dotá-lo de significado econômico. Por outro, esta primeira visão justificava as intervenções sobre estes espaços, tanto na estratégica econômica e política, como na submissão das populações locais. A ideologia permanente era inserí-lo ao território nacional e “transformar esses fundos territoriais em territórios usados” (MORAES, 2011b, p. 107). Esta perspectiva atravessou toda a história do país “alçando-se mesmo à condição de um projeto estatal-nacional básico” (p. 107). Tanto no Império quanto na República, o ideal de ação nos sertões era territorial, de apropriação ratificando-o como uma porção estratégica na dinâmica econômica e territorial.

No período imperial, os sertões brasileiros foram definidos como lócus da barbárie, sendo sua apropriação legitimada como uma obra da civilização. **Conhecer, conectar, integrar, povoar, ocupar são as metas que contrapõem a modernidade do sertão,**

---

<sup>14</sup> Sobre esta questão ver mais em Souza (1998).



**qualificando-o como o espaço-alvo de projetos modernizantes**, recebendo destaque o estabelecimento de meios de comunicação, notadamente por intermédio do telégrafo e de ligação ferroviária. A ordem republicana se instala com esse objetivo de modernização, que novamente qualifica o sertão como manifestação do arcaísmo e do atraso. Situação que – na ótica de seus ideólogos – deveria ser superada com a alocação de sistemas de engenharia e de objetos técnicos integradores do território (MORAES, 2011b, p. 107, grifos nossos).

A ideia do sertão não é ingênua e se constrói a partir de determinadas condições locacionais, em que valores são atribuídos e justificados pelo tipo de intervenção no espaço, em cada contexto específico. Sendo um discurso valorativo, os sertões são qualificados pelos interesses vigentes em determinado momento, refletindo a construção do imaginário que se associam à valores culturais, não necessariamente negativos, mas que “introduzem objetivos práticos de ocupação ou reocupação dos espaços enfocados” (MORAES, 2003b, p. 3). E apesar da variedade espacial dos distintos sertões, algumas características assemelham-se na definição destes espaços, como um conjunto de juízos e valores condizentes com os diferentes discursos e projetos do Estado, por exemplo (MORAES, 2003b).

O recurso [...] para qualificar uma dada localidade já demonstra certa indução quanto ao uso futuro do espaço abordado, exatamente por mobilizar uma valoração que traz em si uma crítica à sua situação atual e/ou uma meta para sua transformação. Definir um lugar como sertão significa, portanto, projetar sua valorização futura em moldes diferentes dos vigentes no momento dessa ação. Nesse sentido, pode-se dizer que os lugares tornam-se sertões ao atraírem o interesse de agentes sociais que visam estabelecer novas formas de ocupação e exploração daquelas paragens. **A noção pode, então, ser equacionada como elemento de argumentação no processo de hegemonização de políticas e práticas territoriais do Estado ou de segmentos da sociedade** (MORAES, 2003b, p. 3, grifos nossos).

O destaque dado para as primeiras ocupações dos ditos sertões e mais especificamente para a área de estudo no oeste da Bahia, está na centralidade da atividade pecuária. O sentido da ocupação também estava na garantia de posse do território. Segundo Andrade (2004),

A penetração dos criadores de gado para o interior foi determinada por uma série de fatores, como a necessidade de manter o gado afastado das áreas agrícolas litorâneas; a ocupação holandesa, que acelerou ainda mais a transferência de criadores de gado das áreas

próximas à costa para o Sertão, utilizando os rios, sobretudo o São Francisco como condutos da penetração (ANDRADE, 2004, p. 46).

Nesta direção, Pernambuco e Bahia foram os grandes centros de irradiação da pecuária, “com o gado a área de influência baiana expandiu-se notadamente para o norte e o noroeste, buscando o vale do São Francisco, por onde se esparramou” (MORAES, 2011a, p. 316-317). A expansão da pecuária nos sertões foi favorecida por fatores naturais e econômicos e segundo Andrade (2004), do ponto de vista natural, mesmo enfrentando as adversidades como a seca, os elementos climáticos se tornaram aspectos positivos para criação de gado. Na dimensão econômica, a criação contou com um mercado consumidor garantido, especialmente na zona agrícola da costa atlântica. Também Prado Júnior (2000) sinaliza a importância da criação de rebanhos para exploração das áreas dos sertões, considerando a vastidão das terras como um fator crucial, haja vista que os animais eram criados num regime sem confinamento e seguindo uma espécie de nomadismo. Na escassez de alimentos durante os períodos de estiagem e em virtude da própria rarefação da vegetação, todo gado era conduzido para outras localidades, adentrando cada vez mais para o interior. Por esses argumentos, a atividade pecuária representou um importante traço para formação territorial dos sertões, consolidando-se como iniciativa primordial de ocupação e povoamento do território.

A descoberta de ouro em Minas Gerais tornou-se um incremento relevante para consolidação da pecuária sertanista. Estas áreas passaram a fornecer também à zona produtora aurífera, os mantimentos necessários para o abastecimento da população. Com o crescimento da demanda local e extralocal, a produção de carne e couro exigiu a ampliação das áreas de criatório. Como resultado, estimulou-se o crescimento dos aldeamentos, vilas e núcleos urbanos e ampliação da capacidade produtora. Além do mais, o contato com as minas intensificou a ligação entre o médio e o alto São Francisco conforme aponta Andrade (2004). Também analisando este tema Mattoso (1992) afirma que:

As principais vilas tiveram suas origens nos currais - pontos de paradas durante as longas viagens das boiadas para o mar ou para as Minas Gerais - e também nas atividades que foram surgindo pouco

a pouco e se desenvolveram graças ao comércio de gado bovino (MATTOSO, 1992, p.93).

Se a região que margeia o Rio São Francisco representou uma das áreas de maior expressão da pecuária no período colonial, o movimento ascensional se registrou até o século XVIII. Após este período, pouco a pouco a atividade sofreu um declínio vertiginoso e a função de abastecimento conferida aos sertões fora substituída pela área produtora na capitania do Rio Grande do Sul, que mesmo dada a sua posição longínqua, obteve a hegemonia de comercialização de carne de charque no Brasil (PRADO JÚNIOR, 2000). Apesar de bastante denso, o ciclo do ouro foi breve (BECKER; EGLER, 2011) repercutindo negativamente na economia pecuarista dos sertões (MATTOSO, 1992) ainda em finais o século XVIII, tendo em vista que com o seu declínio, o comércio são franciscano perdeu sua expressividade.

É importante destacar que a expansão da pecuária por todo vale do Rio São Francisco e seus afluentes, como uma estratégia de fixação encontrada pelo colonizador, representou por um lado o povoamento destas áreas, mas por outro, fora a expressão de um processo excludente de despovoamento dos indígenas (LINS, 1983). Ao tempo que implantavam os currais nos arredores do Rio São Francisco, “o explorador branco substituída por boiadas as tribos que encontravam no seu caminho” (p. 22). E conforme já abordado, foi um processo ao mesmo tempo desterritorializador – na perspectiva dos índios – e territorializador – na visão do colonizador.

Santos Filho (1989) também ratifica que a ocupação pretérita do oeste, fisiograficamente caracterizada por cerrados, confunde-se com o próprio movimento de desbravamento dos sertões são franciscanos. Esta ocupação lenta e rarefeita dos cerrados coaduna com a idéia de exploração dos “fundos territoriais” apresentada por Moraes (2005; 2011b) em que neste processo, a conquista do espaço, a sua apropriação e domínio, fora o fundamento primeiro. Ao apropriar-se das terras, o colonizador buscava salvaguardar a sua porção máxima, garantindo e impondo-lhes limites. Mas, obviamente, nem toda extensão fora explorada, havendo áreas de trânsito, sem ocupação (os denominados sertões) que representariam espaços para apropriação futura, ou “lugares” de possibilidade de expansão, como fora o caso do oeste baiano. Essa idéia representa um dos marcos do capitalismo que ao estimular

processos de apropriação do espaço cria “valorizações futuras” e construção de valores potenciais e estratégicos, consolidando a valorização política do espaço, mesmo que num primeiro momento o valor econômico não esteja a ele relacionado (MORAES; COSTA, 1987, p. 140 e 141).

Os fundos territoriais eram, portanto, os estoques de território não incorporados à econômica colonial e conforme ratifica Moraes (2011b), apesar de constituir a parte do território português, estes espaços se apresentavam enquanto reservas ou território não usados. Moraes (2001, p. 112) afirma que se “refletirmos sobre o que estava ocupado no território brasileiro pela economia colonial no momento da independência, constataremos que era apenas 1/5 do território, o resto eram fundos territoriais”. Era interessante naquele contexto, manter a integridade destes fundos territoriais para ocupação futura e conforme se observa desde a colonização, o sentido expansionista e o objetivo de incorporação destas áreas permaneceram como forte traço do ideal de “construção do país”.

Resumindo os aspectos econômicos pode-se destacar que desde a sua descoberta e num longo período até meados do século XIX, o oeste não possuía tanta expressividade, a não ser em virtude de se tornar um pequeno entreposto de comércio, destino de boiadas e rota de ligação entre o litoral e o interior do vasto território brasileiro. Pode-se reconhecer que a “conquista” do oeste fora resultante da própria “interiorização da economia colonial/imperial, notadamente através da busca de novos espaços para a atividade agropecuária e exploração de minerais e pedras preciosas” (BRANDÃO, 2009, p.50). Esta dinâmica territorial predominante de interesses locais/regionais e marcada por poucas atividades permaneceu sem alterações por pelo menos três séculos. Este fato assemelha-se com a própria situação de pouco desenvolvimento das áreas no interior do Brasil, cuja centralidade de atividades situava-se nas áreas ao longo da sua costa oceânica. Em virtude destas características, a consolidação da população neste espaço territorial e o enraizamento de comerciantes e fazendeiros expressaram o sentimento de projeção do território, arquitetados à formulação do discurso de “abandono do território” por parte do governo central.

As marcas das peculiaridades do oeste alimentaram o discurso regional desejoso de mais autonomia e poder de controle, que fizeram culminar em

movimentos com ideais emancipacionistas. Inserido também num processo de litígio de terras entre baianos e pernambucanos, tanto em função das relações administrativas pouco esclarecidas no contexto colonial, quanto em consequência das perspectivas políticas, as tentativas de separação territorial evidenciaram um conturbado cenário no oeste baiano. Estes elementos serão abordados na sessão seguinte.

### **2.3 O papel das elites regionais e os movimentos autonomistas de separação do território no período Imperial.**

Avaliando os aspectos da apropriação e domínio do território, analisa-se que o direito de exploração fora assegurado pelo estado português àqueles indivíduos interessados em desenvolver atividades nos novos espaços coloniais. Por meio de cartas de doação cedia-se vastas porções de terras aos chamados *donatários*, a quem cabia à responsabilidade de gerir, viabilizar as trocas comerciais/econômicas e resguardar a área em conformidade com as leis portuguesas. A doação das denominadas “sesmarias” com seus objetivos de povoação e produção se impõem enquanto formas de controle territorial, exploração e domínio expressando os ideais geopolíticos da coroa portuguesa, estimuladora da aplicação de capitais privados dos donatários na empresa colonial (MORAES, 2011a, p. 413). A concessão das terras era dada a quem manifestasse interesse e comprovasse as condições de exploração/expansão do território. Na Figura 3, é possível destacar um documento-cópia de doação de sesmaria compreendendo um vasto território nos sertões são franciscanos.

Em trechos do material é possível destacar que a solicitação fora feita à Dom Marcos de Noronha, provavelmente, o representante português que ocupou os cargos de governador e vice-rei na colônia pernambucana. O solicitante Joan Martins informa a existência de terras ociosas nos sertões do São Francisco, estas “um sítio de terras devolutas e desaproveitada, por serem terras de gentios bárbaros” conforme transcrição do documento. Pelo trecho destacado ratifica-se a visão do colonizador tanto na perspectiva do território – terras a serem exploradas – quanto do tratamento aos povos nativos – relegados a uma cultura inferiorizada em relação ao explorador. Este documento representa um dos registros territoriais dos municípios do oeste,

cujo mesmo cita o Brejo de Angical, muito possivelmente localizado no atual município de Angical.

**Figura 3- Cópia de uma carta de doação de sesmaria datada de 30 de Janeiro de 1749**

*Cópia. Publica forma de humma carta de doação, e Sesmaria como tudo abaixo se declara. Dom Marcos de Noronha, do Conselho de Sua Magestade, Governador e Capitão General de Pernambuco, e mais Capitães meoças edicta - Fasso saber aos que esta Carta de Doação, e Sesmaria virem que segun Martinus me for a petição seguinte: Illustrissimo e Excellentissimo Senhor; Fiz Joau Martinus, morador nos sertões do Rio de São Francisco que pelo Rio grande assima em instancia de cinquenta legoas nas Gabcieira do Brejo do Angical, se acha hum sitio de terras descobertas, e desaproveitadas, por serem terras de gentios Barbaros, e com muitas impossibilidades e riscos para se povoarem a qual parte com a fazenda do Itacolunji, e com a povoação do Brejo do Embakiki em que se mette humma mata virgem no meio fazendo seam pelo Brejo (assima) digo, abaixo, e correndo pelo riacho assima humma legoa de cada banda, que tudo faz quatro legoas, e qual sitio quer o Suplicante por Sesmaria para criar os seus gados, povoar, e cultivar na forma das ordens de Sua Magestade, portanto: Pede a Vossa Magestade seja servido mandar passar de doação e Sesmaria, do dito sitio de terras no lugar da parte confrontada, com todas as suas pertencas vertentes, fontes mates e Logradouros - e Recolherá e Mercê Despacho - Informe o Pr.*

Fonte: Arquivo pessoal de Inez Pitta, Pesquisa de Campo (2014).

Neste regime de doações se insere a polêmica disputa de terras entre Pernambuco e Bahia, com relação aos limites das capitanias e o domínio do território. Ao que parece indicar, o “registro de nascimento” do oeste são franciscano se deu em meados de 1534 conforme aponta Lima Sobrinho (1929),

Formou-se na carta de doação de Duarte Coelho, lavrado em Evora, a 10 de Março de 1534, e quando o Rei de Portugal, D. João III, fixando em 60 leguas a extensão do littoral da capitania, incluía na sua demarcação “todo o dito rio de S. Francisco” (LIMA SOBRINHO, 1929, p. 9).

A Carta de Évora, como ficou conhecida, pode ser o primeiro registro de demarcação do território que se estendia desde o atual estado de Pernambuco, passando pela a área que contorna o rio em sua margem esquerda e chegando até os limites do atual estado de Minas Gerais. Para o autor, a área em questão pertencia à capitania pernambucana e mais tarde a província de Pernambuco. No entanto, Neves (2012) apresenta alguns argumentos que dão conta de incompatibilidade de relatos e inconsistência de documentos, baseando-se na contraposição de alguns autores e sinalizando a área como pertencente aos baianos. Grande parte das publicações sobre esta questão parecem mais expressões ufanistas, tanto por parte de baianos, quanto por pernambucanos, tornando a disputa pela margem ocidental do rio ainda mais acirrada.

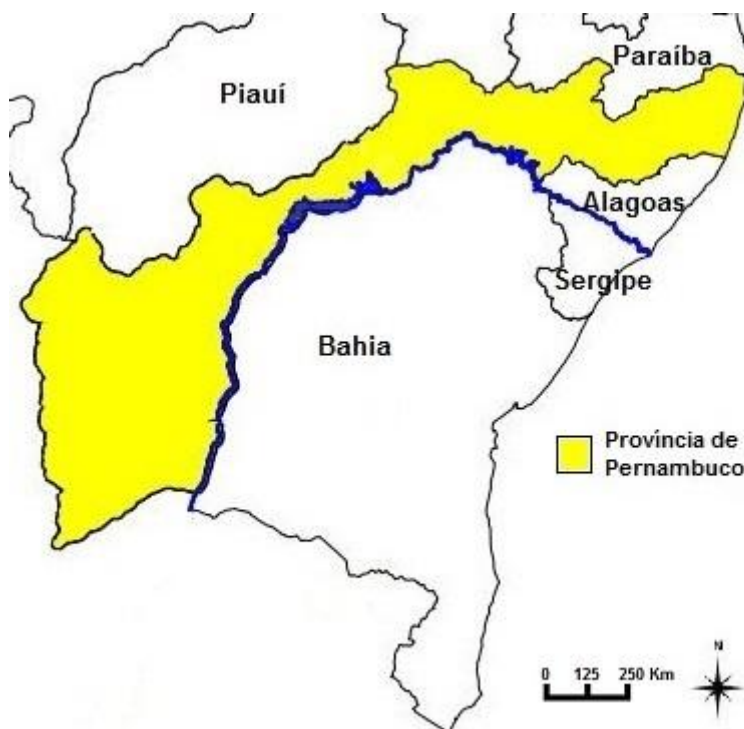
Pelo regime de doações, convém considerar que toda a extensão territorial dos sertões baianos pertencia à duas grandes famílias, a Casa da Torre de Garcia d’Ávila e a Casa da Ponte com Antonio Guedes de Brito (FREIRE,1998). Estas duas famílias estenderam seus domínios gradativamente no território dos sertões, em ambas as direções (margens esquerda e direita), no entanto muitas terras foram doadas sem um conhecimento efetivo dos seus limites (NEVES, 2012). Ao tratar da formação dos latifúndios no Brasil, Lins (1983) destaca que a concessão de sesmarias margeando o Rio São Francisco ocorreu antes do século XVII, mas ganhou novo impulso após a expulsão dos holandeses do território brasileiro. Sinaliza ainda os momentos de doação entre a Casa da Torre e da Ponte na área são franciscana.

[...] o senhor da Casa da Ponte recebia, em carta datada de 27 de agosto de 1663, e assinada pelo soberano português, a doação de enorme extensão de terras margem direita do São Francisco. As terras doadas a Antonio Guedes de Brito, senhor da Casa da Ponte, estendiam-se do Morro do Chapéu às nascentes do Rio das Velhas. [...] Enquanto isto, do outro lado do rio prosseguia a marcha ininterrupta de outro poderoso latifúndio. Era o da Casa da Torre. [...] Além dos dois grandes senhores, como Garcia d’Avila e Guedes de Brito, centenas de outros desbravadores – como Domingos Afonso Sertão e seu irmão Julião, Cosme de Brito, Jeronimo Serrão de Paiva

e Paulo Viveiros Afonso, tendo este último ficado imortalizado na grande cachoeira que lhe guardou o nome' (LINS, 1983, p. 27 a 28).

Em seu trabalho, Martins (2003, p. 65) trata dos limites da província pernambucana, destacando que os mesmos se estendiam desde o oceano Atlântico até o rio Carinhanha (atualmente divisa da Bahia com Minas Gerais), adentrando pela margem esquerda do rio São Francisco, na direção oeste pelas serras da divisa do Piauí e chapadas do Espigão Mestre e da Serra Geral de Goiás. Sua área alcançava cerca de 140.000 km<sup>2</sup>, mais do que a superfície total do atual estado de Pernambuco, que segundo dados do IBGE (2010) possui atualmente 98.148,323 km<sup>2</sup>. Certo é que desde a Carta de Évora no século XVI até o século XIX, os fatos dão conta de posse dos pernambucanos ao território e existência de vínculos administrativos e eclesiais com os baianos, revelando o cenário político conflitivo de disputas territoriais nos períodos coloniais e imperiais no Brasil. A Figura 4 apresenta o provável contorno da Província de Pernambuco, incluindo toda a Comarca do Rio de São Francisco.

**Figura 4- Contorno provável da Província de Pernambuco – Século XIX**



Fonte: Martins (2010, p.2).  
Adaptação: Maria Aparecida Brito Oliveira.



Um exemplo que ratifica a posse do território pertencente aos pernambucanos foi o da criação do primeiro distrito no oeste, entre os anos de 1699-1700. Nesta época institui-se a Povoação de São Francisco das Chagas da Barra do Rio Grande do Sul<sup>15</sup>, um distrito emancipado da vila de Cabrobó, pertencente à Capitania de Pernambuco (IBGE, 1958a) e que hoje é o atual município de Barra. Conforme se registra no documento produzido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as dúvidas referentes ao litígio de terras entre baianos e pernambucanos vai se dirimir em meados de 1715 com a Carta Régia que reafirmou a administração de toda a margem esquerda são franciscana até o rio Carinhanha pertencentes à Pernambuco. Contudo as questões de justiça estavam ligadas com a sede da Bahia (Salvador) e a partir de 1734 com a comarca de Jacobina.

A vila fora criada posteriormente no ano de 1752 e em meados de 1820, Barra viria ser a sede da comarca do Rio de São Francisco que se desmembrou da comarca do Sertão de Pernambuco, elevando-se a categoria de cidade em 1873 (IBGE, 1958a). Talvez em virtude destas características de posse do território à uma capitania e vínculos administrativos com outra, o impasse entre as terras são franciscanas inspiraram posições divergentes entre baianos e pernambucanos, principalmente quanto ao direito de exploração das terras.

Diante dos impasses territoriais, a centralização política/administrativa e o regime empreendido gerou ainda no período imperial, os movimentos emancipacionistas conforme os estudos de Martins (2003) e Costa (2011). Estes movimentos, sobretudo, representavam articulações de lideranças políticas regionais e população local, na formação de novas províncias e busca de mais autonomia. Não necessariamente aspirava-se a separação do domínio português, mas galgava-se mais liberdade política, econômica e administrativa para as então pretensiosas províncias. Estas propostas davam conta da impossibilidade de se fazer chegar a todas as porções do território, ações políticas/administrativas que historicamente privilegiaram as áreas próximas ao

---

<sup>15</sup> A povoação teve origem da Fazenda da Barra do Rio Grande, situada na foz do Rio Grande entre 1670 e 1680. O proprietário o 2.º Francisco Dias de Ávila Pereira, pertencente a família da Casa da Torre, assentou uma fazenda de gado no ponto em que este rio desaguava no rio de São Francisco (IBGE, 1958a).

litoral e caracterizaram o tipo de exploração empreendido pelos governos portugueses desde o princípio da colonização.

As demandas autonomistas refletem por um lado, a “incapacidade” do Estado - aliado ao poder despótico do imperador que concentrara esforços nas áreas mais próximas ao litoral - e por outro, o enraizamento de poder das elites políticas locais, conforme sinaliza Martins (2003). Essas elites passaram a controlar a economia e a política do oeste, consolidando seus discursos e impondo seus propósitos sobre a população. Gradativamente se tornaram os legítimos representantes do coronelismo local na transição do Império à República entre os finais do século XIX.

Segundo Martins (2003) é possível considerar que “distantes dos centros de poder, abandonados à própria sorte (sem tribunais de justiça, aparato militar, redes de comunicação e transporte, etc) e, em alguns casos, estigmatizados pelos poderes centrais” (p. 21) se fortaleceram movimentos emancipacionistas que, no entanto, foram fortemente reprimidos pelo poder imperial. Com base no que fora apresentado, duas interpretações emergem na nossa análise:

- (1) A não presença do Estado, tanto na figura política do governo central, quanto nas ações de cunho econômico se deram em virtude da centralização conferida às zonas costeiras, cujos investimentos desde o início da colonização se firmaram no apoio à ocupação, povoamento e exploração das áreas de produção agrícola. As áreas marginalizadas, que conformavam a maior parte do território em direção ao interior (numa orientação de leste a oeste), não representavam interesse do ponto de vista de investimentos do Estado naquele momento, representando as áreas conformadas pelos fundos territoriais. O desenvolvimento das atividades estava condicionado à iniciativa privada, também importante para assegurar a própria posse do território, no sentido de um conjunto territorial, uma unidade na escala do Estado português. Além disso, pela fragilidade e desgaste das autoridades portuguesas, as mesmas não tinham “fôlego” suficiente para atender às demandas da imensidão territorial sob sua jurisdição;

(2) Dada à concentração política, econômica e administrativa nas áreas litorâneas, se conforma “nos espaços vazios”, o domínio dos fazendeiros e comerciantes de gado. Aos poucos estes vão se fortalecendo como figuras representativas das demandas dos sertões, construindo as bases de uma política local enraizada que por vezes se funde com os seus próprios interesses sobre o espaço territorial. Conforme será apresentado no capítulo subsequente, a postura do Estado em relação ao oeste se processou nesta relação dialética de presença e ausência, cuja a ação e a *não* ação do Estado se fez conforme os traços da política baiana em cada contexto histórico.

Fortemente inspirado de uma leitura regionalista, Lins (1983) evidencia alguns fatores que dão conta do descaso administrativo relegado ao sertão, especialmente na área que compreende o médio São Francisco. A decadência da mineração, da pecuária e transferência do governo geral para o Rio Janeiro determinaram os fatores de “abandono”, permanecendo por mais de um século esquecidos pelos dirigentes da Colônia. Estes elementos podem ter alimentado os sentimentos separatistas e de autonomia dos são franciscanos. O autor enfatiza os aspectos culturalistas, do que julga ser os *povos do sertão*, supondo ser o homem sertanejo, uma raça autêntica da herança brasileira, que isolados na imensidão das terras e sujeitas as adversidades de todas as ordens (naturais, políticas, jurídicas, administrativas), acabaram por construir “uma civilização à parte, uma sociedade de proscritos econômicos dentro do deserto cinzento” (p. 35) e tendo como alento, o grande Rio São Francisco, berço e razão de tudo naqueles longínquos sertões. Ponderando-se esta questão e a leitura do autor, o fato é que a mudança de perspectiva do governo central, deslocando as ações do Nordeste para o Sudeste do país, como bem reafirma o fato histórico de transferência da capital Salvador para o Rio de Janeiro, provoca reflexos diretos no território são franciscano. A mudança de perspectiva política/econômica repercute de forma negativa para o recorte da pesquisa em questão.

Com a ausência da autoridade central enraíza-se o poder dos fazendeiros locais, dos homens que acabam por assumir poder político. Neste ponto concorda-se com Lins (1983) quando afirma que o despotismo do coronel, representante da política local marcara a própria história são franciscana, tornando-se “impossível falar do vale sem mencioná-los e sem levar em conta o papel por eles desempenhado no desenvolvimento político e econômico da terra que lhes serviu de berço” (p. 40). A formação de exércitos próprios, de uma espécie de polícia privada, foi o resultado imediato e a solução encontrada pelos fazendeiros a fim de proteger suas propriedades, seus rebanhos e “sua gente” da invasão alheia. Levando-se em conta ainda que estavam também desprotegidos de leis que pudessem punir os crimes realizados naquelas terras. Estes marcos da história podem explicitar os fundamentos de um sentimentalismo local que alimentou o discurso secular e que adquire novos elementos ao longo da formação territorial de que se discute neste trabalho.

Ainda tratando dos movimentos emancipacionistas, o estudo de Martins (2003) aponta que o florescimento de pequenas atividades comerciais e criação de gado, permitiram uma ascensão do território que margeava a porção ocidental do Rio São Francisco. Naquele contexto, este território já possuía vínculos com Bahia, Minas Gerais e Goiás, levando os representantes locais à empreenderem esforços para elevar à categoria de Comarca esta área são franciscana. Dentre as reivindicações para autonomia estava a idéia de distanciamento em relação aos governos centrais, especialmente nos assuntos ligados à justiça, segurança e administração. Uma nova comarca representaria a possibilidade de melhorias na comunicação entre os sertões, nas condições infraestruturais e no desenvolvimento são franciscanos. Sinalizaria do mesmo modo, a possibilidade dos representantes locais obterem êxitos mais concretos nas demandas emergidas da escala local. Segundo dados levantados pelo autor em “3 de junho de 1820 fez-se a divisão da comarca do Sertão de Pernambuco, que dela desmembrou a nova comarca denominada de Rio de São Francisco” (MORAES, 2003, p.71) abrangendo a vila da Barra (sede da comarca), Pilão Arcado, Campo Largo e Carinhanha.

A criação da nova comarca trouxe algumas melhorias do ponto de vista organizativo, de administração e infraestrutura. Dois anos após este fato, o

Brasil é desmembrado de Portugal, tornando-se independente da nação lusitana. A partir deste fato e impulsionados pelo movimento de elaboração de uma nova Constituinte, a elite regional articulou-se em torno da primeira tentativa de desmembramento do oeste, pleiteando a transformação da Comarca do Rio São Francisco em uma nova província de mesmo nome.

Com a convocação da Assembléia Constituinte de 1823, e diante dos problemas que assolavam a comarca, sua população juntamente com a do norte de Minas vislumbrou, pela primeira vez, a autonomia política-administrativa e se uniu em torno desse objetivo elegendo um representante para entregar aos Constituintes a reivindicação autonomista, [...] Através da procuração os “povos do sertão das Gerais e Rio São Francisco”, solicitaram a criação de uma nova província desmembrada das províncias de Bahia, Pernambuco e Minas Gerais, e tendo por capital o arraial de Carinhanha. Em 25 de agosto de 1823, o procurador eleito Tomás Antônio da Costa Alcami Ferreira entregou à Assembleia representação relativa à criação da nova província (MARTINS, 2003, p. 73).

O pedido fora negado inviabilizando a primeira tentativa autonomista a partir da recém-constituída comarca, permanecendo o controle ainda centralizado à província pernambucana. Andrade (1997) pontua que, neste período, Pernambuco apresentava um contexto político-econômico bastante peculiar, com predominância de ideais liberais e republicanos contribuindo para que se enraizasse um sentimento de emancipação contra a repressão do governo central. Aliando o concentrado domínio português e a necessidade das elites locais em comandarem politicamente suas “porções estratégicas do espaço”, eclodiu-se ainda em 1817 um dos primeiros movimentos republicanos em vista da maior autonomia provincial - a Revolução Pernambucana. Anos mais tarde, um outro movimento que se articula terá também o resultado da insatisfação dos pernambucanos em relação ao governo e às medidas propostas na Constituinte de 1824: desencadeia-se, portanto, neste mesmo ano a Confederação do Equador. Este movimento político, liberal, republicano e revolucionário representou uma das principais reações contra a tendência absolutista e a posição centralizadora do Imperador - que comandara tudo a partir do centro político-administrativo no Rio de Janeiro conforme pontua Martins (2003) e Andrade (1997).

A promulgação da Constituição de 1824, um golpe na realidade dado pelo Imperador Dom Pedro I frustrou as expectativas de muitos revolucionários.

A centralização do poder no Imperador, juntamente com o poder moderador, a permanência do regime monárquico e manutenção dos privilégios da aristocracia, em nada resolvia a situação do Brasil. Neste sentido, a Confederação do Equador representava um movimento contrário aos ideais imperiais, conclamando a separação e proclamação de uma República. Este movimento, liderado por um grupo de intelectuais pernambucanos com sentimento federalista fora inspirado na república americana. Unidos à Pernambuco estavam às províncias de Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, todas muito próximas à Linha do Equador, daí decorre o nome do movimento (HOLANDA; CAMPOS, 1967).

O movimento fora vencido pelo império, com a prisão dos revoltosos e uma punição de cunho político à Pernambuco: em virtude do seu envolvimento, a província “perde” a Comarca do Rio de São Francisco para então província de Minas Gerais por decreto datado em 07 de julho de 1824. Três anos depois - 15 de outubro de 1827- a comarca é anexada por ato imperial à província da Bahia, a qual já mantinha vínculos jurídicos e administrativos – especialmente com a Comarca de Jacobina (MARTINS, 2003).

Ao que parece indicar os motivos que levaram o imperador a realizar tal atitude estavam relacionados ao desejo de impedir a irradiação de ideais liberais difundidos pelos pernambucanos (MARTINS, 2003). A princípio, os mineiros ganharam provisoriamente o território, até que o ambiente político pudesse se estabilizar. Em seguida, os baianos, talvez pela sua condição de submissão ao governo central e as alianças políticas estabelecidas, receberam o território da Comarca e passaram a ter o domínio político/administrativo dessa porção, condição que permanece até os dias atuais.

Estes fatos históricos revelam que existira uma pretensão antiga referente à divisão e criação de uma unidade política no oeste do São Francisco, sendo a primeira tentativa ainda em meados dos anos de 1823. Tomando como base ainda os estudos de Martins (2003, p. 81), apreende-se que uma segunda manifestação em prol da criação da província do Rio São Francisco, também sem sucesso, fora registrada em 26 de junho de 1830, com projeto apresentado pelo deputado pernambucano Luiz Francisco de Paula Cavalcanti. Vinte anos mais tarde, em 1850, uma terceira investida é liderada

pelo baiano João Mauricio Wanderley<sup>16</sup> e acompanhada pelos deputados Benevenuto Augusto Magalhães Taques, José Antonio de Magalhães Castro e José de Goes Siqueira, datada de 19 de Julho de 1850<sup>17</sup>.

Além da pretendida província do Rio São Francisco, outras propostas tramitavam na Assembléia com muitos debates e divergências entre os proponentes e demais membros da bancada política. Em face das discordâncias, uma quarta tentativa levava o deputado mineiro Francisco de Melo Franco a propor, em 5 de julho de 1856, um outro projeto de divisão da província são franciscana. Esta, no entanto, contrária a proposta dos baianos datada de 1850, e que pretendia abarcar também áreas de Goiás e Minas Gerais. Martins (2003, p. 89) revela que em 1873, em um dos seus discursos oficiais, o imperador “alimenta” os ares em favor da emancipação da província, mostrando-se aderente à aprovação do projeto. Após este fato, uma mobilização de políticos baianos, mineiros e pernambucanos representou mais uma tentativa para emancipação da Comarca do Rio São Francisco e após muita polêmica e discussão o projeto recebeu aprovação na Câmara, mas, no entanto foi rejeitado no Senado, apesar de ter naquela época um representante são franciscano, o Barão de Cotegipe.

Souza (1988)<sup>18</sup> também pontua a questão da divisão são franciscana no Império, além de muitas outras divisões territoriais. O autor apresenta um pequeno histórico, desde a criação das capitanias até a configuração das províncias, destacando a necessidade de criarem-se novas repartições. A sugestão proposta na época pelo autor dobraria o número de unidades, passando de 20 à 40 províncias no total. As divisões deveriam levar em conta, os limites físico-naturais (rios, serras, montanhas) e representaria uma repartição “menos discrepante” com relação ao tamanho e extensão das mesmas. De certo modo, a divisão territorial do Brasil poderia ajudar a equacionar o problema da governabilidade daquelas áreas mais distantes do centro de comando. Cabe pontuar que a questão do tamanho ou extensão das unidades políticas não pode ser interpretada de maneira determinista. A

---

<sup>16</sup> O Barão de Cotegipe, era político local, nascido na atual cidade de Cotegipe- BA, ver mais em Martins (2003).

<sup>17</sup> Esta tentativa é retomada especialmente pelas demandas autonomistas das províncias do Amazonas e do Paraná, conforme relata o estudo de Martins (2003).

<sup>18</sup> A obra fora publicada originalmente em 1877.

efetividade da administração não necessariamente é alcançada por causa desta questão (tamanho), mas se for levado em conta o contexto mencionado, cujas dificuldades de comunicação, transporte e demais requisitos eram inúmeros, a extensão de uma província e a distância em relação ao governo central, eram sem dúvidas fatores a serem considerados.

Outro ponto tratado na obra sugeria uma localização nova para a sede do então governo do Império, considerando a área mais central do Brasil, o espaço adequado para uma nova “capital”. Dentre as cidades mencionadas para abrigarem a sede administrativa estava o município de Barra (Bahia) localizada à margem esquerda do Rio São Francisco. Criando-se uma nova unidade, o município citado tornar-se-ia o núcleo de comando da província do São Francisco e de todo império, pela sua “localização estratégica e o potencial para desenvolvimento”. Dada toda polêmica que cerca este tema e os argumentos apresentados, o objetivo parece não ter sido alcançado. Há certo reconhecimento do próprio Souza (1988) de algumas limitações da proposta, devido a multiplicidade de questões colocadas e muito pontos a serem avaliados.

Pelo que fora apresentado, este contexto significativo marcou as características políticas no recorte territorial em análise durante o período imperial e se apresenta como uma particularidade no processo de formação territorial do oeste baiano. As diferentes manifestações com propostas e recortes territoriais distintos perfazem o conjunto de mobilizações que se pode destacar desse período, mesmo reconhecendo cada particularidade e objetivos diferenciados. Considerando o contexto republicano, evidenciam-se novos movimentos e tentativas de emancipação, marcados pelos projetos de construção de uma nova unidade federada, separada da Bahia. Importante destacar que a questão dos limites estaduais não se restringe ao litígio de terras histórico entre Pernambuco e Bahia, mas se complexifica com outras unidades federativas. Haesbaert (2008) pontua que atualmente existe uma indefinição entre as reais fronteiras baianas com Piauí, Tocantins e Goiás, em muitos momentos as escarpas, o curso das águas e demais limites físicos são considerados os limites, mas pela falta de consenso a disputa pelo território torna-se uma questão de difícil solução.

Resumindo esta sessão, buscou-se caracterizar metodologicamente o território analisado, num período mais pretérito. Até meados da Proclamação



da República, toda a vastidão do território, poderia ser denominada de *fundo territorial*, ou simplesmente *sertão*, conforme os argumentos já apresentados. Neste contexto a projeção do *sertão são franciscano* limitava-se à escala local, sem apresentar interesse do ponto de vista estratégico para ação do Estado. A não atuação de políticas territoriais consolidou a construção da idéia de *abandono e esquecimento* do território, culminando na articulação das elites para sua divisão/emancipação. Este fato iniciado no período imperial é retomado na república, inspirando novas tentativas de separação como será apresentado na próxima seção.

#### **2.4 Manifestações emancipacionistas na segunda metade do período republicano: a proposta de criação do Estado do Rio São Francisco**

A criação da República representou um movimento político, militar e econômico importante para história brasileira, tanto pela derrubada da monarquia como pela instalação de um novo regime republicano-federalista-presidencialista, apesar de no aspecto mais geral, os instrumentos utilizados não terem sido suficientes para alterar o quadro social dos regimes anteriores. Ao contrário, representou o enraizamento das antigas oligarquias e o fortalecimento da política dos coronéis. A federação brasileira não ocorreu como um desejo coletivo, mas representou “apenas uma solução *de jure* para acolher um *status quo* constituído pelas oligarquias regionais e provinciais já poderosas no império” (OLIVEIRA, 1995, p. 77) e teve inspiração na experiência dos Estados Unidos da América. Castro afirma que no Brasil,

a República adotou a estrutura federativa como mecanismo de descentralização do poder imperial, definindo três esferas político-administrativas: a federal, a estadual e a municipal. Porém, os mecanismos do federalismo no Brasil não garantiram nem autonomia das decisões dessas esferas nem asseguraram o controle democrático da política (CASTRO, 2011, p. 165).

Conforme a autora aponta, o contexto de surgindo da federação brasileira fora marcado fortemente pelo centralismo, apesar de sua proposta definir a descentralização administrativa de poder nas três esferas (federal, estadual e municipal). Neste cenário, a elite historicamente enraizada, manteve a condução das questões políticas sem mudar de fato a estrutura social e as

condições de vida da sociedade. Apesar destas características, a criação da República<sup>19</sup> permitiu a possibilidade de uma nova estratégia de administração que permanece até os dias atuais, apresentando momentos de maior centralização ou descentralização do poder, a depender do contexto político e econômico considerados para a análise.

No início do período republicano as manifestações para criação de uma nova unidade administrativa, aparentemente, não foram tão evidentes. Uma das principais ações se concentraram na atuação de Barbosa Lima Sobrinho, um pernambucano que expressou em suas obras o descontentamento da ação do Imperador após a retaliação à Confederação do Equador. Em seus escritos ficara evidente a discordância com relação ao desmembramento da Comarca do Rio São Francisco, então pertencente à província de Pernambuco, além de evidenciar o desejo de reinserção do território (MARTINS, 2001). Dentre as suas obras que tratam da questão destacam-se *Pernambuco e o São Francisco* (1929), *A Bahia e o Rio São Francisco* (1931) e *A Comarca do São Francisco* (1950), consideradas tanto como fontes históricas para compreensão do cenário da época, quanto material de cunho mais político.

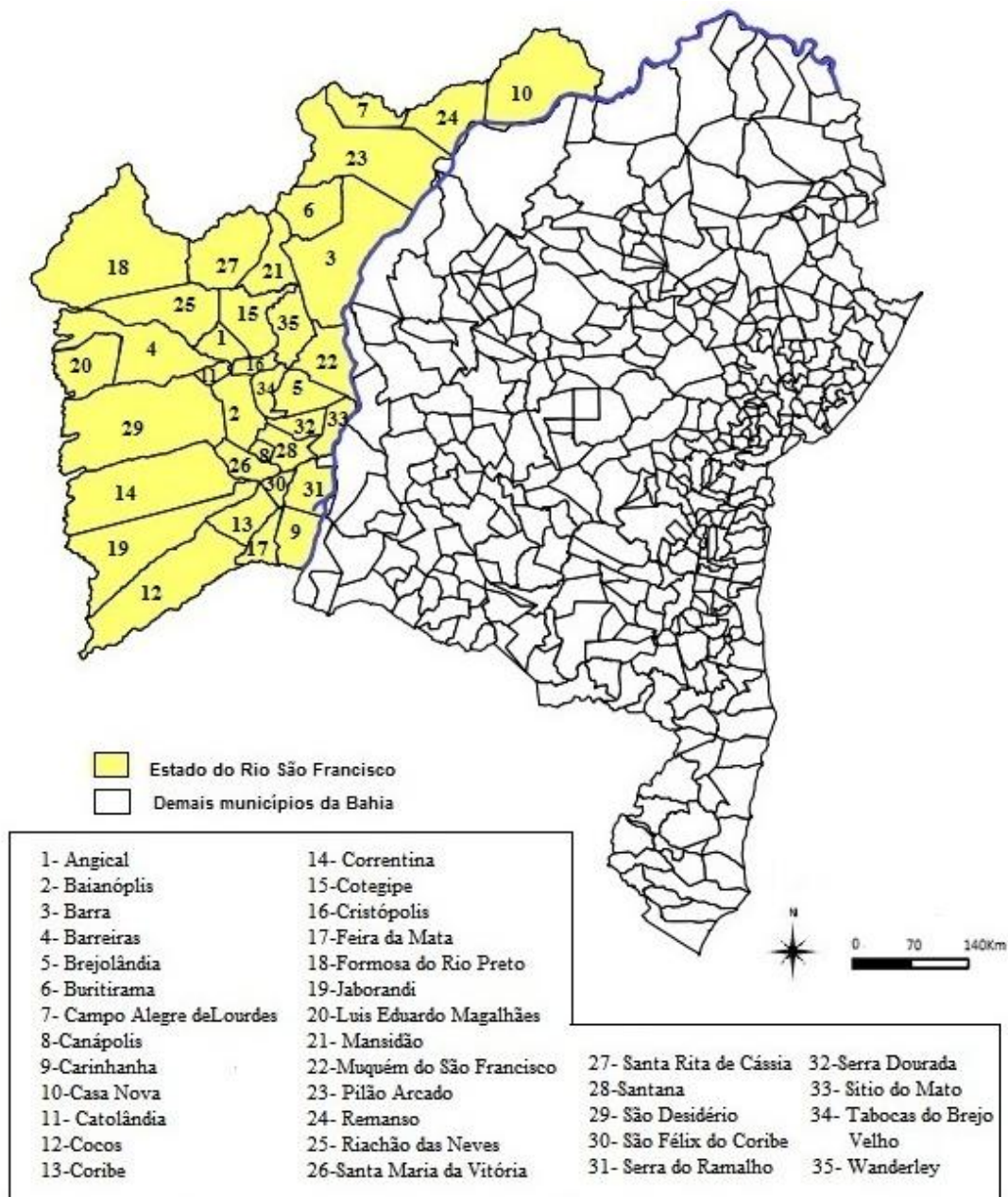
Mesmo pouco evidente, o desejo de emancipação da antiga comarca não fora esquecido. Segundo Mariani (2011) o hino do pretendido Estado do São Francisco fora criado ainda em 1925, a pedido do barreirense David Gomes que solicitou ao músico Pedro Leite a sua elaboração. O movimento para emancipação parece ter permanecido enquanto um desejo local no início do século XX. Contudo, as manifestações autonomistas mais concretas só vão se consolidar em finais do século XX, apresentando-se como exemplos de manifestações mais recentes. O desejo de criação do *estado do Rio São Francisco*, que possui semelhanças com a antiga pretensão da comarca, fora encaminhado apenas na década 1990, pelo deputado pernambucano Gonzaga Patriota e teve inspiração num movimento liderado na década de 1980 pelo barreirense Marlan Rocha. Esta proposta refere-se aos 35 municípios baianos localizados à margem esquerda do Rio São Francisco conforme apresenta a Figura 5. O conjunto de municípios está situado fisiograficamente na área dos cerrados baianos, cujas características têm sofrido alterações, em virtude da

---

<sup>19</sup> As antigas províncias foram transformadas em estados com a implantação da República.

ação de diferentes agentes e da expansão de projetos ligados ao agronegócio de grãos (soja, algodão, milho).

**Figura 5 - Limites territoriais propostos para o Estado do Rio São Francisco- 2014**



Fonte: SEI (2000)

Elaboração: Maria Aparecida Brito Oliveira

Marlan Rocha, juntamente com um grupo de moradores do oeste, levantou novamente a bandeira para emancipação são franciscana, desta vez

buscando o desmembramento do território. Justamente fora o barreirense, um dos grandes mentores do movimento criando um *Manifesto* em prol do estado. No referido documento datado de 20 de Abril de 1987 ratifica-se a exacerbação de um sentimento regionalista e proclama-se a necessidade de unir esforços em torno desta causa:

O tempo que nos separa de Pernambuco e a distância que nos afasta da Bahia determinam que a criação do Estado do Rio São Francisco tem de ser daqui pra frente, uma questão de honra e, por isto mesmo, inadiável e irreversível. Sem o Estado do São Francisco, os homens desta terra continuarão a perambular na extensão formidável dos nossos Vales, Campo, Cerrados, Gerais, Brejos ou Veredas e Caatingas a lamentar nesses ermos, o abandono que a Bahia nos dispensa (PESQUISA DE CAMPO, 2014. Manifesto pela Criação do Estado do Rio São Francisco).

Apoiados nestas questões, o projeto para criação do Estado do Rio São Francisco fora encaminhado para o Congresso através do Projeto de Decreto Legislativo nº 631/1998. Este documento dispunha sobre a realização de um plebiscito para aprovação do novo ente federativo. As justificativas para definição de novas fronteiras na Bahia se sustentam em aspectos como potencial de recursos naturais no oeste, tanto referente à disponibilidade de água, quanto para abundância de terras, especialmente para agricultura de exportação e navegação fluvial. Na redação do projeto, citam-se o potencial agrícola para fruticultura, produção de café, trigo e soja com mercado consumidor interno e externo, possível especialmente pelos projetos de irrigação implantados no recorte espacial. Outro argumento usado para ratificar a necessidade de constituição de um novo estado refere-se ao distanciamento com a capital baiana e os fracos investimentos no oeste nas áreas de infraestrutura, saúde, educação e demais necessidades da população, sentimentos expressados desde as pretensões na época do império.

Os proponentes argumentam ainda a capacidade administrativa e financeira do novo estado, pautando-se em estudos realizados por órgãos de atuação local. Somados a isso, exacerbam uma identidade com poucas relações com a capital da Bahia, afirmando a existência de uma população são franciscana e não baiana. Para Mondardo e Pereira (2013) o projeto de divisão ganhou novo impulso com a expansão da agricultura moderna no oeste da Bahia a partir de 1980 e insere-se numa polêmica que confronta o desejo

antigo de divisão territorial com os mais novos segmentos sociais e econômicos estabelecidos no oeste. Para os autores, foram as transformações ocorridas que atualizaram o debate em torno da criação de uma nova unidade administrativa, inserindo no movimento o segmento político/econômico do agronegócio pertencente a uma classe que não é originária do oeste – a sua maioria, migrantes do sul e sudeste do país, atraídos pela expansão da cultura de grãos nos cerrados baianos.

É por parte desta nova classe de migrantes que houve em 2011 uma reformulação do projeto, apresentado pelo deputado federal Oziel Oliveira, conforme apontado por Mondardo e Pereira (2013). Neste período, havia uma intensa movimentação no Congresso em torno da realização de um plebiscito para divisão do Estado do Pará e emancipação dos estados de Carajás e Tapajós. A população paraense rejeitou a divisão, apesar da expressiva massa de votantes dos pretendidos estados (CAZZOLATO, 2011). Na época, no oeste baiano, articularam-se diversas lideranças para mobilização em prol da divisão, a exemplo de diferentes meios de comunicação<sup>20</sup>. Nas figuras 6 a 8 é possível destacar quanto o movimento atual se fortalece em torno das pretensões mais antigas. A idéia de que a criação de um novo ente federado é um desejo e um direito da população está fortemente enraizado. Na matéria divulgada em Fevereiro/2011 no Jornal Estado do São Francisco (Figura 6) é possível ratificar esta assertiva. Primeiro porque o nome do jornal já sugere a “confirmação” do dito *Estado do São Francisco*, apresentando que há uma tendência destas mídias em favor da divisão. Segundo, a chamada da matéria “*Manifesto pela integração do movimento pela criação do estado do São Francisco*” já sinaliza que há uma necessidade de conformar um projeto único para viabilidade da proposta, o que na interpretação deste trabalho representaria a unificação do movimento e das propostas divergentes, já que aparentemente há uma infinidade de fatores contrários e contraditórios em torno do movimento. Terceiro com as expressões “*Nós queremos? Nós podemos? Nós temos direito?*”, busca-se convocar a reflexão sobre esta

---

<sup>20</sup> Importante destacar que os meios de comunicação não agem na imparcialidade e defendem perspectivas e ideais específicos. Contudo não se pretende ratificar qualquer posicionamento favorável ou contrário às mídias de comunicação apresentadas, tão somente, sinalizar como o movimento para criação do Estado do Rio São Francisco fora noticiado em diferentes meios de comunicação, mesmo reconhecendo que cada matéria noticiada refletirá o posicionamento do grupo a quem a notícia interessa e/ou para aqueles que “vendem” a informação.

questão que ao longo da matéria é trabalhada como uma condição secular e visada desde a decisão do Imperador de desmembrar a comarca de Pernambuco.

**Figura 6 – Matéria jornalística sobre o movimento de criação do Estado do Rio São Francisco - Fevereiro/2011.**



Fonte: Jornal Estado do São Francisco, Pesquisa de Campo (2014).

Na reportagem publicada em Julho/2011 (Figura 7) retoma-se a questão da redivisão do Brasil e criação do Estado do Rio São Francisco, desta vez utilizando-se do slogan “*Éramos pernambucanos: depois fomos mineiros, agora somos baianos e futuramente sãofranciscanos*” para evidenciar que o desejo de criação do novo estado mantém-se ativo, apesar das divergências de seus mentores. Já a terceira notícia (Figura 8) salienta a mobilização dos políticos em favor das propostas e que também se sustenta na revivificação de dados históricos sobre o oeste. É possível destacar que um dos argumentos evidenciado para a criação do estado retoma a questão histórica e tendo um representante do sulista envolvido que incorpora novas questões à problemática, evidenciando especialmente o “peso” que a agronegócio representaria para efetivação e manutenção do novo ente federado.

**Figura 7 – Matéria jornalística sobre o movimento de criação do Estado Do Rio São Francisco - Julho/2011.**



Fonte: Jornal do São Francisco, Pesquisa de Campo (2014).

**Figura 8 – Matéria da internet sobre a divisão territorial da Bahia – maio/2011**

Pérola do Dia Comentários Charges Entrevistas Artigos Viagem no

Segunda, 16 de Maio de 2011 - 12:25

**Projeto prevê divisão da Bahia em dois estados**

Foto: ZDA

The image shows a screenshot of a news article from the website 'www.bahianoticias.com.br'. The article is titled 'Projeto prevê divisão da Bahia em dois estados'. It features a map of the state of Bahia with a shaded region representing the proposed 'Estado do Rio São Francisco'. The article text discusses the proposal for the creation of a new federative unit from the division of Bahia into two parts. It mentions that the deputy federal Oziel Oliveira (PDT) will discuss the proposal in the Chamber of Deputies on May 23. The article also mentions that the proposal will be supported by the União dos Municípios do Oeste (Umob), an entity that will be articulated by the emancipation process.

O deputado federal Oziel Oliveira (PDT) promete discursar a favor da criação do Estado do Rio São Francisco no próximo dia 23, em sua estreia no chamado Grande Expediente da Câmara. Polêmica, a proposta prevê a criação de uma nova unidade federativa a partir da divisão da Bahia em duas partes. Para endossar a campanha de emancipação, o parlamentar apresentará dados históricos, econômicos e sociais da região. O discurso acontecerá na mesma data em que a União dos Municípios do Oeste (Umob), entidade que tem se articulado pela emancipação, escolherá a sua nova diretoria. Informações do ZDA.

Fonte: [www.bahianoticias.com.br](http://www.bahianoticias.com.br), Pesquisa de Campo 2014.

Mondardo e Pereira (2013) discutem que atualmente este movimento para emancipação política/administrativa do oeste baiano reflete a problemática de interesses divergentes e ambíguos, envolvendo conflitos de territorialidades e identidades territoriais (políticos, fazendeiros, sulistas, dentre outros). Os autores afirmam que apesar do crescente interesse na consolidação do novo estado, muitos moradores sequer tem conhecimento da proposta de criação. Apontam que do total dos entrevistados em 19 dos 35 municípios do oeste, 67% deles nunca ouviram falar da proposta de divisão. Em campo quando investigamos sobre este fato, de modo informal, nos estabelecimentos comerciais, em locais públicos e até mesmo nos órgãos de governo municipal, os argumentos se apresentam de modo diverso. Alguns afirmaram que desconheciam o movimento, mas que era importante separar da Bahia, pois nunca nenhum político “fez nada no oeste”. Outros afirmaram que pouco sabia a respeito do movimento, mas que reconheciam a existência de pessoas engajadas na proposta. Houve ainda quem afirmasse que conhecia uma proposta de anexação ao estado de Tocantins e que isto parecia ser um bom motivo, pois o “desenvolvimento” do referido estado era superior a Bahia. Outros, contudo, se mostraram contra, pois acreditavam que os políticos envolvidos não estariam preocupados realmente com a população local. Isto demonstra quão diversos são os posicionamentos, necessitando de um maior aprofundamento da análise.

Ainda na argumentação de Mondardo e Pereira (2013) uma parcela considerável de 77% das pessoas entrevistadas se apresentaram favoráveis ao desmembramento do estado, e estes dados estariam sustentados na idéia de abandono histórico, no argumento da distância com a capital baiana e no tamanho do território, na ausência de investimentos em infraestrutura e/ou na possibilidade de atrair novos investimentos caso fosse efetivada uma nova unidade da federação.

Brandão (2014) acrescentando elementos para o debate, apontando que a incorporação de alguns agentes do agronegócio, como parte desejosa da separação do oeste baiano, se apresenta de forma mais direta e representa ações classistas em vista dos interesses “que garantam melhores condições técnicas, normativas e organizacionais para as firmas e interesses que representam” (p. 12). Estas manifestações estariam diretamente relacionadas



com o novo papel da elite política e agrária em locais cuja produção moderna se especializa<sup>21</sup>, conforme já apontado por Martins (2001) e Haesbaert (2008). Segundo o autor,

Com o intuito de tornar visível o pleito separatista e mobilizar a população em torno da causa, principalmente nos municípios mais distantes do epicentro da reivindicação (Barreiras e Luís Eduardo Magalhães), as elites econômicas, políticas e informacionais do Oeste Baiano passaram a veicular propaganda pró criação do estado do (Rio) São Francisco nos mais diversos meios de comunicação. Assim, buscando angariar seguidores, os separatistas se valem de duas estratégias principais:

- *As manifestações de ufanismo*, notadamente quando citam como exemplo da riqueza regional a exuberância dos rios e do cerrado, a gigantesca reserva de água do Aquífero Urucuia, a fertilidade dos solos da região, bem como o desempenho expressivo da agricultura.
- *A criação de mitos fundadores*, que vão desde a ilegitimidade da incorporação da Comarca do São Francisco pela Província da Bahia no século XIX, à ausência histórica do poder público estadual na aplicação de verbas na região, passando pelo perigoso discurso com viés pretensamente identitário e racial. (BRANDÃO, 2014, p. 15).

A questão dos “mitos fundadores” vincula-se à estratégia de legitimar a proposta de separação, pautada em “verdades ancestrais” conforme define o autor. Estes mitos construídos relacionam-se a quatro questões: **(a)** à negligência do poder estatal com a região; **(b)** o descompasso entre as riquezas produzidas regionais e sua apropriação por sujeitos não pertencentes ao oeste; **(c)** ao passado regional e o histórico da Comarca do Rio São Francisco e; **(d)** a identidade baiana são franciscana e não baiana (BRANDÃO, 2014, p. 15). Sobre estes itens Brandão (2014) ainda apresenta discordâncias quanto ao histórico das antigas pretensões, o que para ele não guarda “similaridade absoluta” a atual proposta em termos de área reivindicada.

Uma questão que merece destaque para esta reflexão trata-se da incorporação das áreas de cerrado, inclusive do oeste baiano, ao processo de modernização agrícola experimentado nas últimas quatro décadas e que revela tendências de concentração espacial de recursos e investimentos que

---

<sup>21</sup> Há em outros estados do Brasil propostas semelhantes de divisão territorial atreladas com a questão do agronegócio e a migração de produtores de diversas regiões, especialmente do sul do país. Uma das regiões é conhecida como MAPITOBA ou MATOPIBA fazendo-se referência aos estados do Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia, além de outras áreas no Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, constituindo o front agrícola, conforme destaca Nonato (2005).

priorizam uma restrita parcela da população. A posição do Estado neste processo foi de incentivar e/ou facilitar os investimentos privados ligados na sua maioria ao agronegócio de grãos. Conforme Haesbaert (2008) a presença de produtores agrícolas, especialmente sulistas na porção oeste da Bahia, provocou modificações que vão desde modelos agrícolas - diferentes dos observados historicamente no oeste, à imposição de novos padrões culturais. Há nitidamente uma separação entre os baianos e o novo grupo de migrantes, provocando uma desterritorialização dos baianos e a reterritorialização dos sulistas segundo as observações do autor. Isto estaria relacionada à “reinvenção das identidades” e as mudanças em diferentes dimensões da vida dos sujeitos, estimulada pelas transformações econômicas ocorridas.

Mesmo não tratando neste trabalho especificamente da questão separatista, busca-se apresentar o conteúdo e o contexto a ela relacionados. Portanto, ousa-se considerar que a inserção desta nova parcela ou grupo social de sulistas, se expressa como a tentativa de construção da *hegemonia* de uma nova classe (agronegócio). Este “novo” grupo além de garantir a condição econômica de prestígio tem ocupado, num período mais recente, os espaços de liderança política, locais e regionais, tanto preenchendo cargos eletivos e/ou garantindo apoio de políticos locais para os seus projetos – particularmente ligados à produção e exportação de grãos. Há a suposição de que no oeste observa-se a tentativa de conformação de uma *nova hegemonia*, não sob a liderança de baianos ou “oestinos”, mas de classes ligados à agricultura modernizada. Para Gramsci (2000) a hegemonia é a supremacia de uma classe social, sobre uma sociedade numa articulação entre direção e dominação e,

caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria (GRAMSCI, 2000, Vol. 3, p 95).

Um grupo é hegemônico se o mesmo desempenha certa liderança política e institui o consenso (a direção) e tem, ao mesmo tempo, a capacidade de dominação exercendo a força (imposição ou a coerção). Carnoy (1990) complementa que,

A hegemonia compreende as tentativas bem sucedidas da classe dominante em usar sua liderança política, moral e intelectual para impor sua visão de mundo como inteiramente abrangente e universal, e para moldar os interesses e as necessidades dos grupos subordinados (CARNOY, 1990, p. 95).

O consenso que se busca impor emerge da apropriação destas novas classes ao fundamento regionalista de “esquecimento do oeste”. Ao que indica, a fração ou frações de classe(s) que já detém o domínio econômico, apoia(m)-se num discurso e sentimentalismo territorial para consolidação e fortalecimento do seu bloco histórico. Com isso, pretendendo exercer, na configuração de um novo estado, a direção e conseqüentemente a estruturação de uma hegemonia da classe ligada ao agronegócio compreendida pelos sulistas. Esta questão poderia ser relacionado com o que Haesbaert (2008, p. 365) já havia pontuado, além da dinâmica econômica apropriada, há um direcionamento para “(re)invenção de identidades na tentativa de legitimar novas unidade político-administrativas”. Assim, a hegemonia se aproxima da tentativa de reinvenção identitária, de imposição de um grupo sobre outro e de apropriação dos meios econômicos e políticos para um comando regional.

O aspecto fundamental é que ao apropriar-se do histórico territorial de abandono, do consenso que fora criado secularmente no oeste, a fração de classe que já domina a dimensão econômica, já apropriou-se do espaço de produção/reprodução, almeja igualmente a direção política, em virtude da divisão e formação do novo estado, que na atual conjuntura já “nasceria” desigual, devido às acentuadas diferenças entre os subespaços do oeste. Além disso, esta hegemonia só poderá ser exercida se o bloco de poder que busca apropriar-se dos aparelhos do Estado, consolidar o consenso de classe e assumir o poder político e a direção. Cabe salientar, no entanto, que essa hegemonia a que nos referimos não contempla o desejo da população local e neste sentido não condiz com a proposta almejada por Gramsci da formação de uma hegemonia alternativa. Para que isso ocorresse, a articulação das classes populares na formação de uma contra-hegemonia seria o movimento mais radical para fazer frente a esta proposta.

É possível destacar que as antigas disputas territoriais, aliadas às propostas de separação do território se revestem de novos contornos, inserindo

aspectos que tornam o impasse político/administrativo ainda mais instigante. A convivência de grupos sociais com propósitos divergentes e até mesmo conflitantes sinaliza que há um caminho extenso a ser percorrido, especialmente se permaneceram ainda a fragmentação de grupos e a incompatibilidade de proposições. Destaca-se que estes argumentos sobre o tema da separação territorial, da construção de uma hegemonia e a questão de identidades territoriais são apenas reflexões iniciais que foram expostas, sobretudo, por considerar este tema uma questão importante a ser trabalhada. Além disso, tanto as manifestações mais recentes quanto as mais antigas representam traços de uma particularidade histórica do processo de formação territorial do oeste baiano. Nesse sentido, identifica-se diversos fatores peculiares que conferem singularidades na constituição deste território. Dentre os principais destacam-se:

**(a)** Ocupação do território através da criação/expansão de gado no dito sertões do São Francisco;

**(b)** Disputa territorial referente à posse e domínio do território entre baianos e pernambucanos, evidenciando um litígio de terras e imprecisão das fronteiras, desde o início da colonização;

**(c)** Tentativas emancipacionistas marcadas pela estruturação de uma elite local/regional enraizada e que posteriormente se afirma enquanto representantes do coronelismo nos sertões são franciscanos;

**(d)** Construção da idéia de isolamento do oeste em relação às políticas territoriais, discurso que alimenta e reafirma o desejo separatista, e se evidencia pela falta de atuação do Estado no atendimento das demandas sociais e políticas territoriais no oeste;

**(e)** Recente incorporação de uma nova classe na sociedade oestina, esta, detentora da base econômica, apropria-se do discurso regionalistas e busca a tentativa de consolidação de uma nova hegemonia.

Estes fatores, geograficamente compreendido enquanto processos e marcos políticos apresentam-se como fundamentais para o entendimento de construção do território do oeste baiano. São traços específicos da formação

territorial oestina, que sofreu profundas alterações nas últimas décadas e que durante muito tempo esteve num estágio de letargia, por se caracterizar como fundo territorial e representar para o Estado reserva de espaço, para futuras apropriações. Gradativamente, mas sem alterar a dinâmica social de maior parte da população local, ocorreram mudanças de estratégias políticas/econômicas e o oeste baiano se insere na dinâmica econômica estadual. Hodiernamente se impõe como um dos mais importantes espaços econômicos e produtivos (nas escalas estadual, regional, federal e internacional) de forte penetração do capital privado e da própria ação do Estado.

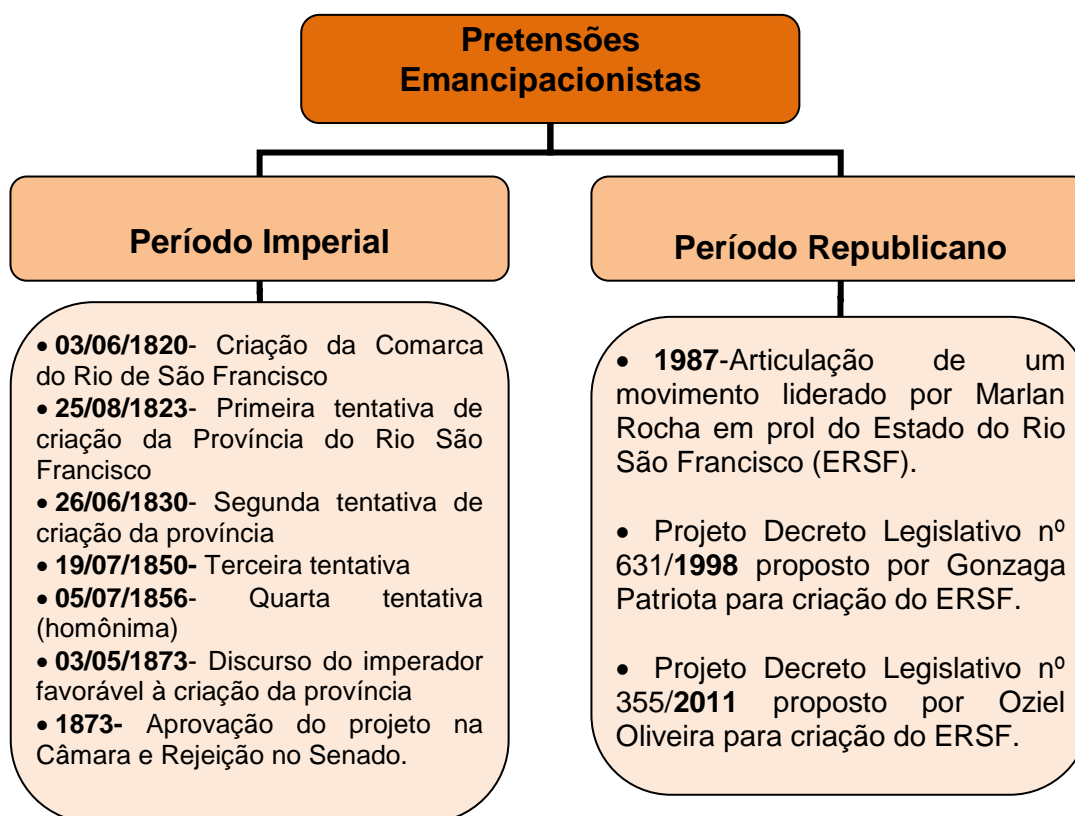
Neste direcionamento torna-se necessário aprofundar esta discussão, especialmente na tentativa de melhor esclarecer os interesses, objetivos, conflitos, viabilidades e agentes envolvidos em torno do movimento de criação do novo estado. Um dos pontos importantes é reconhecer que estas propostas não são pretensões recentes, revelando a existência de um histórico de motivações separatistas e que há incorporação de novos sujeitos, com novos objetivos em torno de um projeto antigo. Se não existe a garantia de melhorias em simplesmente emancipar o território, menos ainda são as certezas com relação ao desenrolar da proposta e de certo, a tentativa de separação do território apresenta-se como instigante objeto de estudo no campo da geografia política. Estas questões serão aprofundadas em um outro contexto, tendo em vista que a pretensão neste momento é apresentar alguns elementos e particularidades da formação territorial do oeste baiano para compreensão da trajetória das políticas territoriais implementadas.

A figura 9 sintetiza os principais movimentos em prol da separação territorial tanto no período imperial, quanto republicano. Aparentemente ocorreram mais manifestações no Império, contudo, as questões na República atualizam o debate e incorporam novos elementos desta dinâmica política.

Em resumo, o objetivo deste capítulo foi de apontar aspectos da formação territorial do oeste baiano, especialmente num contexto mais pretérito. Como apresentado, desde a sua ocupação até as transformações mais recentes, o território da margem esquerda são franciscana esteve envolvida em disputas de posse e movimentos autonomistas de divisão territorial. Estes movimentos se configuraram como expressão da

particularidade histórica, destacando-se enquanto marcos espaço-temporais da formação territorial do oeste da Bahia.

**Figura 9- Pretensões emancipacionistas do oeste da Bahia no período imperial e republicano**



Fonte: Martins (2003); Mondardo e Pereira (2013).  
Elaboração: Maria Aparecida Brito Oliveira

Fundamentados no discurso de ausência de ação do Estado (imperial ou republicano), no tocante as políticas territoriais para o desenvolvimento, as manifestações apresentaram distinções em cada período analisado. No Império, esta ausência se dava em virtude do poder centralizado do governo central que demonstrou pouco interesse no oeste, permitindo a articulação das elites locais na construção de suas demandas próprias e na consolidação da idéia de “esquecimento” da parte mais ocidental da Bahia. Na República, especialmente nas quatro últimas décadas, as demandas estiveram relacionadas à nova estruturação política e econômica, fruto da expansão do

agronegócio e permissividade do Estado, no que tange a facilitação de penetração do capital privado da elite agroexportadora.

As proposições mais recentes, apesar de conflitarem quanto aos interesses e objetivos, reavivam o desejo secular, imbuídas também da exacerbada idéia de esquecimento e abandono do oeste. Ao que indica, o embate *pró* ou *contra* ao Estado do Rio São Francisco tão logo não deverá ser solucionado e muitas manifestações ainda podem suscitar novas discussões. Há que se considerar que este não é um tema de simples apreensão, tornando-se necessário aprofundar em suas especificidades, contribuindo para as discussões tanto no campo da ciência geográfica, quanto no tratamento da problemática social que vivencia cotidianamente a sociedade do oeste baiano.

Pelos argumentos apresentados, nos próximos capítulos buscar-se-á explorar novos elementos da formação territorial no oeste baiano, centrando as análises nas políticas territoriais destinadas aos municípios. Estas ações serão situadas dentro de cada contexto histórico apresentando, vislumbrando compreender o sentido da atuação do Estado e os reflexos efetivos destas políticas para os municípios da porção mais ocidental da Bahia.

### **3. AS POLÍTICAS TERRITORIAIS NO ALÉM SÃO FRANCISCO (1889 – 1955).**

Tendo como objetivo central deste trabalho, investigar as políticas territoriais do Estado direcionadas à porção oeste do território baiano ao longo de sua formação territorial (1889-2014) inicia-se este capítulo trazendo a discussão sobre o Estado Territorial e constituição deste tipo específico de política. Em seguida será apresentado o contexto político e econômico do estado da Bahia, investigando especialmente quais ações foram mais significativas para superar o quadro de decadência experimentado no período entre 1889 e 1955. Busca-se centrar no oeste baiano, contudo, devido a pouca expressividade deste território no referido período, pretende-se elaborar uma abordagem multiescalar valorizando, inicialmente a escala nacional, a estadual e em seguida, a escala regional relacionada ao oeste e as características peculiares do processo de formação territorial.

A escolha das datas corresponde aos marcos temporais e políticos significativos pelos quais atravessara a Bahia naquele período, sendo o primeiro ano (1889) referente à Proclamação da República Brasileira, que inaugurou um novo regime administrativo, político, econômico e territorial, no qual as antigas províncias foram transformadas em novas unidades, passando a serem denominadas de “estados”. Aquela altura, as características do governo imperial, não mais condizia com as aspirações de boa parte da elite, exigente de maior autonomia de poder, mesmo sendo esta herdeira de grande prestígio. A crise econômica pela qual passava o Brasil era também um fator relevante para que uma mudança política/econômica pudesse ser experimentada. Aliado a isso, a promessa de um regime republicano soava com “ares de progresso” para os simpatizantes do projeto.

A segunda data (1955) também configura um marco político significativo por ser o ano que se inaugura o planejamento institucionalizado no estado da Bahia, tendo em vista que até este período não haviam condições infraestruturais ou pretensões de ideais políticos em organizar uma estrutura de planejamento estatal. Isto, no entanto, não significa que os governos não tivessem objetivos e metas de planejamento em suas pautas, mas a forma como se conduzia, não dispunha de estruturas consolidadas (órgãos,



hierarquias ou comissões definidas). Em resumo, considera-se a segunda metade da década de 1950 como o período de forte debate versando o planejamento estadual e que reflete uma mudança de perspectivas acompanhando a própria conjuntura de planejamento a nível nacional. No oeste baiano, o período em questão (1889-1955) representou uma mudança na condição de fundo territorial para Além São Francisco conforme os argumentos que serão apresentados.

### 3.1 Estado e Políticas Territoriais

Os estudos sobre *Estado e Território* consolidaram, nos últimos anos, uma área importante nas ciências sociais e que vem “se tornando a principal ocupação de uma parte substancial de reflexão e de aplicação geográfica” (FONT; RUF, 2006, p. 89). A centralidade do estudo na geografia tende a enfatizar o Estado Moderno com ênfase na sua dimensão territorial e segundo Andrade (1998) a noção de Estado é diretamente ligada à noção de Território, considerando que este último torna-se o elemento essencial para existência do primeiro.

O conceito de Estado, especificamente no âmbito da geografia ganha centralidade com a obra clássica de Ratzel - na segunda metade do século XIX - e inaugura um campo de estudo político nesta ciência. O cenário de lançamento da obra ratzeliana era o processo de unificação do Estado Alemão<sup>22</sup> e momento de consolidação dos recém-instituídos Estados Nacionais em toda Europa. Neste período estava presente a forte relação Estado e território, mas numa perspectiva muito naturalista conforme indicativo de Costa (2011).

A disposição de Ratzel em analisar Estado e o solo a partir de uma relação biogeográfica é proveniente dos objetivos que se buscava cumprir naquele período, teorizando que o Estado possuía uma lógica intrinsecamente geográfica (CASTRO, 2011). Atualmente algumas proposições ratzelianas não

---

<sup>22</sup> O caso específico da Alemanha é caracterizado por longas negociações e guerras para unificar os Estados germânicos (Castro, 2011). Além disso, este foi um dos últimos Estados a se estruturar. Somados a esse contexto, a Alemanha sofria influência das idéias darwinistas e hegelianas que vão, de certo modo, influenciar toda a produção acadêmica da época, especialmente na Geografia.

cabem na leitura espaço-temporal, o que não significa que o tema do Estado não seja importante na geografia política contemporânea ou que este ramo da geografia esteja simplesmente pautado na leitura exclusiva do Estado (CASTRO, 2011). Cabe reconhecer que fora a partir da teorização ratzeliana que “la geografía pasa a disponer de una nueva rama, que tomará como centro de su interés al Estado y las relaciones espaciales de poder” (SÁNCHEZ, 1992, p. 87). Reconhecendo a importância da análise sobre o Estado, Sánchez (1992) considera que

[...] lo esencial em nuestro caso es constatar que, si bien el Estado representa alguna forma de relación social de poder entre los miembros de una colectividad, para que éstas puedan darse es necesario, como en todo proceso social, una base espacial-territorial, siendo, además, sumamente importante conocer su extensión y sus límites, así como las formas de dominio y de apropiación de la base territorial (SÁNCHEZ, 1992, p. 90).

Nesta interpretação, o Estado comporta sempre uma necessidade concreta de vínculo com o território e sua tarefa é de apropriar-se, controla-lo e geri-lo, considerando os âmbitos da vida social e as diferentes instâncias (econômica, política, ideológica, social, jurídica, cultural, linguística, espacial). O Estado dotado de um território torna-se uma forma específica e historicamente localizada de Estado que emerge na modernidade. Por essa interpretação reconhece-se que o nascimento do Estado Moderno definiu o marco da centralidade territorial do poder em torno do espaço *político* que se diferenciou de outros contextos pela questão da soberania e pela definição de normas/leis, assentadas num limite administrativo, político, jurídico e de fronteiras. Este espaço político é o território que, no novo contexto, demarca a natureza territorial do Estado (CASTRO, 2009).

Aprofundando o debate sobre esta questão na geografia é possível distinguir duas dimensões de ação deste Estado dotado de um território (Estado Territorial). Segundo Sánchez (1992, p. 90) “el Estado - cada Estado - es, por tanto, una unidad básica con poder sobre el interior, y formalmente autónoma respecto al exterior”. É complementar esta análise a afirmação de Taylor (1994) considerando que o poder interior do Estado ou o poder *para dentro* se vincula “com las relaciones entre el Estado, por una parte, y, por otra, su sociedad civil y las actividades económico-sociales existentes dentro

de su território” (p. 144). Já as relações com o exterior, ou as ações *para fora* tem a ver “com las relaciones del Estado respecto al resto del sistema interestatal del que forma parte” (p. 144). O Estado assim opera simultaneamente em ambas as esferas, interna e externamente, tratando de assuntos que são de interesse do seu território e da sociedade que o compõe, ao tempo que estabelece relações diversas com outros Estados. Castro (2011) pontua esta questão falando da existência de um pacto interno e um pacto externo, sendo impossível compreender esta instituição moderna sem levar em conta esta dupla dimensão. Já Sanguin (1981) trata do jogo de forças centrípetas e centrífugas. “Las primeras tienden a promover la cohesión interna del territorio, mientras que las segundas impiden o disuaden la integración fecunda de um pueblo y de su espacio” (p. 17) e estas forças operam a todo momento sobre a base territorial que é parte constitutiva do Estado.

Cabe também a discussão que considera o Estado como uma instância autônoma e que possui do mesmo modo a autonomia de ação política. Não se considera que o Estado esteja *apenas* submetido à classe econômica, apesar do conjunto de suas ações se inclinarem no atendimento das demandas de grupos economicamente hegemônicos. Tendo em vista a polêmica desta assertiva e as diversas correntes marxistas, liberal e funcionalista compreende-se a necessidade de aprofundar este debate não submetendo o tema a uma corrente única (CASTRO, 2009). Considerando grande parte das teorias do Estado como reducionistas, Mann (1992) propõe pensar o poder do Estado em duas dimensões: o *poder despótico* e o *poder infra-estrutural*. O primeiro estaria relacionado “a extensão das ações que a elite é capacitada a empreender sem a negociação de rotina, institucionalizada, com os grupos da sociedade civil” (MANN, 1992, p. 168). O segundo relaciona-se “a capacidade do Estado de realmente penetrar a sociedade civil e implementar logisticamente as decisões políticas por todo o seu domínio” (p. 168-169). Em síntese o poder despótico seria o poder extremado, usado por aqueles que assumem o Estado e vai se diferenciar em cada sociedade, sendo uma espécie de poder “sobre tudo e sobre todos”. Pode-se citar o poder do imperador chinês, “Filho do Sol”, o do Império Romano e de muitos monarcas na Europa Moderna que viam como absoluto este poder e a realização de seus desejos e

caprichos conforme sinaliza Mann (1992). Já o poder infraestrutural seria a capacidade de intervir na sociedade, podendo ser por meio da cobrança de impostos, da maneira controlar informações sobre cada indivíduo, da forma de estabelecer regras e leis sobre os limites territoriais, ou seja, o modo de penetrar na vida cotidiana com ou sem consentimento da maioria. Para o autor, estas duas formas de poder derivam da capacidade de organização centralizada territorialmente e exclusiva do Estado.

Refletindo sobre uma outra perspectiva, alguns teóricos pregam a necessidade de formulação de uma nova estrutura de Estado, esta relacionada à correlação de forças sociais, que interagindo cotidianamente podem promover mudanças no território. Romper com uma hegemonia ou com um Estado que tendencia suas ações para as classes dominantes é tarefa de um movimento mais profundo e de conformação de um novo bloco histórico de poder. As interpretações de Gramsci (2000) são pertinentes nesta análise, pois tendem a considerar que a formulação da contra-hegemonia ou da hegemonia alternativa deve emergir no seio da sociedade, construindo o consenso de classe (massas populares) para, então se apropriar da sociedade política (Estado) e formar um novo bloco histórico representante dos grupos hegemonzados. Esta é uma questão polêmica e que merece aprofundamento.

Outra reflexão sobre o Estado tende a considerar sua perda de poder ou até mesmo a tendência do seu desaparecimento num contexto mais atual de globalização. O que ocorre é que na “realidade o aparato institucional do Estado ainda não deixou de ser capaz de engendrar ações que afetam profundamente o espaço, para dentro e para fora de seus limites territoriais” (CASTRO, 2011 p. 78). Apesar de a dita globalização pregar o fim das fronteiras, dos limites e até fim do Estado é possível reconhecer que, mesmo com uma nova conformação da economia, com a extrapolação dos limites estatais, a expansão das multinacionais e a existência de agências supranacionais, não se pode desconsiderar o peso ainda relevante do Estado no contexto atual. Os Estados ainda possuem autonomia de poder e gestão de seus territórios, principalmente quando se avalia a capacidade de articulação destes com a sociedade nas decisões políticas.

Ao contrário do que se repete impunemente, o Estado continua forte, e prova disso é que nem as empresas transnacionais nem as

instituições supranacionais, dispõem de força normativa para impor sozinhas, dentro de cada território, sua vontade política e econômica (SANTOS, 2000, p. 238).

Corroboramos com Milton Santos nesse aspecto, tendo em vista que mesmo com a redução de alguns limites defende-se que esta discussão não pode desconsiderar a ação do Estado e sua relação com outros agentes. O direcionamento que pretende-se percorrer neste trabalho tende a valorizar a existência do papel do Estado, não no sentido de ratificar a importância ou necessidade desta organização, mas reconhecendo que torna-se fundamental compreender como o Estado atua e como ainda mantém o papel de certa “centralidade” nas decisões macro políticas. Como o Estado, organização política, usa da autonomia e como se utiliza dos seus aparatos (jurídicos, políticos, ideológicos) para se reafirmar na atualidade, avaliando a sua atuação na manutenção do território, na formulação e atenuação do consenso na sociedade. Reconhece-se que o Estado não é o único agente e que do mesmo modo, outros sujeitos (individuais e coletivos) possuem importância na dinâmica espacial, principalmente num contexto tão complexo como o da sociedade atual.

Contrariando a perspectiva de homogeneização da globalização e a defesa para o fim do Estado, o número de fragmentações ou divisões em novas unidades apresentou um movimento ascendente nos últimos anos, conforme aponta Taylor (1994). Isto ratifica que não há uma perspectiva de homogeneização completa do mundo, nem mesmo fim das fronteiras e/ou pouca relevância do papel dos Estados<sup>23</sup>. Fonseca (2013) também pontua essa análise ao avaliar a emergência de localismos diversos, como experiências que contradizem o papel homogeneizador da globalização, citando as inúmeras tentativas de articulação em diferentes níveis escalares e sinalizando para o aumento do número de fronteiras e Estados independentes, com base na obra de Foucher (2009). Este contexto evidencia que ocorreram mudanças no papel do Estado e nas relações com a sociedade e que a interpretação da realidade

---

<sup>23</sup> A globalização provocou mudanças significativas num contexto mundial. No entanto, não se pode considerar o mundo como um sistema homogêneo de Estados, sem fronteiras, sem limites territoriais, institucionais e políticos. As interpretações sobre o papel da globalização não podem negligenciar estas questões.

deve direcionar para existência de novas características sociais, políticas, econômicas e culturais que emergem deste processo.

De maneira geral, o grande interesse pela questão do Estado não se apresenta como tema recente. Gruppi (1986) sinaliza que o empenho em estudar a temática aparece concomitante ao próprio surgimento desta organização política da sociedade. No entanto, as discussões têm revelado um grande protagonismo nos últimos dois séculos (FONT; RUFÍ, 2006) ampliando-se o entendimento da organização política e o seu papel, especialmente no atual contexto capitalista. O que parece evidente é a existência de produção vasta sobre o tema, em que as diferentes acepções do termo abrem diversos caminhos interpretativos. Buscando reunir algumas conceituações Sánchez (1992) propõe distingui-lo em pelo menos quatro significados:

- (a) **Estado-nação:** coincidem-se domínio territorial e consciência sociocultural (nacionalismo, patriotismo, idéia de pertencimento, símbolos, ideologia nacional). Neste caso são comuns a língua, os valores, normas, comportamentos e cultura compreendidos num limite de espaço físico estabelecidos;
- (b) **Estado-poder:** tenderia a concepção de Estado como instância superior da sociedade, mas esta visão não pode existir concretamente, já que o Estado não deve ser considerado independente da sociedade (apesar de sua autonomia), sobretudo, porque é fruto de uma relação de forças. Nesta direção o Estado constitui o âmbito operativo das relações políticas e a capacidade dos grupos sociais de impor seus objetivos econômicos, políticos e ideológicos sobre os demais;
- (c) **Estado-aparato:** relaciona-se a idéia de governo, administração, articulação dos instrumentos de gestão que o Estado assume (instituições, corpo administrativo) e organiza competências. Em outras palavras, diz respeito ao aparato administrativo que cumpre o papel de articulação e gestão social e territorial;

**(d) Estado-território:** significa cada unidade política territorial, definida por limites e fronteiras e distintos de estados vizinhos (em suas diversas escalas - mundial, regional, local). Seriam as unidades geopolíticas, em que se impõe o Estado-poder e o Estado-aparato, e para sua existência é indispensável uma base territorial sobre a qual se exerce certo domínio.

Sánchez (1992) defende que se o Estado- território representaria a base física do exercício do poder e nele estaria sobreposto o Estado-poder, onde os agentes exerceriam suas funções (políticas) e que tenderiam a estender sobre a base física (territorial) os interesses da classe dirigente. Poder-se-ia aqui utilizar-se da expressão gramsciana e considerar os interesses da classe na construção de uma *hegemonia*. Cabe ainda destacar que cada abordagem citada carrega um significado específico que se diferencia principalmente pela aplicação, mas “cualquiera que sea la definición de Estado, este comporta la necesidad de concretarse sobre um territorio y de apropiarse de su espacio” (p. 90). Nesta acepção o Estado não existiria sem o recurso indispensável do território.

Para este trabalho, adota-se a concepção de Estado Territorial em que “construção política dessa jurisdição pressupõe um domínio territorial efetivo sobre uma porção da superfície terrestre, a qual se qualifica como base física” (MORAES, 2005, p. 51) para exercício do poder e que se expressa num aparato estatal. O território que se qualifica é o “espaço demarcado para o exercício de poder” (p. 51) do Estado, ou o seu limite político, jurídico e institucional. Moraes (2011) traz uma contribuição quanto a construção do Estado brasileiro tomando como fundamento a formação territorial e a particularidade histórica do processo de ocupação do espaço, como já apresentado anteriormente. A correlação entre Estado e Território é fundamental quando se analisa o histórico de formação das nações que outrora foram Colônias, como é o caso do Brasil. O autor considera que a configuração moderna da organização política e social implica numa definição clara quanto às formas de exercícios do poder e conformação de territórios. Neste sentido, ratifica-se a concepção de que o Estado se configura como uma organização específica no atual contexto e este não pode ser desvinculado do seu

complemento espacial, que seria a definição de um território específico, no qual deverá ser exercido um poder. A afirmação deste poder estaria vinculada a muitas questões, entre elas, à formação de uma ideologia nacional, um sentido de patriotismo e o pertencimento a um território-mãe, ou uma pátria.

A conformação e expansão do território como estratégia básica de consolidação do Estado encontrou no contexto sul-americano um vasto campo de realização, dada a própria essência dos processos de colonização (calcados no expansionismo espacial) e na existência de grandes estoques de espaços ainda não incorporados às economias coloniais (Jara et al, 1969). Nesse quadro, a questão da delimitação dos territórios estatais e do domínio dos fundos territoriais ganha potência nos projetos políticos de autonomização e centralização do poder institucional no subcontinente (MORAES, 2006, p. 42).

Estas questões estão, sobretudo, relacionadas às determinações e mediações do contexto de formação colonial, cujas características tinham como ponto de partida a dimensão espacial que originou os processos de expansão territorial (MORAES, 2006). A compreensão destes territórios se dá na análise de sua geografia histórica, na investigação dos acontecimentos pretéritos e na dialética apoiada na retrospectiva espaço/temporal. Estes últimos elementos assumem uma visão do movimento histórico para explicitar os processos sociais (políticos, econômicos, culturais) de repercussão no espaço. Segundo o autor,

Para realizar tal intento, **é necessária uma abordagem integrada e sincrônica, num mesmo âmbito espacial, dos processos de valorização do espaço ali concorrentes** (Moraes e Costa, 1984), das políticas territoriais ali praticadas (Costa, 1988), e das ideologias geográficas correspondentes (Moraes, 1988). (MORAES, 2006, p. 45, grifos nossos).

Uma abordagem versando pela geografia histórica torna-se o eixo fundamental no desenrolar dos processos e marcos espaço/temporais, em que a formação territorial apresenta-se como uma teorização que implica resgatar no passado, os elementos geopolíticos das ações que foram empreendidas num determinado recorte espacial. A formação territorial, como já apontado no capítulo anterior, ainda pode ser compreendida como uma tentativa de investigar a historicidade do território, destacando que os estudos que se direcionam nesta perspectiva tendem a enfatizar abordagens versando para *história* articulada a uma dimensão *geográfica* (MORAES, 2005). Esta



concepção ocupa-se de enfoques para além de uma visão de passado, propondo uma análise dialética de situações, eventos e marcos ocorridos numa trajetória temporal e pautando-se numa história em movimento, dita como essencialmente geográfica.

Para o presente trabalho será analisado o processo formação territorial do oeste da Bahia, evidenciando as políticas territoriais implementadas pelo Estado, como fundamento para entendimento da conformação do território. Há o reconhecimento da ausência de uma produção científica significativa sobre as políticas territoriais o que é agravada pela mudança no papel do Estado em meados da década de 1990 (RUCKERT, 2010). Apesar de bastante utilizado em trabalhos científicos e governamentais de diversas áreas, o conceito não é trabalhado em sua fundamentação teórica.

Na geografia brasileira Costa (2011) é um dos autores que discute a temática defendendo que as políticas territoriais não se restringem aos planos regionais de desenvolvimento, mas atingindo todas as ações e atividades planejadas pelo Estado e que contemplem as dimensões de políticas urbanas, ambientais, regionais, entre outras. O fundamento é que se pensem essas políticas inseridas num âmbito integrado entre processos sociais, políticos e econômicos. Na definição do autor, as políticas territoriais

**abrangem toda e qualquer atividade** que implique, simultaneamente, uma dada concepção do espaço nacional; uma **estratégia de intervenção ao nível da estrutura territorial** bem como mecanismos concretos que sejam capazes de viabilizar estas políticas (COSTA, 1988, p.13, grifos nossos).

As políticas vão desde os programas, projetos, planos até mesmo as obras e ações. Neste sentido um grande programa ou mesmo a instalação de um órgão governamental poderia representar parte de uma política territorial visando à intervenção no território e possuindo um impacto direto na organização territorial. Fonseca e Silva (2008) definem as políticas territoriais como um conjunto multiescalar e multisetorial de ações promovidas pelo Estado. Os autores abrem a possibilidade de ampliação do conceito, interpretando que às institucionalidades e os mecanismo de gestão do território, a exemplo da constituição de um órgão colegiado de gestão ou de arranjos institucionais (conselhos e consórcios), se configuram como um tipo

de política territorial. A partir disso, ousamos considerar que as infraestruturas técnicas e de gestão, as obras, objetos geográficos de grande impacto, os órgãos e instituições de governo representam exemplos de como uma política territorial pode se efetivar. Isso permite ir além da visão restrita aos planos regionais e insere aspectos que consideram que uma intervenção pode ter o impacto diretivo no território. É possível observar que a questão das políticas territoriais pode abranger temáticas como as ações na zona de fronteira conforme o trabalho de Silva (2011) e Borges (2012) ou implantação de ações em tecnologia conforme Ruckert (2004). Nesta perspectiva, uma variada possibilidade de definições e estudos contemplam o tema das políticas territoriais. Sánchez (1992) é outro autor que trabalha com o conceito definindo que,

La política territorial se configura por el conjunto de planteamientos estratégicos, a medio y largo plazo, así como por las correspondientes formulaciones de actuación dirigidas a intervenir sobre el territorio, a fin de que asuma las formas que sean adecuadas al conjunto de los intereses que controlan el poder político (SÁNCHEZ, 1993, p. 72).

O Estado apresenta-se como um agente forte e definidor das estratégias de atuação sobre o território, mas não é o único. A definição e as escolhas por um tipo ou um direcionamento de políticas territoriais, como resultado da autoridade que é investida ao Estado, caracteriza o perfil político e pode comprometer ou gerar desequilíbrios em certas frações do território.

Mediante las políticas territoriales el Estado, a todas las instancias y niveles de la Administración, plantea formas de intervención espacial com las que promover el uso del espacio-territorio, la movilidad, los asentamientos de las diversas funciones – poblaciones, productiva, de ocio, de servicios-, y la apropiación del propio espacio y del excedente. (SÁNCHEZ, 1992, p. 118).

As políticas territoriais podem ser entendidas como campo das ações, especialmente promovidas pelos poderes centrais, regionais e locais sobre os diversos territórios, de forma a modificar e qualificar o modo de atuação do Estado nos diferentes recortes espaciais (Ruckert, 2010). Nesta direção, tanto uma política estratégica, como um programa, um projeto ou uma obra se configura como uma política territorial, desde que estas tenham impactos sobre

a base territorial. Mas a ação tende a não ser necessariamente portadora de aspectos positivos, pois ao invés de garantir uma equiparação entre as porções do território e buscar diminuir as disparidades territoriais, a ação por meio das políticas territoriais, pode acentuar as diferenças dos lugares, mantendo algumas porções marginalizadas. O histórico das políticas no Brasil é ilustrativo quanto a esta questão, conforme identifica Costa (2011) e Souza (2008). Para o último autor fora justamente o planejamento adotado pelo Estado brasileiro, um dos fatores fundamentais para manutenção dos privilégios da classe dominante e para a acentuação das disparidades sociais, em virtude do histórico de políticas verticalizadas, centralistas e pontuais.

As políticas territoriais são, portanto, ações que refletem as estratégias do grupo politicamente hegemônico e segundo Sánchez (1992) a *não* aplicabilidade de políticas territoriais por parte do Estado se configura também como uma política territorial, tendo em vista que eleger ou não áreas prioritárias em um dado momento é também uma estratégia no conjunto de ações do Estado. Uma *não* política pode ocasionar impactos indiretos e não previsíveis e refletir sobre a estrutura territorial. Agindo deste modo, o Estado provoca certos “desequilíbrios” que tendem a valorizar algumas áreas em detrimento de outras, ao tempo que cumpre assumir suas prerrogativas e beneficiar as classes que lhes conferem apoio ou que lhes demandam maior número de ações. Nesta relação dialética de *presença* e *ausência*, as práticas do Estado são sempre ações pensadas e planejadas na priorização de determinados projetos e distintos grupos. O autor sugere a seguinte interpretação.

Pero en política, y muy especialmente en política territorial, la no-política territorial, o una política territorial no explicitada, asumen con frecuencia la forma de una efectiva política territorial. De lo que resultarán una serie de actuaciones de impacto territorial real que no responden a planteamientos previos, sobre lo que debería hacerse con el territorio y, por tanto, sin que respondan a una visión de conjunto, ni territorial, ni social (SÁNCHEZ, 1992, p. 72 - 73).

Tanto a ação estratégica, quanto a sua ausência, ou seja, a *não* implementação de políticas também podem alcançar impactos significativos conforme defesa Sánchez (1992). Há que se considerar ainda que a ação do Estado em termos de políticas territoriais (programas, projetos, obras) pode ser compreendida como a criação de materialidades que se conformam e implicam

em impactos no território. A ausência destas políticas materializadas também impacta sobre a base territorial conformando a definição de certa “ausência do Estado”, mas que se apresenta na realidade como uma espécie de *ausência planejada*, por não se pretender agir sobre aquele recorte, no momento.

Visando articular estes argumentos planeja-se evidenciar a atuação do Estado, na formação do oeste baiano, especialmente destacando se houve de fato políticas territoriais e quais foram as concepções das mesmas. Busca-se, portanto, resgatar os fundamentos econômicos e políticos que nortearam as concepções destas políticas territoriais e como estas repercutiram territorialmente. Nas próximas seções deste capítulo estes itens serão pontuados, a princípio, situando o cenário de transição imperial e republicano no Brasil e na Bahia, e seguidamente a atuação em termos de políticas territoriais do Estado no oeste baiano.

### **3.2 O Estado e as elites baianas na transição Império-República**

O advento do Estado federativo no Brasil e o processo de transição republicana fora marcado por disputas entre elites regionais das frações agroexportadoras. Em finais do século XIX com o aumento da produção do café e sua concentração nas províncias do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo (especialmente no Vale do Rio Paraíba) as disputas regionais se acirram, caracterizando o cenário político e econômico da recém-instaurada República. O eixo de produção econômica deslocara-se do Nordeste açucareiro para o Sudeste produtor de café (OLIVEIRA, 1993). Com a substituição da cana de açúcar como principal item de exportação brasileira, as áreas do sudeste acabaram se impondo como os novos espaços para concentração de riqueza. Isto gerou uma divisão social/territorial/internacional do trabalho devido às características adotadas conforme destaca Oliveira (1987). A especialização da produção cafeeira culminou numa diferenciação de regiões no Brasil, acirrando desigualdades econômicas e sociais que se arrastam até os dias atuais. Tudo isto fora resultado da hierarquização dos espaços conformada pelos novos centros produtores e pela emergência de novas centralidades.

O Sudeste experimentou um crescimento econômico maior e mais acelerado que as outras regiões durante os primeiros anos da República, acentuando-se nas décadas posteriores. Estabeleceu-se a hegemonia da fração agroexportadora do café e a consolidação dos grupos oligárquicos no poder (SAMPAIO, 1999) o que convencionou-se caracterizar o período como República Velha, Primeira República ou República do Café com Leite<sup>24</sup>. Não se deve negligenciar que o próprio avanço capitalista no Brasil provocou certa seletividade concentrada num novo produto hegemônico e numa nova classe de produtores. Se na escala regional, a centralidade do café no sudeste desestruturou a economia nordestina, na escala nacional, a cultura cafeeira tornou-se o fator principal para uma nova posição do Brasil na economia-mundo. Neste jogo de escalas, os resultados territoriais tendem para concentração de riqueza e produção em novos espaços (sudeste) e a eclosão de novas frações de classe (produtores e comerciantes ligados ao café).

A produção cafeeira paulista teve como incentivo às condições geográficas vantajosas, bem como foi diretamente favorecida pela queda de prestígio de outros produtos nacionais no mercado mundial, a exemplo do açúcar. Além disso, a mudança do sistema escravista para o regime de trabalho assalariado impactou na economia imperial se arrastando durante a república. Perissionotto (1994, p. 206) sinaliza que “tanto o açúcar como o algodão foram progressivamente expulsos do comércio exterior, derrotados pelos países concorrentes e por suas técnicas” que para aquela conjuntura eram consideradas mais avançadas e produtivas se comparadas à realidade brasileira.

Em 1880, o café representava 56,6% de nossas exportações, enquanto o açúcar e o algodão 6% e 3% respectivamente. Em 1930, o açúcar passa a representar apenas 0,5% da nossa pauta de exportação, enquanto o algodão caía de 30 mil toneladas exportadas em 1915, para 10 mil em 1928/1929. A borracha e o cacau foram produtos de exportação que tiveram algum significado durante o período. Porém, como se sabe, depois de uma rápida ascensão, a borracha decaiu mais rapidamente ainda, em função da concorrência da produção inglesa nas colônias asiáticas. O cacau, assim como outros produtos, tinha para vida econômica nacional um peso insignificante, embora fosse importante em termos regionais (PERISSINOTTO, 1994, p. 206-207).

---

<sup>24</sup> A hegemonia dos estados mais ricos e com maior desempenho econômico caracterizou este período. Minas Gerais e São Paulo sustentaram entre 1889 e 1930 o cenário político nacional elegendo conforme seus interesses os presidentes da República durante este tempo. Ver mais em Andrade e Andrade (1999).

O algodão e açúcar já não possuíam o mesmo prestígio se comparados à produção de café, que mesmo antes do período republicano, já conferia cifras consideráveis no quadro de exportações do país. Ainda segundo o autor, em finais do século XIX, o café representava mais da metade das exportações, tendendo ao quadro de crescimento devido aos problemas enfrentados por outros produtos no quadro nacional. O cenário agroprodutor/exportador, centralizado em ciclos monocultores, permaneceu sem alterações até a primeira metade do século XX conforme aponta boa parte dos estudos sobre a economia brasileira. Além do mais, mesmo enfrentando algumas oscilações no início da República, a exportação do produto manteve-se em níveis elevados chegando a um acumulado de mais de 833 mil sacas entre os anos de 1889 e 1955 conforme gráfico do Anexo 1.

Na Bahia, o cenário econômico fora marcado pelo declínio da produção açucareira levando-se em conta o período em questão. Durante muito tempo, a cana de açúcar constituiu o principal sustentáculo da economia baiana, sendo que no contexto de transição para a República umas das características centrais foi a tentativa de se manter o prestígio das famílias historicamente produtoras (CASTRO, 2010), aliadas ao predomínio do grupo de comerciantes exportadores e banqueiros da capital<sup>25</sup> (BAHIA, 1981). Economicamente a província enfrentava a atrofia da produção açucareira e diminuição do preço das sacas, devido à grande oferta do produto no mercado internacional<sup>26</sup>, além dos reflexos da proibição do tráfico de escravos e abolição da escravatura conforme já fora citado (OLIVEIRA, 1987). O açúcar que havia sustentado o prestígio no Império atinge níveis diminutos no início da República (Anexo 2) e somados aos fatores já mencionados a recente hegemonia cafeeira contribuiu para intensificar ainda mais a crise da economia baiana, permanecendo por um longo processo de letargia até meados da década de 1950. Estes aspectos refletiram negativamente entre as elites baianas que se apresentavam

---

<sup>25</sup> Na Bahia não havia uma clara distinção entre o segmento agrário e a burguesa exportadora e os demais segmentos. Entretanto, alguns autores afirmam que não se pode caracterizar a existência de um bloco monolítico, tende em vista que havia de fato eram frações de classe em conflitos de interesses permanentes. Ver mais detalhes em Sampaio (1998).

<sup>26</sup> Para Oliveira (1987) ainda no século XVII, a cana de açúcar produzida na colônia já sofria com a concorrência das Antilhas fator que se acentua no século XVIII quando a primazia da produção mundial concentra-se em Cuba. As economias da Bahia e Pernambuco são colocadas em posição secundária levando a eclosão de crises que se sucedem nos anos finais do Império.

temerosas quanto ao futuro da produção de cana e quanto a posição política que lhes assegurava estabilidade.

No contexto político, se destaca a posição do Estado enquanto instituição mediadora dos conflitos da sociedade. O seu papel era confundido com as próprias figuras dos grandes latifundiários do açúcar e “deixava de ser uma entidade impessoal para incorporar o caráter pessoal dos políticos e proprietários de terras” (CASTRO, 2010, p. 32), que não mediam esforços em monopolizar os negócios públicos, visando o favorecimento de suas causas particulares. Neste sentido, “as elites baianas tentaram sublimar sua decadência econômica pela afirmação do seu *status* social via ocupação patrimonial e clientelista do Estado” (SANTANA, 2002, p. 52 -53). O público e o privado não estavam delimitados e por muitas vezes se fundiam. Para Pinheiro (2009) naquele contexto a decadência econômica da Bahia levara as suas elites a exercer um forte poder de controle da burocracia do Estado, sendo esta a única solução para continuidade do seu antigo poder e prestígio. A hegemonia deste grupo ao longo de quatro séculos, a manutenção dos seus privilégios, a centralidade das atividades econômicas no recôncavo baiano e a situação de subserviência<sup>27</sup> ao governo central demonstra o contexto vivenciado na época: primeiramente evidenciando o interesse na permanência histórica de sua condição privilegiada; segundo, certa inoperância das ações dos governos provinciais em solucionar ou propor ações de melhorias para a população, revelando tão somente a apropriação dos barões do açúcar nas estruturas do Estado.

A partir desse processo de dominação no âmbito político e da conseqüente apropriação do Estado, os políticos da província da Bahia e, principalmente, suas famílias, se revestiram de um poder excessivo. O resultado direto dessa atrofia será um Estado inoperante funcionalmente e incorporado ao patrimônio pessoal dos seus governantes. A estrutura do Estado a nível provincial foi peça importante para a projeção a nível nacional. No governo central, eles desempenharam papel relevante na formação, preservação e unidade do Estado nacional, incorporando-se como fiéis servidores à causa nacional (CASTRO, 2010, p, 32).

---

<sup>27</sup> Cabe salientar que alguns movimentos separatistas e de revolução eclodiram na Bahia, mas de uma maneira geral, as elites eram favoráveis ao governo central, antes de tudo pela necessidade de manutenção de seus interesses. O comando político de baianos perdurou por mais de três séculos, sinalizando o quanto fora possível o aumento da riqueza das elites provincianas na Bahia. Ver mais detalhes em Pinheiro (2009).

Para Castro (2010) havia entre as lideranças da Província da Bahia a identificação muitas vezes com as causas externas e certa inclinação dos políticos aos “interesses nacionais”, sem muito empenho com as questões inerentes aos baianos. Outro traço marcante nesta transição foi à resistência das ditas elites ao novo regime, sendo a Bahia, a última província a aderir à República conforme aponta Sampaio (1999). Na interpretação destas lideranças a influência política, da qual a província gozava no Império, poderia está ameaçada na República, não configurando a resistência apenas como uma manifestação conservadora, mas especialmente um reflexo da visão econômica das elites. Conforme Sampaio (1999) e Santana (2002) esta transição republicana, especialmente na Bahia, ocorreu de maneira acomodada, em que muitos monarquistas resistiram até certo ponto, mas mudaram rapidamente de posição<sup>28</sup> sem que houvesse qualquer alteração na estrutura política vigente. Neste sentido, aceitar o novo regime fora a estratégia encontrada para manutenção dos privilégios.

Em virtude desta característica talvez tenha sido um dos motivos para que a Bahia recebesse como doação - ainda no início do Império - o território da antiga Comarca do Rio São Francisco, que atualmente conforma a porção mais ocidental da área do estado, localizado à esquerda da margem do Rio São Francisco. É importante salientar que esta não era uma postura de todos os baianos, mas expressava a ação de uma elite arraigada e detentora de poder econômico e prestígio político. Segundo Sampaio (1999) àquele contexto a grande maioria da população residia no campo, 91,3% era analfabeta (conforme dados do IBGE, 1938) e estava excluída da participação da vida política. Além disso, cabe destacar que a elite baiana estava concentrada no litoral e recôncavo e as medidas privilegiavam estas áreas. O interior não tinha poder de decisão a nível provincial e posteriormente estadual, estando “entregue” a política dos coronéis, que governavam ao seu modo (LEAL, 1976). Um novo regime político fora instaurado, no entanto, com marcas profundas do passado histórico, tanto no que diz respeito ao comportamento dos homens da

---

<sup>28</sup> Um exemplo desta questão fora a alteração de nomes de partidos conservadores, incluindo como referencia a nova República. Esta atitude não representou mudanças de ideais políticos, mas tão somente uma estratégia para manutenção de poder. Ver mais em Sampaio (1998).



política, quanto na condução de suas estruturas sociais conforme se verá adiante.

Economicamente a Bahia enfrentava uma crise profunda e no ambiente político as características são similares, em especial pela tentativa de manutenção da elite açucareira no poder. Atendendo aos reclames da classe hegemônica, a ação dos governos baianos como mediadores das relações econômicas, se mostrou eficiente, especialmente no que tange a permissividade das condições de reprodução do capital externo. Se a Bahia vivenciou um apogeu secular com a produção açucareira<sup>29</sup>, concentrada especialmente no recôncavo, foi em virtude da ação do governo e o seu caráter de intervenção que a economia baiana se sustentou por um longo período. Em finais do Império, mesmo não mais experimentando os retornos quantitativos da fase de apogeu, a cultura da cana, foi em parte mantida pela infraestrutura criada pelo Estado, pelos subsídios creditícios cedidos aos produtores e pelos incentivos as inovações em tecnologia. Pode-se exemplificar, como tentativa de salvar a crise no recôncavo, a fundação de novos engenhos, com mecanismos e tecnologias mais avançadas a fim de garantir uma melhor qualidade do produto e fazer concorrência com o açúcar produzido no exterior (OLIVEIRA, 1993).

Em estudo produzido pela então Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia<sup>30</sup>, no início da década de 1980 destaca-se que os governos baianos se relacionaram com diversos agentes econômicos a fim de garantir os sustentáculos da economia açucareira. Outros fatores apontados no documento referem-se a situação da produção de cana e suas características enfatizando os motivos para queda da produção, a transferência de comando regional e mudança da capital do governo para o Rio de Janeiro, além da proibição do tráfico negreiro e abolição da escravatura. Como quase a totalidade da mão de obra era escrava, os problemas da proibição deste tipo de trabalho produziram reflexos diretos na economia açucareira, o que contribuiu para solapar a crise da economia baiana. Cabe destacar que a concentração

---

<sup>29</sup> Havia bastante difundida a expressão a “Bahia é o Recôncavo e o Recôncavo é o açúcar” ilustrando a concentração de recursos na zona litorânea (BAHIA, 1981).

<sup>30</sup> Trata-se do documento “A economia baiana de 1850 a 1930: algumas questões”, realizado pelo Centro de Planejamento e Estudos (CPE), estrutura ligada a Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia do estado da Bahia.

da monocultura da cana e pouca diversidade de produção também são elementos que caracterizaram o aumento da crise econômica na Bahia, devido a falta de diversidade de produção e dinamismo econômico.

Já no início do século XX, um incremento ocorrido na economia da Bahia, se direcionou para região do extremo sul do estado, que nos primeiros anos da república indicava o florescimento de outro produto: o cacau. A decadente economia baiana encontrava na produção cacauera uma possível saída para resolução de questões econômicas e políticas. Conforme apontado por Diniz e Duarte (1983) a cacauicultura estruturou-se enquanto economia voltada para exportação, nas primeiras três décadas do século XX, centralizando-se de conteúdos capitalistas na monocultura do cacau, especialmente no entorno dos municípios de Ilhéus e Itabuna. Os autores analisam a formação da região cacauera enquanto uma totalidade social considerando-a como resultado de “uma sociedade que se foi estruturando ao longo do tempo à medida que formava sua base econômica, transformando a natureza, produzindo o espaço regional” (p. 35). Destacam ainda que neste recorte temporal, instituições locais ligadas ao comércio do cacau, associações de defesas dos interesses dos produtores e comerciantes e demais órgãos foram instituídos, no intuito de preservar a economia que se consolidava na região e em vistas de garantir os interesses da exportação do produto.

A união em torno dos interesses da economia regional (produtores e comerciantes) foi basilar para viabilização de infraestruturas (viária e portos), assistência técnica e agrônômica concedidas pelo estado, especialmente porque a sociedade cacauera exerceu forte pressão junto às lideranças do governo, com destaque no tange a obtenção de melhores preços para exportação.

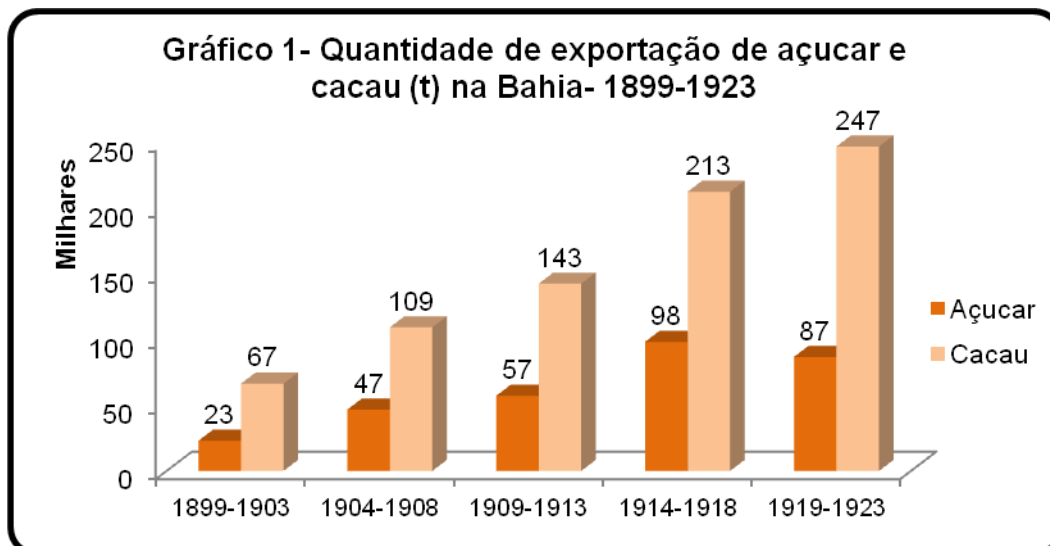
O Governo estadual, como agente da instância política, tinha dupla postura. Uma como *beneficiário* da riqueza que se escoava, via Salvador, através das casas exportadoras, mediante impostos sobre a produção e tributos indiretos (Garcez e Freitas, 1979). Outra como *incentivador* da produção regional, equipando a área com vias de circulação, apesar de ter sido pressionado pelos produtores e comerciantes. Serviu de árbitro, também, nos problemas de posse da terra quando se tratava de terras devolutas, no processo de concentração fundiária verificado neste período, beneficiando, assim, os produtores da região. (DINIZ; DUARTE, 1983, p. 39, grifos dos autores).

Ao que indica a literatura, o retorno dado à região pelo governo do estado era considerado menor do que as cifras de contribuição da produção, provocando insatisfação da elite local (DINIZ; DUARTE, 1983). O cenário era marcado pela instabilidade política a nível estadual, que preservava muito forte a herança dos barões do açúcar. Apesar da perda de prestígio da economia açucareira suas lideranças políticas ainda se enraizavam nas estruturas e aparelhos do Estado e desejam manter o controle das ações. Mas é bem verdade que, guardadas as devidas proporções, o mesmo Estado que viabilizou e se beneficiou da produção açucareira, do mesmo modo viabilizou e obteve proveito da produção de cacau, sinalizando os interesses de seus representantes.

Outra fração de classe cuja expressividade não pode ser desmerecida, fora dos comerciantes e banqueiros, residentes na capital do estado. Estes formaram alianças com as oligarquias agrárias, obtendo vantagens na estrutura criada para comercialização e exportação tanto do açúcar como do cacau. Mesmo reconhecendo que os interesses eram por vezes divergentes, as frações de classe daquele cenário mantinham relações em troca da maior exploração e obtenção capitalistas em suas transações.

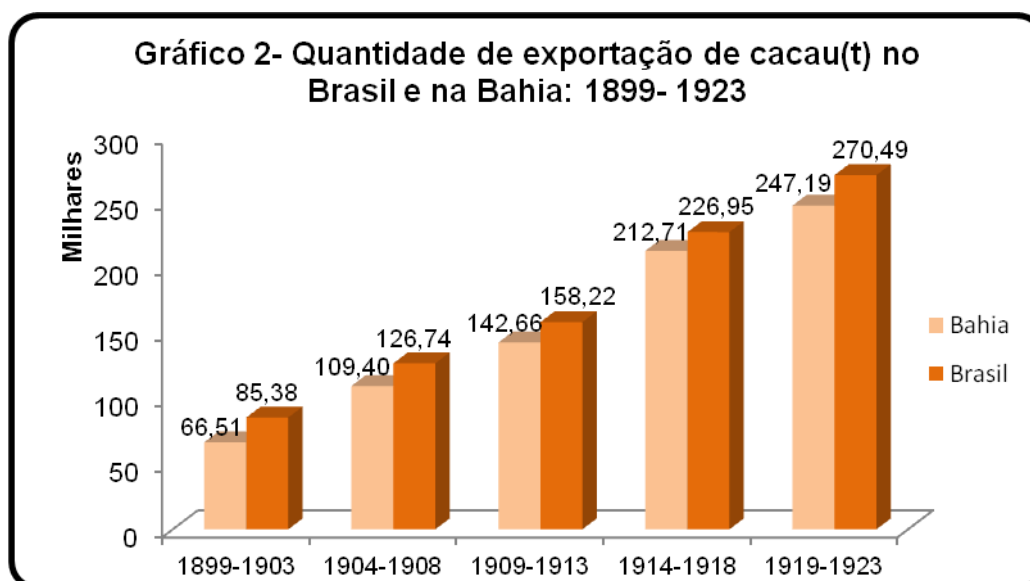
No Gráfico 1 observa-se a relação entre o açúcar e o cacau baianos entre os anos de 1889-1923. Neste período foram exportados cerca de 312 mil toneladas de açúcar enquanto o cacau representou um montante de 778 mil toneladas exportadas, demonstrando a queda de prestígio do primeiro produto em detrimento do segundo. Já o Gráfico 2 apresenta a tendência de crescimento na exportação do produto até a primeira metade do século XX. O que se pode notar é que houve um crescimento da exportação cacauzeira nos primeiros anos da República e que a Bahia possuía a primazia de exportações no quadro nacional. Entre os anos de 1899 e 1923 os valores das exportações baianas atingiam quase que a totalidade na pauta nacional. Já para o período de 1914 e 1918 (I Guerra Mundial) a produção baiana atingiu 94% da exportação cacauzeira no país, registrando índices também altos para os quinquênios de 1899, 1904, 1909 e 1919, totalizando, 77,9%, 86,3%, 90,2% e 91,4% respectivamente. Os altos valores conferiram cifras importantes para o contexto estadual baiano, mas não foram capazes de suplantar a crise econômica que se arrastara desde o Império. Além disso, a indústria cacauzeira

mergulhou numa profunda crise regional, entre frações distintas ligadas a produção/exportação e beneficiamento do cacau.



Fonte: IBGE, 1990

Elaboração: Maria Aparecida Brito Oliveira.



Fonte: BAHIA, 1924.

Elaboração: Maria Aparecida Brito Oliveira.

O que se observa no contexto do estado baiano é que o final do Império e os primeiros anos da República, as ações estaduais concentravam-se especialmente na região decadente da produção açucareira, na nova promessa cacauera e na centralidade administrativa de Salvador, além de indícios sobre

a atividade da produção de fumo no recôncavo baiano. As áreas interioranas da Bahia, como o chamado sertão, o norte e o oeste não representavam interesses do ponto de vista econômico e as medidas eram pontuais se consideradas as ações efetivas nas áreas de maior concentração da produção. O caso específico do oeste baiano não é citado nos estudos realizados sobre a economia da Bahia até a primeira metade do século XX. Trataremos a partir deste ponto de algumas especificidades do oeste no contexto de sua formação territorial.

### **3.3 As políticas territoriais e mudanças no “vazio<sup>31</sup> dos sertões”: dos fundos territoriais ao *Além São Francisco*.**

Do momento da ocupação do território e durante um longo período de colonização, o que atualmente conforma o oeste baiano, porção de terra apropriada e dominada pelo colonizador poderia ser considerada como um *fundo territorial*, conforme perspectiva apontada por Moraes (2005). Na ocupação destas áreas a conquista do espaço, a sua apropriação e domínio, era o fundamento primeiro. Nos fundos territoriais, ou sertões, a perspectiva de ação era sempre garantida na apropriação como reserva de espaço para atividades futuras. Num segundo momento, os objetivos corresponderiam aos novos usos sociais e políticos destes territórios, que no contexto federativo/republicano representaram a expansão dos projetos do Estado em direção às essas porções - vide os aspectos da interiorização, integração nacional, marcha para o oeste, ampliação da fronteira agrícola e que se caracteriza por ser uma “particularidade histórica” no processo de formação territorial brasileira (MORAES, 2013).

Para o período destacado (1889-1955) considera-se que o oeste, modifica-se da condição de fundo territorial, apresentando gradativamente o desenvolvimento de pequenas atividades produtivas (pecuária, agricultura, extrativismo). No entanto, estas não foram capazes de inserir o território no contexto econômico estadual e/ou nacional. A mudança se opera para

---

<sup>31</sup> O termo “vazios” aqui trabalhado não é absoluto, mas refere-se a idéia de sertão, como indicativo de rarefação das atividades econômicas e de um espaço pouco povoado se levados em conta a dimensão territorial. A discussão de sertão se apoia nos estudos de Moraes (2003b; 2011b).

condição de *Além São Francisco* e fundamenta-se nos aspectos econômicos e políticos da época, bem como na consolidação dos elementos para construção da idéia de “isolamento” desta porção. Este Além São Francisco<sup>32</sup> era uma área conhecida e reconhecida pelo Estado e suas lideranças administrativas, apesar de não receber neste contexto grandes investimentos dos governos baianos. Este fato poderia indicar que ocorreu um pequeno incentivo na exploração destes fundos territoriais, mas não a ponto de tornar o território parte da economia nacional.

Trabalha-se com a hipótese de que, em virtude de outras preocupações, da opção político/econômica do Estado - expressada pelos diferentes governos que assumiram administrativamente a Bahia - esta área não se apresentava como foco principal para investimentos, dada as características daquela conjuntura e talvez pela sua “herança” enquanto fundo territorial – espaço para apropriação futura. Na ausência de grandes ações do Estado, na falta de aplicabilidade de políticas territoriais e tendo em vista a influência dos líderes regionais (coronéis dos currais), acirra-se a construção do discurso de isolamento e ausência do Estado, enraizando-se um sentimento regional de que a Bahia não considerava a porção mais ocidental do seu território, estando esta *distante, longínqua e isolada*, relegada a condição de um *Além São Francisco*. É preciso, contudo, cautela para analisar este ponto: está perto ou longe, isolado ou inserido são qualitativos que devem ser considerados em escalas distintas. Um dado local pode está perto, mas não necessariamente inserido, além disso, a ideia de próximo ou distante dependerá do “estabelecimento de um referencial de localização e de comparação” (MORAES, 2003b, p. 4). Neste sentido a distância pode está, por exemplo, relacionadas às condições de transporte, “numa relação onde o tempo de deslocamento emerge como critério” conforme indica Moraes (2003b, p. 4).

Refletindo sobre os aspectos particulares que conferem singularidades ao território estudado, analisa-se que se houve ausência de políticas territoriais

---

<sup>32</sup> Neste sentido, discordamos de Freitas (1999b) por este não considerar que no início do século XX o território pudesse ser denominada Além São Francisco, estando inserida apenas como parte do imenso Sertão do São Francisco. Defendemos que há sim uma nova configuração local levando o reconhecimento do território como uma área potencial, porém com poucos investimentos do Estado e com uma economia pouco especializada que introduz lentamente novas técnicas e perspectivas de produção.

do Estado, capazes de integrarem o Além São Francisco no contexto estadual, esta postura reflete uma perspectiva de política territorial do Estado e que possui peculiaridades distintas em cada contexto histórico. Neste sentido, buscar-se-á elencar algumas características da economia e política deste Além São Francisco, considerando estas como fundamentais para o entendimento da sua formação territorial. Nesta direção, cabe situar que pelo histórico de atuação das políticas no território baiano, não somente o oeste não dispunha de projetos e medidas do governo, mas praticamente todo o interior do estado, tendo em vista a centralização econômica e administrativa no litoral, sobretudo em Salvador.

Sintetizando os aspectos econômicos, tem-se que a base produtiva do Além São Francisco era proveniente da agricultura pouco especializada somados à pecuária e às atividades extrativistas, o que se convém caracterizar como *catado*<sup>33</sup> conforme aponta Freitas (1999a). Esta denominação associa-se a multiplicidade de atividades desenvolvidas em pequena escala e com pouca produtividade. O que se admite é que a vasta área dos sertões são franciscanos continuou centralizando a criação de gado como principal atividade por todo o século XIX, atividade que fora responsável pela ocupação do território. Cabe mencionar que do ponto de vista geográfico, o Além São Francisco era rico e abundante, em virtude da disponibilidade de água, dos vales férteis, do potencial de terras e de todo o conjunto de fatores (naturais, econômicos, culturais) que chamariam a atenção para necessidade de maiores investimentos, como se evidencia na obra de Rocha (2004)<sup>34</sup>. Em seus escritos o autor envidencia as potencialidades locais, colocando a centralidade do São Francisco (o rio da unidade nacional) e sua viabilidade econômica. Na obra, publicada em sua primeira edição na década de 1940, já se referia ao fator de estagnação da economia são franciscana<sup>35</sup>, conclamando a necessidade de industrialização e mecanização da agricultura e antecipando o cenário do que viria a se consolidar em meados de 1970.

---

<sup>33</sup> Dentre os produtos da agricultura se destacam a produção de mandioca, feijão, milho, arroz e algodão além da extração de carnaúba e mangabeira.

<sup>34</sup> Em se tratando de recursos naturais, a margem esquerda do São Francisco dispunha de terras abundantes, vegetação de cerrados, além de um volume de água considerável, tendo em vista que é nessa porção geográfica que localiza-se os principais afluentes do rio.

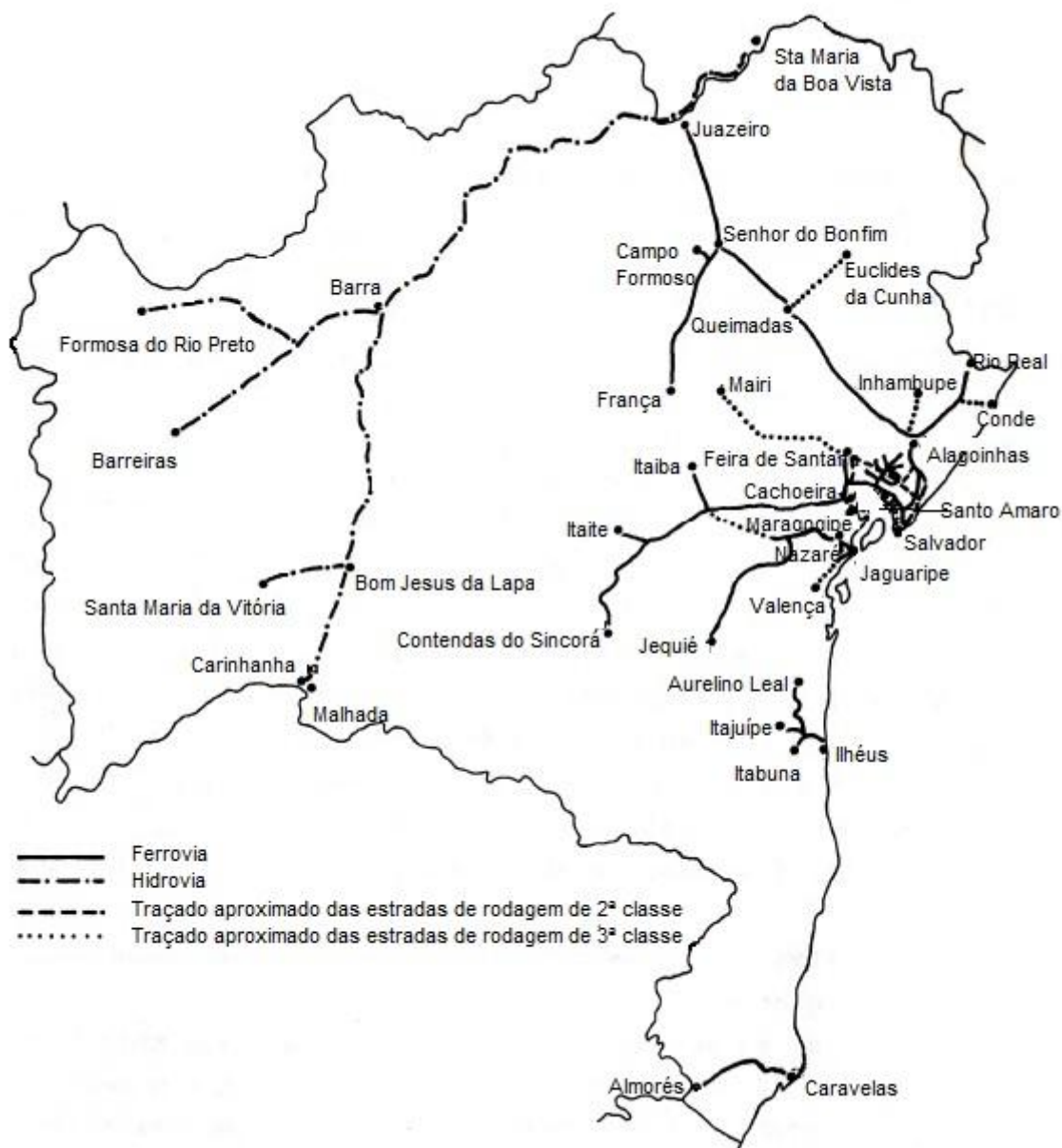
<sup>35</sup> O autor usa a expressão “abandono do São Francisco” (ROCHA, 2004, p. 104).

Ações como represamento e barramento, além da construção de canais de irrigação foram prerrogativas evidenciadas e necessárias para o desenvolvimento do vale do rio, segundo a perspectiva de Rocha (2004). Cabe sinalizar que o próprio autor, como comerciante local, traria incentivos à exploração econômica do Além São Francisco, possuindo terras e comercializando produtos em uma pequena indústria particular, sendo um exemplo de que a iniciativa privada fora um dos pontos característicos para mudança na dinâmica econômica deste recorte. Este é um aspecto que se considera como relevante no sentido de que imbuídos do discurso de abandono do Estado, os comerciantes do Além São Francisco, se lançaram no esforço de construir as bases econômicas do território e estas se traduziam em consolidar o seu acúmulo de capital. Por vezes estes indivíduos acabavam construindo a lei e a ordem por se tornarem além da base econômica, a principal referência política (os coronéis) como se verá a seguir.

Segundo Freitas (1999a) a extensa área conhecida como *Sertão do Rio São Francisco* carregava grandes traços culturais, marcados diretamente pelos vínculos com o rio. As relações entre o povo e os fenômenos naturais caracterizavam a organização da sociedade naquele período, sendo o rio o principal referencial dos modos de vida e costumes da população. A amplitude do São Francisco tornava o movimento de pessoas e mercadorias possível. Somados à ele, os seus afluentes da margem esquerda como o Rio Grande e Rio Corrente permitiam a interlocução entre as comunidades distantes. Naquela época, a principal via de ligação dos são franciscanos era a fluvial, atividade que experimentara seus primeiros movimentos com a descoberta/apogeu do ouro em Minas Gerais e Goiás ainda em meados do século XVIII. Toda a comunicação era feita por áreas navegáveis dos rios perenes e na ausência de estradas e ligações por terra esta era a principal, e por vezes única, via de ligação entre o interior e o litoral do estado. A Figura 10 destaca a rede viária baiana na década de 1930, sendo possível apontar a existência da navegação como via principal de articulação do território oestino e a inexistência de outras vias de transporte, nas imediações do Rio São Francisco. A carência de redes de circulação era um problema enfrentado em todo território baiano, no início do século XX, mas a área são franciscana estava dependente exclusivamente do transporte fluvial.



**Figura 10- Rede Viária da Bahia – 1930**



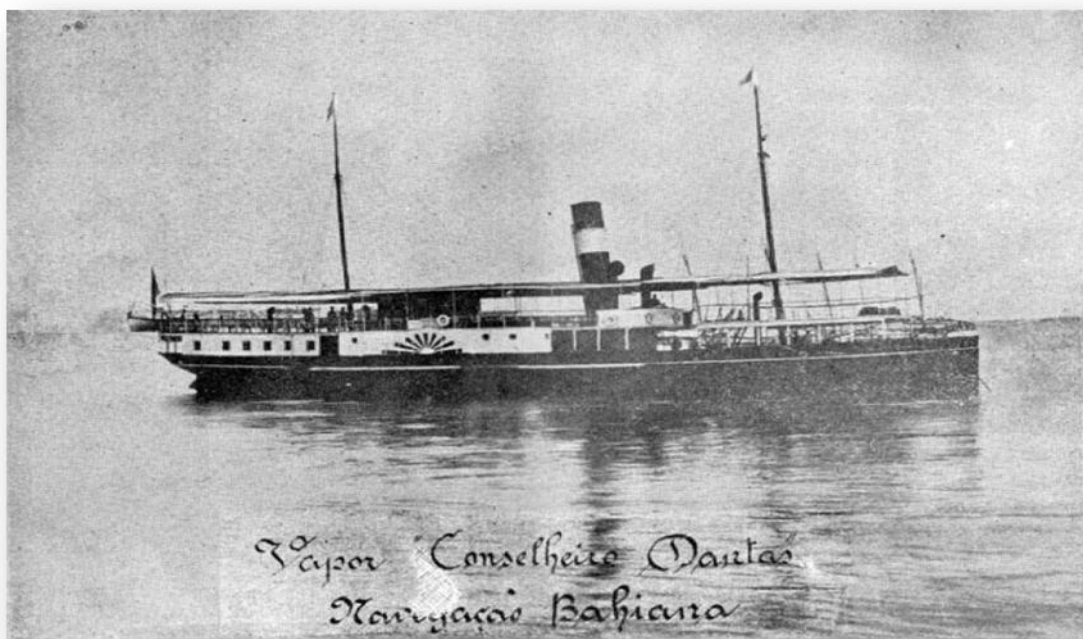
Fonte: Silva, Leão e Silva (1989, p. 86).

É possível identificar que desde o período imperial, algumas medidas foram tomadas a fim de viabilizar este tipo de transporte, especialmente devido à importância do vale são franciscano. Alguns estudos inclusive foram encomendados pelo imperador e tinham como objetivo levantar as potencialidades da navegação à vapor, construção de embarcações de maior porte/capacidade que possibilitaria o transporte de mercadorias e pessoas num tempo mais reduzido. Pretendia-se viabilizar também esta circulação durante

todo o ano, sem sofrer com a interferência das secas e redução do nível das águas que certas épocas do ano inviabilizava o trajeto no rio (ROCHA, 2004).

Ainda em meados de 1865, o então presidente da província baiana, Manuel Pinto de Souza Dantas, encomendou a construção de uma navegação à vapor, a qual recebeu o seu nome. Contudo a mesma só pode realizar a primeira viagem em 22 de dezembro de 1873<sup>36</sup> (BAHIA, 2007, p. 141). A referida embarcação ficara sem prestar serviços até meados de 1886 quando começou a servir a uma equipe do governo, que realizava trabalhos na cachoeira de Sobradinho. A Figura 11 destaca o vapor construído a pedido do presidente baiano, uma das primeiras embarcações a realizar oficialmente a navegação são franciscana, interligando Juazeiro (BA) até a cidade de Salgado (MG), atualmente Januária (FREITAS, 1999a).

**Figura 11- Vapor Conselheiro Dantas que recebeu o nome em homenagem ao presidente da Província da Bahia - 1866**



Fonte: Sampaio (2006).

A iniciativa privada, também se empenhou na destinação de embarcações no São Francisco, a exemplo de um comerciante de Juazeiro que

---

<sup>36</sup> É datada de 1872 a primeira viagem com navios à vapor no Rio São Francisco, realizada pelo navio Saldanha Marinho que fora encomendado pelo governo mineiro (IBGE, 1958a).

em 1886, apresentara uma lancha à vapor, movida à hélice com 6,60m de comprimento, 1,5m de largura e 0,60m de calado, denominada Cesário I (BAHIA, 2007, p. 141). Dois anos mais tarde, o governo firmara um contrato de exclusividade de uma década com o senhor Cícero Pontes e outros comerciantes para navegação no Rio São Francisco. Já em meados de 1893 o mesmo contrato é transferido ao Banco de Viação do Brasil que passa a denominar-se Empresa Viação do Brasil. Em virtude de impasses, descumprimentos de cláusulas e da falência da empresa, em 1899 o Estado passa a ser o principal acionista da Viação do Brasil. Esta permaneceu sobre administração direta do Estado até meados de 1920. Faz mister destacar que a navegação no rio é anterior as datas mencionadas, sendo realizada pelos ribeirinhos em canoas e ajoujos<sup>37</sup>. A introdução das barcas ocorreu apenas em meados de 1823 e mais tarde estas viriam a ser adornadas em suas proas, com as conhecidas carrancas<sup>38</sup> do São Francisco (LINS, 1983, p. 88).

As Figuras 12 e 13 destacam os tipos de embarcações que trafegavam pelo rio e seus afluentes: a primeira apresenta embarcações mais simples movidas à vela. Já a segunda traz a imagem de uma embarcação à vapor que realizava o transporte de pessoas e mercadorias, denominadas de “gaiolas”. Estas embarcações, tanto as de propriedade do governo quanto de particulares, permitiram a comunicação do Além São Francisco com o restante do território nacional, especialmente entre o porto de Pirapora em Minas Gerais ao porto de Juazeiro na Bahia, bem como entre os pequenos portos dos afluentes do Rio São Francisco. Este tráfego entre rios permitiu não somente as trocas de mercadorias, possibilitando diversas alianças entre os coronéis da Bahia, Minas Gerais, Goiás e entre outros (PANG, 1979, p. 91), como o deslocamento de pessoas entre as diversas localidades do Além São Francisco.

---

<sup>37</sup> O a ajoujos eram a junção de várias canoas presas a um pedaço de madeira. Ver mais em Lins (1983).

<sup>38</sup> As carrancas são figuras de humanos ou animais talhados na madeira e que enfeitavam as embarcações dos barqueiros, especialmente em sua proa. Ao que indica os relatos antigos, a princípio as esculturas representavam um atrativo comercial, já que estas embarcações eram verdadeiros comércios flutuantes. Posteriormente, permearam o imaginário popular que atribuíram as figuras uma relação mística de a proteção contra os espíritos e os perigos. Ver mais detalhes em Lins (1983, p. 43 e 89).

**Figura 12- Embarcações à vela do início do século XX no Rio Grande-  
Barreiras-BA**



Fonte: Arquivo Pessoal Ignez Pitta. (Trabalho de Campo 2014).

**Figura 13- Embarcações à vapor (gaiolas) do início do século XX no Rio  
Grande – Barreiras-BA**



Fonte: Arquivo Pessoal Ignez Pitta. (Trabalho de Campo 2014).

Pelo que fora apresentado, a navegação parece ter sido uma das primeiras ações empreendidas pelo Estado para articular a dinâmica regional à outras áreas do país. No entanto, apesar de ter tido apoio, como na construção do vapor Presidente Dantas, a atividade não recebeu a assistência necessária pela iniciativa governamental, de modo que pudesse criar condições para o crescimento de outras atividades ligadas ao transporte fluvial.

As atividades agrícolas e industriais desenvolvidas nos municípios do Além São Francisco dependiam da estruturação de uma rede de escoamento fluvial, para comercialização em outras localidades. Dada a ausência de vias de ligações rápidas, o comércio destas áreas esteve restrito à economia local, sem apresentar crescimento, além de estar na dependência da iniciativa privada. Na ausência de investimentos públicos a navegação fluvial no São Francisco manifestou um acentuado declínio ainda no início do século XX<sup>39</sup>.

Um segundo incremento, em termos de políticas territoriais, ocorrido já no contexto republicano, parece ter sido a construção da estrada de ferro Bahia - São Francisco inaugurada em 1896, ligando Salvador a Juazeiro. Apesar de seu traçado não atravessar os municípios do território em análise, culminava no último porto navegável do Rio São Francisco, a cidade de Juazeiro (BA). Para Freitas (1999a; 1999b) e Santos (2011) estas duas ações integraram a dinâmica da margem esquerda do São Francisco com a sociedade nacional. No entanto, contrariando a perspectiva destes autores, Rocha (2004) considera que fora justamente a inauguração da referida ferrovia, um dos motivos cruciais para a estagnação econômica são franciscana, especialmente por seu traçado não acompanhar o antigo “caminho das boiadas”, vias abertas por terras ainda na colonização. Para o autor estes motivos contribuíram para o declínio de muitas vilas e pequenos entrepostos que margeava o rio.

Lins (1983) do mesmo modo relata a “escolha errônea” do traçado da ferrovia julgando ser a cidade Sento-Sé (Bahia) o ponto ideal para o final da linha e não a cidade de Juazeiro. A Tabela 1 mostra a evolução do sistema ferroviário entre os séculos XIX e XX. Para o período em análise, a Bahia era a unidade administrativa com maior extensão de vias no Nordeste. Nos anos de

---

<sup>39</sup> A navegação fluvial perde espaço também pelos planos recentes e mudanças na base de transporte do país, iniciando o projeto de construção de rodagens terrestre. Ver mais detalhes em Lopes (1955).

1883-84, as linhas baianas representavam um percentual de 12,4% em relação ao Brasil. No entanto, não era todo o território que estava interligado, apenas o Agreste encontrava-se relativamente “bem servido” (MATTOSO, 1992). Já para o período de 1960 o percentual cai para 6,7% em detrimento da supremacia de Minas Gerais e São Paulo perfazendo 22,3% e 19,9% respectivamente, o que sugere que houve maior concentração de investimentos em estradas nos estados do Sudeste.

**Tabela 1- Extensão da Rede Ferroviária em Tráfego (Km) no Brasil**

Unidades da Federação	Período						
	1883-34	1 905	1 919	1 936	1 940	1 950	1 960
Brasil	5 708	16 782	28 128	33 521	34 252	36 681	38 339
Pernambuco	291	792	833	1 065	1 082	1 157	1 546
Bahia	708	1 311	1 728	2 145	2 155	2 603	2 593
Minas Gerais	662	3 843	6 614	8 038	8 176	8 645	8 561
Rio de Janeiro	1 706	2 661	2 794	2 810	2 848	2 805	3 043
São Paulo	1 457	3 790	6 615	7 330	7 440	7 583	7 664

Fonte: IBGE (1990).

Elaboração: Maria Aparecida Brito Oliveira.

Considerando a extensão territorial do estado da Bahia e as ramificações das linhas férreas daquele contexto, reconhece-se que o território não estava completamente integrado, levando a possível situação de isolamento geográfico de muitos municípios no interior do estado, entre eles os municípios do recorte em estudo.

Além das políticas territoriais do Estado na implantação da navegação e instalação de ferrovias - mesmo que ainda sem apresentarem grandes expressões - cabe inserir à participação de capital privado como exemplo de ações que transformaram o oeste da condição de fundo territorial à situação de Além São Francisco. Podem-se citar outras duas atividades importantes para economia do Além São Francisco que alteraram a dinâmica local: a extração da seiva de mangabeira nas imediações de Barreiras, por volta de 1881 e a produção de algodão que fora estimulada por uma pequena indústria de tecidos, fios e sacaria (SANTOS FILHO, 1989). O interesse do capital estrangeiro também modificou, especialmente, na forma o território. A introdução de objetos técnicos com novas temporalidades, contrastando com os objetos de tempos pretéritos foram instalados no território. Estes objetos, os

tempos e as técnicas de certo modo se combinam, mas o seus usos diferenciados estiveram à serviço de distintos sujeitos.

Ainda em meados de 1940, na cidade de Barreiras conclui-se a construção de um aeroporto internacional que atendia a empresas norte-americanas em seus voos. A empresa Pan American World Airways, fazia a linha Miami (EUA) - Rio de Janeiro - Buenos Aires (Argentina) e a Pan Air do Brasil, linha Rio de Janeiro – Belém do Pará (SANTOS, 2007). Posteriormente o aeroporto se consolidou como base militar dos Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial e os americanos utilizaram a borracha da mangabeira como material para produção de artifícios de guerra, aumentando os valores de exportação do látex (SANTOS FILHO, 1989). Esses aspectos tenderam a qualificar o território com conjuntos de novos objetos (embarcações, trens, aviões) e dinâmicas de redes (navegação, ferrovias e aeroportos). No entanto, não foram capazes de inserir completamente o Além São Francisco na dinâmica econômica do estado da Bahia, não permitindo que a maior parte da população superasse a condição de “isolamento” tão propagada.

Evidenciando os aspectos políticos tem-se que a principal característica do Além São Francisco era a convivência de pequenos ribeiros pobres e população sem posses de terras com a grande concentração de propriedades em mãos dos conhecidos “coronéis dos currais”, cujos poderes atribuídos arbitrariamente ou não, lhes emprestava o direito de mando nas decisões locais. Os ditos coronéis exerciam ao seu modo a política e a economia do São Francisco já que a presença dos poderes centrais pouco se fazia presente. A autoridade era comandada por esses senhores, “a lei, a ordem, a justiça, os costumes sociais, a vida econômica, o mundo da política e o cotidiano das pessoas passavam sempre pelas mãos desses potentados” (FREITAS, 1999a, p. 61). Os chefes políticos viam com pouca confiança as intervenções do governo estatal e ao que parece, o Estado não se fazia perceber no Além São Francisco, sendo que “a esfera pública estadual limitava-se à justiça, à política e ao fisco, tudo passando pelas mãos dos chefes locais” (FREITAS, 1999a, p. 64) e “nem mesmos a realização de eleições conseguia atrair para o interior candidatos a futuros chefes” (p. 69).

Apreende-se que para o vasto território são franciscano o Estado era o coronel, tendo em vista que em muitos momentos o poder dos coronéis se

confundia, quando não se traduzia, na ação do próprio Estado. Se no recôncavo, era impossível diferenciar em certas circunstâncias o que era iniciativa do governo e o que era intento dos produtores de cana de açúcar, no Além São Francisco, eram os coronéis que tinham expressados os seus interesses financeiros, políticos e sociais. Quando lhes era conveniente, aliavam-se com os chefes estaduais e federais para realização de benesses em suas propriedades, ancorados num discurso de benefícios a população e superação de problemas com a estiagem. Não por acaso, estas alianças tendiam para uma espécie de “mito da necessidade” que ora enfatizava aspectos de dependência local - pelos problemas oriundos da condição físico-geográfica e da seca - ora sobrevalorizava estas características como fonte potenciais para maiores investimentos, conforme a abordagem de Castro (1992).

Importante destacar que as marcas do coronelismo baiano se expressavam também na disputa entre o interior e a capital, e neste sentido, o poder enraizado dos chefes do mandonismo local era “temido” pelos governadores. Conforme destaca Pang (1979), era mais fácil controlar politicamente os coronéis do recôncavo e da região do cacau, pois estas duas áreas estavam na dependência das exportações da capital, que era o centro econômico do estado. Contudo, a política coronelista do Vale do São Francisco, marcada por lutas internas entre famílias ricas, dificultava qualquer ação de governo. Toda vez que “o governo do estado interferia, o resultado era um recrudescimento da luta e a ocasional perda de uma região para os inimigos dos grupos dominantes da capital” (p. 113), o que tornava um obstáculo para as autoridades governamentais. O autor chega a considerar que da forma como se fazia a política coronelista nos sertões são franciscanos havia certa consolidação de “Estados dentro do Estado”, podendo estas lideranças, constituir exércitos próprios, além de indicar representantes políticos para os cargos no governo, como fora o caso do Coronel Horacio de Matos<sup>40</sup>.

O que se apreende deste Além São Francisco é que com poucas ou nenhuma disposição de ações governamentais, foi basicamente por intermédio

---

<sup>40</sup> O Coronel Horário de Matos foi uma das principais lideranças políticas do interior baiano, e principal oposição do governo. Ver mais em Pang (1979).



da iniciativa privada e o poder econômico dos grandes fazendeiros e comerciantes que atividades (navegação, produção em pequena escala, exploração da borracha, aeroporto) puderam ser desenvolvidas. Contudo, estas não prosperaram em termos comerciais, a não ser no contexto local, em virtude de fatores como a ausência de tecnologia para produção em maiores escalas e inviabilidade de comercialização por conta da “incapacidade” de transporte fluvial da época (FREITAS, 1999b). Além disso, eram atividades que mesmo importantes para mudar a dinâmica territorial, não atendiam aos reclames da população local, estando restrita a uma pequena parcela capitalista, principal beneficiária das ações promovidas.

Pelas características apresentadas e com base na interpretação dos autores já pontuados, considera-se neste trabalho que este “Além São Francisco” poderia ser interpretado de acordo com quatro perspectivas:

**(1) Geográfica:** O *Além na perspectiva Geográfica* corresponderia às distâncias físicas entre o recorte territorial e o centro de comando do estado. Esta distância possível de ser mensurada em quilômetros (KM) situa-se em torno<sup>41</sup> de 845 km em relação a capital baiana (Anexo 3). Neste sentido o “além” poderia ser suplantado pela existência de vias de ligação no território, como ferrovias, hidrovias, estradas, linhas de comunicação, objetos técnicos que impõem novos fluxos e alteram a lógica de acessibilidade. Os poucos investimentos, que se considerados detalhadamente alteraram o espaço territorial, não foram suficientes em termos de economia estadual. Para aquela conjuntura o Além São Francisco era “longínquo demais” para receber mais ações do Estado que concentrou os investimentos no litoral e recôncavo;

**(2) Econômica:** O *Além na perspectiva Econômica* está relacionado ao desenvolvimento de atividades pouco especializadas e com comércio marcado por características mais locais/regionais. Aquele período, a dinâmica produtiva fora definida pela multiplicidade de atividades com pouca viabilidade econômica e sem participação nas pautas de exportação do estado (catado). A

---

<sup>41</sup> A média foi calculada com base nas distâncias entre os 35 municípios considerados no recorte deste trabalho.

produção desenvolvida no Além São Francisco não representava interesse capaz de atrair investimentos do governo;

**(3) Política:** O *Além na perspectiva Política* é atribuído pela ausência de ação do Estado e participação efetiva dos coronéis na organização do território. O comando regional obedecia aos reclames da classe de políticos e proprietários de terra e o Estado não possuía “braços e pernas” suficientes para que se fizesse alcançar suas medidas para o Além São Francisco. Outro fator era a prerrogativa de não interferir na política desenvolvida pelos representantes do coronelismo, relegando as ações ao mandonismo local, posto que não era interessante se indispor com as lideranças que organizavam seus próprios “currais eleitorais”. Por outro lado, se o coronel por vezes era o próprio Estado, sua ação e seu domínio se fazia perceber em medidas arbitrárias e favorecimento as elites dos currais, sendo estes as principais referências da figura do Estado pois exerciam o poder, o controle e a ordem;

**(4) Social:** O *Além na perspectiva Social* refere-se a inexistência de medidas que pudessem suplantar os problemas voltados à população. A carência de serviços educacionais, de saúde, assistência social entre outros reflete o próprio contexto brasileiro da época, cujos direitos sociais nem mesmo estavam plenamente assegurados na lei.

Refletindo sobre estas questões, considera-se que a transformação do recorte da condição de fundo territorial para Além São Francisco se processa num quadro cuja **a não** atuação do Estado - que poderia reforçar o discurso de abandono historicamente propagado - é compreendida como uma estratégia, mesmo que não estritamente planejada. Tratando-se de inexistência de políticas territoriais, sustenta-se para este trabalho a perspectiva de que o não planejamento deste tipo de política é também uma política territorial, tendo em vista que ao eleger espaços prioritários para sua ação, o Estado age como um incentivador do território, promovendo a integração de áreas estratégicas e/ou provocando o desequilíbrio entre outras áreas. Não agindo sobre alguns espaços e atuando fortemente sobre outros, o Estado induz diferentemente o crescimento de porções do território que lhes são oportunas em um dado

contexto histórico. O *agir* e o *não agir* estará dialeticamente condicionado as perspectivas e estratégias dominantes para cada período e pode sofrer variações conforme, as mudanças de suas concepções.

### **3.4 Mudanças no Além São Francisco: viabilização de ações pelo Estado centralizador e “modernizador”.**

Conforme observado inicialmente neste capítulo a trajetória baiana no início da República é marcada pela instabilidade política e estagnação econômica, com pouco momentos de incremento no quadro estatal. A crise herdada do Império atravessa as primeiras décadas do século XX sem provocar alterações significantes. A Bahia enquanto unidade da federação não recupera o prestígio do passado, perdendo a primazia para os estados do sudeste. É somente no final da primeira metade do século XX que algumas mudanças, pelo menos no nível de planejamento, vão se estruturar nas escalas federais e estaduais.

O planejamento de governo não era uma prioridade na estrutura de ações administrativas até meados do pós II Guerra Mundial. Esta era uma característica comum aos países de economia tardia e de capitalismo emergente (ARAÚJO, 2000) que somente após este período iniciaram um processo de priorização da industrialização e modernização, no entanto com caráter conservador. Recortando o Além São Francisco, observa-se que o mesmo se insere no planejamento da escala federal, com a criação da Comissão do Vale do São Francisco (CVSF) em 15 de dezembro de 1948, demonstrando o explícito interesse de promover o aproveitamento hidroelétrico e implantar projetos de mecanização agrícola em todo vale do rio São Francisco (COSTA, 2011). Esta fora uma estratégia de expansão do capital e integração de novas áreas econômicas, fundamentada na racionalização técnica/desenvolvimentista características daquele período. A novidade trazida pela experiência da CVSF foi a instrumentalização e o planejamento aplicados pioneiramente à uma bacia hidrográfica, que abrangia uma área comum a diferentes unidades federativas (LOPES, 1955). Para tal intento a União deveria aplicar 1% das rendas tributáveis, num prazo de vinte anos, visando “garantir a execução do Plano de Aproveitamento das Possibilidades

Econômicas do Rio São Francisco, de acordo com o Art. 29 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias” determinado pela Constituição de 1946.

Este tipo de medida estava atrelado ao ideal desenvolvimentista que propunha ações e projetos visando superar os grandes problemas nacionais e inserir o Brasil entre as grandes potências desenvolvidas. Era um momento que a industrialização tornara-se o objetivo principal para o “ideal de crescimento econômico”. Para tanto era necessário investir em potencial energético, como fora o caso das ações no Vale do São Francisco<sup>42</sup>.

No contexto baiano, o marco atribuído à transformação destas condições foi a posse do governador Antonio Balbino<sup>43</sup>, no ano de 1955. A ascensão de Balbino<sup>44</sup> ao governo do estado trouxera mudanças nas perspectivas de planejamento, pelo menos a nível estrutural. Entre as principais medidas adotadas em seu governo estava a criação de uma comissão voltada para pensar as ações e metas da administração estadual.

A idéia de um órgão responsável pela elaboração de estudos e pesquisas que subsidiasse o planejamento governamental se efetiva com a criação da Comissão de Planejamento Econômico (CPE) pelo Decreto nº 16.261, de maio de 1955, dirigida inicialmente pelo economista Rômulo Almeida. Como órgão de estudo, planejamento, coordenação e controle, a CPE se constituiu na primeira experiência institucional de planejamento no Brasil, sendo responsável pela realização de importantes estudos e projetos no Estado da Bahia (SEI, s/d).

Dentre as principais ações da Comissão de Planejamento Econômico (CPE) estavam: a) Estudar e promover as medidas à estabilidade econômica; b) Estudar e propor a criação de novos empreendimentos; c) Articular a administração estadual e a administração federal; d) Criar condições de promoção, por meio de órgãos e estruturas integradas, entre outros (CASTRO, 2010). Estas iniciativas foram pensadas, sobretudo, pelo corpo técnico que compunha a estrutura do governo de Balbino, protagonizada pelo economista

---

<sup>42</sup> No mesmo período que a CVSF fora criada a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF) com intuito de construir a Usina de Paulo Afonso e tratar da exploração energética no Vale do São Francisco.

<sup>43</sup> O novo governador da Bahia era natural da cidade de Barreiras (BA). Na política ocupou os cargos de deputado, senador e ministro. Consultar Santana (2002).

<sup>44</sup> Na escala federal a eleição de Balbino se aproximava de um projeto desenvolvimentista com predominância dos segmentos do capital nacional. Já na Bahia representava forças políticas ligadas ao Oeste/Sertão do São Francisco. ver mais em Santos (2007).

baiano Rômulo Almeida. A partir disso que se institucionaliza o debate sobre o planejamento econômico estatal, focado na estratégia de industrialização, como recurso para salvar a decadente economia da Bahia. Para os estudiosos da questão a reforma administrativa e as ações a nível operacional tendiam para uma mudança de concepção no planejamento e conforme aponta Castro (2010, p. 87) o planejamento de governo “orientado pela CPE foi um trabalho pioneiro no sentido de adaptar o aparelho do Estado aos reclamos de modernização e industrialização nacionais”. No entanto, apesar de ser uma novidade em termos de administração, as ações econômicas, políticas e sociais no Além São Francisco continuaram estagnadas, situação que já vinha sendo percebida desde o fim do ciclo do ouro em Minas Gerais. Até meados de 1950 não se observa maiores iniciativas dos governos baianos para esta porção e de acordo com Santos (2011, p. 297) “as escassas iniciativas governamentais adotadas durante esse período foram incapazes de reverter este quadro de estagnação econômica”. Nem mesmo a eleição de um barreirense, “representante dos oestinos”, fora capaz de facilitar ou destinar novas ações para os municípios da margem ocidental são franciscana. Ao que parece, na escala estadual, o Além São Francisco continuava sem visibilidade.

Outro exemplo de política territorial no período, fora a instalação de duas agências bancárias em municípios do Além São Francisco (Quadro 1). Segundo Santos Filho (1989), atendendo as exigências dos comerciantes e fazendeiros, foram implantadas em meados de 1943 em Barra e Barreiras, agências do Banco do Brasil, o que representaria a possibilidade de atrair investimentos e facilidades de créditos para os comerciantes locais demonstrando o quanto o papel das elites no território era considerado relevante. Na ausência do Estado, esses agentes buscavam os recursos financeiros tanto para imprimir mudanças no território, quanto para garantir a sua condição de reprodução enquanto agentes privados. Esta questão provavelmente “alimentava” o discurso de abandono do oeste, mobilizando a elite regional e que continuava sentindo-se isolada na vastidão são franciscana. A esta altura Barra era um dos principais centros urbanos, perdendo porém sua centralidade para o município de Barreiras que já apresentava os requisitos para se tornar o principal centro político e comercial de toda porção oeste da Bahia.

**Quadro 1 – Bancos públicos existentes no Além São Francisco-1889-1955**

<b>Nome da instituição</b>	<b>Município</b>	<b>Data de início das operações</b>
Banco do Brasil S.A.	Barra	01/02/1943
Banco do Brasil S.A.	Barreiras	15/03/1943

Fonte: BACEN (2014)

Elaboração: Maria Aparecida Brito Oliveira.

O Quadro 2 sintetiza as grandes ações que repercutiram no Além São Francisco. Destacando as políticas territoriais, tem-se a navegação fluvial como a principal medida na escala estadual, esta surgindo no período anterior à República, mas que recebe maior participação estatal já no período republicano, declinando ainda no início do século XX. Na escala federal o transporte ferroviário, a instalação de agências bancárias e a criação da CVSF se apresentam como grandes investimentos para o período em questão, este último inspirado nos conteúdos modernizantes em voga no país. A ação federal intensifica os traços do modelo de desenvolvimento implantados pelo Estado, concentrando na Bacia do Rio São Francisco os projetos de irrigação agrícolas e a implementação de hidrelétricas, sendo a principal matriz energética adotada no país. Além destes, o papel da iniciativa privada, sinalizada pelo desenvolvimento da navegação no Rio São Francisco e a construção do aeroporto de Barreiras, por empresas estrangeiras, condicionando novas formas espaciais.

Neste sentido, para falar da ausência de políticas territoriais é necessário conhecer a atuação do Estado. No período analisado as ações direcionadas para o recorte são escassas se considerar a dimensão do território, mas elas estão inseridas numa perspectiva maior de atuação deste agente. Do material recolhido em campo e dos documentos de governo analisados há de fato uma negligência quanto ao Além São Francisco, não sendo possível identificar grandes traços de mudanças territoriais no cenário. A idéia de carência de políticas territoriais se ratifica no período em questão, no entanto, estas se justificam como uma estratégia política no conjunto de ações do Estado, já que prioriza outras porções do território.

**Quadro 2- Políticas Territoriais e iniciativas privadas voltadas para o Além São Francisco- Séculos XIX e XX**

<b>Ação/ política</b>	<b>Agente/ Iniciativa</b>	<b>Período</b>	<b>Observações</b>	<b>Fonte</b>
Navegação	Governo Provincial	1865	Governo incentiva a construção de uma embarcação (vapor Conselheiro Dantas) e posteriormente assume a Empresa Viação do Brasil.	Bahia (2007)
Ferrovia	União	1896	Governo federal investe em novos ramos e extensão da Ferrovia Bahia – São Francisco ligando Salvador à Juazeiro.	IBGE (1990); Mattoso (1992)
Navegação	Privada	1865	Comerciantes locais iniciam a navegação com embarcações próprias entre as pequenas cidades ribeirinhas, transportando pessoas e mercadorias.	Bahia (2007)
Aeroporto	Privada	1940	Constrói-se um aeroporto em Barreiras que se torna ponto para reabastecimento de voos de companhias americanas. Mais tarde figura-se como base militar americana na II Guerra Mundial.	Santos Filho(1989)
Agências Bancárias	Federal	1943	Instalação de agências do Banco do Brasil nos municípios de Barra e Barreiras, atendendo as solicitações da elite local.	BACEN (2014)
CVSF	Federal	1948	Governo Federal inicia trabalho de intervenção na Bacia do Rio São Francisco com projetos de expansão/irrigação agrícola e construção de hidroelétricas.	Lopes (1955)

Elaboração: Maria Aparecida Brito Oliveira

Resumidamente, o Além São Francisco, constituído em meados do início da República, se apresentou como o espaço territorial, pouco inserido no contexto estadual até a primeira metade do século XX, podendo caracterizá-lo como um território de expressividade local/regional sem grandes repercussões. Esta situação fora revertida pela própria iniciativa do Estado, haja vista que este território outrora marginalizado, se inseriu como espaço estratégico para

expansão da fronteira agrícola e ampliação do capital. Na escala federal apresentou-se como possibilidade para os grandes projetos do Estado, especialmente em energia e irrigação. No âmbito estatal, a idéia de “esquecimento” e “ausência” do Estado tendeu a experimentar alguma mudança em finais da década de 1970 quando as estratégias de ação direcionou projetos e programas para a área dos cerrados, incluindo a parte baiana conforme será apresentado no capítulo subsequente.



#### **4. POLÍTICAS TERRITORIAIS NO OESTE DA BAHIA (1956- 1979).**

A proposta deste capítulo visa compreender se houve o direcionamento de políticas territoriais para a porção oeste da Bahia e apontar quais as características e a localização das mesmas entre os anos de 1956 e 1979. Para tanto buscou-se situar o quadro político econômico do Brasil e o objetivos das macro propostas nacionais, no sentido de identificar o perfil de ações e o conteúdo do planejamento territorial. Do mesmo modo, pontuou-se o cenário político econômico baiano, destacando a renovação das perspectivas de planejamento e a estruturação das bases de organização administrativa a partir do governo do barreirense Antonio Balbino. Para Bahia, o contexto fora marcado pelo predomínio de ações na Política do Cacau e do Petróleo e na industrialização como opção para superar o quadro de estagnação econômica.

No Além São Francisco, o período em questão (1956-1979) fora caracterizado por políticas pontuais, implementadas principalmente pela escala federal. O estado baiano só vai direcionar um maior número de ações a partir do reconhecimento das potencialidades econômicas dos cerrados, que durante um longo processo de formação territorial, representou um espaço de reserva. Este se consolida como recorte estratégico a partir da introdução da agricultura mecanizada e da expansão da fronteira agrícola.

As datas demarcadas correspondem aos marcos políticos elencados como importantes para a periodização estabelecida. O ano de 1956, seguinte à posse do governador Antonio Balbino, nascido em Barreiras, poderia representar a possibilidade de maior visibilidade do território do Além São Francisco em termos de políticas territoriais, fato que não se concretizou por completo. O segundo ano (1979), representa a posse do governador Antonio Carlos Magalhães e demarca o ano anterior ao lançamento dos programas de governos voltados a atuação agrícola no oeste baiano que pelos conteúdos direcionados fizeram emergir um novo recorte transformando-se da condição de um Além São Francisco para a definição de Oeste da Bahia, devido às políticas territoriais implementadas neste período.

Cabe destacar que para o período em questão há uma escassa literatura sobre o tema das políticas territoriais. Nem a produção acadêmica, nem mesmo os documentos oficiais de governo tratam especificamente desta

questão. Os dados encontrados foram frutos da pesquisa de campo realizada em órgãos estaduais e federais<sup>45</sup> em seus respectivos bancos de dados e numa minuciosa seleção de temas que contemplam as políticas territoriais.

#### **4.1 A concepção das políticas territoriais e o projeto desenvolvimentista**

Pelos dados apresentados até a presente seção, constata-se que no Brasil, não houve um sentido amplo de construção de políticas territoriais que contemplasse todo o território nacional. Até meados da década de 1950, a questão de planejamento não era fortemente trabalhada. A partir deste contexto, objetivando ampliar o processo de modernização – já previsto no período getulista – buscou efetivar medidas que pudessem afirmar o país enquanto uma potência na economia-mundo. As propostas de modernização tiveram, num primeiro momento, os retornos quantitativos da indústria cafeeira como grande financiadora. Contudo, se por um lado, os capitais acumulados com a produção cafeeira foram importantes para financiar o processo “modernizador”, por outro, a centralização dos investimentos na política do café e as rígidas medidas protecionistas foram incapazes de diversificar a atividade econômica brasileira, inviabilizando o desenvolvimento econômico por completo (VILLELA; SUZIGAN, 1975). Além disso, a economia era ainda fortemente dependente das exportações, sofrendo com as oscilações de compra no mercado internacional. A pauta centrada na produção do café foi sendo aos poucos substituída pela opção de industrialização, cumprindo com os objetivos propostos para modernização e buscando diversificar a economia brasileira.

A perspectiva do Estado estava ainda fortemente relacionada com a intervenção estatal, chegando-se a conclusão que, com seu histórico colonial, o Brasil preservou muito forte a idéia de intervenção do Estado em grandes obras e ações de repercussão territorial. Este fato fora perceptível também no conteúdo das políticas territoriais. Segundo Moraes (1999),

---

<sup>45</sup> Dentre as instituições visitados estão o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, SEI, DERBA, SEPLANTEC, INEMA além de banco de dados eletrônicos da CODEVASF, ANAC, ANEEL, BACEN, entre outros.

Nestes países, mais do que em qualquer outra parte, **o Estado aparece antes de tudo como um organizador do espaço**, um gestor do território. Por isso, **a prática estatal manifesta-se** fortemente em suas histórias **enquanto políticas territoriais**, isto é, como ações de modelagem e produção de espaços. A dotação de infra-estruturas, a normalização dos usos do solo, a regulação da propriedade fundiária, a distribuição das populações, tudo se enfeixa na atuação governamental. O Estado se impondo como mediação básica na relação social entre a sociedade e o meio que a abriga (MORAES, 1999, p. 44, grifos nossos).

De maneira geral, no período desenvolvimentista, as intervenções se realizaram por meio de grandes obras e empreendimentos públicos em setores estratégicos da economia (petróleo, energia, transporte e telecomunicações) e competia ao Estado o papel de estimular o crescimento do país e reduzir as disparidades regionais. Ao longo da segunda metade o século XX as ações deveriam direcionar-se aos planejamentos regionais de desenvolvimento, visando construir a unidade nacional, o desenvolvimento do país e o resgate de regiões outrora pujantes, como fora o Nordeste brasileiro. No entanto, as medidas não foram eficazes e se expressaram no atendimento das demandas particulares de grandes grupos da elite, acentuando ainda mais os problemas no território.

No Nordeste brasileiro, o discurso sobre a seca, marcou a construção destas políticas territoriais via projetos implementados pelo Departamento Nacional de Obras Contrás as Secas - DNOCS<sup>46</sup> e Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE<sup>47</sup> demonstrando a ineficiência das políticas propostas naquele contexto. Além disso, competiria a Operação Nordeste - OPENO e todos os seus desdobramentos, a missão de tratar os problemas regionais no Nordeste (COSTA, 2011).

Apesar da forte interferência do Estado historicamente experimentada e defendida no Brasil, houve momentos cuja defesa tendia para não intervenção estatal na economia. Alguns grupos e partidos políticos, pregando o liberalismo clássico se posicionavam contrários à intervenção estatal, a exemplo da União Democrática Nacional (UDN). No entanto, segundo Santana

---

<sup>46</sup> Autarquia ligada ao governo federal criada em 1946 para atuar no “combate a seca” na Região Nordeste. Ver mais em Costa (2011).

<sup>47</sup> Criada em 1959 com objetivo de reverter o “atraso econômico” do Nordeste em relação as outras regiões do país, competia ao órgão garantir desenvolvimento da região através de uma política massiva de industrialização. Ver mais detalhes em Costa (2011).

(2002), independente do viés idealista “todas as correntes políticas compreendiam o desenvolvimento passando pela esteira institucional Estatal” (p. 96). Na Bahia, os udenistas como eram conhecidos os políticos deste partido, também aceitavam que de algum modo, uma pequena interferência na economia era importante, pelo menos no sentido de minimizar os prejuízos econômicos em momentos de crise. Havia-se até certo ponto o reconhecimento de que, de uma maneira ou de outra, o papel do Estado na economia era fundamental, seja estimulando e intervindo diretamente, seja, impedito as perdas (prejuízos).

Contudo, o viés que se tornou hegemônico e adotado pelo o modelo brasileiro foi o de intervenção estatal, tendo inspiração na teoria keynesiana cuja defesa estava na ação do Estado para superação da “condição periférica do país”. Além desta, as indicações da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - CEPAL<sup>48</sup>, com proposições no sentido de alcançarem estes países um “grau de desenvolvimento” que superasse os principais problemas sociais. As duas tendências e suas similitudes não foram capazes de promover transformações sociais, chegando o Brasil a condição de potência econômica sem resolver os problemas das lancinantes desigualdades no interior do seu território nacional.

As políticas territoriais continuaram priorizando setores e espaços estratégicos, atendendo aos desejos das elites locais/regionais que dispunha de maior poder de decisão ou prestígio político. Faz-se necessário ainda mencionar o período da ditadura militar brasileira, cujas marcas foram expressivas na trajetória política e econômica a partir do golpe militar de 1964. Os anos da ditadura (1964-1985) foram extremamente centralistas e de forte intervenção do Estado na economia e na sociedade. As camadas populares foram reprimidas e o projeto nacional, camuflava a exclusão historicamente vivenciada no país. Para Santos (2007) este período sacramentou um processo de estatização da infraestrutura econômica, pois promoveu mudanças “institucionais profundas que afetaram toda a nação. Foram mudanças que permitiram a criação de condições políticas e institucionais para um novo ciclo

---

<sup>48</sup> Na América Latina como um todo, a CEPAL organizou estudo para pensar o planejamento do desenvolvimento dos países. No Brasil, a influência de Keynes foi perceptível nos projetos de governo

de acumulação econômica capitalista” (p. 58) na mais expressiva opção por uma modernização conservadora e de um planejamento centrado em áreas estratégicas conforme a defesa de muitos teóricos.

O planejamento que se estrutura já em meados de 1970 trilhou a expansão do modelo industrial e agrícola agroexportador. Como meta para o desenvolvimento a nível federal destacaram-se os planos de governo dos presidentes da república a exemplo dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND) em suas edições do PND I (1972- 1974) e PND II (1975-1979). Para os referidos planos as políticas territoriais estavam centradas na ampliação dos propósitos já experimentados em décadas precedentes. Dentre as que ratificam a opção do desenvolvimento feita pelo Brasil pode-se extrair alguns propósitos contidos nos dois documentos supracitados:

- I. Ênfase na indústria de base e de bens de capital;
- II. Priorização do setor agropecuário para expansão do PIB nacional;
- III. Política de desconcentração industrial e instalação de novas áreas;
- IV. Expansão das atividades petrolíferas e aumento da capacidade de produção;
- V. Expansão produtiva para a Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste com a criação de polos agroindustriais;
- VI. Ocupação de novas áreas para agropecuária;

Os objetivos foram atrelados às políticas de crescimento regionais, acompanhadas pelos lançamentos de diversos programas, como o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO), Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE) e o Programa de Polos Agrominerais e Agroindustriais da Amazônia (POLOAMAZÔNIA), aproveitando a infraestrutura de circulação (rodovias e hidrovias) conforme aponta Ferreira (2008). Dentre os itens elencados, boa parte coaduna com a opção de desenvolvimento agrário que se direcionou para os “espaços vazios ainda possíveis de serem ocupados”. Esta definição converge com a defesa de Moraes (2005) quando o autor destaca os antigos fundos territoriais, os sertões, enquanto porções estratégicas para expansão de

atividades no território. Outrora estes espaços se impunham como expressão do mote colonial e hodiernamente tornaram-se os lugares privilegiados para a implantação das políticas territoriais do Estado. O Além São Francisco e toda a área dos cerrados brasileiros representaram num período mais recente a expressão concreta deste movimento, cujas transformações foram viabilizadas pela atuação massiva do Estado, mas que não trouxeram reflexos tão positivos para sociedade e grande maioria da população local. Os sertões foram gradativamente sendo invadidos e explorados pela atuação incisiva do Estado e seus projetos de “nova ocupação”. Segundo Moraes (2003b) estes espaços se qualificam por áreas de caatingas, cerrados, florestas, campos e que recentemente receberam os projetos da modernização conservadora.

Em síntese, os anseios e os objetivos dos planos estiveram devidamente articulados e pautando-se na expansão da agricultura dita moderna (grandes complexos agroindustriais e perímetros públicos irrigados), nos projetos de circulação no território (rodovias, ferrovias e hidrovias), na desconcentração sul e sudeste (avanço de atividades pelo Centro-Oeste, Amazônia), na industrialização como sinônimo de modernização da economia (criação de polos industriais e de desenvolvimento), por fim, no conjunto de macro estratégias viabilizadas pelo Estado, em suas diferentes escalas de governo. Certamente os efeitos destas estratégias refletiram de maneira diferenciada no território na medida em que cada política territorial foi sendo implantada e viabilizada em todo espaço nacional, assumindo uma postura centralizada e se impondo de modo verticalizado. Além disso, conforme Araújo (2000), as atividades privilegiaram pontos específicos do território, obedecendo a fatores locacionais e/ou espaços mais competitivos.

Nesta direção cabe novamente a interpretação de Moraes (1999, p. 44) ao tratar que ao longo de sua formação territorial o Brasil foi sendo visto como um espaço e não como uma nação, espaço este que deveria ser conquistado e explorado. Segundo o autor, o “objetivo” colonial da conquista se repõe cotidianamente na prática estatal e esta mesma se concretiza pelas políticas territoriais que acabaram modelando o espaço e se diferenciando em cada contexto histórico. Cabe ainda interpretar que tanto os espaços a serem explorados (os antigos fundos territoriais), quanto às políticas territoriais implementadas, assumiram a expressão das ideologias geográficas

historicamente produzidas. As ações, projetos, planos e programas adquiriram as formas e os conteúdos de um tipo de valorização específica implicando/explicando a maneira de intervenção sobre o território. O autor afirma que a ação governamental fora pensada como geográfica por excelência (MORAES, 1999, p. 45), tanto no sentido de garantir a ocupação do território, quanto na perspectiva de ser o Estado, o guardião dos fundos territoriais. Ao mesmo tempo é este Estado que viabiliza a ocupação/exploração do solo, valorizando-o de modo a garantir retornos financeiros.

O conjunto de ações das diversas escalas de governo contribuiu para concretizar a infraestrutura, as formas, os objetos técnicos possíveis para expansão de diversas atividades. Assim como ocorreu na abertura da fronteira agrícola do cerrado do Centro-Oeste, as demais políticas territoriais nos setores de transporte, energia e comunicações assumiram a direção que foi apresentada, com ação intervencionista do Estado na construção e viabilização destes projetos. Um exemplo que ratifica estes argumentos fora a construção de Brasília e sua inauguração ainda em 1960, sendo a nova capital geograficamente situada num espaço de grandes “promessas econômicas” - o cerrado brasileiro. Para viabilização da nova sede administrativa e política do país incentivou-se a abertura de estradas, redes de transporte e comunicação, além de tantos outros projetos, que superariam o que convinha caracterizar como “atraso no grande vazio de terras” no interior do país. Estas medidas representaram as possibilidades de expansão da agricultura, indústria e viabilizaram o crescimento econômico no Brasil. Os resultados, contudo, não foram sentidos de maneira homogênea e o desenvolvimento social não fora por completo alcançado.

#### **4.2 A posição da Bahia e o planejamento estadual a partir da segunda metade do século XX**

Avaliando a escala nacional, observa-se que economicamente o país investiu na industrialização e urbanização como metas de crescimento, estruturando o planejamento nas grandes áreas de infraestrutura (energia, transportes) e na modernização do setor industrial. O cenário baiano conforme pontuado no capítulo anterior, estava envolvido em questões internas, visando

recuperar e diversificar a economia estadual. Entre as principais iniciativas, destaca-se a estruturação do planejamento como uma medida emergencial para organizar a economia do estado. Cabe destacar que a experiência de planejamento é algo recente em países de economia capitalista, e no Brasil, tanto a nível federal quanto estadual, iniciam-se medidas voltadas para esse aspecto somente em meados de 1950 (ARAÚJO, 2000).

O marco institucional na Bahia, no sentido de mudanças políticas, econômicas e de organização do planejamento está atribuído à posse do governador Antonio Balbino (1955), que conforme discutido no Capítulo 3, representava o grupo de políticos do interior do estado, especialmente da região são franciscana. Pela sua origem na cidade de Barreiras e as reivindicações históricas da elite regional, supunha-se que o Além São Francisco poderia ser mais assistido neste governo, fato que não se concretizou.

As propostas balbinistas inspiradas num Estado interventor foram direcionadas na tentativa de incorporar a Bahia nos caminhos propostos pelo percurso nacional, cuja modernização e industrialização simbolizavam os pilares para a construção de uma nova potência econômica a nível mundial. Conforme destaca Santos (2007, p. 53) há certo consenso, tanto por parte dos estudos acadêmicos, quanto em função de documentos produzidos pelo serviço público, no reconhecimento do governo de Antônio Balbino para a modernização política e administrativa do estado. Pelo menos, na experiência de formatação de uma estrutura governamental observa-se certo pioneirismo em suas propostas, o que não necessariamente representou uma mudança estrutural, econômica, política e social na Bahia.

As ações desse período foram fortemente influenciadas pelas tendências do economista Rômulo Almeida<sup>49</sup> e pela sua experiência em projetos a nível nacional, propondo uma abordagem de desenvolvimento “mais equilibrado” (SANTANA, 2002). Entretanto, alguns conflitos internos e externos à Bahia interviam na montagem do aparato institucional. Uma destas questões viera a se tornar um grande impasse entre as idéias do economista baiano com

---

<sup>49</sup> Coube ao personagem em questão um papel decisivo ao idealizar diversos projetos, sobretudo o projeto de criação do Banco do Nordeste do Brasil e a Comissão de Planejamento Econômico. Ver mais em Santana (2002).



o também economista Celso Furtado, herança da experiência anterior do baiano na atuação em ministérios nacionais (SANTANA, 2002). Neste sentido, havia uma defesa do primeiro para expansão de capital e avanços do ponto de vista econômicos, atrelados à ampliação da capacidade de consumo e elevação dos padrões de vida das camadas mais populares. Distinta da posição de Almeida, Celso Furtado, que integrando a equipe do Plano de Metas de Juscelino Kubitschek, julgava ser necessário investir maciçamente na industrialização do país, motivo que levaria a superação do atraso econômico conforme destaca Santana (2002). A influência do economista baiano foi mais marcante nas propostas do governo.

Considerado um intelectual orgânico<sup>50</sup>, Rômulo Almeida empreendeu esforços na estruturação das bases de planejamento, trazendo para o âmbito estatal as discussões pertinentes ao desenvolvimento regional. Era necessário naquele contexto superar o quadro de estagnação da Bahia e as medidas previstas foram aos poucos esquematizadas no âmbito da Comissão de Planejamento Econômico (CPE) conforme sinalizado no capítulo anterior. Essa experiência de planejamento, no entanto, obteve resistência no nível federal, especialmente em virtude das posições contrárias entre Rômulo Almeida e Celso Furtado. No plano estadual, a resistência fora por parte dos políticos baianos, devido à apatia e o histórico clientelista no contexto do estado. Ainda de acordo com Santana (2002, p. 147) “a cultura política local reagiu a estratégia de plano da CPE e obstaculizou uma formulação contra-hegemônica, via debates internos na Assembléia”, tornando a meta de organização administrativa do estado um ponto ainda mais desafiador.

Apesar das divergências de perspectivas, de modo geral, reconhecia-se a necessidade de mudanças na economia estadual e neste sentido, alguns esforços foram empreendidos no âmbito da CPE como parte de um plano para a reabilitação econômica. Pode-se mencionar, por exemplo, o *Programa de Recuperação Econômica da Bahia* lançado pelo grupo da CPE no ano de 1958. Dentre as questões centrais do documento estava à superação da instabilidade econômica (flutuação das safras e estiagem, dependência do mercado exterior e a inadequação regional da política monetária federal). As sugestões previstas

---

<sup>50</sup> O intelectual orgânico é todo indivíduo consciente de sua classe e que de algum modo busca construir um consenso em torno do projeto da classe. Ver mais em Gramsci (2000).

no programa citado enfatizava a necessidade de uma atuação mais eficiente do Estado que pudesse estimular o desenvolvimento, investir em setores estratégicos, articular os recursos federais, estaduais e municipais, além dos investimentos de capital privado, evidenciando o caráter intervencionista das políticas pensadas para aquela conjuntura. No documento ainda é possível destacar a ênfase dada à questão do planejamento, cujo termo é evidenciado em muitos momentos ao longo do texto.

Embora os esforços tendessem às mudanças econômicas, as ações continuaram concentradas na Política do Cacau, na nova opção do Petróleo, bem como na modernização industrial. Nesse período, o objetivo estava pautado na “industrialização como uma saída possível para reverter a participação pouco expressiva da Bahia nas decisões econômicas nacionais”, através do “[...] desenvolvimento da produção industrial e do incentivo ao setor agrícola, seria possível alterar o papel periférico que a Bahia desempenhava na divisão interestadual do trabalho”(SANTOS, 2007, p.44). A instalação da Petrobras (1950), do Centro Industrial de Aratu – CIA (1967) e do Pólo Petroquímico de Camaçari (1978) foram medidas condizentes com esta proposta. Antes de tudo, representavam transformações importantes para restauração da economia do estado, mas não contribuíram para transformações do ponto de vista social e não contemplaram todo território estadual.

Outro documento que pode ratificar essas questões é o *Plano de Desenvolvimento da Bahia* para o período de 1960 a 1963, lançado no governo de Juracy Magalhães (1959-1963). O plano se insere como uma tentativa de acompanhar as diretrizes nacionais condizentes com o lançamento da Operação Nordeste - OPENO e as propostas da SUDENE. Objetivando ampliar as exportações baianas e diminuir as taxas de importações, equalizar os investimentos estaduais e municipais, além dos repasses federais, a proposta visava recuperar o prestígio econômico do estado e atingir o desenvolvimento apregoado naquela época. Do mesmo modo, apesar de indicar alguns elementos para diversificação econômica, as ações de governo ainda estavam muito concentradas na Política do Cacau e na Política do Petróleo, priorizando as atividades na capital (Salvador) e todo o entorno da região metropolitana,

além da centralização dos investimentos na zona cacaueteira no sul e sudeste da Bahia.

Um dos poucos documentos produzidos especificamente sobre o recorte territorial em análise foi o *Programa de Desenvolvimento Regional do Além São Francisco (1979-1982)* que evidencia a opção de desenvolvimento escolhido para o oeste. O documento organizado pela Secretaria de Agricultura ressaltava a estratégia pautada no setor agropecuário, enfatizando que “[...] de forma geral pode-se afirmar que o setor básico do desenvolvimento regional será o primário através do seu componente agropecuário” (BAHIA, 1979, p. 30). Na operacionalização da proposta divide-se o Além São Francisco em porção leste e porção oeste. A primeira seria ocupada por pequenas propriedades e agricultura em menor escala; enquanto a porção oeste, onde se predomina o cerrado, a agricultura implantada estaria voltada para a grande escala. Nesse sentido já evidencia-se a seleção de áreas bem delimitadas, sendo o cerrado, o local onde a especialização, a mecanização se tornará evidente a partir da década de 1980.

Vários esforços do ponto de vista de planejamento foram experimentados, no entanto outros redutos do estado continuavam invisibilizados do ponto de vista estratégico. O Além São Francisco, pouco recebeu incentivos na escala estadual, emergindo como área de interesse a partir da proposta nacional de expansão da agricultura pelos cerrados e pelos projetos já desenvolvidos na escala federal via CVSF (atualmente CODEVASF). Até a primeira metade do século XX, a economia são franciscana esteve caracterizada numa posição secundária e sem participar da pauta estadual.

As ações voltadas para o recorte se consolidaram apenas, no final da década de 1970, acompanhando o conjunto de medidas definidas para ocupar todo o interior do território nacional e ampliar a fronteira agrícola no cerrado. Para a escala estadual, o interesse se processou a partir do reconhecimento da potencialidade do cerrado baiano, em virtude das pesquisas realizadas por órgãos do governo e a partir da dinâmica que conferiu um novo caráter de relação.

### **4.3 Expansão das políticas territoriais pelos cerrados: o reconhecimento do Oeste da Bahia como possibilidade no cenário regional/nacional.**

As políticas territoriais no Além São Francisco se consolidaram muito lentamente e conforme apresentado no Capítulo 3, as primeiras iniciativas estiveram atreladas ao papel desempenhado por uma elite regional que se sentia isolada na vastidão do sertão são franciscano. Por muito tempo, esta área manteve um papel economicamente secundário e a falta de interesse do Estado não possibilitou grandes mudanças do ponto de vista político, econômico, social e de infraestrutura. As poucas ações como a criação da Companhia de Navegação do São Francisco (1865), a Ferrovia Bahia – São Francisco (1895) e a criação da CVSF (1948) permitiram certo impulso na economia regional, mas permaneceu sem muitas transformações na estrutura territorial.

A ausência de grandes investimentos condizia com a opção de políticas adotadas pelo Estado, que historicamente priorizou certos espaços em detrimento de outros, levando-se a considerar que a *não política* se insere como parte de um projeto maior, de uma opção no escopo de atuação dos grupos políticos que lideraram o estado, conforme definição apresentada e defendida por Sánchez (1992).

Somente a partir da segunda metade do século XX e mais especificamente em meados de 1970, que o Além São Francisco fora inserido numa nova dinâmica econômica. Esse novo direcionamento teve, a princípio, a iniciativa da escala federal com a implementação das políticas para o desenvolvimento de infraestrutura e agrícola do país, sem apresentar grandes participações do governo estadual. Contudo, ao reconhecer as possibilidades de ganhos econômicos na exploração dos cerrados baianos, notou-se um crescente interesse em ações que buscavam atrair e viabilizar a produção agrícola mecanizada em municípios do Além São Francisco.

A partir da década de 1970, o Oeste baiano vem sendo palco de um intenso e rápido processo de transformações, provocando um abrupto contraste com o estado de letargia secular que caracterizava a economia e a sociedade locais. A expansão da moderna agricultura em direção ao Centro-Oeste e ao Vale do São Francisco resulta num rápido processo de diferenciação social, reproduzindo regionalmente estruturas características da sociabilidade vinculada aos agentes

presentes na agricultura capitalista. Serão sobretudo personagens extralocais que aparecerão como portadores das transformações da região: gaúchos e japoneses em Barreiras, fazendeiros pernambucanos e de outras regiões em Santa Maria da Vitória, órgãos do governo e empresas privadas nos projetos de irrigação (KRAYCHETE; COMERFORD, 2012, p. 98-99).

A partir do contexto apresentado, o Além São Francisco experimentou mudanças de ordem técnica, social, econômica e política com a rápida expansão da agricultura mecanizada e a consolidação do agronegócio como marca predominante. Para sintetizar as ações, considerando-as como resultados ou como uma política territorial, buscou-se pontuar no recorte temporal em análise (1956-1979) quais ações e a localização das mesmas.

Metodologicamente dividiu-se as políticas territoriais em dois blocos conforme quadro-síntese (Quadro 3). As informações são fruto da pesquisa de campo realizada e a escolha dessas políticas partiu, a princípio, dos restritos dados encontrados para o oeste da Bahia, o que demarca certa negligência no acúmulo de informações sobre o território. Este fato se confirma pela dificuldade de encontrar, de forma condensada, as informações nos bancos dos órgãos de governo (estadual e federal).

Partindo da ausência de informações, optou-se por selecionar aquelas obras que consideramos como de maior influência no território. Essas compõem as principais políticas territoriais e/ou se apresentam como resultados operativos das políticas de Estado. Nesse sentido centrou-se na observância de questões de ordem mais técnica (objetos ou formas geográficas) a exemplo de barragens, hidrelétricas e estradas e as de ordem operativa ou de gestão, demarcando a existência de órgãos ou estruturas administrativas de governo que possuem um impacto territorial. A partir desta divisão buscou-se categorizar as políticas que foram direcionadas para Além São Francisco, tanto as de escala federal quanto estadual, localizando os municípios que receberam essas políticas e período em que foram implementadas.

**Quadro 03 - Quadro-síntese das principais políticas territoriais adotadas na pesquisa**

Bloco	Tipo	Ações/políticas
Bloco A	Infraestrutura e/ou redes técnicas	Rodovias (federais e estaduais); ferrovias; aeródromos públicos (aeroportos ou pistas de pouso); barragens, represas e açudes; perímetros irrigados; centrais de energia elétrica (pequena central elétrica ou usina hidrelétrica);
Bloco B	Serviços e/ou redes de gestão	Universidades (federais e estaduais); bancos públicos; postos dos ministérios (ministérios do trabalho); órgão do governo (IBGE, INSS); agências e órgãos estaduais (DIREC, DIRES, Derba, Agerba, Adab, CAR, Ebda, Sefaz);

Elaboração: Maria Aparecida Brito Oliveira.

Investigando as ações direcionadas pelo Estado entre 1956 e 1979, pode-se destacar a construção da capital Brasília e todo o conjunto de infraestruturas criadas para ampliar o acesso ao interior do país, como uma grande política territorial. Esta se insere tanto com aspectos do Bloco A quanto do Bloco B, considerando que a construção da capital do país, na área central do território, estimulou a emergência de infraestruturas e redes técnicas como também as redes de gestão e de serviços. Cumprindo com uma estratégia de interiorização e o estímulo a um novo ritmo de crescimento em novas áreas, a construção da cidade teve o Estado como grande viabilizador. A mudança da capital administrativa do Rio de Janeiro para o Centro - Oeste brasileiro e a inauguração de Brasília em 1960 se inseriu como uma das estratégias políticas mais importante para o período, impactando no Além São Francisco.

De acordo com Costa (2011) a localização geográfica, bem como o conteúdo político e ideológico da nova capital são elementos fundamentais

para compreender o sentido deste projeto político/econômico. Por outro lado, Santos Filho (1989) acrescenta que a mudança da capital não refletiu de maneira imediata nos municípios do Além São Francisco, mas abriu um leque de possibilidades para a visibilidade deste recorte, em função desta ação vir acompanhada de um conjunto agregado de outras estratégias. O raio de influência da nova capital e conseqüentemente a necessidade de construção de vias de acesso ao Centro-Oeste foram importantes para os municípios em estudo. Cabe destacar, entretanto que se por um lado a cidade planejada para a nova capital do Brasil trouxe os aspectos de inovação administrativa, desconcentração do eixo sul-sudeste e abertura de investimentos em novos espaços, por outro, herdou os problemas de grandes cidades, como a segregação espacial, a concentração de renda e todos os problemas urbanos comuns na maioria dos centros urbanos brasileiros.

Seguindo as análises das infraestruturas e/ou redes técnicas (Bloco A), outra iniciativa de impacto para o período parece ter sido a construção da hidrelétrica de Correntina, em 1966, visando o abastecimento do oeste (SANTOS FILHO, 1989). Sendo a hidrelétrica um importante objeto geográfico desde a sua forma até a função que lhe compete, reconhece-se o impacto e as transformações no espaço geográfico tanto positivamente quanto negativamente. O conteúdo que acompanha a criação deste tipo de objeto reflete os interesses dos agentes (especialmente do Estado) e os objetivos a eles relacionados. Para o contexto, a hidrelétrica representou um dos primeiros objetivos para instalação de energia elétrica nos municípios do Além São Francisco, abastecendo a demanda energética local até então ausente deste tipo de política.

Um terceiro exemplo de política territorial identificada no recorte esteve atrelada à construção de Brasília: a implantação da BR 242 (trecho Brasília-Ibotirama), permitindo a interligação da nova capital do país com Salvador. Para execução da obra foi instalado em 1969, na cidade de Barreiras, um posto do Exército, o 4º Batalhão de Engenharia e Construção - BEC que também contribuiu para viabilizar o trecho da BR 020, ligando Barreiras a Brasília e da BR 135 ligando Brasília ao Piauí (SANTOS FILHO, 1989). A instalação destas rodovias esteve diretamente associada aos planos de infraestrutura da época e permitiram a conexão entre diferentes pontos do território. Contudo, não foram

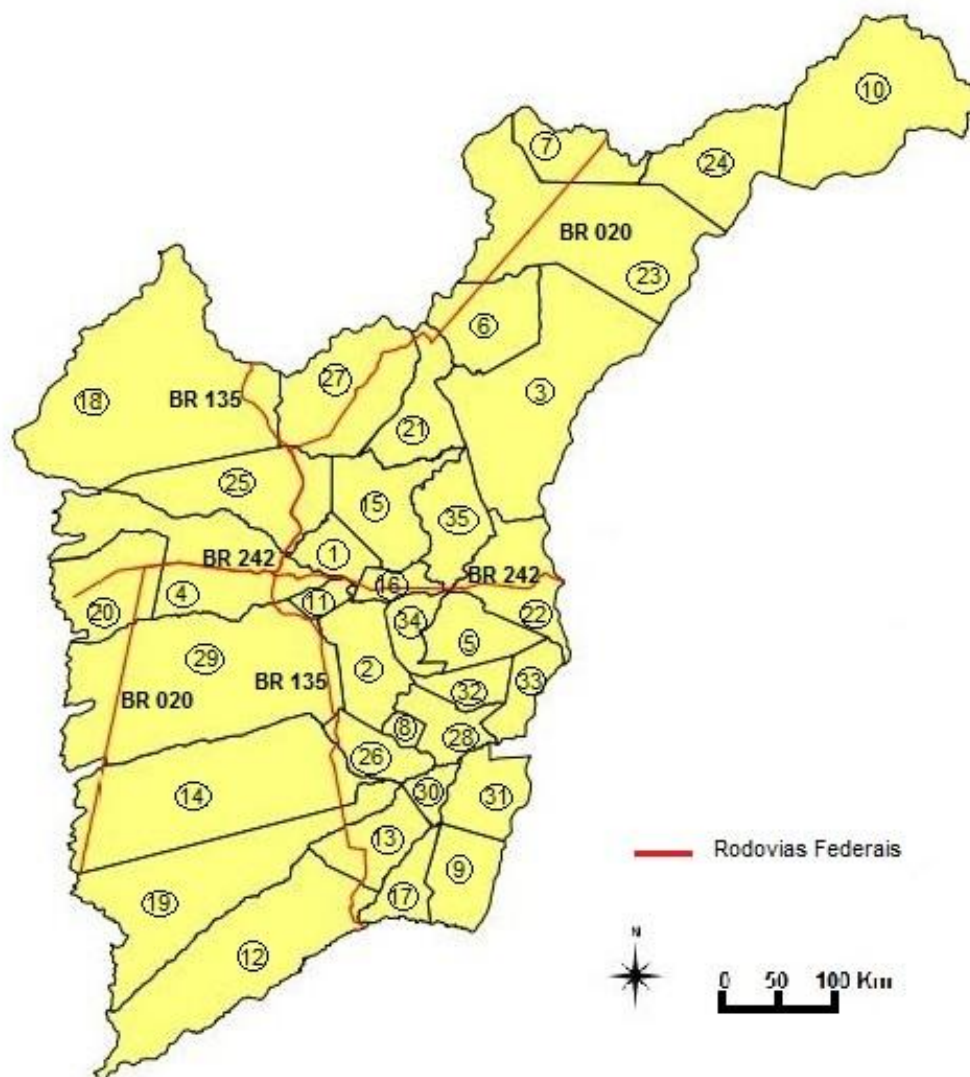
suficientes para romper com o isolamento geográfico de todo o Além São Francisco, pela insuficiência do número de vias de acesso e pela imensidão territorial. Uma consequência negativa da instalação destes objetos geográficos foi a decadência do antigo sistema hidroviário historicamente predominante no recorte, sobretudo pela mudança do perfil de transporte brasileiros. A navegação foi gradativamente perdendo prestígio tanto pela ampliação do sistema rodoviário, quanto pelos novos usos atribuídos aos rios da Bacia do São Francisco (irrigação e hidroeletricidade). A Figura 14 apresenta o traçado das rodovias do Além São Francisco, sinalizando a pouca presença de vias de ligação no território, ainda na segunda metade do século XX.

Aliada a construção das rodovias está a ponte sobre o Rio São Francisco na cidade de Ibotirama possibilitando o acesso da capital do estado (Salvador) à capital do país (Brasília) e a ponte de Bom Jesus da Lapa construída posteriormente. As duas ações não foram consideradas, como dados para políticas territoriais no oeste, em virtude dos dois municípios estarem localizados na margem direita do Rio São Francisco e não perfazerem o recorte de análise desta pesquisa. Contudo reconhecem-se estas duas obras como um fator importante de interligação para o oeste baiano.

Ainda sobre as ações do Bloco A, uma quarta iniciativa de políticas territoriais pode ser citada. Em meados de 1977, a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF iniciou o represamento do Rio São Francisco para construção da Barragem de Sobradinho. Com uma área total 4214 km<sup>2</sup> e abrangendo os municípios baianos da margem esquerda, Casa Nova, Pilão Arcado e Remanso, além de Sento Sé, Sobradinho e Juazeiro, na margem direita, a obra foi viabilizada com a finalidade de geração de energia elétrica (BOMFIM, 1999). A construção da barragem se justificava no plano nacional como importante obra de infraestrutura, tendo em vista os esforços empreendidos para consolidação de uma matriz energética no país, além de possibilitar as condições viáveis para implantação de um setor industrial mais competitivo e atrativo no Nordeste.



**Figura 14 – Traçado das rodovias federais no Além São Francisco-  
Década de 1970**



- |                            |                             |                            |
|----------------------------|-----------------------------|----------------------------|
| 1- Angical                 | 14- Correntina              | 27- Santa Rita de Cássia   |
| 2- Baianópolis             | 15- Cotegipe                | 28- Santana                |
| 3- Barra                   | 16- Cristópolis             | 29- São Desidério          |
| 4- Barreiras               | 17- Feira da Mata           | 30- São Félix do Coribe    |
| 5- Brejolândia             | 18- Formosa do Rio Preto    | 31- Serra do Ramalho       |
| 6- Buritirama              | 19- Jaborandi               | 32- Serra Dourada          |
| 7- Campo Alegre de Lourdes | 20- Luis Eduardo Magalhães  | 33- Sítio do Mato          |
| 8- Canápolis               | 21- Mansidão                | 34- Tabocas do Brejo Velho |
| 9- Carinhanha              | 22- Muquém do São Francisco | 35- Wanderley              |
| 10- Casa Nova              | 23- Pilão Arcado            |                            |
| 11- Catolândia             | 24- Remanso                 |                            |
| 12- Cocos                  | 25- Riachão das Neves       |                            |
| 13- Coribe                 | 26- Santa Maria da Vitória  |                            |

Fonte: SEI (2000)

Elaboração: Maria Aparecida Brito Oliveira

Entretanto, uma obra dessa magnitude carrega um passivo social inestimável, devido ao processo de remoção forçada da população ribeirinha, contabilizando cerca de 12 mil famílias desapropriadas, oriundas boa parte da zona rural dos municípios que foram totalmente encobertos pela barragem (BOMFIM, 1999). Segundo o autor, Sobradinho é o reflexo de um modelo de desenvolvimento agroindustrial imposto que priorizou o capital e homogeneizou todo espaço físico e social, em função de interesses externos e internos patrocinados (direta e indiretamente) pelo Estado. Nesse sentido, enquanto política territorial a barragem de Sobradinho se expressa como um importante objeto geográfico com reflexos territoriais, mas do ponto de vista social, é sinônimo de uma ação verticalizada do Estado, típica do período ditatorial.

Um quinto exemplo de política territorial que repercutiu no Além São Francisco foi resultante dos projetos viabilizados pela antiga CVSF, transformada em Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – CODEVASF<sup>51</sup> (CODEVASF, 2014a). Esta empresa pública foi responsável por alterar a dinâmica de alguns municípios do Além São Francisco, por meio de ações e programas destinados ao aproveitamento dos vales férteis dos rios da Bacia do São Francisco. Tendo como principal objetivo promover o desenvolvimento da região utilizando os recursos hídricos, a CODEVASF, em meados de 1978 viabilizou projetos de irrigação pública nos municípios de Barreiras, São Desidério e Coribe, sendo este exemplo de mais investimentos de atuação do Estado no Além São Francisco. O Quadro 4 resume as principais características dos projetos de irrigação implantados pela CODEVASF no municípios citados.

As áreas foram divididas em lotes familiares e empresariais, sendo que atualmente o Projeto São Desidério/ Barreiras Sul conta com o total 1718 ha, inteiramente ocupado por lotes familiares. Já o projeto Formosinho contabiliza 408 ha, destinando 328 ha para lotes familiares e 80 ha para lotes empresariais. Há predominância de produção de fruticultura conforme dados da CODEVASF (2014b).

---

<sup>51</sup> A CODEVASF foi instituída pela Lei nº 6.08816 de julho de 1974.

**Quadro 4 – Políticas territoriais no Além São Francisco- Perímetros Irrigados de São Desidério/Barreiras Sul e Formosinho- 1978**

Nome do Projeto	Município	Área Ocupada	Início de funcionamento	Dados da infraestrutura	Sistema de Irrigação
Distrito Irrigado do Projeto São Desidério Barreiras Sul	Barreiras/ São Desidério	1.718 ha	1978	99 km de canais; 95 km de drenos superficiais 6 ha de drenos subterrâneos, 155 km de rede viária	O principal sistema de irrigação é o de superfície.
Perímetro Irrigado Formosinho	Coribe	408 ha	1978	12 km de canais de irrigação e 1 estação de bombeamento	Microaspersão e a aspersão.

Fonte: CODEVASF (2014b); MI (2014).

Elaboração: Maria Aparecida Brito Oliveira

Os perímetros irrigados se inserem na perspectiva de desenvolvimento defendido na política agrícola brasileira que vai experimentar, sobretudo, a partir da década de 1970 transformações desde o padrão de produção até as relações e conflitos sociais no campo. Segundo Coelho Neto (2010) a política de projetos públicos irrigados no Vale do São Francisco esteve ancorada na concepção de polos de crescimento, cuja instalação de infraestruturas ocorreu de forma pontual visando o desenvolvimento regional. As ações de modernização da agricultura, os projetos de irrigação mecanizados e demais interferências tecnológicas foram se instalando por toda a área do vale do São Francisco e se ampliando em direção aos cerrados. A existência destes objetos geográficos traduz a expansão das propostas nacionais apoiadas nas políticas de desenvolvimento e exemplificam mais uma vez a concepção de ação do Estado, tendo em vista o período centralizador da ditadura militar e das ações verticalizadas.

A Tabela 2 apresenta o histórico de evolução dos projetos de irrigação entre a década de 1950 até 1999. O que se observa é que para o período houve um elevado crescimento no número de hectares irrigados em todo

Brasil. No Vale do São Francisco este número aumentou mais de 330 mil ha, enquanto a área irrigada pela CODEVASF aumentou cerca 122 mil ha. Até o ano de 1985 este crescimento foi acelerado, elevando a área de irrigação em até cinco vezes e apresentando um crescimento menos acelerado a partir desta época. Entre estes números estão os projetos destinados aos municípios pesquisados.

**Tabela 2 - Evolução das áreas irrigadas no Brasil, no Nordeste, no Vale do São Francisco (mil ha)**

<b>Período</b>	<b>Brasil</b>	<b>Nordeste</b>	<b>Vale do São Francisco</b>	<b>CODEVASF</b>
Até 1950	64	0,1	0,1	0,1
Até 1960	320	28,6	10,8	1,1
Até 1970	796	116	60,2	2,3
Até 1975	1.100	163,4	88	12,1
Até 1980	1.600	261,4	144,5	27
Até 1985	2.100	335,8	205,9	47,9
Até 1990	2.700	-	232,6	67
Até 1994	2.800	-	250	71,8
Até 1995	2.600	-	300	72,8
Até 1996	2.656	428	-	79,7
Até 1997	2.756	456	-	91,2
Até 1998	2.870	495	-	105,9
Até 1999	-	-	333	122

Fonte: CODEVASF (2014c) Elaboração: CODEVASF (2014c)  
Adaptação: Maria Aparecida Brito Oliveira.

Acompanhando o desenvolvimento econômico no Brasil as últimas quatro décadas revelam a tendência de expansão do capital, modificações de ordem técnica no espaço agrícola brasileiro e as transformações ocorridas na economia/política brasileira. Arelados aos princípios da dita modernização e industrialização, as relações no campo e o papel que o rural representava sofreram alterações profundas visando entre outras questões ampliar a expansão do capital, aumentar a produtividade dos itens agrícolas e acelerar o crescimento econômico. No entanto, estas medidas não refletiram em mudanças dos padrões de vida e sociais das populações rurais ou do homem no campo, tendenciando o crescimento de riquezas pautadas na grande propriedade, seguindo a herança escravocrata do extenso latifúndio

agroexportador. Além disso, como pontua Becker e Egler (1992), as políticas territoriais adotadas seguindo esse modelo produziram uma série de repercussões no plano da economia, da política, do espaço e da sociedade, mas se fez às custas da chamada *modernização conservadora*, com elevados índices de crescimento contrastando com a ampliação das desigualdades sociais. Os espaços que mais receberam as políticas se apresentam como recortes potenciais, mas foram selecionados a partir dos interesses de grupos hegemônicos.

As mudanças no perfil da agricultura tornaram-se uma política de Estado, mas não ocorreram de forma homogênea, pelo contrário, mostrou-se extremamente concentrada em pontos específicos por todo território (SANTOS, 2007). Fora neste cenário que, gradativamente, o Além São Francisco começou a ser inserido enquanto espaço estratégico, primeiramente pelos grandes projetos de impacto nacional como a construção de Brasília e barragem de Sobradinho; em seguida pelo grande potencial econômico e fisiográfico da região, até então pouco explorado. A grande reserva de espaço (os antigos fundos territoriais/sertões) e as potencialidades encontradas possibilitaram a expansão de grandes projetos especialmente a partir do final da década de 1970, atribuindo uma visibilidade maior para a área mais ocidental do território baiano, sem grandes expressões no aspecto econômico até este período. No contexto nacional, este recorte se insere como parte de um espaço maior e do projeto de interiorização em direção ao Centro-Oeste, culminando estrategicamente na exploração econômica do domínio dos cerradas, última fronteira agrícola a ser explorada. Nestas áreas de vegetação específica, condições climáticas favoráveis, abundância de terras e especialmente de água, facilitou-se a implantação dos complexos agroindustriais (CAI) cujos objetivos cumpriram com a perspectiva de crescimento do setor agrícola no país.

Conforme Santos (2007) a concretização dos objetivos definidos para esse período foi possível pela atuação do Estado voltado a uma série de instrumentos, passando desde o crédito rural subsidiado até os diferentes programas de pesquisa agrônômica e de extensão rural. Também Kraychete e Comerford (2012) sinalizam,

**O Estado desempenhou um importante papel como agente viabilizador deste processo, fornecendo apoio financeiro, implantando uma infraestrutura física e institucional ou mesmo fazendo “vista grossa” às apropriações ilegais de terras e outras violências contra os camponeses.** Favorecida pela atuação do Estado, a iniciativa privada passa a exercer o seu “pioneirismo” promovendo a “ocupação do Oeste”, que conduz à moderna agricultura que se expande na região [...] A intervenção estatal na região também está associada aos interesses envolvidos na ocupação dos cerrados brasileiros, onde estão presentes empresas, cooperativas e o governo japonês, que participa técnica e financeiramente do Prodecer através do JICA (Japan International Cooperation Agency) (KRAYCHETE; COMERFORD, 2012, p. 99-100, grifos nossos).

No Além São Francisco, novos agentes (governamentais e grupos econômicos privados) começaram a investir na agricultura de grãos para exportação, com destaque para a soja. Cabe ratificar que um fator preponderante no processo fora o esgotamento da fronteira agrícola no Sul e Sudeste do Brasil, que acabara por conferir aos cerrados do Centro-Oeste o caráter prioritário para implementação de novos modelos de produção (SANTOS, 2007). Os estudos viabilizados pelo governo, através da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA reafirmaram a viabilidade produtiva dos cerrados e atraíram os investimentos públicos e privados para esta área. Cita-se o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados – POLOCENTRO como um exemplo de investimentos estatais em meados da década de 1970, experiência que abriu precedentes para construção de outra política agrícola, a do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira de Desenvolvimento do Cerrado - PRODECER, dando continuidade ao processo iniciado de políticas territoriais via ação estatal e inserido novos pontos de convergência para expansão do capital no campo brasileiro. Este último beneficiou os setores ligados ao capital agroindustrial estimulando a produção para exportação e a utilização de tecnologia moderna. Segundo Santos (2000) o PRODECER representou uma forma de intervenção estatal voltada à fronteira agrícola que emergiu de acordos firmados entre o governo brasileiro e o japonês. Na proposta,

Previa-se que, na área incorporada pelo PRODECER, implantar-se-iam grandes e modernas unidades de produção, às quais teriam acesso **os agricultores vinculados às cooperativas e os empreendedores com suporte empresarial. Seriam privilegiados os plantios com tecnologia avançada e produção intensiva** em

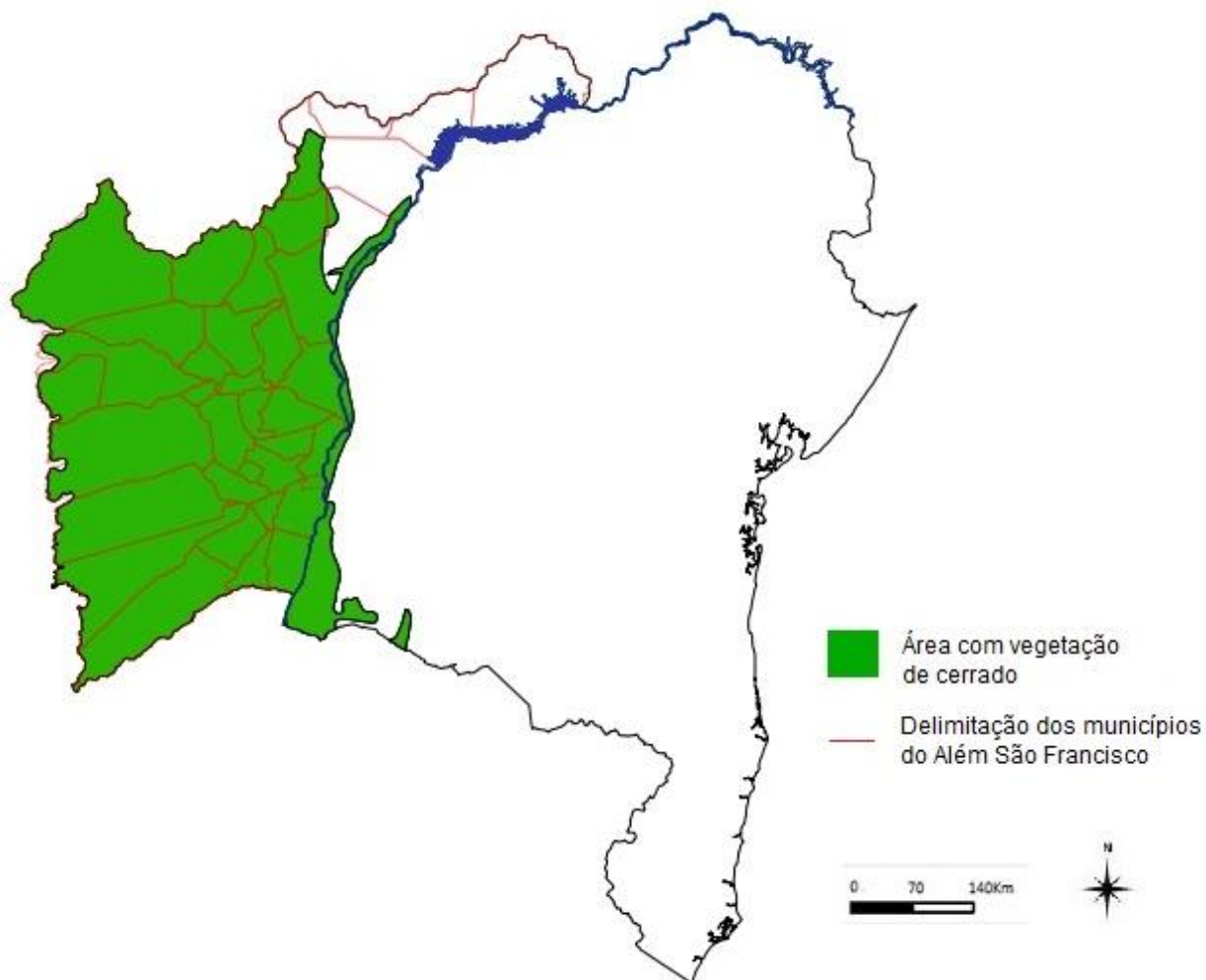
escala adequada para abastecer fatias importantes do mercado externo de grãos, como sorgo, milho e, **principalmente, soja**, que além de atenderem às demandas do mercado externo teriam grande importância no abastecimento do mercado interno com a produção e comercialização do óleo e do farelo (SANTOS, 2007, p. 95, grifos nossos).

A prioridade de investimentos estava voltada para as grandes empresas e cooperativas que foram se instalando em finais de 1970. Os incentivos econômicos concentraram num perfil empresarial de alto poder aquisitivo, na aplicação de capitais em empresas de médio e grande porte e na agricultura para exportação. A política implementada levou o governo baiano a traçar uma nova estratégia de intervenção que fora consolidada através de inúmeras ações, a exemplo do Programa de Ocupação Econômica do Oeste, conforme se verá no próximo capítulo. Santos Filho (1989) considerou, ainda na década de 1980, que as cooperativas e empresas agrícolas foram um dos agentes principais responsáveis pelas mudanças ocorridas nos municípios do cerrado, cuja produção agrícola de grãos alcançou níveis elevados. Dentre elas poder-se-ia citar a Cooperativa Agrícola de Cotia- COTIA, a Cooperativa Agrícola dos Cerrados do Brasil Central Ltda-COACERAL e a Cooperativa dos Produtores de Grãos dos Gerais-Ltda- COPERGEL, todas atuando no oeste.

Tendo uma expressiva parte do seu território inserido no bioma dos cerrados (Figura 15), o Além São Francisco experimentou ainda em finais da década de 1970 transformações que vão desde a inclusão de novas classes sociais até mudanças na organização regional tornando este parte da divisão regional do trabalho (SANTOS, 2007).

As ações provenientes da nova política agrícola na margem esquerda são franciscana provocaram alterações socioespaciais distintas das observadas em décadas anteriores. Alguns aspectos decorrentes das mudanças no Além São Francisco estão à migração de produtores do sul e sudeste do Brasil, mecanização das técnicas agrícolas e a produção para exportação, instalação de agroindústrias, alteração no PIB dos municípios, aumento da área plantada, entre outros. A partir deste conjunto de mudanças o Além São Francisco deixa de ser sinônimo de algo distante, longínquo ou esquecido, emergindo enquanto um espaço potencial, devido a crescente demanda de investimentos.

**Figura 15- Áreas com vegetação de cerrado na Bahia<sup>52</sup>**



Fonte: Embrapa (1992)  
Elaboração: Maria Aparecida Brito Oliveira

Baseando-se nos argumentos apresentados, este Além São Francisco, que antes fora, o grande sertão dos fundos territoriais, torna-se o espaço da grande produção agrícola estadual, agora com denominação de “Oeste da Bahia”. A nova adjetivação apresenta-se como possibilidade de investimento e sinônimo de crescimento econômico, o que representou a inserção destas antigas porções que funcionaram como estoque territorial. A partir deste período, a área que conformava os antigos sertões são

<sup>52</sup> Cabe destacar que boa parte do cerrado baiano já fora dizimado em virtude da produção agropecuária.



franciscanos é inserida na dinâmica econômica nacional se tornando agora “territórios usados” com a exploração dos recursos naturais e econômicos.

O novo direcionamento tanto se aplica na interpretação de Moraes (2003b; 2005; 2011b) que defende a existência de grandes espaços para “exploração futura” na trajetória de formação territorial brasileira, quanto na interpretação de Sánchez (1992) defendendo que a depender dos interesses do Estado e da conjuntura do momento, um território pode ou não receber incentivos em termos de políticas territoriais. Confluindo estas duas interpretações obtêm que, a partir de um “novo olhar” do Estado, na porção mais ocidental baiana e nos novos propósitos de políticas territoriais, a tendência de projetos, programas, obras e ações incorporaram os espaços dos cerrados, uma das últimas fronteiras de ocupação econômicas brasileiras.

Neste sentido, o *Oeste da Bahia* emergiu de uma escala local/regional para uma projeção regional/nacional pelo conjunto de mudanças operadas neste período. Vale salientar que do aspecto de documentos de governo a denominação de Além São Francisco só fora substituída a partir da década de 1980, quando o espaço territorial fora inserido por completo na agenda de planejamento econômico estadual e nacional.

Resumidamente, a chegada da moderna agricultura na área mais ocidental baiana tendeu a romper com o isolamento outrora atribuído, primeiramente ao sertão (fundo territorial), depois ao Além São Francisco e agora ao Oeste da Bahia. Se esta área fora historicamente marginalizada, reconhecida pela ausência de políticas territoriais do Estado, conforme as reivindicações históricas da elite local/regional, a partir da década de 1970, esta se insere de maneira rápida numa nova dinâmica econômica. A própria denominação de Oeste da Bahia é um indicativo geográfico, político e econômico para estas mudanças, afinal, não foi qualquer espaço na Bahia que experimentara tão velozmente as mudanças na estrutura econômica, mas especificamente a área conformada pelos cerrados baianos e localizada na porção mais ocidental do estado.

Cabe afirmar que grande parte das mudanças, entretanto não se operaram positivamente do ponto de vista da organização social, contemplando apenas uma pequena parcela de produtores agrícolas. Além disso, a consolidação dos grandes projetos agrícolas no *Além São Francisco* - agora

*Oeste da Bahia* - não fora isenta de conflitos, pelo contrário, se caracterizou pela violência e expulsão de pequenos agricultores de suas terras, apoiados principalmente pela elite regional que foi diretamente beneficiada por esse processo. Conforme sinaliza Santos (2007), contrariando o aspecto mais geral do Nordeste, cuja resistência aos novos modelos ocorreu em muitos espaços, no Oeste da Bahia a situação foi inversa.

O processo de ocupação dos espaços de cerrado da Região Oeste da Bahia, quando observada a partir desse contexto, apresenta uma situação distinta, **pois foram as forças econômicas e políticas dominantes regionalmente as peças facilitadoras do acesso à terra**. Atuando com o apoio de organismos do Governo do Estado, ajudaram a quebrar literalmente a resistência de produtores nativos à venda de suas terras nas áreas de cerrado. Foram eles os grandes responsáveis por demoverem, de maneira pouco convencional, os produtores dos conflitos ou das disputas judiciais pela posse de suas terras em favor de setores da moderna agricultura. E, até quando interessou aos novos produtores e grupos econômicos externos que se instalaram na região, ofereceram apoio e integraram os grupos que firmaram importantes acordos no cenário estadual e nacional, com vistas à viabilização de programas públicos na Região (SANTOS, 2007, p. 83 e 84, grifos nossos).

As mudanças de ordem técnica, econômica, política e territorial vieram acompanhadas de problemas sociais, de uso da terra, de condições de trabalho, enfim de toda uma dinâmica de sociedade fruto de um modelo agrícola desenvolvido em todo país e que priorizou a aceleração do crescimento, sem muitas preocupações com os efeitos sociais.

Os dados até este ponto apresentados correspondem as grandes obras de infraestrutura agrícola, energéticas e de circulação (Bloco A) conforme Quadro-síntese 3. Até meados de 1979 não foram encontrados registros de existência de rede ferroviária e de aeroportos, com exceção o aeroporto de Barreiras que fora destruído durante a ditadura militar. Do mesmo modo, não foram encontrados registros sobre a existência de universidades públicas (federais ou estaduais) nos municípios pesquisados, tão pouco, existência órgãos de gestão de serviços públicos, levando a considerar que para o recorte temporal estas políticas eram de fato inexistentes.

Em relação à instalação/presença de instituições bancárias públicas (Quadro 5), apenas doze municípios receberam este recurso, sendo que até meados de 1955 haviam apenas duas agências instaladas em Barreiras e Barra, datadas da década de 1940, conforme pontuado no capítulo anterior.

**Quadro 5 – Bancos públicos existentes no Oeste da Bahia – 1956-1979<sup>53</sup>**

<b>Nome da instituição</b>	<b>Município</b>	<b>Data de início das operações</b>
Banco do Nordeste do Brasil	Barreiras	23/10/1978
Banco Baneb S.A	Barreiras	03/01/1957
Banco do Brasil S.A.	Carinhanha	28/06/1976
Banco Baneb S.A	Carinhanha	06/06/1965
Banco do Brasil S.A.	Casa Nova	20/08/1979
Banco Baneb S.A	Casa Nova	22/06/1979
Banco Baneb S.A	Correntina	30/03/1977
Banco Baneb S.A	Cotegipe	05/03/1975
Banco do Brasil S.A.	Formosa do Rio Preto	01/11/1978
Banco Baneb S.A	Formosa do Rio Preto	15/12/1979
Banco do Brasil S.A.	Remanso	01/12/1964
Banco Baneb S.A	Riachão das Neves	14/12/1979
Banco do Brasil S.A.	Santa Maria da Vitória	06/07/1964
Banco do Nordeste do Brasil	Santa Maria da Vitória	12/11/1979
Banco Baneb S.A	Santa Maria da Vitória	08/10/1961
Banco Baneb S.A	Santa Rita de Cássia	14/12/1979
Banco Baneb S.A	Santana	07/05/1966
Banco do Brasil S.A.	Wanderley	31/07/1978

Fonte: BACEN (2014)

Elaboração: Maria Aparecida Brito Oliveira.

Entre 1956 e 1979 foram instaladas pelo menos dezoito agências e os municípios contemplados foram: Barreiras, Carinhanha, Casa Nova,

<sup>53</sup> O Banco Baneb S.A foi privatizado em 5 de julho de 1999, com a transferência de seu controle acionário para o Banco Bradesco S.A segundo dados do Bacen (2014).

Correntina, Cotegipe, Formosa do Rio Preto, Remanso, Riachão das Neves, Santa Maria da Vitória, Santa Rita de Cássia, Santana e Wanderley. Do ponto de vista das redes de serviço e gestão (Bloco B), o período analisado é marcado pela ausência de agências de governo e pouca atuação de políticas territoriais nesta categoria.

De acordo com os dados apresentados, o período em questão (1956-1979) fora marcado por uma atuação mais efetiva do Estado no Oeste da Bahia, sobretudo na escala federal. No âmbito estadual, a participação começa a se efetivar a partir do momento que os governos baianos “enxergam” este recorte como um espaço viável e produtivo, o que poderia contribuir com a economia estadual que apresentava problemas conjunturais desde meados do início da República. A atuação da Bahia fora mais efetiva no tocante às pesquisas científicas e investimentos em programas que fomentaram as condições viáveis de incentivo à novas políticas no oeste.

Nesse sentido, analisando o processo de formação territorial da margem esquerda são franciscana, até a década de 1970, considera-se que este era um espaço invisibilizado em termos de ações e políticas territoriais do Estado, inserindo-se a partir de uma proposta política de crescimento econômico através de medidas pontuais e localizadas. As medidas aproveitaram os aspectos físicos e a disponibilidade de terras para aplicabilidade de projetos de expansão de capital, voltados para o agronegócio, e as ações estiverem diretamente ligadas a expansão das atividades agrícolas modernas neste território.

Estrategicamente, os governos baianos se apossaram das vantagens peculiares do território e acabam por inserí-lo no escopo do planejamento estatal, tendendo a uma concentração de investimentos para viabilizar a expansão e os ganhos de capitais. Ao longo da formação territorial, a virada das décadas de 1970 para 1980 parece ter representado o momento crucial para as ações de governo, potencializando os investimentos e atraindo a atenção de investidores estrangeiros. A partir daí, consolida-se uma nova tendência cujos reflexos vão acentuar, por um lado os ganhos econômicos e efetivos de políticas territoriais para este recorte e por outro ampliar a concentração de grandes problemas sociais.

Retorna-se o argumento de Sánchez (1992) que define uma *não política* se conforma como parte de um conjunto de ações do Estado, e se em um dado momento aparentemente a presença de uma política territorial configura uma estratégia de organização, uma não política também o é, em virtude do fato que ao não planejar algo para certas áreas, há a tendência de priorizar os espaços ditos como estratégicos. Para o autor, uma política territorial pode ser entendida como “un proceso consciente de manipulación del território”, já a não política como um “proceso de efectos espaciales indirectos, que se derivarán de actuaciones políticas que no habían considerado al espacio como variable de actuación” ( p. 73). Esta situação cabe na explicação do Oeste da Bahia, cujas facilidades de penetração do capital se dão em virtude de um primeiro momento de não ação do Estado e em seguida pela sua presença atuante no sentido de viabilizar todas as infraestruturas e facilidades para o capital.

Buscando evidenciar estas questões, o Quadro 6 resume as principais ações direcionadas ao Oeste da Bahia que começara a ser incorporado nas demandas de projetos do Estado. A partir destes dados, pode-se compreender que de certo modo, houve ações dos governos em grandes investimentos para o Oeste da Bahia, pelo menos na escala federal. No entanto, questionar, a quem beneficiou e se estes foram suficientes para garantir a inserção deste espaço na dinâmica econômica do estado da Bahia torna-se outro ponto de análise. Destaca-se também que as ações foram muito pontuais se forem levados em consideração o número de municípios, a dimensão territorial dos mesmos e o período de tempo recortado.

Refletindo sobre os efeitos das medidas implementadas conclui-se que a partir destas ações que outras políticas puderam se consolidar no recorte, conforme será apresentado no capítulo seguinte. Pensando em macropolíticas, gradativamente o Oeste da Bahia fora sendo incorporado, acompanhando o ritmo de investimento no cerrado brasileiro e nos últimos anos da década de 1970, o governo estadual passou a privilegiar o oeste, incorporando este território nas grandes propostas políticas. Contudo, as mesmas estavam concentradas para crescimento da produção agropecuária nos cerrados baianos, acompanhando o ritmo de expansão da fronteira agrícola nacional. Fisiograficamente e estrategicamente o cerrado baiano apresentava os fatores

positivos e as vantagens para mudanças no perfil econômico e atrelados a isso, a particularidade histórica de ocupação deste recorte e todos os aspectos da formação territorial vão distinguir o processo de outras áreas do cerrado, tendo em vista que a chegada de novos modelos agrícolas encontra facilmente o apoio da elite política/econômica do Oeste da Bahia.

**Quadro 6- Síntese das Políticas Territoriais voltadas para o Oeste da Bahia- 1956-1979**

<b>Ação/ Política</b>	<b>Agente/ Iniciativa</b>	<b>Período</b>	<b>Observações</b>	<b>Fonte</b>
Inauguração de Brasília	Federal	1960	Além da construção da nova capital o conjunto de infraestrutura criada para ampliar o acesso ao interior do país viabilizaram modificações territoriais nos municípios do raio de influência de Brasília.	Santos (2007)
Hidrelétrica de Correntina	Federal	1966	Construção da hidrelétrica visando o abastecimento energético da região.	Santos Filho (1989)
Construção da BR 242, BR 020 e BR 135	Federal	1969	Construção da Rodovia Salvador – Brasília e Instalação do 4º Batalhão de Engenharia e Construção - BEC, na cidade de Barreiras.	Santos Filho(1989); Santos (2007);
Barragem de Sobradinho	Federal	1977	Construída pela CHESF a barragem possui área total 4214 km <sup>2</sup> abrangendo os municípios de Casa Nova, Pilão Arcado, Remanso, Sento Sé, Sobradinho e Juazeiro, com a finalidade de geração de energia elétrica.	Bomfim (1999)
Perímetros Irrigados	Federal	1978	Viabilização de projetos de irrigação pública nos municípios de Barreiras, São Desidério e Coribe incentivados pela Codevasf.	Codevasf (2014 b)
Agências Bancárias	Federal/ Estadual	–	Instalação de agências de bancos públicos nos municípios de Barreiras, Carinhanha, Casa Nova, Correntina, Cotegipe, Formosa do Rio Preto, Remanso, Riachão das Neves, Santa Maria da Vitória, Santa Rita de Cássia, Santana e Wanderley.	BACEN (2014)

Elaboração: Maria Aparecida Brito Oliveira

A Figura 16 visa reunir e localizar as áreas que receberam as diferentes políticas territoriais analisadas no Quadro 6. Conforme os dados destacados, do total de 35 municípios apenas 15 receberam alguma política territorial no período de 1956-1979. No mapa é possível distinguir também que dos municípios que receberam alguma política no período em questão, boa parte deles situa-se em áreas com predomínio de cerrado.

**Figura 16- Municípios do Oeste da Bahia que receberam políticas territoriais entre 1956-1979**



Fonte: SEI (2000).

Elaboração: Maria Aparecida Brito Oliveira

Os fatores históricos, físicos, políticos e econômicos se tornaram um conjunto favorável para a ampliação da agricultura moderna no Oeste da Bahia, especialmente pela condição de grande fundo territorial (vastamente disponível de terras e pouco povoado), bem como todo o conjunto de políticas territoriais, ligadas ou não, a produção agropecuária e pela emergência do território numa escala regional/nacional. A acentuação das políticas e a incorporação de novos elementos serão mais perceptíveis a partir da década de 1980 pela própria condução dada a este processo. Os resultados desta análise serão apresentados no próximo capítulo.



## **5. POLÍTICAS TERRITORIAIS NO “NOVO OESTE” (1980-2014).**

A proposta deste capítulo é pontuar as principais ações que foram destinadas ao Oeste da Bahia no período compreendido entre 1980 e 2014. A partir da introdução da agricultura de grãos nos municípios que compõem o território ocorreram mudanças significativas em todas as dimensões (políticas, econômicas, sociais). O marco inicial para análise (1980) representa o ano em que diversos programas governamentais na Bahia passaram a priorizar estratégias de intervenção no oeste. As políticas territoriais destinadas nesse período assumiram um padrão diferente dos contextos anteriores, permitindo a inserção do oeste na economia estadual, nacional e mundial, porém sem possibilitar as transformações dos aspectos sociais. Houve um abrupto crescimento em alguns municípios dos cerrados e nos vales úmidos do Rio São Francisco, contudo, o isolamento (econômico, social, político e geográfico), o hiato entre a Bahia e sua porção mais ocidental permaneceu como marca maior, caracterizando como um grande aspecto do processo de formação territorial.

Conforme dados que serão apresentados, notou-se um crescimento de políticas territoriais de grande impacto – especialmente de infraestruturas técnicas - não contemplando todo conjunto territorial. Estes aspectos foram intensificados na medida em que a agricultura moderna fora se expandindo, selecionando áreas mais propícias, ao passo que provocou um novo isolamento do ponto de vista econômico e social, tendo em vista ter marginalizado muitos municípios do próprio território. Busca-se situar primeiramente o cenário nacional, em seguida o cenário baiano para caracterizar o Oeste da Bahia, apontando que as transformações ocorridas neste território acompanharam as tendências em outras escalas de análise.

O recorte em questão transformou-se a partir de 1980, emergindo de uma projeção regional/nacional para nacional/internacional, em virtude das políticas territoriais implementadas. Neste sentido o Oeste da Bahia passa a ser denominado de Oeste na Bahia, sinônimo de um novo oeste, altamente rentável, seletivo e economicamente produtivo ao tempo que extremamente díspare, concentrado e segregado, conforme os argumentos que serão apresentados.

## 5.1 Os novos direcionamentos de políticas territoriais e a projeção do cerrado na escala internacional

A segunda metade do século XX marcou um quadro de transformações espaciais e produtivas no Brasil. Os investimentos em modernização tecnológica, a urbanização, a mecanização agrícola são exemplo da opção feita pelo país na tentativa de transformar-se em uma potência econômica mundial. Os custos deste processo podem ser analisados em diferentes perspectivas, embora os resultados reflitam de maneira diferenciada em cada espaço. Do ponto de vista econômico o país saiu da condição de primário/agroexportador para urbano/industrial. No aspecto social, os graves problemas de concentração de renda, desigualdades sociais e segregação se intensificaram<sup>54</sup>. A economia tornou-se competitiva a ponto de atrair grandes investidores e empresas internacionais para o território sem, contudo, melhorar a qualidade de vida da grande maioria da população. Segundo Araujo (2000) esta é uma das heranças mais marcantes da economia brasileira, fruto do caráter desenvolvimentista e concentrador que refletiram diretamente nas políticas adotadas.

O histórico brasileiro vai apresentar que a gama de ações desenvolvidas, especialmente de políticas territoriais, assumiram um viés centralista e verticalizado cujas marcas repercutiram diretamente no espaço, o que para Becker e Egler (2011) foi fruto do controle político e do projeto nacional autoritário assumido no Brasil. As formas geográficas e suas respectivas funções repercutiram as características de atuação diferenciada do Estado, configurando importantes aspectos para compreensão da dinâmica social, econômica e política brasileira. Ainda, segundo os autores, “[...] no Brasil, o Estado teve papel decisivo na aceleração do ritmo de crescimento, avançando a frente do setor privado e mantendo elevadas taxas de investimento” (p. 20). Este Estado foi capaz de atrair grandes capitais e assegurar a visibilidade econômica e competitiva do país, garantindo sua inserção na dinâmica mundial, fruto de “uma política deliberada promovida por um regime autoritário socialmente excludente” (p. 124).

---

<sup>54</sup> Basta avaliar os números de IDH dos municípios e estados neste período.

As características do processo brasileiro também podem ser avaliadas articulando-se com a escala mundial, tendo em vista que entre as décadas de 1950 e 1970 experimentou-se um crescimento exponencial na economia devido à política voltada para modernização, tanto a industrial como agrícola. Novos aspectos produtivos foram incorporados e a tendência de integração indústria-agricultura tornou-se o pilar de um processo amplo de expansão de tecnologia em direção aos campos, culminando em novos significados sociais e políticos de grandes repercussões espaciais. A incorporação diferenciada das técnicas no novo estágio científico/informacional complexifica a implantação de políticas territoriais, que assumem em cada contexto e cada espaço o caráter de grupos que controlam o poder político. No caso do Oeste da Bahia, os objetos geográficos implantados, os meios técnicos e seus usos diferenciados acabaram por trazer ritmos mais acelerados para alguns municípios específicos, incluindo estes na dinâmica econômica e deixando excluídos aqueles que não participaram ou não receberam um quantitativo de políticas territoriais.

O Estado participou da introdução das rápidas transformações do mundo contemporâneo, sincronizando-as com a permanência de estruturas diacrônicas, cujo tempo é definido por rotinas solidamente enraizadas que tendem a “atrasar” o relógio da modernidade. São os ritmos e cadências completamente distintos, com diferentes velocidades que convivem em um mesmo período temporal, obrigando a uma complexa gestão dos ritmos de mudança (BERCKER; EGLER, 2011, p. 201).

Portanto são “espaço dos fluxos, conectado aos circuitos internacionais de capitais, mercadorias e informações” convivendo com o “espaço dos lugares” (p. 201) que possuem outras territorialidades e dinâmicas. Mas os ritmos mais lentos, não são necessariamente menores ou inferiores na interpretação deste trabalho, porém como estes não respondiam a “lógica da modernidade” acabaram por serem secundarizados no processo de ação do Estado. As áreas que mais receberam novos objetos e formas geográficas representam aqueles cujos recursos naturais e econômicos estão sendo mais explorados, conforme se pretende apontar nas próximas páginas.

Após um rápido crescimento até meados de 1970, o início da década de 1980 tornou-se um momento difícil na economia do país. Politicamente ainda sobre o regime da ditadura, a Brasil sofreu com os reflexos de uma postura

centralizadora e de investimentos por parte do Estado, resultando no endividamento e favorecendo o poderio das grandes empresas de abrangência internacional. Além disso, a ausência/exclusão de participação da sociedade nas decisões políticas acabou por agravar os componentes da crise, já que grande parte das necessidades da população não foi atendida.

Apesar da(s) crise(s), o país conseguiu estruturar uma forte base tecnológica/científica em diversos setores da economia e isso só foi possível porque o Estado historicamente teve a capacidade de assegurar as grandes estratégias e vultuosos projetos territoriais, conforme defesa de Moraes (2005). Do mesmo modo, as discussões de Araujo (2000) tendem a ratificar o papel do Estado como grande viabilizador, responsável pela montagem de um modelo de desenvolvimento e de inserção na economia capitalista, ações que foram diretamente patrocinados pelo seu viés desenvolvimentista e conservador. O Brasil se tornou uma potência, um país urbano-industrial e agrícola moderno, apresentou taxas elevadas de seu Produto Interno Bruto (PIB), acumulou riquezas, mas em contrapartida, pouco investiu em questões básicas no urbano ou em reforma agrária, para exemplificar. Além de tudo, as mudanças de ordem técnica e infraestruturais foram pontuais, fixadas em espaços selecionados cujas transformações não foram perceptíveis num conjunto maior, mas tão somente nas áreas definidas como estratégicas (ARAUJO, 2000).

Cabe destacar que a influência do Estado, na economia e no mercado, tende a ser reduzida no novo contexto de neoliberalismo que se manifesta contrária a excessiva participação do Estado. Neste sentido, o papel das multinacionais entra em jogo como novo agente ditador das regras, ao tempo em que se observa uma lógica reduzida de planejamento estatal. Entretanto, mesmo reconhecendo a existência de um novo papel e a redução de alguns limites de sua autoridade, a influência que o Estado desempenha ainda é sem dúvidas forte e fundamental para compreensão da organização socioespacial (ARAUJO, 2000).

Os reflexos do processo de modernização da agricultura brasileira, atualmente em sua fase globalizada, também foram diretamente sentidos no Oeste da Bahia, tendo em vista que fora neste recorte que as condições vantajosas permitiram a rápida penetração de novos modelos.

**Foram modificações que introduziram em espaços, tratados, pela historiografia dominante, como vazios, uma base técnica, empreendimentos agrícolas e industriais,** em decorrência da subordinação das classes dominantes no Brasil, e em particular de seus representantes no aparelho de Estado, aos interesses e à lógica dos setores ligados aos capitais mundializados (SANTOS, 2007, p. 82, grifos nossos).

No Oeste da Bahia, o Estado foi um dos grandes responsáveis para criação da infraestrutura em diversos aspectos, conforme defesa de Santos (2007), permitindo desde as pesquisas científicas e tecnologia de ponta até o incentivo à atração de capitais nacionais e internacionais pelo marketing territorial desenvolvido, com a venda da imagem dos cerrados baianos. Sobre essa questão Fonseca, Silva e Vieira (2010) tratam do marketing na cidade de Luis Eduardo Magalhães (LEM) nos últimos quinze anos. Houve um forte investimento em *slogans*, publicidade, matérias de jornais e revistas, divulgação na internet entre outros, para construir a imagem de LEM como a capital do agronegócio. Este movimento fora patrocinado pelo governo local e grupos de empresários, numa tentativa de divulgar as possibilidades de investimentos e negócios no território.

As condições naturais e as vantagens da presença do bioma do cerrado nestas áreas tornou-se um fator positivo para inserção na economia estadual e nacional. Conformando, como bem enfatizado, os antigos fundos territoriais ou os sertões são franciscanos, a valorização dos aspectos singulares do cerrado foram levados em conta, especialmente pela disponibilidade de terras, água e clima favorável, uma revalorização de conteúdos físico/geográficos. Para Moraes (1999),

A nova plataforma hegemônica introduz uma revalorização da natureza e, notadamente, da "originalidade natural": o "mito moderno da natureza intocada" [...]. Tal fato, em parte, requalifica o Brasil na divisão internacional do trabalho, por ser o país dotado ainda de vastos fundos territoriais. O espaço inculto (o sertão) torna-se uma vantagem comparativa no novo contexto global (MORAES, 1999, p. 47).

Uma nova forma de produção, globalizada ganhou tônica no oeste, antes reserva territorial (fundos territoriais), e que outrora era de pouco interesse devido justamente essas condições naturais, consideradas "limitantes". Este "inculto sertão" passa a apresentar vantagens para rápida adaptação do projeto hegemônico do capital, que utilizando-se da

disponibilidade de terras, de água e de todo o conjunto natural faz emergir o oeste, a Bahia e o Brasil numa nova posição em escala mundial. Os cerrados baianos, o “grande vazio geográfico” (econômico, populacional e político), outrora marginalizado do processo produtivo passou a representar um dos espaços mais estratégicos, inserindo no setor agrícola nacional e internacional. Nessa interpretação, o que antes era o espaço de repulsão torna-se de atração e este processo de “nova” ocupação dos cerrados baianos segue a mesma tendência a nível nacional, cuja perspectiva estava voltada a explorar os “grandes vazios” no interior do país. Os antigos fundos territoriais, marcados geograficamente pelo domínio dos cerrados tornaram-se a nova promessa para economia agrícola brasileira. Cabe pontuar que a idéia de vazio não é absoluta, tendo em vista que apesar de um baixa densidade populacional e extensão considerável do território, o mesmo já fora habitado muito antes da colonização. Deste modo, o termo *vazio* aparece de modo genérico, reproduzindo o próprio sentido de ocupação planejada pelo Estado nas áreas mais interioranas do país.

Haesbaert (1990) sinaliza que acompanhado as transformações técnicas do Brasil, ocorrem no oeste baiano mudanças em múltiplas dimensões (econômica, política e cultura) e em múltiplas escalas (mundial, nacional e regional), tratando-se “antes de tudo de um processo de expansão dos espaços capitalistas na fase da globalização agroindustrial, financeira e técnico-informacional” (p. 133). Entretanto, segundo o autor, estas transformações técnicas, especialmente voltadas à agricultura, estão subordinadas e na dependência da lógica industrial (insumos, máquinas, tecnologia) e da lógica financeira (créditos subsidiados pelo Estado) revelando uma articulação mais perversa da expressão do capitalismo global.

Paralelo à chegada do agronegócio na Bahia, a economia do estado continuava centrada em atividades industriais na Região Metropolitana de Salvador. A implantação da indústria petroquímica e da metalurgia foi aos poucos se constituindo como novos interesses de investimentos estadual, especialmente na década de 1990<sup>55</sup>. Esses fatores exacerbaram os projetos na área litorânea, historicamente privilegiada, o que contribuiu decisivamente para

---

<sup>55</sup> Neste período fora implantada uma planta da Ford em Camaçari, cidade da RMS. Ver mais em Alcoforado (2003).

o aumento da concentração econômica. O Oeste concentrará os projetos de modernização agrícola e do agronegócio, centralizando a produção em grãos de soja, algodão e milho. Os aspectos peculiares deste processo serão apresentados na próxima sessão deste trabalho.

## **5.2 A “nova” ocupação do Oeste: perspectiva de planejamento e de atuação do Estado**

Conforme já enfatizado até o final dos anos de 1970 o predomínio da atividade pecuária e a baixa produtividade eram marcantes no território dos municípios oestinos, fruto de um estado de letargia secular conforme define Kraychete e Comerford (2012). As grandes transformações ocorridas foram resultado da implantação de novos modelos agrícolas, acompanhados da chegada de produtores individuais e empresas com práticas diferenciadas daquela historicamente experimentadas. O avanço destas atividades se fez em direção aos cerrados baianos, inserido num conjunto maior dos cerrados brasileiros e coadunava com a perspectiva de desconcentração da economia do eixo Sul-Sudeste em direção aos novos espaços. Estas novas áreas foram inseridas no planejamento do Estado, experimentando um rápido crescimento econômico e grandes transformações territoriais sem, contudo, alterar as condições sociais e de vida da população. Neste sentido, a parte que conforma o domínio dos cerrados se insere economicamente, sem garantir socialmente as mudanças esperadas, o que leva a caracterizar que este fora mais um processo concentrador de ação verticalizada do Estado. Segundo Santos (2000) o cerrado baiano se apresentou para o governo do estado da Bahia como uma grande promessa econômica, capaz de alterar o quadro decadente tanto internamente quanto externamente.

É possível destacar que o interesse na escala estadual torna-se perceptível em muitos documentos governamentais. Se antes a ausência de planejamento no Oeste da Bahia era uma marca do descaso e desinteresse do Estado, levando a afirmar a idéia de *abandono do território*, este novo direcionamento torna-se nítido em meados de 1970. Da gama de documentos buscar-se-á elencar alguns cujas características são centrais para compreender o novo papel do Estado no Oeste da Bahia.

Dentre os documentos que expressam um flagrante interesse no oeste pode-se destacar a *Política de Desenvolvimento Urbano e Regional (1979-1983)* elaborado como parte de uma política de desenvolvimento regional articulada à escala federal. No texto é possível identificar como os governos baianos “viam” o oeste da Bahia até a década de 1980 em relação ao planejamento das políticas territoriais. Constituindo-se de um documento que apresenta as *metas* e *diretrizes* para todo o estado objetivava-se investir na infraestrutura econômica e de serviços, além de incentivar a indústria e agricultura. Para tanto foram divididas linhas de atuação da política com sua respectiva abrangência conforme Quadro 7.

Conforme os dados apresentados, a parte que torna interessante para esta pesquisa é ênfase dada ao Oeste da Bahia, que para proposta de governo necessitava ser *inserido*, tendo em vista está historicamente marginalizado do planejamento estadual. Esta perspectiva de integração do Oeste pode ser compreendida de duas maneiras:

(1) Reconhecendo o pouco interesse dos governos baianos e a condição de isolamento físico/geográfico e econômico/político que tanto se propagava regionalmente até meados de 1980;

(2) Justificando o novo direcionamento do Estado na perspectiva dos governos baianos, como se o isolamento fosse “quebrado” a partir de uma sensibilidade de governo, na destinação de novos investimentos no oeste.

Na realidade retorna-se a defesa de Sánchez (1992) sobre a idéia de ausência de políticas territoriais, posição que se transforma a partir da constatação das vantagens econômicas e produtivas do território. Interpretando dessa maneira, observa-se que há um reconhecimento, motivado ou não, por razões políticas e econômicas, da negligência do Estado com a área mais ocidental do território baiano. As interpretações do autor cabem para explicação desta questão ao afirmar que,

En la práctica, solo las relaciones de poder de cada momento darán la respuesta real a las diversas aspiraciones y deseos proyectados sobre um território. La historia, no es la historia de las ideas y de las aspiraciones, sino del dominio resultante de cada relación de poder concreta (SÁNCHEZ, 1992, p. 38)



**Quadro 7- Política de Desenvolvimento Urbano e Regional da Bahia (1979-1983)**

<b>Linha de atuação</b>	<b>Características</b>	<b>Área de abrangência</b>	<b>Municípios</b>
Consolidação	Aprofundamento das atividades industriais na RM	Região Metropolitana (RM)	Camaçari, Candeias, Itaparica, Lauro de Freitas, Salvador, São Francisco do Conde, Simões Filho e Vera Cruz
Revitalização	Resgatar aspectos positivos que suplantem o quadro de decadência e desarticulação de áreas outrora pujantes	Recôncavo	Amélia Rodrigues, Aratuípe, Cachoeira, Catu, Conceição da Feira, Conceição do Almeida, Conceição do Jacuípe, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Governador Mangabeira, Itanagra, Jaguaripe, Maragogipe, Mata de São João, Muniç Ferreira, Muritiba, Nazaré, Pojuca, Salinas da Margarida, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, São Felix , São Gonçalo dos Campos, São Sebastião do Passé, Sapeaçu, Teodoro Sampaio e Terra Nova.
Promoção	Dotação de serviços e investimentos nas áreas de baixo desempenho	Extremo-Sul	Alcoçaba, Caravelas, Guaratinga, Ibirapuã, Itamaraju, Itanhém, Lajedão, Medeiros Neto, Mucuri, Nova Viçosa, Porto Seguro, Prado e Santa Cruz de Cabrália.  Abaíra, Água Quente, Andaraí, Aracatu, Barra do Estiva, Boa Vista do Tupim, Boninal,, Boquira, Botuporã, Brotas de Macaúbas, Brumado, Caculé, Caetitê, Candiba, Condeúba, Contendas do Sincorá,, Cordeiros, Dom Basílio, Gentil do Ouro, Guanambi, Iaçú, Ibiassucê, Ibicoara, Ibipitanga, Ibiquera, Ibitiara, Igaporã, Ipupiara,

Centro/Meridional

Iramaia, Iraquara, Itaberaba, Itaeté, Itauçu, Jacaraci, Jussiape, Lajedinho, Lençóis, Licínio de Almeida, Livramento do Brumado, Macajuba, Macaúbas, Malhada de Pedras, Marcionílio Sousa, Mortugaba, Mucugê, Oliveira ds Brejunhos, Palmeiras, Paramirim, Piatã, Pindaí, Piripã, Presidente Jânio Quadros, Rio de Contas, Rio do Antônio, Rio do Pires, Ruy Barbosa, Seabra, Souto Soares, Tanhaçu, Tremedal, Urandi, Utinga e Wagner.

Nordeste

Abaré. Antas, Arací, Biritinga, Cansanção, Chorrocho, Coronel João Sá, Curaçá, Cícero Dantas, Cipó, Conceição do Coité, Euclides da Cunha, Glória, Itapicurú, Itiúba, Jeremoabo, Macureré, Monte Santo, Nova Soure, Olindina, Paripiranga, Paulo Afonso, Pedro Alexandre, Queimadas, Quinjingue, Retirolândia, Ribeira do Amparo, Ribeira do Pombal, Rodelas, Santa Brígida, Santaluz, Sátiro Dias, Teofilândia, Tucano, Uauá e Valente.

Dinamização

Articulação da infraestrutura existente visando um melhor desempenho

Norte, Litoral Norte, Feira de Santana, Chapada Diamantina, Sudoeste, Cacaueira

Acajutiba, Água Fria, Aiquara, Alagoinhas, Almadina, Amargosa, Anagé, Anguera, Antônio Cardoso, Antônio Gonçalves, Aporá, Aramari, Aurelino Leal, Baixa Grande, Barra do Choça, Barra do Mendes, Barra da Rocha, Barro Preto, Belmonte, Belo Campo, Boa Nova, Brejões, Buerarema, Caatiba, Caém, Cafarnaum, Cairu, Caldeirão Grande, Camacã, Camamu, Campo Formoso, Canarana, Canavieiras, Candeal, Cândido Sales, Cardeal da Silva, Castro Alves, Coaraci, Conde, Coração de Maria, Cravolândia, Crisópolis, Dário Meira, Elísio Medrado, Encruzilhada, Entre Rios, Esplanada, Feira de Santana, Firmino Alves, Floresta Azul, Gandu, Gongogi, Ibicaraí, Ibicuí, Ibipeba, Ibirapitanga, Ibirataia, Ibititá, Ichu, Iguai, Ilhéus, Inhambupe, Ipecaetá, Ipiaú, Ipirá, Irajuba, Irará,

			<p>Irecê, Itabuna, Itacaré, Itagi, Itagibá, Itagimirim, Itaju do Colônia, Itajuípe, Itamari, Itambé, Itapé, Itapebi, Itapetinga, Itaquara,, Itarantim, Itiruçu, Itororó, Ituberá, Jacobina, Jaguaquara, Jaguarari, Jandaíra, Jequié, Jiquiriçá, Jitaúna, Juazeiro, Jussara, Lafaiete Coutinho, Laje, Lamarão, Macarani, Maiquinique, Mairi, Manoel Vitorino, Maracás, Maraú, Mascote, Miguel Calmon, Milagres, Mirangaba, Morro do Chapéu, Mundo Novo, Mutuípe, Nilo Peçanha, Nova Canaã, Nova Itarana, Ouriçangas, Pau Brasil, Pedrão, Pindobaçu, Piritiba, Planaltino, Planalto, Poções, Potiraguá, Presidente Dutra, Riachão do Jacuípe, Rio Real, Santa Bárbara, Santa Cruz da Vitória, Santa Inês, Santanópolis, Santa Terezinha, Santo Estevão, São Miguel das Matas, Saúde, Senhor do Bonfim, Serra Preta, Serrinha, Serrolândia, Tanquinho, Taperoá, Tapiramutá, Teolândia, Ubaíra, Ubaitaba, Ubatã, Uibaí, Una, Uruçuca, Valença, Várzea do Poço, Vitória da Conquista e Wenceslau Guimarães.</p>
Integração	Inserção das áreas historicamente isoladas e carentes de infraestrutura	Oeste da Bahia	<p>Angical, Baianópolis, Barra, Barreiras, Bom Jesus da Lapa, Brejolândia, Campo Alegre de Lourdes, Canápolis, Carinhanha, Casa Nova, Catolândia, Cocos, Coribe, Correntina, Cotegipe, Cristópolis, Formosa do Rio Preto, Ibotirama, Malhada, Morpará, Palmas de Monte Alto, Paratinga, Pilão Arcado, Remanso, Riachão das Neves, Riacho de Santana, Santa Maria da Vitória, Santana, Santa Rita de Cássia, São Desidério, Sebastião Laranjeiras, Sento Sé , Serra Dourada, Tabocas do Brejo Velho e Xique Xique.</p>

Fonte: BAHIA, (1980b).

Adaptação: Maria Aparecida Brito Oliveira

Nessa direção o conjunto de ações, de perspectivas e políticas deverão ser resultantes do jogo de forças sobre um determinado território. Se em um dado momento a ação do Estado não demonstra interesse em um recorte, esta posição pode se alterar na medida em que novos elementos emergem no processo de constituição/formação territorial. Além disso, uma não política se configura, do mesmo modo, como uma política territorial por provocar impactos (diretos ou indiretos), mesmo não sendo uma ação planejada (SÁNCHEZ, 1992).

Dando continuidade à análise da política regional para o estado observa-se que uma das metas prioritárias pontuada era a implantação do *Programa de Ocupação Econômica do Oeste*, lançado em 1980 cujas metas centravam em:

- (a) Desenvolvimento da navegação no São Francisco;
- (b) Articulação viária inter e intra regional;
- (c) Pesca;
- (d) Eletrificação;
- (e) Fortalecimento dos Centros Urbanos;
- (f) Infraestrutura produtiva;
- (g) Desenvolvimento agropecuário;

Pode-se extrair desse novo documento que as ações visavam criar as condições para expansão econômica do Estado, aproveitando o potencial já explorado por projetos privados anteriormente instalados (BAHIA, 1980c). Reconhece-se a necessidade de articulação entre os diferentes níveis escalares (nacional, estadual, municipal) além da iniciativa privada como requisito para efetivação das propostas. Sendo este um plano de intervenção governamental, iniciada na gestão do governador Antônio Carlos Magalhães (1979-1983), salienta-se a mudança radical de perspectiva voltada às políticas territoriais no oeste e suas características de intervenção. No discurso de apresentação do Programa o então governador destaca,

Dadas as **condições favoráveis da área** e desde que implantada a infra-estrutura de suporte, é certo que o produtor privado marcará a sua presença, em prazo que se espera bastante curto. Embora respeitando as regras da economia de mercado, **o Estado não abdicará do seu direito, e que é também um dever, de intervir**

**para orientar e disciplinar a atividade privada, empregando instrumentos de indução ou mesmo institucionais**, sempre com o objetivo de prestigiar as iniciativas empresariais sérias e produtivas (BAHIA, 1980c, p. 8, grifos nossos).

É flagrante a posição e o tipo de intervenção que se propunha para o programa e conforme Santos (2007), fora o conjunto de transformações ocorridas na época que “levou o governo do Estado a repensar sua forma de atuação na Região, criando, no início da década de 80, o Programa de Ocupação Econômica do Oeste - Programa Básico”. (SANTOS, 2007, p. 97). Também Silva, Leão e Silva (1989) ratificam esta questão ao sinalizar que esta década fora o marco indicador das transformações regionais, sendo a partir de então, que o Oeste da Bahia passa a receber atenção do governo estadual com a criação do referido programa. As transformações se intensificaram no início do século XXI, pela crescente demanda de capital e a emergência do recorte no cenário internacional conforme será apresentado nas próximas seções.

O discurso de abandono e isolamento do território se reproduz na própria proposta de governo, desta vez, como ponto de partida e justificativa das novas intervenções governamentais. Há um forte apelo para “condição de marginalidade”, que por um lado representa a real condição econômica, política e social dos municípios, vivenciadas até o período. Isto poderia ratificar a reivindicação histórica da elite regional, confirmando de certo modo, a idéia de isolamento e abandono. Por outro lado, reconhecer uma área historicamente relegada e rapidamente emergente sustenta-se agora um novo discurso de intervenção do Estado, percebendo as possibilidades vantajosas do Oeste da Bahia. Do documento se extrai,

A região apresenta uma economia incipiente, sobretudo se confrontada com as **potencialidades de seus recursos naturais**. Possui núcleos urbanos significativos, mesmo em termos regionais, caracterizando-se como zona rural, de **economia desarticulada** em relação aos centros econômicos do Estado e em processo de **redefinição de sua condição periférica**. O Oeste é hoje a última frente de expansão das fronteiras econômicas do Estado, para onde convergem os mais diversos interesses e se direcionam fluxos migratórios internos de forte intensidade (BAHIA, 1980c, p. 10, grifos nossos).

Sobre as *potencialidades dos recursos naturais*, este conteúdo está relacionado, entre outros fatores, a condição dos grandes fundos territoriais

que se enfatiza neste trabalho. Conforme já apontado por Moraes (2003b;2005) estas áreas funcionam como reserva de espaço, cuja ação se consolida pela exploração das riquezas e das potencialidades naturais. Nesse sentido, atribui-se ao Oeste da Bahia e a particularidade do processo de sua formação territorial, as questões singulares que estão dialeticamente relacionadas ao processo mais universal de apropriação do espaço. O domínio do cerrado baiano foi um fator vantajoso nas últimas quatro décadas devido a suas especificidades e o tipo de ocupação realizada. Estas potencialidades se apresentaram enquanto elementos “facilitadores” da nova estruturação do território.

Uma segunda questão refere-se à *economia desarticulada* que permaneceu ao longo de muitos séculos sem apresentar vantagens na perspectiva de planejamento do Estado. Até certo ponto, esta economia pouco integrada com a Bahia, mas com forte vínculos com outras unidades da federação (Minas Gerais, Goiás, Tocantins), ratifica a questão da ausência do Estado, pelo menos na escala estadual baiana. Historicamente fora a iniciativa privada regional, a grande responsável por mover esforços privados de atração para investimentos, contudo esta ação não ultrapassou os limites de um quadro econômico regional. Interpretando desta maneira, a ausência ou a não ação do Estado também pode ser compreendida de acordo com o que propõe Sánchez (1992), tendo em vista que até um dado momento, a área ocidental da Bahia não apresentava interesse do ponto de vista econômico nas escalas estadual e federal, tornando-se viável após uma mobilização de forças e capitais.

Uma terceira questão remete à *redefinição de sua condição periférica*, que também pode ser interpretada através da perspectiva de Sánchez (1992, p. 38) porque “En la práctica, solo las relaciones de poder de cada momento darán la respuesta real a las diversas aspiraciones y deseos proyectados sobre um território”. Romper com a situação de marginalidade seria uma justificativa para a nova intervenção estatal conformando o objetivo da “ocupação” do Oeste da Bahia. Assim, devido à nova posição do Estado em relação ao oeste, ocorre uma mudança da perspectiva de atuação das políticas territoriais, em que o Estado, apoiando-se na histórica situação de abandono, justifica suas práticas e ratifica o seu papel de intervenção sobre o conjunto de municípios.

É consensual no programa de governo que esta “ocupação” torna-se o fundamento norteador para os objetivos propostos. Contudo, o uso do termo parece fazer crer que este território era não somente um vazio econômico, como também político, cultural, social, demográfico - sem sujeitos, sem passado, sem história. É como se uma nova onda “colonizadora” fosse romper as fronteiras do território e trazer a solução para a histórica condição de marginalidade. Há que se pontuar novamente que ao longo de sua formação territorial, o Oeste da Bahia não fora uma área prioritária para investimentos governamentais em suas múltiplas escalas, situação que sofre mudanças a partir do momento que se reconhece as possibilidades de exploração econômica dos seus recursos naturais. Entretanto, propagar uma perspectiva de inserção de maneira abrupta e sem considerar uma construção histórica e cultural é uma postura que não promove transformações do todo, mas tão somente mudanças pontuais. Esta situação pôde ser percebida no Oeste da Bahia, cuja tendência de ação do Estado se firmou de modo localizado, garantindo a inserção de uma parcela da população que além de não ser originária do oeste, não possuir vínculos afetivos (simbólicos e imateriais) com o território buscou(a) construir uma nova hegemonia. Se por um lado, o Oeste possibilitou ganhos econômicos para a economia estadual e para a inserção territorial, por outro não conseguiu transformar o padrão de vida da grande maioria da população.

Outro documento produzido pelo governo na década de 1980 foi o *Levantamento das Necessidades de Investimentos Públicos na Região Oeste da Bahia*, que integrando a proposta de ocupação econômica, visava apontar as áreas e os aspectos para “incorporar” o oeste à Bahia. Não se trata de um programa ou política, mas um documento elaborado pela Fundação Centro de Pesquisas e Estudos - CPE<sup>56</sup> junto à Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia - SEPLANTEC como requisito para organizar as ações do Programa de Ocupação Econômica do Oeste. Dentre os pontos que se destacam estão os investimentos em energia, abastecimento, assistência técnica, estradas, educação e saúde. Pode-se extrair da proposta as perspectivas de investimentos destacando que há uma carência de escolas de

---

<sup>56</sup> A CPE quando foi criada na década de 1950 denominava-se Comissão de Planejamento Econômico.

ensino básico, hospitais e postos médicos, energia elétrica na zona rural e urbana, água encanada, sistemas de comunicação (rádio e telefone), além de poucas agências e órgãos de assistência do governo instalados nos municípios. A carência de grandes investimentos infraestruturais (estradas, energia, rede de água e esgoto) e de gestão (órgão do governo, secretarias, departamentos) poderia ratificar a idéia de ausência do Estado em relação à sua metade mais ocidental.

O próximo documento que se destaca para análise é o *Programa de Desenvolvimento do Oeste Baiano - PRO-OESTE*, lançado em 1987. A proposta integrava o planejamento do governo de Waldir Pires<sup>57</sup> voltada para subsidiar as ações prioritárias para o Oeste da Bahia. Produzido pela SEPLANTEC junto com o Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia - DESENBANCO<sup>58</sup>, o documento elencava informações sobre as deficiências e oportunidades de investimentos no território, indicando as necessidades de políticas a serem custeadas pelo DESENBANCO. Alguns elementos importantes são destacados como o reconhecimento das ações que até então priorizaram apenas a base econômica, restritas e pontualmente localizadas, além da existência de estruturas precárias, da pouca inserção da sociedade e o não comprometimento com as questões ambientais. Esses elementos já indicam uma pequena mudança de perspectiva e a preocupação com algumas questões prioritárias (meio ambiente, participação da sociedade) talvez fruto das reflexões do grupo técnico responsável pela elaboração do programa, composto por secretários de governo, representantes de órgãos e professores da Universidade Federal da Bahia (UFBA)<sup>59</sup>, bem como técnicos ligados ao banco de desenvolvimento (DESENBANCO, 1987). Há também no documento trechos que reafirmam a necessidade de intervenção do Estado, em virtude de diversas razões, dentre elas pela “total desarticulação entre os agentes

---

<sup>57</sup> Waldir Pires assumiu o governo da Bahia em 1987 e renunciou em 1989 assumindo em seu lugar Nilo Coelho (1989-1991).

<sup>58</sup> Criado em 16 de setembro de 1966 para suceder o antigo Fundagro (Fundo de Desenvolvimento Agroindustrial), o Desenbanco contribuiu para o financiamento de muitos projetos do governo estadual nas áreas de infraestrutura, agroindústria, turismo, serviços e comércio. Inicialmente chamou-se Bandeb (Banco de Desenvolvimento da Bahia) e atualmente é denominado Desenhahia (Agência de Fomento do Estado da Bahia). Ver mais em Desenhahia (2014).

<sup>59</sup> O grupo de professores universitários fazia parte do quadro docente do Instituto de Geociências e Faculdade de Ciências Econômicas



públicos em atuação na região, tanto a nível estadual quanto federal, e a falta de uma política própria do governo” (p. 16). Dessa maneira, mesmo demonstrando o grande interesse no Oeste da Bahia, as ações ainda não eram suficientes para assegurar uma estruturação de planejamento consolidado, sendo que as medidas realizadas permaneciam desarticuladas.

Um documento interessante para análise do contexto do oeste fora intitulado “*Era uma vez o Oeste. A modernização da fronteira agrícola na Bahia*”, produzido pela SEPLANTEC (1988) cujo relato demonstra as transformações ocorridas pós anos de 1970. Dentre as questões centrais pontuadas estão a emergência do oeste para uma escala nacional/global, a rápida penetração de capital do agronegócio, a expansão da produção de grãos, a migração de sulistas e japoneses e as transformações ocorridas nos municípios. Do mesmo modo, apontam as contradições que o processo modernizador trouxe, por um lado elevando o PIB e os recursos técnicos/econômicos nos municípios e por outro, acentuando a pobreza e segregando as populações mais carentes. O ritmo de crescimento não veio acompanhado de desenvolvimento social, intensificando os graves problemas existentes e criando novas problemáticas sociais. A *Carta da CPE* como ficou conhecido o documento, já sinalizava que o processo em curso assumiu, desde o início, um padrão que apesar dos ganhos efetivos de capitais, não resolveu os lancinantes problemas do território.

Muitos outros documentos foram produzidos pela equipe técnica dos governos visando propor ações, projetos e programas para o Oeste da Bahia, contudo, elencou-se apenas aqueles cujas características resumem o quadro político/econômico pelo qual atravessara o território na fase mais recente de sua formação territorial. O que se nota é que durante muito tempo, pouco se discutiu medidas voltadas para este recorte territorial, o que é comprovado pela inexistência de registros mais específicos até o início da década de 1980. A partir deste período, há um reconhecimento das potencialidades do território e a viabilidade econômica para sua exploração. Entretanto, os documentos produzidos centralizaram num conjunto de ações voltadas para a expansão da infraestrutura e do agronegócio de grãos e apesar do esforço de algumas pesquisas, pouco se discutiu sobre o contexto geral do Oeste da Bahia,

indicando que a literatura não é tão vasta e os documentos apresentam muitas vezes argumentos ambíguos (CARIBÉ; VALE, 2012).

Com base nos documentos e dados encontrados nota-se que a tendência de políticas territoriais vão se concentrar nos municípios cujas potencialidades começaram ser exploradas e giravam em torno da produção agrícola de grãos para exportação. Além disso, foi somente a partir deste contexto que o uso do termo “oeste” aparece efetivamente nos documentos de governo, tendo em vista que até então se falava apenas numa área são franciscana, Sertão do São Francisco, Baixo/Médio São Francisco ou Além São Francisco.

Importante ainda considerar que o recorte de municípios denominado de oeste não teve a mesma conformação na perspectiva de planejamento de governo, inclusive a configuração que denomina-se neste trabalho, não é oficial do ponto de vista documental ou institucional do governo, mas abrange a totalidade das unidades política/administrativas da margem ocidental do Rio São Francisco<sup>60</sup>. Ao longo das diferentes regionalizações nas escalas federal e estadual os municípios estiveram inseridos em recortes diferentes. Outro fator que não se pode ignorar é o fato de que os trinta e cinco municípios que conformam o território, possuem esta estruturação política mais recente, fato que não foi o mesmo durante toda formação territorial. O número de municípios foi crescendo conforme divisões e desmembramentos territoriais foram se efetivando. O quadro-síntese dos anos de emancipação municipal está destacado no Anexo 3.

### **5.3 A transformação do oeste “da” Bahia e do oeste “na” Bahia**

Conformando a década de 1980, marco de transformações para o território do Oeste da Bahia, na perspectiva de inserção de novos elementos sociais, políticos, econômicos e culturais, chega-se a interpretação de que estas políticas se concentraram em investimentos pontuais dos governos em

---

<sup>60</sup> Conforme já explicitado na Introdução desta pesquisa as denominações Fundos Territoriais ou Sertão do São Francisco, Além São Francisco, Oeste da Bahia e Oeste na Bahia são resultantes da interpretação das políticas territoriais identificadas em cada período destacado e se baseia na leitura de diversos autores atrelados aos aspectos políticos de atuação do Estado, em suas diferentes escalas.

seus diferentes níveis escalares (federal, estadual e municipal), não contemplando todo o território.

A direção deste trabalho, baseando-se nos dados encontrados, leva a caracterizar numa fase mais recente (pós-1980) a formação não mais de um Oeste “da” Bahia, mas outro com nomenclatura semelhante: o Oeste “na” Bahia. A mudança de preposição não é simplesmente uma troca de termos, mas atribuem-se características importantes, tendo em vista que a consolidação de um Oeste “na” Bahia resulta das transformações que parte dos municípios sofreu nas últimas décadas. Estas transformações se traduzem na implantação de objetos técnicos no período em análise, merecendo destaque para as barragens, hidrelétricas, estradas federais e estaduais, órgãos de gestão governamental entre outros. A implementação destas obras/ações as quais classificamos como Infraestrutura e/ou redes técnicas (Bloco A) e Serviços e/ou redes de gestão (Bloco B) perfazem o conjunto das principais políticas que foram direcionadas ao território.

Cabe pontuar ainda que este Oeste “na” Bahia é também compreendido como um “novo Oeste” parte constituinte da construção do “novo Nordeste”<sup>61</sup> apontado por Araújo (2000) e Haesbaert (2008) e caracterizado por áreas dinâmicas e modernas contrastando com espaços tradicionais. Segundo Araújo (2000) pode-se falar em “vários nordestes”, o Nordeste canavieiro do litoral alagoano, o Nordeste agroindustrial do submédio do São Francisco, o cacauzeiro baiano. Por sua vez Haesbaert (2008) pontua ser problemático esta qualificação devido as implicações negativas que poderiam estar por trás desta caracterização. O novo Nordeste está muito mais se referindo à expansão geográfica desigual da agricultura moderna do que propriamente à mudanças propositivas para toda a referida região.

Nesta perspectiva defende-se que é possível caracterizar “vários oestes”, um mais recente, economicamente dinâmico, financeiramente rentável e territorialmente diferenciado (Oeste na Bahia), de outro mais antigo, tradicional e marginalizado (Oeste da Bahia, Além São Francisco ou Sertão). De certo modo este dois (ou mais oestes) ora se confluem, por ser interessante

---

<sup>61</sup> É preciso relativizar a idéia do Novo Nordeste, tendo em vista a complexidade e as dimensões que estão envolvidas no processo de transformação da região. Ver mais em Haesbaert (2008).

buscar cada vez mais o reconhecimento das potencialidades territoriais, ora se segregam quando se analisa as contradições do moderno/arcaico, do novo/velho e dos resultados provocados pela seletividade das áreas de produção.

Importante destacar que não se pretende qualificar positiva ou negativamente este novo/velho, mas entender que os processos que operam dialeticamente na construção deste território estão a todo o momento, unindo e separando, inserindo e segregando os espaços e os sujeitos. Esta dialética se concretiza como resultado do conjunto de forças políticas, econômicas, sociais e culturais que constroem cotidianamente o oeste. E se em um momento este território fora “pouco interessante” e atualmente é bastante disputado, isto é reflexo do conjunto de forças que atuam e segundo a interpretação de Sánchez (1992) assumem o caráter de ações e políticas territoriais de alguns grupos e os usos que se pretende com o território.

A idéia do “novo” defendida neste trabalho, não desqualifica todo o contexto histórico, mas direciona-se na incorporação de elementos diferentes no contexto de formação territorial. Corrobora-se com Silva, Leão e Silva (1989) quando afirmam que,

É preciso observar que a rigor não se trata de uma região nova, no sentido da ocupação de uma área até então desabitada. Com efeito, toda esta região já foi sendo sistematicamente ocupada desde o século XVIII, ao longo do rio São Francisco e de seus afluentes principais, ocupação esta apoiada na expansão da pecuária extensiva (SILVA; LEÃO; SILVA, 1989, p. 80).

O novo oeste ou a nova ocupação do oeste deve ser compreendido através dos padrões de políticas e atuação do Estado e não como se o território fosse criado a partir daquele momento. São novos os sujeitos, as práticas, os objetos e a dinâmica, novos no sentido de nunca existentes. Até porque o oeste é do ponto de vista da conformação territorial, da fixação da população e da construção do território, um recorte tão antigo quanto sua própria história territorial. O novo nesta perspectiva não deixa de apontar também os problemas que foram provenientes da expansão da agricultura, assim como a implantação de tantas outras políticas territoriais destinadas e que provocaram impactos positivos e negativos.

O que se reconhece é que o Oeste na Bahia – antes fundo territorial (sertão), depois Além São Francisco e seguidamente Oeste da Bahia - é fruto da nova estruturação das redes e dos fluxos, um oeste diferenciado e altamente seletivo, caracterizado como moderno e globalizado e projetado nas escalas nacional/internacional. É também um espaço que do ponto de vista cultural territorializa os grandes agentes do capital e reproduz os padrões de uma nova hegemonia social que migrou para oeste no final dos anos de 1970 e início de 1980. A “rede gaúcha” como define Haesbaert (1990) se reterritorializa no oeste baiano enquanto a população oestina, historicamente marginalizada sofre com o processo de desterritorialização (concreta e simbólica). É o espaço distinto do que fora vivenciado pelos antigos proprietários, camponeses (HAESBAERT, 2008), oestinos, catingueiros, geraizeiros, de tempos e técnicas diferentes. Portanto, os argumentos que se sustentam para definir este *Oeste na Bahia*, são resultado dos investimentos e ações do Estado no território, que a partir da década de 1980 apresenta uma forte concentração de políticas para viabilizar a implantação/expansão do capital monopolizado pela produção de grãos no domínio dos cerrados, e da fruticultura na área dos vales úmidos.

Além disso, a caracterização atribuída às transformações ocorridas nos últimos anos não substitui outras denominações, a exemplo do *Além São Francisco ou Oeste da Bahia*. O Novo Oeste ou Oeste na Bahia continua convivendo, até certo ponto, com os “oestes pretéritos”, o sertão, o Além São Francisco e com o Oeste da Bahia, a depender dos aspectos que estão sendo analisados. Justificamos que classificação adotada neste trabalho é fruto do esforço em relacionar o contexto histórico, os aspectos políticos/ econômicos e o arranjo territorial, classificando cada período de acordo com as políticas territoriais direcionadas a porção mais ocidental da Bahia.

A partir deste ponto, buscar-se-á analisar as principais políticas e ações voltadas às questões de Infraestrutura e/ou redes técnicas (Bloco A), como exemplo a existência de hidrelétricas, barragens, estradas federais e estaduais, projetos de irrigação e aeródromos, pontuando cada uma destas com ano de instalação, bem como a localização geográfica das mesmas, apontando os municípios que receberam cada uma destas ações.

Visando atingir os requisitos da modernização e industrialização o Estado, buscou garantir a implantação de sistemas de energias mais

modernos, gerando a força motriz necessária para viabilizar a instalação de indústrias (agroindústrias) e maquinários. Neste sentido inúmeras obras para viabilização de usinas (hidrelétricas, eólicas e termelétricas) foram construídas. Quando não incentivados pelo Estado, esses equipamentos técnicos são outorgados às empresas privadas, para disposição dos recursos energéticos necessários ao funcionamento de grandes equipamentos. Neste sentido, o Estado se apresenta como grande incentivador ou mesmo facilitador, nos casos em que houve concessões aos agentes privados.

No Quadro 8 identifica-se a existência de um total de 15 usinas geradoras de energia (hidrelétrica, termelétrica ou eólica), localizadas em apenas 8 municípios do território<sup>62</sup>. Os municípios que receberam este tipo de política foram Barreiras, casa Nova, Correntina, Formosa do Rio Preto, Jaborandi, Santana e São Desidério.

Não fora possível extrair o ano de implantação destas respectivas unidades, apenas o da usina de Correntina instalada ainda em 1966, conforme apresentado no capítulo anterior. Por sua vez, a Figura 17 localiza os municípios que receberam este tipo de política territorial representando que a instalação destas formas geográficas demonstra o novo direcionamento de ações no oeste pautando-se na viabilização de objetos que atendem ao novo padrão geográfico. Mais uma vez é possível identificar que as ações estão localizadas justamente nos municípios em que há o predomínio de cerrado, levando a interpretação de as ações do Estado buscaram os espaços mais vantajosos e seletivos.

---

<sup>62</sup> Não foi possível constatar se estas usinas encontram-se em pleno funcionamento nos municípios.

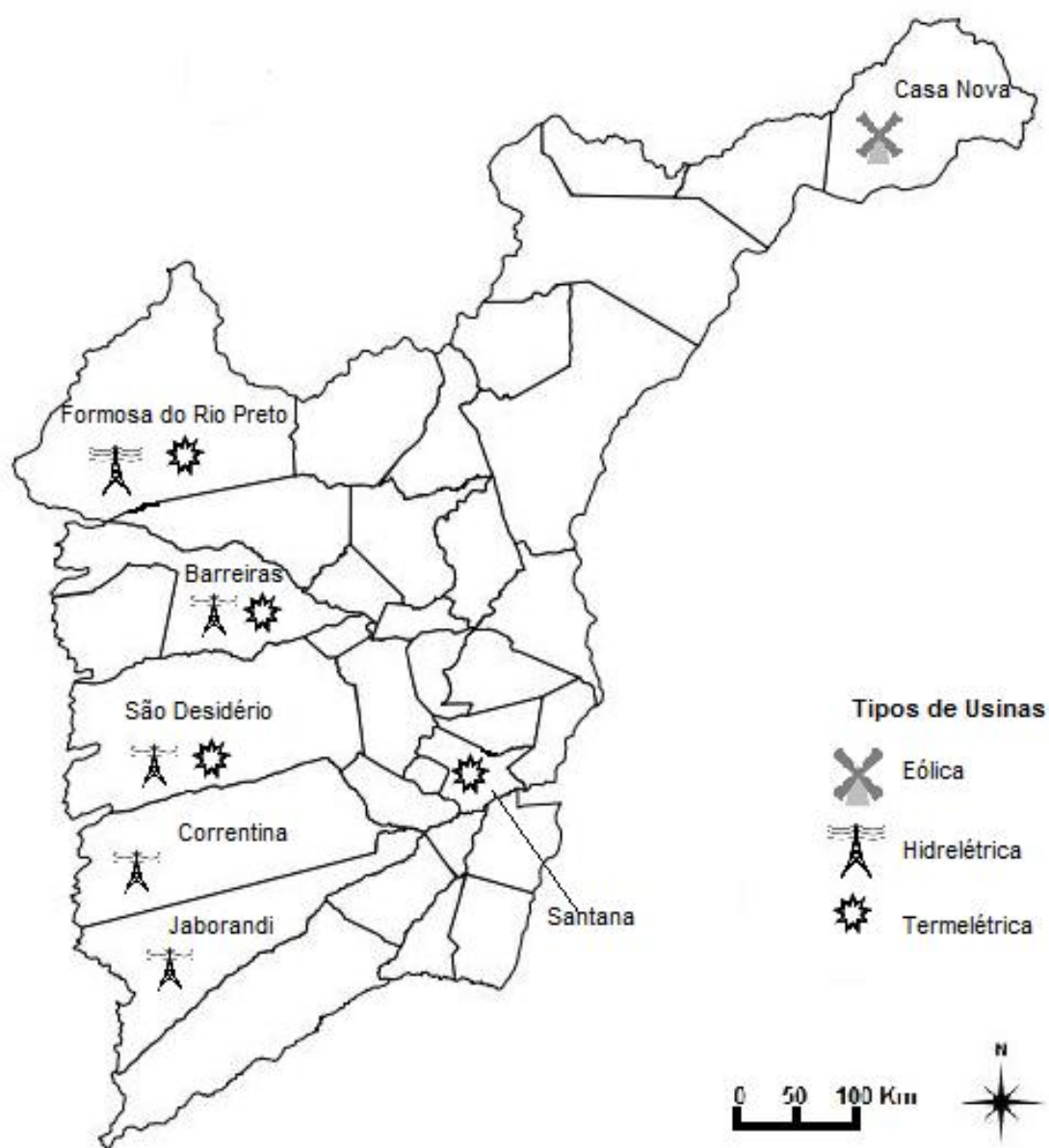
**Quadro 8 – Políticas Territoriais no Oeste na Bahia - Usinas termelétricas, hidrelétricas ou eólicas em operação nos municípios – 2014**

<b>Nº</b>	<b>Nome</b>	<b>Proprietário</b>	<b>Município</b>	<b>Tipo</b>
1	Santa Cruz	Nelson Ricardo da Cruz	Barreiras	Pequena central hidrelétrica
2	Avícola Barreiras	Avícola Barreiras LTDA	Barreiras	Usina termelétrica
3	Casa Nova II	Companhia Hidro Elétrica do São Francisco	Casa Nova	Central geradora eólica
4	Casa Nova III	Companhia Hidro Elétrica do São Francisco	Casa Nova	Central geradora eólica
5	Presidente Goulart	Afluente Geração De Energia Elétrica S/A	Correntina	Pequena central hidrelétrica
6	Fazenda Cachoeira	Alcides Trento	Formosa do Rio Preto	Central geradora hidrelétrica
7	Fazenda Cachoeira	Alcides Trento	Formosa do Rio Preto	Usina termelétrica
8	Girassol	M2 Energia LTDA	Jaborandi	Central geradora hidrelétrica
9	Dourado	Central Geradora Hidráulica Dourado LTDA	Jaborandi	Central geradora hidrelétrica
10	Pratudão	PCH Rio Pratudão Geração e Participações LTDA	Jaborandi	Central geradora hidrelétrica
11	Petromassa	Petromassa Derivados de Petróleo Limitada	Santana	Usina termelétrica
12	Fazenda Maracanã	Agropecuária e reflorestadora São Luiz LTDA	São Desidério	Central geradora hidrelétrica
13	Sítio Grande	SPE Bahia PCH I S.A.	São Desidério	Pequena central hidrelétrica
14	Alto Fêmeas I	Afluente geração de energia elétrica s/a	São Desidério	Usina hidrelétrica
15	Campo Grande	Campo Grande Bioeletricidade S.A	São Desidério	Usina termelétrica

Fonte: ANNAEL (2014)

Elaboração: Maria Aparecida Brito Oliveira.

**Figura 17- Usinas termelétricas, hidrelétricas e eólicas em municípios do Oeste na Bahia- 2014**



Fonte: ANNAEL (2014), SEI (2000)

Elaboração: Maria Aparecida Brito Oliveira.

Um outro conjunto de ações viabilizados pelo Estado em municípios do Oeste foram os projetos de irrigação, através de ações promovidas pela CODEVASF (Quadro 09). O Projeto Riacho Grande/Nupeba com uma área total de 1.720 ha disponibiliza 1.076 ha para lotes familiares, 551 ha para lotes



empresariais e 93 ha não foram informados e classificados como “*outro tipo de agente*”. Já para o projeto Barreiras Norte, dispendo de 1.401 ha, destina 739 ha são para lotes familiares, 12 ha para lotes empresariais e 50 ha classificados como “*outros*” segundo informações da CODEVASF (2014). Os dois projetos identificados foram implantados respectivamente nos anos de 1998 e 1999. Os projetos públicos de irrigação se apresentam como uma ação do Estado na racionalização da produção e no incentivo a agro-industrialização.

**Quadro 9 – Políticas territoriais no Oeste na Bahia- Distritos de Irrigação Nupeba/ Riacho Grande e Barreiras Norte**

<b>Nome do Projeto</b>	<b>Município</b>	<b>Área Ocupada</b>	<b>Ano</b>	<b>Dados da infraestrutura</b>	<b>Sistema de Irrigação</b>
Distrito de Irrigação dos Perímetros Nupeba e Riacho Grande(DNR)	Riachão das Neves	1.720 ha	1998	77 km de canais; 76 km de adutoras; 35 km de drenos; 56 km de estradas; 2 estações de bombeamento	Micro-aspersão/ aspersão
Distrito de Irrigação Barreiras Norte(DIBAN)	Barreiras	1.401 ha	1999	46 km de adutoras; 18 km de drenos. 28 km de estradas; 1 estação de bombeamento	Micro-aspersão/ aspersão

Fonte: CODEVASF (2014b); MI (2014).

Elaboração: Maria Aparecida Brito Oliveira.

Para os dados disponíveis sobre esta política, no *Sistema de Informações sobre os Projetos Públicos de Irrigação* do banco de dados da CODEVASF (2014b) e no Ministério da Integração (2014) observou-se que os projetos citados encontram-se em funcionamento. Nestes bancos de dados não são citados outros municípios do oeste com projetos de irrigação. Contudo, dados da SEI (2012a; 2012b) sinalizam a existência de mais três municípios que dispõe deste tipo de política, porém sem detalhes sobre ano de

funcionamento, produção, dados de infraestrutura, órgão responsável e demais informações. Os municípios e os respectivos projetos são:

- (1) Barra com o Perímetro Irrigado Brejo da Barra;
- (2) Casa Nova e o Perímetro Irrigado Cruz das Almas;
- (3) Santa Maria da Vitória e o Perímetro Irrigado Mocambo/Cuscuzeiro<sup>63</sup>;

Alguns destes projetos são classificados pela CODEVASF (2014b) como “projetos experimentais”, não dispondo de maiores informações sobre os mesmos. Em virtude da ausência de dados mais precisos, a existência destes perímetros irrigados não foram contabilizados como dados na pesquisa.

Outro exemplo de política territorial voltada à infraestrutura ou redes técnicas foi a implementação de barragens, açudes e represas. Pretende-se demonstrar as ações que foram direcionadas, o ano, o órgão responsável e a localização destes equipamentos. Para tanto, dividiu-se cada conjunto de obras entre as décadas de 1980, 1990 e 2000, além de ações que não possuem o ano de implantação, segundo as fontes pesquisadas<sup>64</sup>.

Para a década de 1980 (Quadro 10) pelo menos 11 barragens, açudes ou represas foram construídos/instalados pelo Estado em municípios do Oeste na Bahia, a maioria delas voltadas para irrigação e/ou abastecimento e todos sob responsabilidade da CODEVASF. As ações foram localizadas em apenas 6 municípios de um total de 35 que compõe o território, sendo eles Canápolis, Casa Nova, Catolândia, Santa Maria da Vitória, São Desidério e São Félix do Coribe. Destes municípios, Catolândia se destaca por receber 6 dos 11 equipamentos construídos na década de 1980, todos eles destinados para abastecimento e irrigação.

---

<sup>63</sup> Segundo dados solicitados ao Ministério da Integração e fornecidos pela CODEVASF, o projeto de Irrigação Mocambo/Cuscuzeiro encontra-se na fase de estudo de viabilidade. Por sua vez, os Perímetros Brejo da Cruz e Cruz das Almas não são atendidos pela CODEVASF.

<sup>64</sup> Não foi possível identificar se todos estes equipamentos encontram-se em pleno funcionamento nos municípios do oeste.

**Quadro 10- Políticas Territoriais no Oeste na Bahia - Barragens, represas e açudes construídos na década de 1980.**

<b>Nº</b>	<b>Barragens, represas e açudes</b>	<b>Município</b>	<b>Rio</b>	<b>Finalidade</b>	<b>Ano de conclusão</b>
1	Mosquitão	Canápolis	Riacho Canápolis	Irrigação	1980
2	Poço da Pedra	Casa Nova	Riacho Cruz das Almas	Abastecimento; Irrigação	1989
3	Alto da Barriguda	Catolândia	Riacho Água Vermelha	Abastecimento; Irrigação	1989
4	Barriguda	Catolândia	Rio Boa Sorte	Abastecimento; Irrigação	1988
5	Barrocão	Catolândia	Rio Boa Sorte	Abastecimento; Irrigação	1988
6	Brejinho	Catolândia	Rio Boa Sorte	Abastecimento; Irrigação	1989
7	Pedrinhas	Catolândia	Rio Boa Sorte	Abastecimento; Irrigação	1989
8	Sítio da Barriguda	Catolândia	Riacho Água Vermelha	Abastecimento; Irrigação	1989
9	Jenipapo	Santa Maria da Vitória	Rio Correntina	Abastecimento; Irrigação	1989
10	Alto Fêmeas	São Desidério	Rio das Fêmeas	Abastecimento e Energia	1985
11	Mozondó	São Félix do Coribe	Córrego Mozondó	Irrigação	1989

Fonte: Projeto GeografAR (2012), INEMA (2014).  
Adaptação: Maria Aparecida Brito Oliveira

Para a década de 1990 (Quadro 11) um total de 35 ações foram destinadas para 15 municípios que compõe o recorte em análise. Sendo que as ações previstas com barragens, açudes ou represas estavam completamente voltadas para abastecimento e/ou irrigação sob responsabilidade da CODEVASF. Da totalidade destes 15 municípios, apenas Angical, Mansidão, Riachão das Neves e Tabocas do Brejo Velho receberam apenas uma obra/ação e para os demais foram destinadas pelo menos duas ações como pode ser constatado no Quadro 11.

**Quadro 11- Políticas Territoriais no Oeste na Bahia- Barragens, represas e açudes construídos na década de 1990.**

<b>Nº</b>	<b>Barragens, represas e açudes</b>	<b>Município</b>	<b>Rio</b>	<b>Finalidade</b>	<b>Ano de conclusão</b>
1	Missão de Aricobé	Angical	Riacho de Aricobé	Abastecimento; Irrigação	1997
2	Lagoa Nova	Brejolândia	Riacho Grotão	Abastecimento	1998
3	Periperi	Brejolândia	Riacho Fundo	Abastecimento; Irrigação	1998
4	Baixão do Cecílio	Buritirama	Riacho do Cecílio	Abastecimento; Irrigação	1998
5	Caldeirão	Buritirama	Rio Caldeirão	Abastecimento; Irrigação	1998
6	Brejinho	Canápolis	Aproveitamento de encosta	Abastecimento; Irrigação	1998
7	Cafundó	Canápolis	Riacho Cafundó	Abastecimento; Irrigação	1992
8	Olho d'Água	Canápolis	Riacho Olho d'Água	Abastecimento; Irrigação	1998
9	Morrão	Coribe	Córrego Morrão	Abastecimento; Irrigação	1998
10	Porteiras	Coribe	Córrego das Porteiras	Abastecimento; Irrigação	1998
11	Riacho de Fora	Coribe	Riacho de Fora	Abastecimento; Irrigação	1998
12	Varginha	Coribe	Riacho Varginha	Abastecimento; Irrigação	1998
13	Jacu	Coribe	Riacho Curralinho	Abastecimento; Irrigação	1997
14	Buriti	Correntina	Riacho Buriti	Abastecimento	1997
15	Capão do Olho d'Água	Correntina	Riacho Olho d'Água	Abastecimento; Irrigação	1997
16	Fazenda Bela Vista	Correntina	Riacho Bela Vista	Abastecimento;	1997
17	Itapicuru	Correntina	Rio Itapicuru	Irrigação	1998
18	Olho d'Água	Formosa do Rio Preto	Córrego Olho d'Água	Abastecimento; Irrigação	1999
19	Passagem de Areia	Formosa do Rio Preto	Córrego Passagem de Areia	Abastecimento; Irrigação	1998

20	Barbosa	Jaborandi	Riacho Pajeú	Abastecimento	1997
21	Cabeceira do Brejo	Jaborandi	Aproveitamento de encosta	Abastecimento; Irrigação	1995
22	Várzea Grande	Jaborandi	Riacho da Várzea Grande	Abastecimento; Irrigação	1995
23	Riacho do Caldeirão	Mansidão	Riacho do Caldeirão	Abastecimento; Irrigação	1996
24	Canudos	Riachão das Neves	Rio Canudos	Abastecimento; Irrigação	1997
25	Água Quente	Santa Maria da Vitória	Riacho Água Quente	Abastecimento; Irrigação	1998
26	Furado do Mocambo	Santa Maria da Vitória	Riacho do Mocambo	Abastecimento; Irrigação	1997
27	Barreiros	Santana	Riacho Barreiros	Abastecimento; Irrigação	1996
28	Cipó	Santana	Riacho de Santana	Abastecimento;	1996
29	Neves	Santana	Riacho Neves	Abastecimento; Irrigação	1996
30	Agrovila 10	Serra do Ramalho	Riacho do Barnabé	Abastecimento; Irrigação	1996
31	Agrovila 12	Serra do Ramalho	Riacho do Barnabé	Abastecimento; Irrigação	1996
32	Mariape (Agrovila)	Serra do Ramalho	Riacho Mariape	Abastecimento; Irrigação	1998
33	Lagoa da Loro	Serra Dourada	Lagoa da Loro	Abastecimento; Irrigação	1998
34	Morro Vermelho	Serra Dourada	Rio Morro Vermelho	Abastecimento; Irrigação	1998
35	Caraíbas	Tabocas do Brejo Velho	Riacho das Caraíbas	Abastecimento; Irrigação	1997

Fonte: Projeto GeografAR (2012), INEMA (2014).

Adaptação: Maria Aparecida Brito Oliveira

Para a década seguinte (Quadro 12) foram contabilizados um total de 13 ações direcionadas a 10 dos municípios do oeste. Estes projetos concentram-se nos anos de 2000 e 2001, não havendo outros registros para demais períodos. As finalidades permanecem as mesmas (abastecimento e/ou irrigação), também sob a responsabilidade da CODEVASF. Neste período, Barreiras e Correntina contabilizaram um maior número de ações.

**Quadro 12- Políticas Territoriais no Oeste na Bahia- Barragens, represas e açudes construídos na década de 2000**

Nº	Barragens, represas e açudes	Município	Rio	Finalidade	Ano de conclusão
1	Aricobé	Angical	Riacho de Salobro	Abastecimento; Irrigação	2000
2	Boqueirão do Justino	Barreiras	Riacho da Sorte	Abastecimento; Irrigação	2001
3	Boqueirão do Rodrigo	Barreiras	Boqueirão do Rodrigo	Abastecimento; Irrigação	2000
4	Alagoinha do Barreiro	Brejolândia	Riacho Alagoinha	Abastecimento; Irrigação	2000
5	Várzea do Renato	Buritirama	Riacho da Várzea	Abastecimento; Irrigação	2000
6	Cabeceira Grande	Correntina	Aproveitamento de encosta	Abastecimento; Irrigação	2000
7	Caixeiro	Correntina	Riacho Caixeiro	Abastecimento;	2000
8	Matão	Correntina	Riacho da Cabeceira	Abastecimento; Irrigação	2000
9	Passaginha dos Brandões	Santa Maria da Vitória	Rio Passaginha dos Brandões	Abastecimento; Irrigação	2000
10	Olho D'Água	Santana	Riacho Olho D'Água	Abastecimento; Irrigação	2000
11	Novo Rumo	São Félix do Coribe	Aproveitamento de encosta	Abastecimento; Irrigação	2000
12	Agrovila 18	Serra do Ramalho	Riacho do Veado	Abastecimento; Irrigação	2001
13	Tauá	Serra Dourada	Riacho Tauá	Abastecimento; Irrigação	2000

Fonte: Projeto GeografAR (2012), INEMA (2014).

Adaptação: Maria Aparecida Brito Oliveira

Além das informações encontradas no levantamento, destacam-se algumas que não possuem data de conclusão (Quadro 13). Neste sentido destaca-se apenas os respectivos responsáveis, tendo em vista não ser possível precisar a data de conclusão ou implementação. Foram listadas um total de 26 ações abrangendo 15 municípios do território e as finalidades destas obras foram identificadas como abastecimento, irrigação e piscicultura.

**Quadro 13- Políticas Territoriais no Oeste na Bahia- Barragens, represas e açudes construídos sem data de implantação.**

<b>Nº</b>	<b>Barragens, represas e açudes</b>	<b>Município</b>	<b>Rio</b>	<b>Finalidade</b>	<b>Responsável</b>
1	Perseverança	Barra	Rio São Francisco	Abastecimento; Irrigação	CAR
2	Redenção	Barreiras	Rio Grande	Abastecimento; Irrigação	CODEVASF
3	Campestre	Brejolândia	Rio Brejo Velho	Abastecimento; Irrigação	CAR
4	Umburanas	Brejolândia	Riacho Brejo Velho	Abastecimento; Irrigação	CAR
5	Baixão dos Bois	Campo Alegre de Lourdes	Baixão dos Bois	Abastecimento; Irrigação	CODEVASF
6	Brasileiro	Campo Alegre de Lourdes	Rio São Francisco	Abastecimento; Irrigação	CODEVASF
7	Peixe	Campo Alegre de Lourdes	Rio Vereda Pimenteira	Abastecimento rural	Prefeitura
8	Honorato Viana	Casa Nova	Riacho Cruz das Almas	Irrigação	CODEVASF
9	km 127,9	Cocos	Rio Carinhanha	Abastecimento; Irrigação	CODEVASF
10	km 197,8	Cocos	Rio Carinhanha	Abastecimento; Irrigação	CODEVASF
11	Gatos I, II e III	Coribe	Formoso	Abastecimento; Irrigação	CODEVASF
12	Jaborandi	Coribe	Formoso	Abastecimento; Irrigação	CODEVASF
13	km 152,8	Correntina	Corrente	Abastecimento; Irrigação	CODEVASF
14	km 205,4	Formosa do Rio Preto	Rio Grande	Abastecimento; Irrigação	CODEVASF
15	km 214	Formosa do Rio Preto	Rio Grande	Abastecimento; Irrigação	CODEVASF
16	Barba Timão	Jaborandi	Jaborandi	Irrigação	CODEVASF
17	Caldeirão	Remanso	Rio Caldeirão	Abastecimento; Irrigação	CODEVASF
18	Nova Vida	Riachão das Neves	Rio Grande	Abastecimento; Irrigação	CODEVASF

19	Arrojado	Santa Maria da Vitória	Corrente	Abastecimento; Irrigação	CODEVASF
20	Brejo do Espírito Santo	Santa Maria da Vitória	Brejo do Espírito Santo	Abastecimento; Irrigação	CODEVASF
21	Mutum	Santa Maria da Vitória	Rio Mutum/ Aproveitamento de encosta	Irrigação	CODEVASF
22	Coqueiro	Santana	Riacho de Santana	Abastecimento; Irrigação	CODEVASF
23	Pedra Preta	Santana	Santana	Abastecimento; Irrigação	CODEVASF
24	Riacho da Ema	Santana	Rio São Francisco	Abastecimento; Irrigação; Piscicultura	CERB
25	Palmeirinha	São Desidério	Rio Grande	Abastecimento; Irrigação	CODEVASF

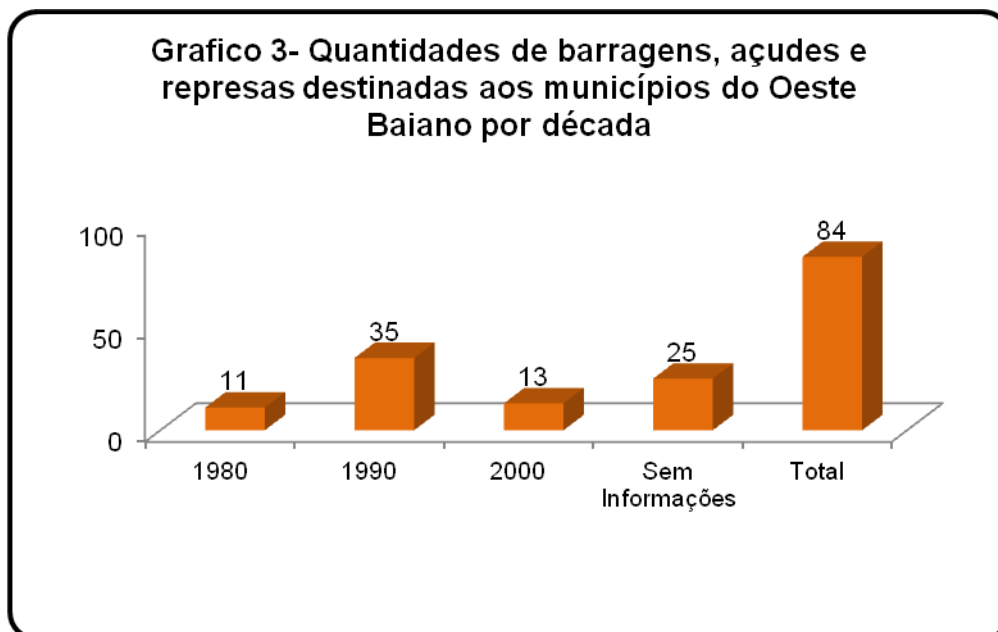
Fonte: Projeto GeografAR (2012), INEMA (2014).

Adaptação: Maria Aparecida Brito Oliveira

Sintetizando as informações obtidas, nota-se que para o período analisado foram direcionadas um total de 84 ações entre represas, açudes e/ou barragens. A década de 1990 apresentou um número mais significativo de ações perfazendo aproximadamente 42% do total analisado conforme se analisa no Gráfico 3.

Importante destacar que dos resultados obtidos não foram encontrados nenhum registro de barragem, açude ou represa, em pelo menos 11 municípios do território, para o período (1980-2014). Os municípios ausentes deste tipo de ação foram Baianópolis, Carinhanha, Cotegipe, Cristópolis, Feira da Mata, Luis Eduardo Magalhães, Muquém do São Francisco, Pilão Arcado, Santa Rita de Cássia, Sítio do Mato e Wanderley. Não se pôde precisar se estes municípios não dispõem efetivamente destes equipamentos, mas para as informações coletadas nos banco de dados do Projeto GeografAR (2012) e do INEMA (2014) não foram identificadas nenhum ação nestes municípios.

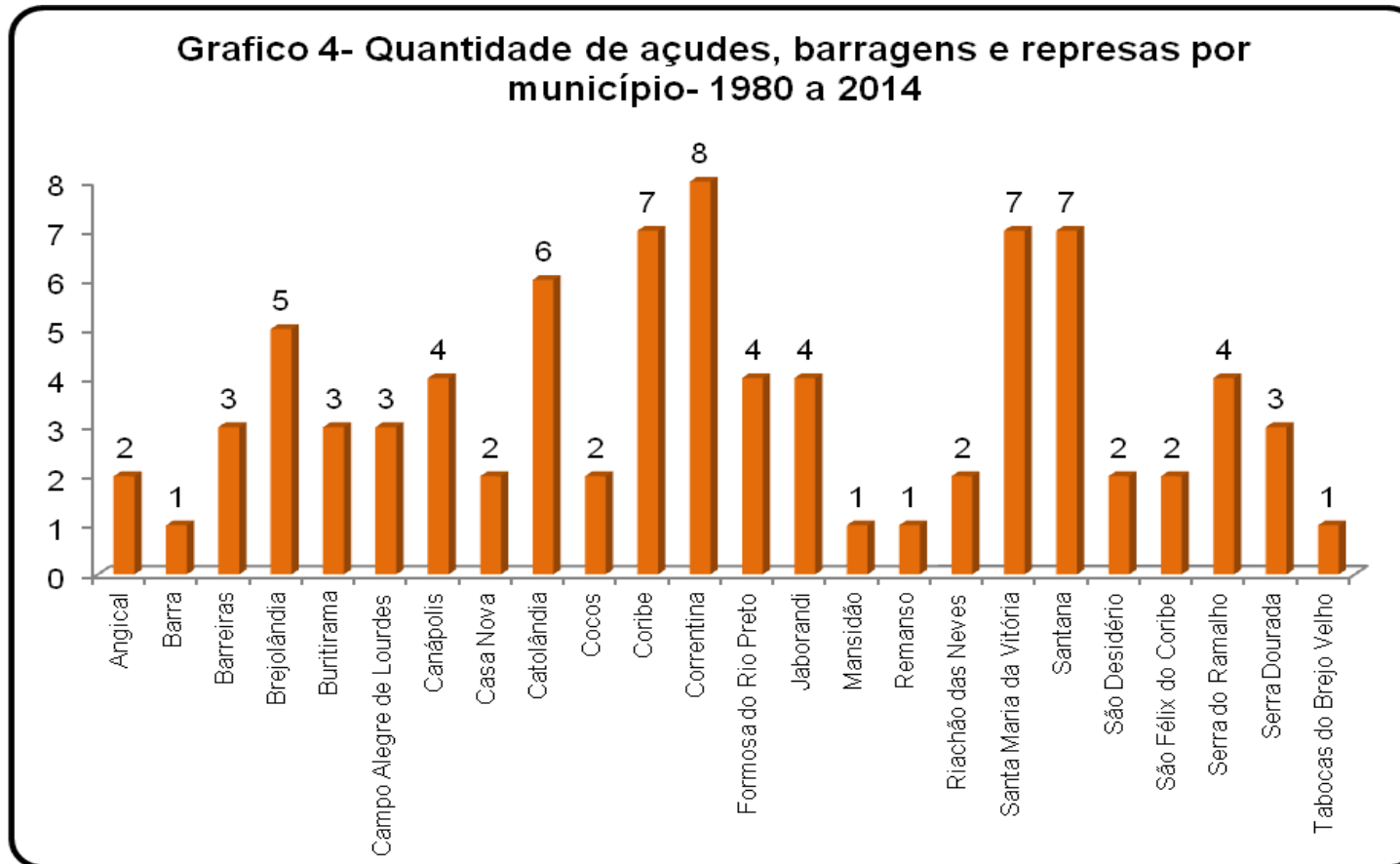




Fonte: Projeto GeografAR (2012) INEMA (2014).  
Elaboração: Maria Aparecida Brito Oliveira

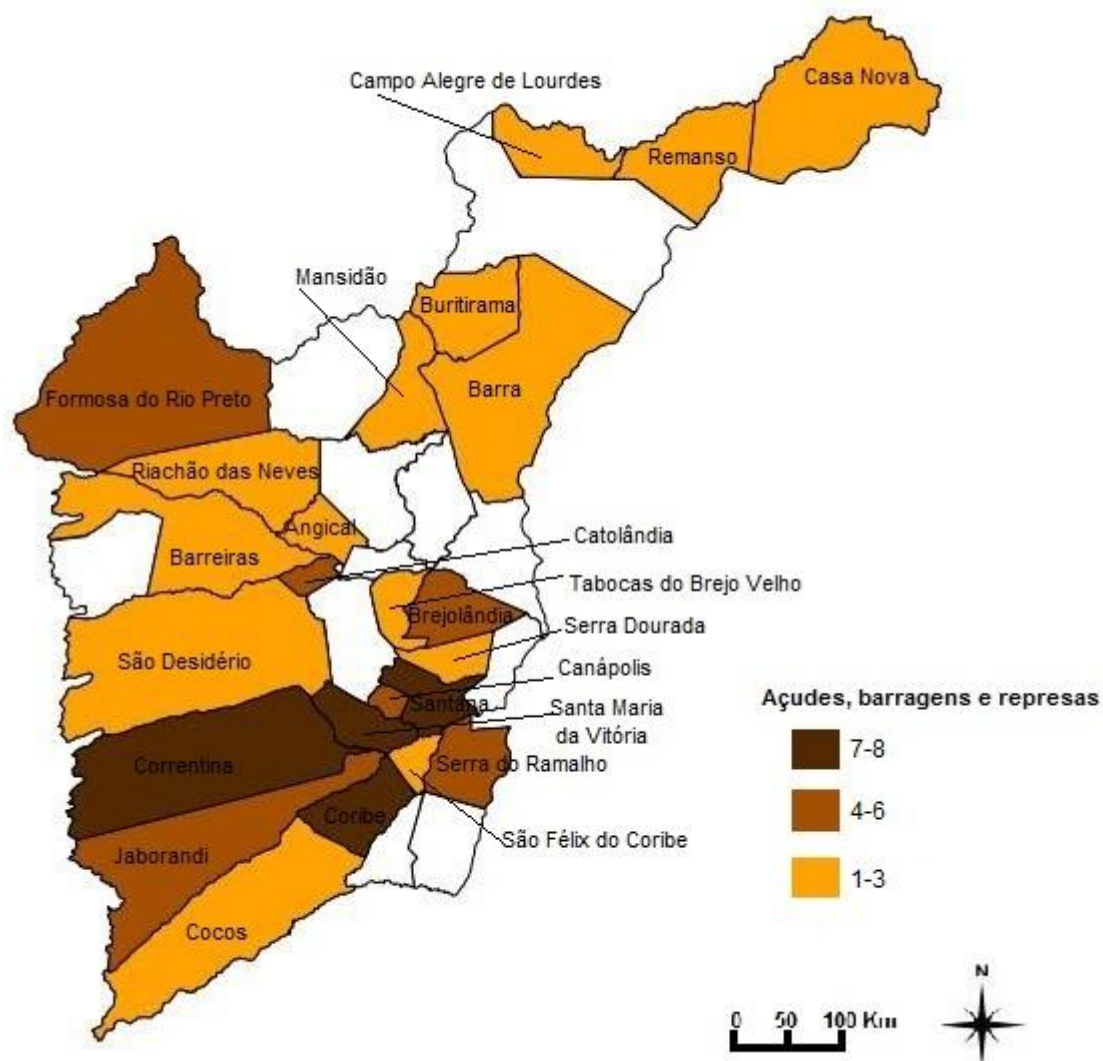
Considerando as ações por município (Gráfico 4), identifica-se que Correntina foi o que recebeu o maior número, totalizando 8 ações entre barragens, açudes e represas, sendo acompanhado de Coribe, Santa Maria da Vitória e Santana que receberam um total de 7 cada um. Os municípios de Barra, Mansidão, Remanso e Tabocas do Brejo Velho foram os que menos receberam, totalizando apenas uma ação cada. Por sua vez Angical, Casa Nova, Cocos, Riachão das Neves, São Desidério e São Felix do Coribe receberam apenas dois destes objetos, sendo que o restante dos municípios receberam entre 3 e 6 ações selecionadas.

A Figura 18 busca sintetizar as informações sobre as barragens, açudes e represas entre 1980 e 2014, espacializando a ocorrência destas ações nos municípios do Oeste na Bahia..



Fonte: Projeto GeografAR (2012) INEMA (2014).  
 Elaboração: Maria Aparecida Brito Oliveira

**Figura 18- Localização e intensidade das barragens, represas e açudes construídos na década em municípios do Oeste na Bahia – 1980-2014**



Fonte: Projeto GeografAR (2012), INEMA (2014).  
Elaboração: Maria Aparecida Brito Oliveira

Complementando o Bloco A de ações em infraestrutura ou redes técnicas, observa-se que do ponto de vista das redes de circulação houve um aumento do número e extensão de rodovias federais e estaduais no Oeste na Bahia. Contudo, não foi possível precisar o período exato de implementação da

política de acessos rodoviários, tendo em vista que os órgãos oficiais do governo, em suas diferentes escalas, não dispõem de dados catalogados que especifiquem o ano de instalação de cada via. Para o Quadro 14 foram destacadas as principais rodovias estaduais (BA's) e federais (BR's) que cortam os municípios do Oeste na Bahia. Os dados foram disponibilizados pelo Departamento de Infraestrutura de Transporte da Bahia – DERBA, através do *Inventário de Rodovias Existentes* no estado, realizados pela equipe técnica do órgão no ano de 1995. É possível que algumas informações estejam defasadas, a exemplo da referência feita à Mimoso do Oeste, até então Distrito de Barreiras e que atualmente conforma o município de Luís Eduardo Magalhães.

Das informações extraídas do quadro nota-se que há um número mais expressivo na década de 1990, especificamente entre os anos de 1994 e 1995, realizando a pavimentação de diversos trechos dos municípios. Conforme se constata no Quadro 14, Barreiras foi o principal município de origem, de onde saíram oito trechos para interligação entre vias do próprio município e com Formosa do Rio Preto. Já Santa Maria da Vitória foi o principal município de destino, interligado vias com o próprio município e com Santana e São Félix do Coribe.

Dos dados obtidos, há informações apenas para as rodovias estaduais, BA 161, BA 172, BA 225, BA 449, BA 458, BA 459, BA 460, BA, 464, BA 839, BA 841, e para as rodovias federais, BR 135, BR 242 e BR 349. Cabe destacar que a informações contidas, dizem respeito ao ano de instalação da camada de asfalto inicial e não representam o ano de abertura da via. Além disso, destacam-se apenas os trechos em que receberam o melhoramento na via, podendo ser o curso da estrada maior e contemplar outros municípios. Informações mais detalhadas não foram disponibilizadas.

Das vias rodoviárias atualmente existentes não aparecem informações sobre as seguintes vias estaduais: BA 160, BA 316, BA 320, BA 351, BA 447, BA 455, BA 461, BA 462, BA 463, BA 465, BA 594, BA 601, BA 722, BA 723, BA 752, BA 827, BA 582 e BA 927, que cortam porções de alguns dos municípios do oeste. Do mesmo modo não aparecem informações sobre as seguintes rodovias federais: BR 020, BR 030, BR 235, BR 430, o que não

significa que elas não foram implementadas naquele período, mas que não receberam melhoramento ou não foram contabilizadas em dados do governo.

Da síntese que se pode fazer destas informações, extraídas de bancos de dados do DERBA e do Ministério dos Transportes - MIT destaca-se os municípios que são cortados em algum ponto por rodovias federais ou estaduais. As informações constantes no Quadro 15 demonstram que os municípios de Barra, Brejolândia, Canápolis, Catolândia, Serra Dourada e Wanderley não são diretamente cortados por rodovias federais enquanto que Campo Alegre de Lourdes, Correntina e Jaborandi não dispõe de rodovias estaduais pavimentadas. É possível constatar que para os outros municípios, pelo menos um tipo de via (federal ou estadual) atravessam o território dos mesmos, contudo há uma predominância de rodovias estaduais cortando o município de Barreiras, Casa Nova e Santana. Do mesmo modo, um maior número de acessos federais recortam os municípios de Barreiras e Correntina.

A implementação deste tipo de política territorial é importante por possibilitar a constituição de diferentes fluxos (transporte, mercadorias, pessoas), ao tempo que pode incorporar novas dinâmicas nos municípios beneficiados, criando certa sinergia, ampliando as conexões e dinamizando o território. Antes da construção das rodovias, toda esta dinâmica era realizada pela navegação fluvial que gradativamente fora perdendo o prestígio e sendo substituído pela opção de vias terrestres. A função de navegabilidade dos rios também deu lugar a outros objetivos como a irrigação e a produção de energia. No entanto, cabe pontuar que mesmo com a ampliação das vias de ligação e a construção de acessos rodoviários muitos municípios ainda estão pouco conectados com outros pontos no território, fazendo considerar que mesmo em expansão, os fluxos e conexões de algumas destas estradas ainda são insuficientes.

Um ponto que pode ser acrescido a este debate refere-se à construção da Rodoagro, BA-453, rodovia com intuito de facilitar a ligação entre a cidade de Luís Eduardo Magalhães e Formosa do Rio Preto, beneficiando principalmente as áreas com atividade agrícola para escoamento da produção. A ação efetiva de empresas e associações de grandes produtores tem exercido pressão sobre o governo do estado para viabilização do projeto conforme aponta Menezes (2014).

**Quadro 14- Políticas Territoriais no Oeste na Bahia- Ano de implantação da camada original, municípios de origem e de destino das Rodovias estaduais e federais.**

Rodovia	Início	Fim	Município Origem	Município Destino	Ano Camada Original
BA 161	ENTR. BR324/BR235 (NOVA REMANSO) PERÍMETRO URBANO	ENTR. BR235(B)(AC. C.ALEGRE DE LOURDES)	REMANSO	REMANSO	1994
BA 161	ENTR BR235 (B) (AC. CAMPO ALEGRE DE LOURDES)		REMANSO	PILAO ARCADEO	1994
BA 161	BARRA	ENTR. BA-351 (ESTREITO)	BARRA	BARRA	1998
BA 161	ENTR. BR 242	ENTR. BA 470 (PERNAMBUCO)-PERÍMETRO URBANO	MUQUEM S. FRANCISCO	SITIO DO MATO	1989
BA 161	ENTR. BA 470 (PERNAMBUCO)-PERÍMETRO URBANO	ENTR. RL 702 (ACESSO A GAMELEIRA)	SÍTIO DO MATO	SITIO DO MATO	1989
BA 161	ENTR. RL702 (ACESSO A GAMELEIRA)	ENTR. BA 576(SITIO DO MATO)-PERÍMETRO URBANO	SITIO DO MATO	SITIO DO MATO	1989
BA 161	ENTR. BA576(SITIO DO MATO)-PERÍMETRO URBANO	ENTR. BR349 (A) (KM 08)	SITIO DO MATO	SITIO DO MATO	1989
BA 161	ENTR. BR 349 (B) KM 18	MARREQUEIRO - PERIMETRO URBANO	SERRA DO RAMALHO	SERRA DO RAMALHO	1989
BA 161	MARREQUEIRO - PERIMETRO URBANO		SERRA DO RAMALHO	CARINHANHA	1989
BA 172	ENTR. BR 242 (JAVI) - PERIMETRO URBANO	ENTR. BA 836 (ACESSO A BREJOLANDIA)	MUQUEM S. FRANCISCO	BREJOLANDIA	1995
BA 172	ENTR. BA 836 (ACESSO A BREJOLANDIA)	ENTR. BA837(AC. TABOCAS DO BREJO VELHO)	BREJOLANDIA	TABOCAS BREJO VELHO	1995
BA 172	ENTR. BA 837(AC. TABOCAS DO BREJO VELHO)	ENTR. BA838(ACESSO A SERRA DOURADA)	TABOCAS BREJO VELHO	SERRA DOURADA	1995

BA 172	ENTR. BA 838 (ACESSO A SERRA DOURADA)	ENTR. BA576/BA464(SANTANA)-PERIM. URBANO	SERRA DOURADA	SANTANA	1995
BA 172	ENTR. BA576/BA464(SANTANA)-PERÍMETRO URBANO	ENTR. BA582(A) (ACESSO A CANAPOLIS)	SANTANA	SANTANA	1995
BA 172	ENTR. BA 582 (A) (ACESSO A CANAPOLIS)	ENTR. BA 582 (B)	SANTANA	STA MARIA DA VITORIA	1995
BA 172	ENTR. BA 582 (B)	ENTR. BR349(STA MARIA VITORIA) - PERÍMETRO URBANO	STA MARIA DA VITORIA	STA MARIA DA VITORIA	1995
BA 172	ENTR. BR349(STA MARIA DA VITORIA) - PERÍMETRO URBANO	ENTR. BR135 (CORIBE)-PERIMETRO URBANO	STA MARIA DA VITORIA	CORIBE	1995
BA 225	ENTR. BR 135 (FORMOSA DO RIO PRETO)	COOPERATIVA COACERAL	FORMOSA DO RIO PRETO	FORMOSA DO RIO PRETO	1995
BA 449	ENTR. BR 242	COTEGIPE - PERIMETRO URBANO	CRISTOPOLIS	COTEGIPE	1989
BA 458	ENTR. BR 242	ACABA VIDA - PERIMETRO URBANO	BARREIRAS	BARREIRAS	1991
BA 458	ACABA VIDA - PERIMETRO URBANO	ENTR. BA 459	BARREIRAS	FORMOSA DO RIO PRETO	1991
BA 459	PLACAS - PERIMETRO URBANO	ENTR. BA 458 (KM 70)	BARREIRAS	FORMOSA DO RIO PRETO	1991
BA 460	ENTR. BR 242	ENTR. BR 461	BARREIRAS	BARREIRAS	1994
BA 460	ENTR. BA 461	PLACAS - PERIMETRO URBANO	BARREIRAS	BARREIRAS	1994
BA 460	PLACAS - PERIMETRO URBANO	DIVISA BA/TO	BARREIRAS	BARREIRAS	1994
BA 464	ENTR. BR 242	BAIANOPOLIS - PERIMETRO URBANO	CATOLANDIA	BAIANOPOLIS	1994

BA 839	JAVI - PERIMETRO URBANO (LAGOA DE OSCAR)	WANDERLEY - PERIMETRO URBANO	WANDERLEY	WANDERLEY	1994
BA 841	ENTR. BA 161 (AGROVILA 10)	SERRA DO RAMALHO - PERIMETRO URBANO	SERRA DO RAMALHO	SERRA DO RAMALHO	1989
BR 135	BARREIRAS - PERIMETRO URBANO	SAO DESIDERIO - PERIMETRO URBANO	BARREIRAS		1989
BR 242	ENTR. BR 020 (MIMOSO) - PERIMETRO URBANO	ENTR. BA 460	BARREIRAS	BARREIRAS	1995
BR 349	ENTR. BR 430/BA 470	ENTR. BA 464 (ACESSO A PORTO NOVO)	BOM JESUS DA LAPA	SAO FELIX DO CORIBE	1994
BR 349	ENTR. BR 430/BA 470	ENTR. BA 464 (ACESSO A PORTO NOVO)	BOM JESUS DA LAPA	SAO FELIX DO CORIBE	1994
BR 349	ENTR. BR 430/BA 470	ENTR. BA 464 (ACESSO A PORTO NOVO)	BOM JESUS DA LAPA	SAO FELIX DO CORIBE	1994
BR 349	ENTR. BA 464 (ACESSO A PORTO NOVO)	ENTR. BA172 (STA MARIA DA VITORIA) - PERÍMETRO URBANO	SAO FELIX DO CORIBE	STA MARIA DA VITORIA	1994
BR 349	ENTR. BA 464 (ACESSO A PORTO NOVO)	ENTR. BA172 (STA MARIA DA VITORIA) - PERÍMETRO URBANO	SAO FELIX DO CORIBE	STA MARIA DA VITORIA	1994
BR 349	ENTR. BA 464 (ACESSO A PORTO NOVO)	ENTR. BA172 (STA MARIA DA VITORIA) - PERÍMETRO URBANO	SAO FELIX DO CORIBE	STA MARIA DA VITORIA	1994

Fonte: DERBA (2014a)

Adaptação: Maria Aparecida Brito Oliveira



**Quadro 15 - Políticas Territoriais no Oeste na Bahia – Rodovias federais e estaduais que cortam os municípios**

<b>Município</b>	<b>Federais</b>	<b>Estaduais</b>
Angical	BR 430	BA 447, 449, 465
Baianópolis	BR 430	BA 463
Barra	---	BA 161, 351
Barreiras	BR 020, 135, 242, 430	BA 447, 449, 455, 459, 460, 827
Brejolândia	---	BA 161, 172
Buritirama	BR 020, 235	BA 351
Campo A. de Lourdes	BR 020, 235	---
Canápolis	---	BA 582
Carinhanha	BR 030	BA 160
Casa Nova	BR-235,	BA 316, 320, 722, 723
Catolândia	---	BA, 455, 464, 463
Cocos	BR 135	BA 594, 927
Coribe	BR 135	BA 172, 601
Correntina	BR 020, 135, 349	---
Cotegipe	BR 020	BA 449
Cristópolis	BR 242, 430	BA 449
Feira da Mata	BR 030	BA 594, 601
Formosa do Rio Preto	BR 135	BA 225, 458, 459
Jaborandi	BR 135	---
Luís E. Magalhães	BR 020, 242	BA 460, 461, 462
Mansidão	BR 020	BA 225, 351
Muquém de S. Francisco	BR 242	BA 161, 172
Pilão Arcado	BR 020	BA 752
Remanso	BR 235, 324	BA 161, 723, 752
Riachão das Neves	BR 020, 135	BA 449, 459,
Santa Maria da Vitória	BR 135, 349	BA 172, 582, 583
Santana	BR 430	BA 172, 575, 576, 582
Santa Rita de Cássia	BR 020, 135	BA 351, 451,
São Desidério	BR 020, 135	BA 463
São Félix do Coribe	BR 349	BA 575
Serra do Ramalho	BR 349	BA 161, 841
Serra Dourada	---	BA 172
Sítio do Mato	BR 349	BA 161, 576, 840
Tabocas do B. Velho	BR 242	BA 466, 839
Wanderley	---	BA 839

Fonte: DERBA (2010, 2014), MIT (2014)  
Elaboração: Maria Aparecida Brito Oliveira

Outra dimensão de política territorial que fora destinada para o Oeste da Bahia corresponde à abertura de aeródromos públicos ou privados, que podem ser utilizados para voos civis e particulares. Dos dados fornecidos pela Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC e pela Secretaria de Infraestrutura do Estado da Bahia – SEINFRA não há registros com datas de abertura dos aeroportos e/ou aeródromos, apenas as informações sobre tipo de pista e extensão, localização e diversas informações geoespaciais. Os aeródromos públicos, são de propriedade do estado ou município, já os aeródromos particulares são concedidos à organismos ou empresas privadas. No Quadro 16 é possível destacar os municípios que dispõem de aeródromos públicos e privados, destacando que alguns deles possuem os dois tipos, como é o caso de Barreiras, Cocos, Correntina, Formosa do Rio Preto e Luis Eduardo Magalhães segundo dados da ANAC (2014).

**Quadro 16- Municípios do Oeste na Bahia que dispõem de aeródromos públicos e privados- 2014**

<b>Aeródromos públicos</b>	<b>Aeródromos privados</b>
Barra, Barreiras , Buritirama, Campo Alegre de Lourdes, Carinhanha, Casa Nova, Cocos, Coribe, Correntina, Formosa do Rio Preto, Luis Eduardo Magalhães, Pilão Arcado e Remanso, Santa Maria da Vitória, Santana, Santa Rita de Cássia	Barreiras, Brejolândia, Cocos, Correntina, Formosa do Rio Preto, Jaborandi, Luis Eduardo Magalhães, Riachão das Neves, São Desidério, Serra do Ramalho, Sítio do Mato, Wanderley.

Fonte: ANAC (2014).

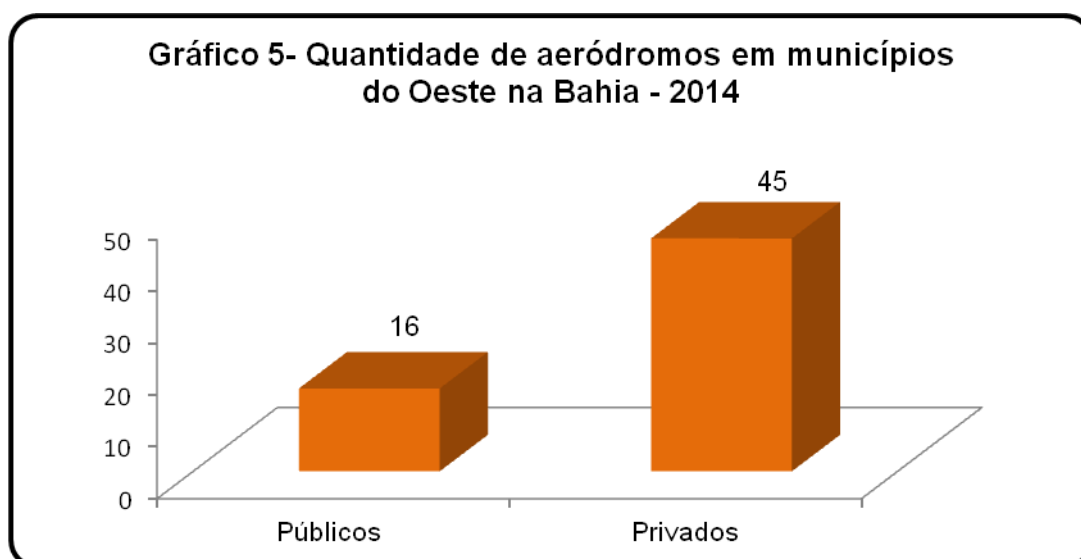
Elaboração: Maria Aparecida Brito Oliveira.

Das informações analisadas pode-se extrair que dos 35 municípios do território, 16 deles possuem aeródromos públicos (contabilizando um cada), enquanto que 12 dos municípios possuem aeródromos privados. Do total de municípios, 12 não possuem nenhum tipo aeródromo, sendo eles Angical, Baianópolis, Canápolis, Catolândia, Cotegipe, Cristópolis, Feira da Mata, Mansidão, Muquém do São Francisco, São Félix do Coribe, Serra Dourada e Tabocas do Brejo Velho. Para a pesquisa em questão priorizou-se apenas a existência dos equipamentos públicos destinados pelo Estado, contudo é

impressionante analisar a quantidade de equipamentos privados, que são concedidos para funcionamento em propriedades particulares.

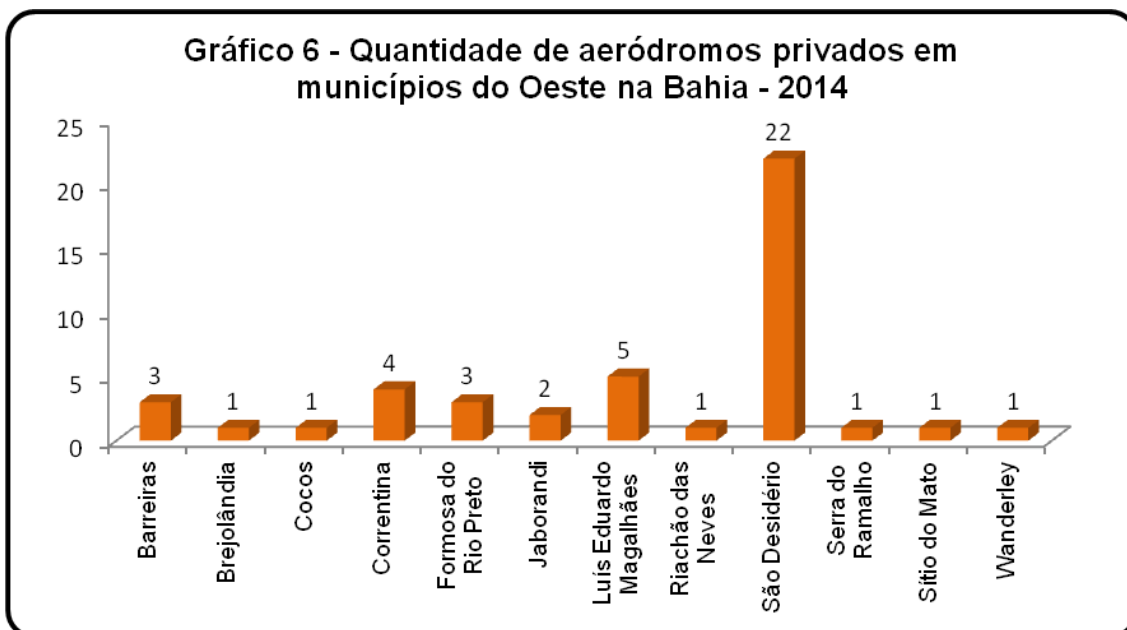
Há um maior número de municípios com equipamentos públicos, mas em volume, o número de aeródromos privados é o triplo dos públicos, conforme indica o Gráfico 5. Se analisarmos a quantidade por município os números são ainda mais reveladores, demonstrando que os que dispõem de um maior número destes equipamentos (Figura 19) são justamente aqueles cuja produção agrícola ocorre de maneira mais expressiva e que o PIB municipal alcança os maiores índices (Anexo 4). A Figura 19 ratifica esta questão demonstrando que a quantidade expressiva de aeródromos particulares está localizada nas grandes áreas produtoras, servindo aos agentes privados da produção agrícola.

Neste sentido, o município de São Desidério chama a atenção pelo volume bem superior aos outros municípios (Gráfico 6). Estes números expressam o padrão de atividades desenvolvidas neste recorte, especialmente por se tratar de uma vasta área territorial que abarca a grande produção do agronegócio de grãos, especialmente da produção de algodão.



Fonte: ANAC (2014).

Elaboração: Maria Aparecida Brito Oliveira.



Fonte: ANAC (2014).

Elaboração: Maria Aparecida Brito Oliveira.

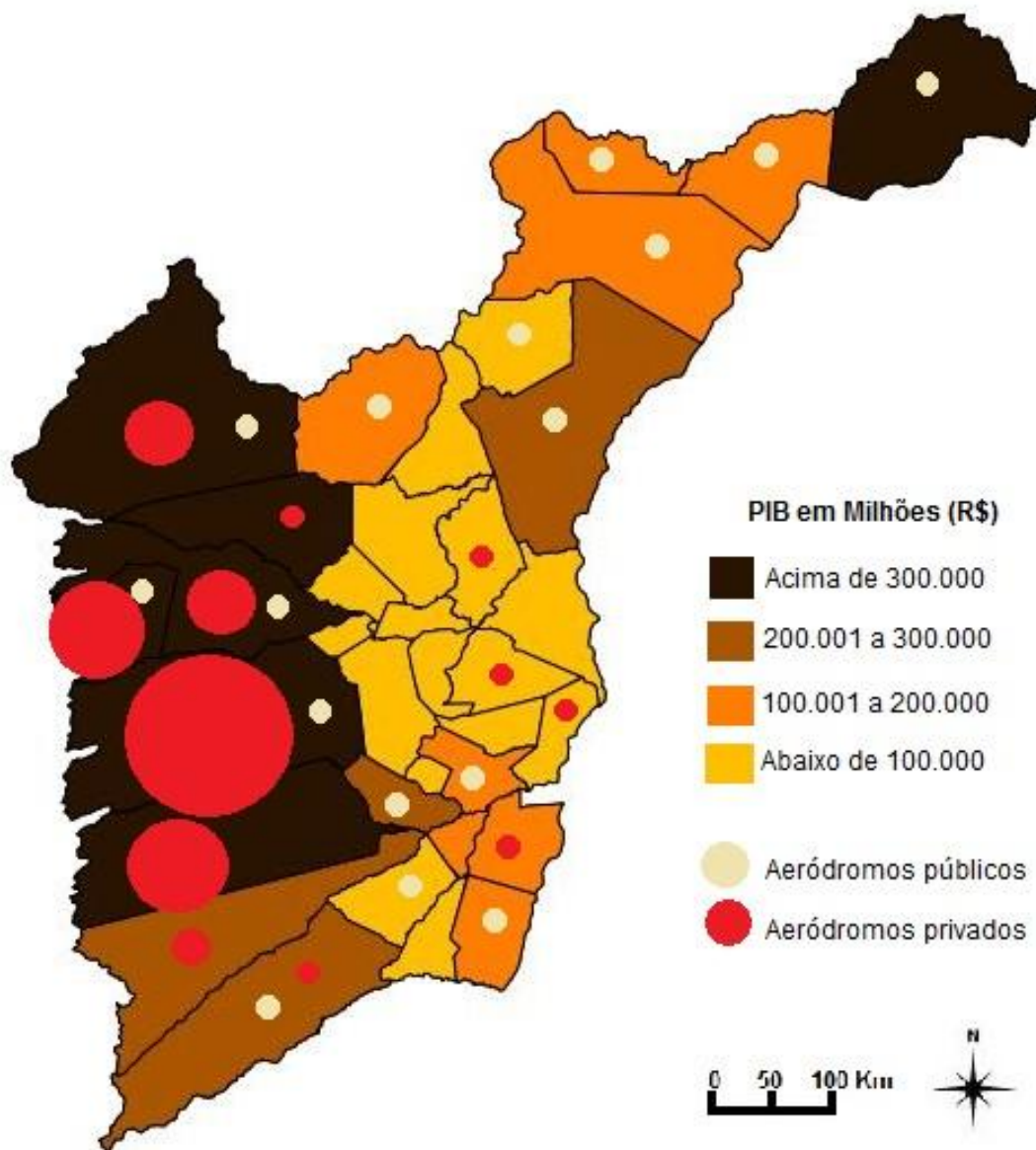
É ainda importante destacar que a ação do Estado se concretiza de modo indireto nos investimentos privados e as concessões feitas aos agentes particulares pode indicar quanto o poder privado se faz presente no território. Nesta direção, se o Estado não age diretamente, mas permite a atuação de outros agentes, assume os impactos diretos ou indiretos no território. Considerando que o Estado não é o único agente de atuação no espaço, a presença de outros sujeitos/grupos se concretizará conforme o jogo de forças engendradas em um dado contexto.

Para os dados pesquisados, não foram registradas informações sobre a existência de ferrovias cortando os municípios do Oeste na Bahia, apesar de haver propostas antigas como a construção da Ferrovia Oeste – Leste (FIOL), cortando diagonalmente o território baiano e ligando Ilhéus (BA) à cidade de Figueirópolis (TO). A construção da mesma envolve um crescente número de sujeitos, especialmente os produtores agrícolas que pretendem escoar sua produção do interior do território até o porto de Ilhéus e está inserida numa grande polêmica entre governo, empresários e sociedade civil. Na página da internet<sup>65</sup> da Casa Civil do Estado da Bahia é possível acompanhar o andamento das obras e as ações que estão sendo desenvolvidas. Ao que

<sup>65</sup> É possível acessar a página no endereço <http://www.casacivil.ba.gov.br>

parece indicar o primeiro trecho entre os municípios de Ilhéus-Caetité está em plena atividade.

**Figura 19- Localização e intensidade de aeródromos públicos e privados em municípios do Oeste na Bahia X PIB municipal- 2014.**



Fonte: ANAC (2014), SEI (2000)

Elaboração: Maria Aparecida Brito Oliveira.

Perfazendo o conjunto de políticas ligadas aos Serviços e/ou Redes de Gestão (Bloco B) investigou-se a existência de Universidades (federais e estaduais), bancos públicos, postos dos ministérios (ministérios do trabalho), órgãos do governo (IBGE, INSS); agências e órgãos estaduais (Direc, Dires, Derba, Agerba, Adab, Car, Ebda, Sefaz) para avaliar se estes tipos de políticas territoriais se fazem presente no Oeste na Bahia.

Em relação à política educacional, observa-se que a existência de instituições de ensino superior a nível federal e estadual é muito recente. A primeira universidade pública a ser implantada no oeste foi a Universidade do Estado da Bahia – UNEB, no município de Barreiras no ano de 1985. Segundo dados da instituição (UNEB, 2014), o atual Departamento de Ciências Humanas (DCH)/Campus IX foi denominado inicialmente de Núcleo de Ensino Superior de Barreiras, criado em 1981 e integrado ao Centro de Educação Técnica da Bahia – CETEBA, que contava apenas com o curso de Artes Práticas – Licenciatura com Habilitações em Artes Industriais e Técnicas Agrícolas, voltado para as questões pertinentes de expansão da época. Posteriormente transformou-se o Centro de Ensino Superior de Barreiras – CESB, integrado já a UNEB e ofertando os cursos de Licenciatura Curta em Letras e Estudos Sociais. No ano de 1987, foi criado o curso de Licenciatura Plena em Pedagogia e o Bacharelado em Ciências Contábeis e atendendo a proposta de expansão universitária, em 1997 foi criado de fato Departamento de Ciências Humanas – DCH /Campus IX. A partir de então outros cursos foram implantados, como o de Licenciatura em Letras, Ciências Biológicas e Matemática e Bacharelado em Engenharia Agrônômica (UNEB, 2014).

A instalação do primeiro campus federal, também na cidade de Barreiras, aconteceu oficialmente em 2006, com o Instituto de Ciências Ambientais e Desenvolvimento Sustentável (ICADS), até então pertencente a Universidade Federal da Bahia - UFBA. Entre 2006 e 2009, a universidade já havia aprovado 12 cursos de graduação<sup>66</sup> e a partir de 2009, fora criado um projeto de desmembramento e constituição da Universidade Federal do Oeste da Bahia – UFOB, aprovado pelo Ministério da Educação e por decreto

---

<sup>66</sup> Administração, Ciências Biológicas, Engenharia Sanitária e Ambiental, Geografia, Geologia, Química, Engenharia Civil, Matemática, Bacharelado Interdisciplinar em Ciências e Tecnologia, História e o Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades. Ver detalhes em UFOB (2014).

presidencial em 2013. A nova universidade tem a pretensão de instalar campus, nos municípios de Bom Jesus da Lapa, Barra, Santa Maria da Vitória e Luís Eduardo Magalhães, além de localizar sua sede em Barreiras (UFOB, 2014). Esta medida pode representar a descentralização do ensino superior e a ampliação desta política em municípios nunca assistidos, como é o caso dos municípios do oeste. Resumidamente (Quadro 17) é possível apresentar os cursos de ensino superior previstos atualmente para os municípios do recorte territorial.

Destaca-se que além dos cursos de licenciaturas voltados para formação de professores de matérias específicas (português, história, matemática e geografia) a tendência de cursos segue o direcionamento de investimento nas questões de desenvolvimento local, aproveitando o potencial dos municípios como é o caso dos cursos de Engenharia Agrônômica, Civil, de Produção e o curso de Medicina Veterinária.

**Quadro 17- Cursos de ensino superior em universidades públicas nos municípios do Oeste na Bahia- 2014<sup>67</sup>**

Municípios	Cursos	Instituição
Barreiras	Ciências Biológicas, Ciências Contábeis, Engenharia Agrônômica, Letras- Língua Portuguesa e Literaturas	UNEB
Barreiras	Administração, Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia, Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades, Ciências Biológicas, Engenharia Civil, Física, Geografia, Geologia, História, Matemática, Química, Direto, Farmácia*, Medicina* e Nutrição*	UFOB
Barra	Agronomia* e Medicina Veterinária*	UFOB
Luis Eduardo Magalhães	Engenharia Biotecnológica* e Engenharia de Produção*	UFOB
Santa Maria da Vitória	Artes Visuais* e Publicidade e Propaganda*	UFOB

Observação: \* Cursos estavam previstos para início de Setembro de 2014.

Fonte: UNEB, (2014), UFOB (2014).

Elaboração: Maria Aparecida Brito Oliveira

<sup>67</sup> O município de Bom Jesus da Lapa não aparece no quadro pois não faz parte dos municípios investigados nesta pesquisa.

A Figura 20 destaca as informações sobre a localização dos centros de ensino superior público presentes apenas nos municípios de Barreiras, Barra, Santa Maria da Vitória e Luís Eduardo Magalhães<sup>68</sup>. Refletindo sobre o alcance dos cursos, as dimensões territoriais dos municípios (o que afeta no deslocamento) e a quantidade de unidades administrativas, observa-se que há uma carência de unidades de ensino superior (federal ou estadual), caracterizando que mesmo tendo avançado nos últimos anos, esta política territorial ainda necessita de maiores investimentos. Por outro lado, se a localização das instituições for relacionada com a população dos municípios (Anexo 5), parece haver uma certa “coerência” nestes dados, tendo em vista que os campus de ensino estão presentes justamente nos municípios com maior população conforme identifica-se na Figura 20. Além de Barreiras e Santa Maria da Vitória que são centros regionais, Barra e Luís Eduardo Magalhães são os municípios mais populosos do oeste, o que pode ser um fato a ser relacionado com a demanda educacional, mesmo reconhecendo que é necessário ampliar a oferta de ensino público superior.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira INEP (2014) disponibiliza informações sobre as Sinopses Estatísticas da Educação Superior, inclusive com uma série histórica por cada município da federação. Contudo os dados fornecidos são confusos, impossibilitando uma interpretação coerente a respeito<sup>69</sup>. Dos dados que se pode obter é possível avaliar a quantidade de ingressos no ensino superior federal e estadual, por ano ou o número de concluintes em cursos de ensino superior. Houve tanto para o oeste baiano quanto para todo o estado da Bahia um número crescente de ingressos, bem como aumento de instituições de ensino e de diversidade de cursos. Entretanto, reconhecendo a importância da formação educacional e profissional, a educação superior baiana, ainda é um problema a ser solucionado.

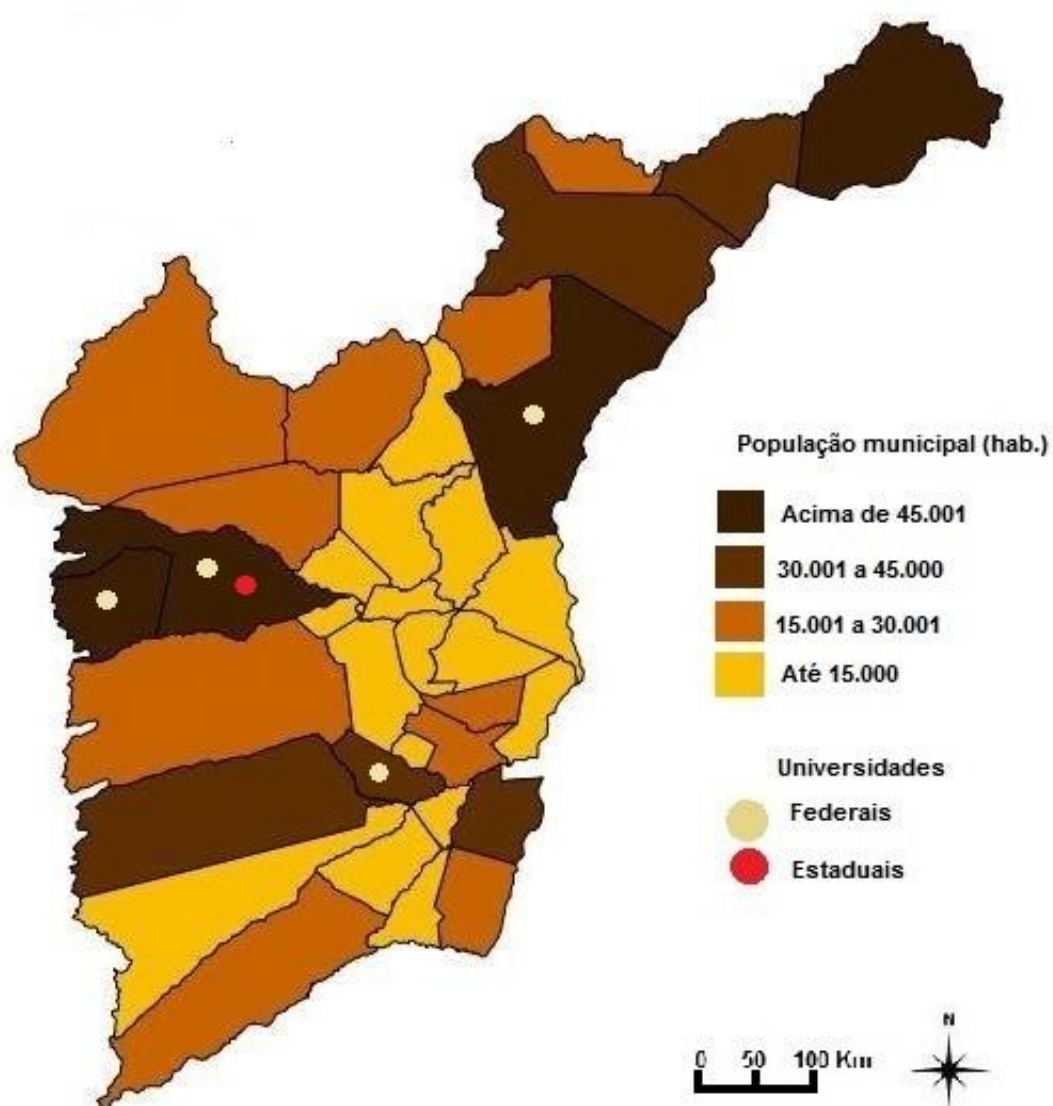
---

<sup>68</sup> O município de Bom Jesus da Lapa não aparece no mapa pois não faz parte dos municípios investigados nesta pesquisa.

<sup>69</sup> Buscando destacar melhor este item, foram solicitadas informações junto ao Ministério da Educação, mas não se obteve respostas.



**Figura 20 - Localização de campi/campus de Universidades Federais e Estaduais em municípios do Oeste na Bahia- 2014**



Fonte: UNEB, (2014), UFOB (2014), SEI (2000), IBGE (2010)  
 Elaboração: Maria Aparecida Brito Oliveira.

Outra informação considerada para o bloco de redes de gestão e/ou serviços refere-se a existência de agências bancárias públicas, considerando que o acesso a programas de governos, financiamentos e créditos para uma gama de ações se concretiza por meio de facilidades estimuladas pelo Estado

e fomentadas por suas instituições públicas (Quadro 18). De meados dos anos 1980 até os dias atuais houve um crescimento de pelo menos cinquenta agências bancárias, que foram localizadas em vinte e quatro municípios. Barreiras, Casa Nova, Correntina, Luís Eduardo Magalhães, Pilão Arcado, Remanso e Riachão das Neves foram os municípios que mais receberam agências de bancos públicos.

**Quadro 18 – Bancos públicos instalados em municípios do Oeste na Bahia – 1980 – 2014**

<b>Nome da Instituição</b>	<b>Município</b>	<b>Início das operações</b>
Banco do Brasil S.A	Angical	08/06/1988
Banco Baneb S.A	Angical	18/06/1981
Banco do Brasil S.A	Baianópolis	22/03/2004
Caixa Econômica Federal	Barra	07/05/2012
Banco do Brasil S.A	Barreiras	11/03/1991
Banco do Brasil S.A	Barreiras	16/01/2004
Banco do Brasil S.A	Barreiras	28/05/2010
Caixa Econômica Federal	Barreiras	10/08/1981
Caixa Econômica Federal	Barreiras	12/03/2012
Banco do Nordeste do Brasil	Barreiras	28/10/2010
Banco Baneb S.A	Barreiras	03/06/1996
Banco do Brasil S.A	Buritirama	09/03/2012
Banco do Brasil S.A	Campo Alegre de Lourdes	12/08/2011
Banco Baneb S.A	Campo Alegre de Lourdes	14/01/1981
Caixa Econômica Federal	Carinhanha	09/08/2013
Caixa Econômica Federal	Casa Nova	26/04/2013
Banco do Nordeste do Brasil	Casa Nova	17/03/2014
Banco Baneb S.A	Casa Nova	03/04/2000
Banco Baneb S.A	Catolândia	18/08/1983
Banco do Brasil S.A	Cocos	03/10/2008
Banco Baneb S.A	Coribe	30/09/1992
Banco Baneb S.A	Coribe	27/12/1981
Banco do Brasil S.A	Correntina	19/10/1989
Caixa Econômica Federal	Correntina	02/05/2012
Banco do Nordeste do Brasil	Correntina	03/05/1982

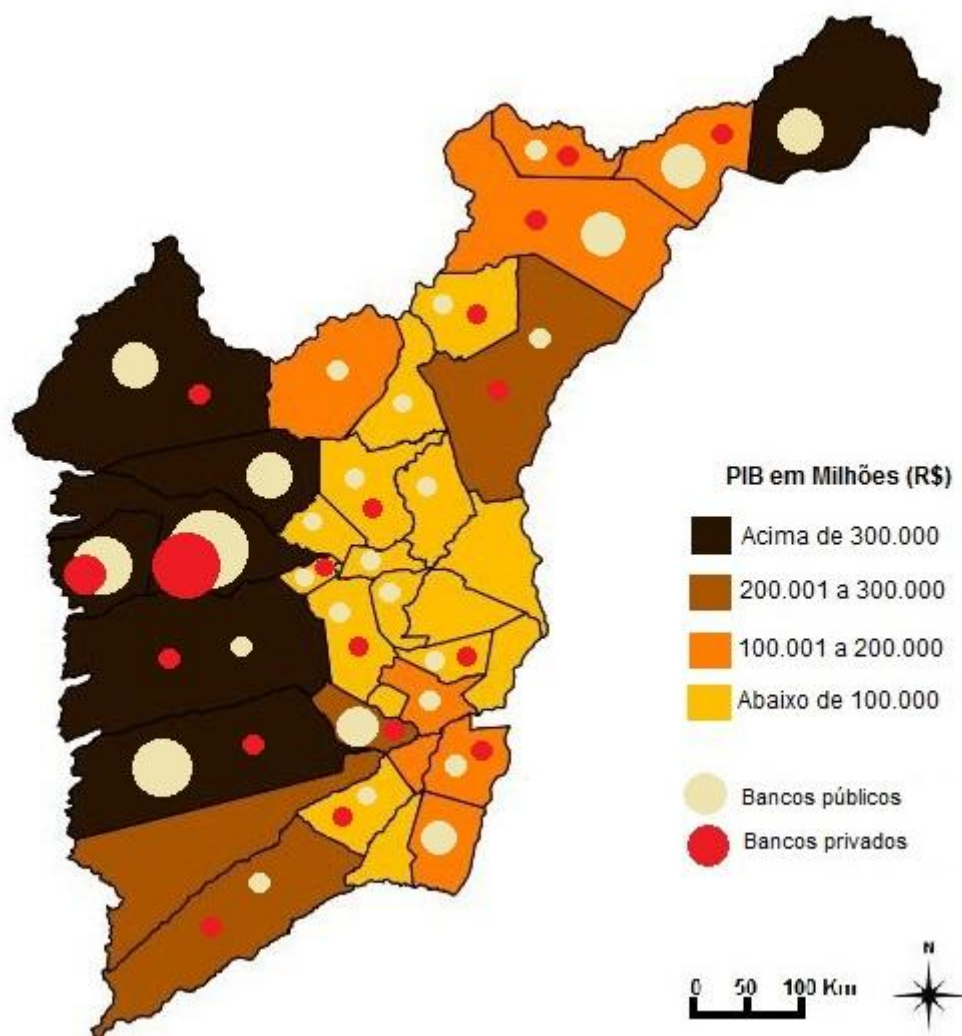
Banco Baneb S.A	Correntina	30/09/1992
Banco Baneb S.A	Cristópolis	18/06/1981
Caixa Econômica Federal	Formosa do Rio Preto	28/12/2012
Banco do Brasil S.A	Luis Eduardo Magalhães	11/03/1991
Banco do Brasil S.A	Luis Eduardo Magalhães	21/01/2005
Caixa Econômica Federal	Luis Eduardo Magalhães	27/11/2006
Banco do Nordeste do Brasil	Luis Eduardo Magalhães	15/06/2004
Banco Baneb S.A	Luís Eduardo Magalhães	30/03/2000
Banco do Brasil S.A	Mansidão	10/02/2012
Banco do Brasil S.A	Pilão Arcado	18/10/1989
Caixa Econômica Federal	Pilão Arcado	27/12/2013
Banco Baneb S.A	Pilão Arcado	18/07/1980
Caixa Econômica Federal	Remanso	09/08/2010
Banco Baneb S.A	Remanso	09/08/1992
Banco Baneb S.A	Remanso	03/10/1983
Banco do Brasil S.A	Riachão das Neves	11/07/1988
Caixa Econômica Federal	Riachão das Neves	12/04/2013
Banco Baneb S.A	Riachão das Neves	30/09/1992
Caixa Econômica Federal	Santa Maria da Vitória	17/12/2010
Banco do Brasil S.A	São Desidério	21/03/1989
Caixa Econômica Federal	São Desidério	28/03/2013
Banco Baneb S.A	Serra Dourada	24/07/1981
Banco do Brasil S.A	Serra do Ramalho	22/03/2004
Caixa Econômica Federal	Serra do Ramalho	28/12/2012
Banco Baneb S.A	Tabocas do Brejo Velho	27/12/1981

Fonte: BACEN (2014)

Elaboração: Maria Aparecida Brito Oliveira

Conforme a Figura 21 os municípios de Brejolândia, Canápolis, Feira da Mata, Jaborandi, Muquém do São Francisco, São Felix do Coribe e Sítio do Mato, representando um total de sete entes federados do oeste, não possuem atualmente agências de bancos públicos e nem mesmo privada, segundo dados do Bacen (2014), podendo contudo dispor de postos avançados de atendimentos bancários.

**Figura 21 – Localização e intensidade dos bancos públicos e privados em municípios do Oeste na Bahia X PIB municipal – 1940-2014<sup>70</sup>**



Fonte: BACEN (2014), SEI (2000)  
Elaboração: Maria Aparecida Brito Oliveira

Os municípios com maior concentração de agências bancárias (públicas e privadas) estão localizados coincidentemente onde o PIB é mais expressivo, como é o caso de Luís Eduardo Magalhães e Barreiras. Acompanhado destes estão Correntina, Casa Nova, Formosa do Rio Preto e Riachão das Neves, além de Carinhanha, Santa Maria da Vitória, Pilão Arcado e Remanso.

<sup>70</sup> Também foram incluídos os dados do Baneb S.A.

As informações sobre órgãos e postos do governo federal foram avaliadas com base no documento Redes e Fluxos – Gestão do Território 2013, disponibilizado pelo IBGE, especificamente no *Banco de Dados dos Municípios* que traz uma gama de informações sobre as cidades brasileiras. Conforme o Quadro 19, considerando as redes de gestão e/ou serviços, nota-se ausência significativa deste tipo de política, o que pode ser indicativo que mesmo buscando a descentralização dos serviços públicos, ainda há uma concentração de ações em poucos municípios.

Em relação aos postos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, apenas 5 municípios dispõem de unidades deste órgão. Já postos do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS representam o órgão com maior incidência nos municípios, aparecem em 14 deles. O posto do Tribunal Regional do Trabalho- TRT e da Justiça Federal aparece apenas no município de Barreiras, que para o REGIC 2007 é a única Capital Regional de nível C, considerando os 35 municípios. Já os postos da Receita Federal aparecem em apenas dois dos municípios, sendo eles Barreiras e Santa Maria da Vitória, este último sendo considerado um Centro de Zona A. Não há existência de postos do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE ou de outros ministérios nos municípios do oeste. Estes dados refletem o quanto do ponto de vista da rede urbana existe pouca integração da gestão e as ações estão concentradas em Barreiras e Santa Maria da Vitória por serem os centros de maior influência seguindo o REGIC 2007 (IBGE, 2013).

Cabe pontuar que dos 35 municípios, e para os órgãos federais considerados, pelos menos 21 deles não dispõem de nenhum posto de gestão federal, sendo eles: Angical, Baianópolis, Brejolândia, Buritirama, Canápolis, Casa Nova, Catolândia, Cocos, Coribe, Cotegipe, Cristópolis, Feira da Mata, Jaborandi, Luís Eduardo Magalhães, mansidão, Muquém de São Francisco, Pilão Arcado, Serra Dourada, Sítio do Mato, Tabocas do Brejo Velho e Wanderley.

**Quadro 19- Presença de órgãos do governo federal em municípios do Oeste na Bahia - 2014<sup>71</sup>**

Município	IBGE	INSS	MTE	TRT	Receita Federal	Justiça Federal
Angical						
Baianópolis						
Barra		X				
Barreiras	X	X		X	X	X
Brejolândia						
Buritirama						
Campo Alegre de Lourdes		X				
Canápolis						
Carinhanha		X				
Casa Nova						
Catolândia						
Cocos						
Coribe						
Correntina		X				
Cotegipe						
Cristópolis						
Feira da Mata						
Formosa do Rio Preto		X				
Jaborandi						
Luís Eduardo Magalhães						
Mansidão						
Muquém de São Francisco						
Pilão Arcado						
Remanso	X	X				
Riachão das Neves		X				
Santa Maria da Vitória	X	X			X	
Santana	X	X				
Santa Rita de Cássia	X	X				
São Desidério		X				
São Félix do Coribe		X				
Serra do Ramalho		X				
Serra Dourada						
Sítio do Mato						
Tabocas do Brejo Velho						
Wanderley						

Fonte: IBGE (2013).

Elaboração: Maria Aparecida Brito Oliveira

<sup>71</sup> Não foram disponibilizadas datas de implantação de cada unidade federal nos municípios destacados, apenas as informações das localizações destes órgãos federais

Tendo como referência a presença de órgãos de administração estadual, no Quadro 20 buscou-se evidenciar as principais agências estaduais em seus diferentes ramos de atuação (educação, saúde, transporte, agricultura) e observou-se uma carência de postos de gestão nos municípios oestinos. Apenas Barreiras e Santa Maria da Vitória possuem unidades da Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia - ADAB, da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional - CAR, da Diretoria Regional de Saúde- DIRES e da Companhia de Engenharia Ambiental e de Recursos Hídricos da Bahia- CERB. Já a Diretoria Regional de Educação- DIREC localiza-se apenas em Barreiras, enquanto que o Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia - DERBA está presente em Barreiras, Casa Nova e Santa Maria da Vitória.

É possível encontrar unidade do Departamento Estadual de Trânsito da Bahia – DETRAN ou Circunscrições Regionais de Trânsito – CIRETRANS em apenas cinco municípios, sendo eles Barreiras, Santa Maria da Vitória, Santa Rita de Cássia, Santana e São Felix do Coribe. Os postos da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola – EBDA fora o órgão mais presente dos dez itens analisados para gestão estadual e identificados em treze municípios, sendo eles: Angical, Baianópolis, Barreiras, Cocos, Coribe, Correntina, Cristópolis, Formosa do Rio Preto, Jaborandi, Santa Maria da Vitória, Santana, Santa Rita de Cássia e Wanderley. Do mesmo modo, postos da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia – SEFAZ podem ser encontrados em sete municípios: Barreiras, Casa Nova, Correntina, Formosa do Rio Preto, Luis Eduardo Magalhães, Muquém de São Francisco e Santa Maria da Vitória.

Apenas Barreiras que é a Capital Regional dispõe de todos os dez órgãos listados conforme dados do Quadro 20, em contrapartida 18 municípios não possuem nenhuma unidade de postos estaduais analisados, sendo eles: Barra, Brejolândia, Buritirama, Campo Alegre de Lourdes, Canápolis, Carinhanha, Catolândia, Cotegipe, Feira da Mata, Mansidão, Pilão Arcado, Remanso, Riachão das Neves, São Desidério, Serra do Ramalho, Serra Dourada, Sítio do Mato e Tabocas do Brejo Velho. Importante ratificar que não foram disponibilizadas datas de implantação de cada unidade estadual nos

municípios destacados, apenas a existência de postos conforme cada regionalização proposta pelos órgãos de administração.

Das informações pontuadas sobre a existência de órgãos estaduais ou federais nos municípios do Oeste na Bahia, é preciso destacar que além da ausência de datas de implantação, não há uma única forma de regionalização, sendo que para cada órgão de administração existem critérios diferenciados para seleção de municípios que compõe cada espaço regionalizado. Por exemplo, para a escala estadual, os municípios que compõem a Dires e a Direc não são necessariamente os mesmos, devido critérios preestabelecidos.

As figuras 22 e 23 localizam os municípios do oeste que dispõem de órgãos de gestão federal e estadual. É possível destacar que há uma ausência desta política, em que boa parte dos municípios não dispõe destes serviços. A questão que se avalia é que como esta ausência se reflete no cotidiano das pessoas. Um morador do município de Cocos, por exemplo, para resolver questões relacionadas à Justiça Federal precisaria deslocar-se para Barreiras. Se o problema for com a Receita Federal o local mais próximo seria Santa Maria da Vitória. O mesmo vale para outros serviços de abrangência estadual ou federal. Importante mencionar, sem nenhum determinismo, que a dimensão territorial influencia nesta questão, tendo em vista que os municípios do Oeste são os que possuem as maiores áreas territoriais na Bahia. Somados a isto, a ausência de vias de ligação (estradas, ferrovias, hidrovias) por vezes pode dificultar o deslocamento das pessoas na resolução de suas demandas.



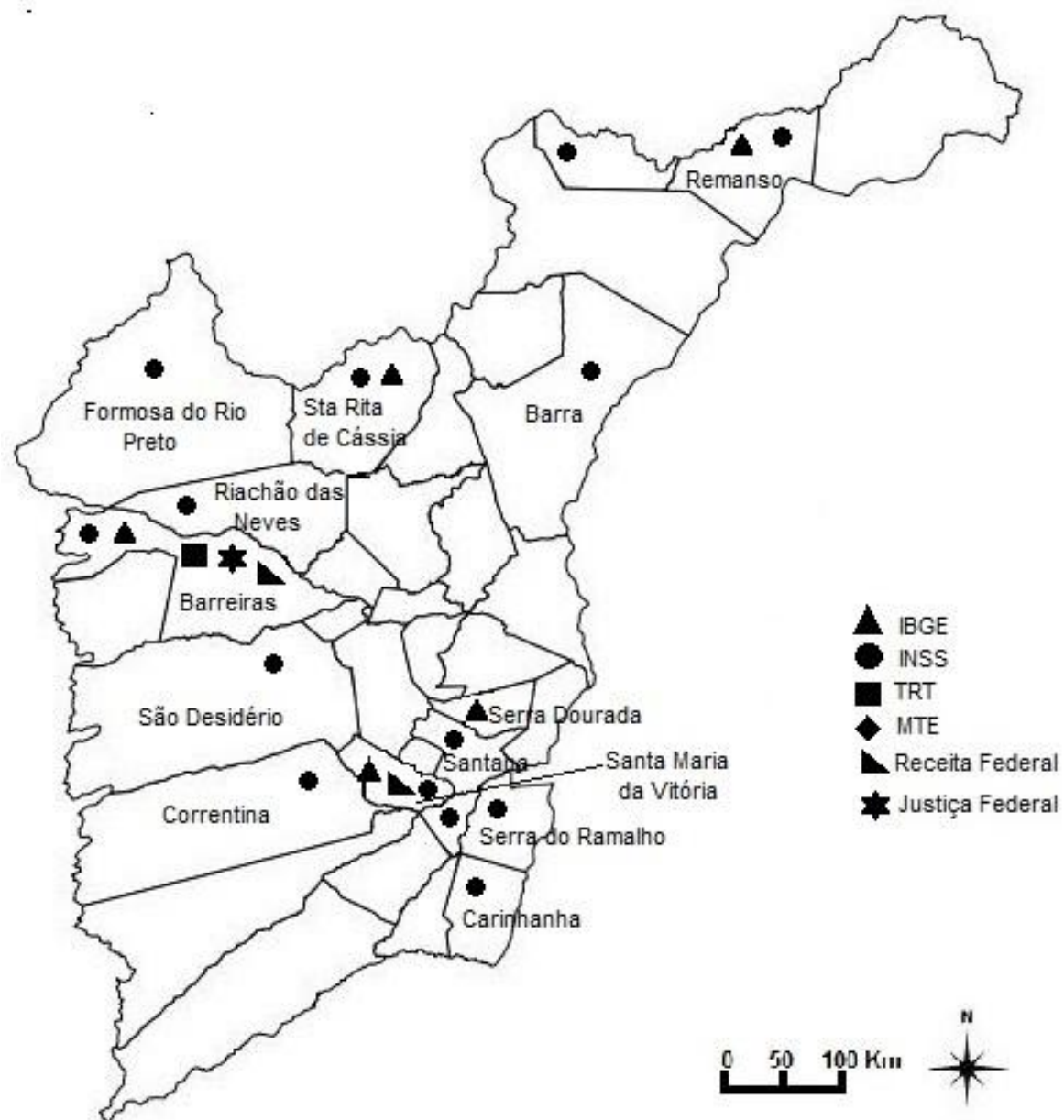


Remanso									
Riachão das Neves									
Santa Maria da Vitória	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Santana			X	X					
Santa Rita de Cássia			X	X					
São Desidério									
São Félix do Coribe			X						
Serra do Ramalho									
Serra Dourada									
Sítio do Mato									
Tabocas do Brejo Velho									
Wanderley					X				

Fonte: ADAB, AGERBA, DETRAN, EBDA, CAR, SEFAZ, SESAB, SEC, CERB (2014) e DERBA (2014b)

Elaboração: Maria Aparecida Brito Oliveira.

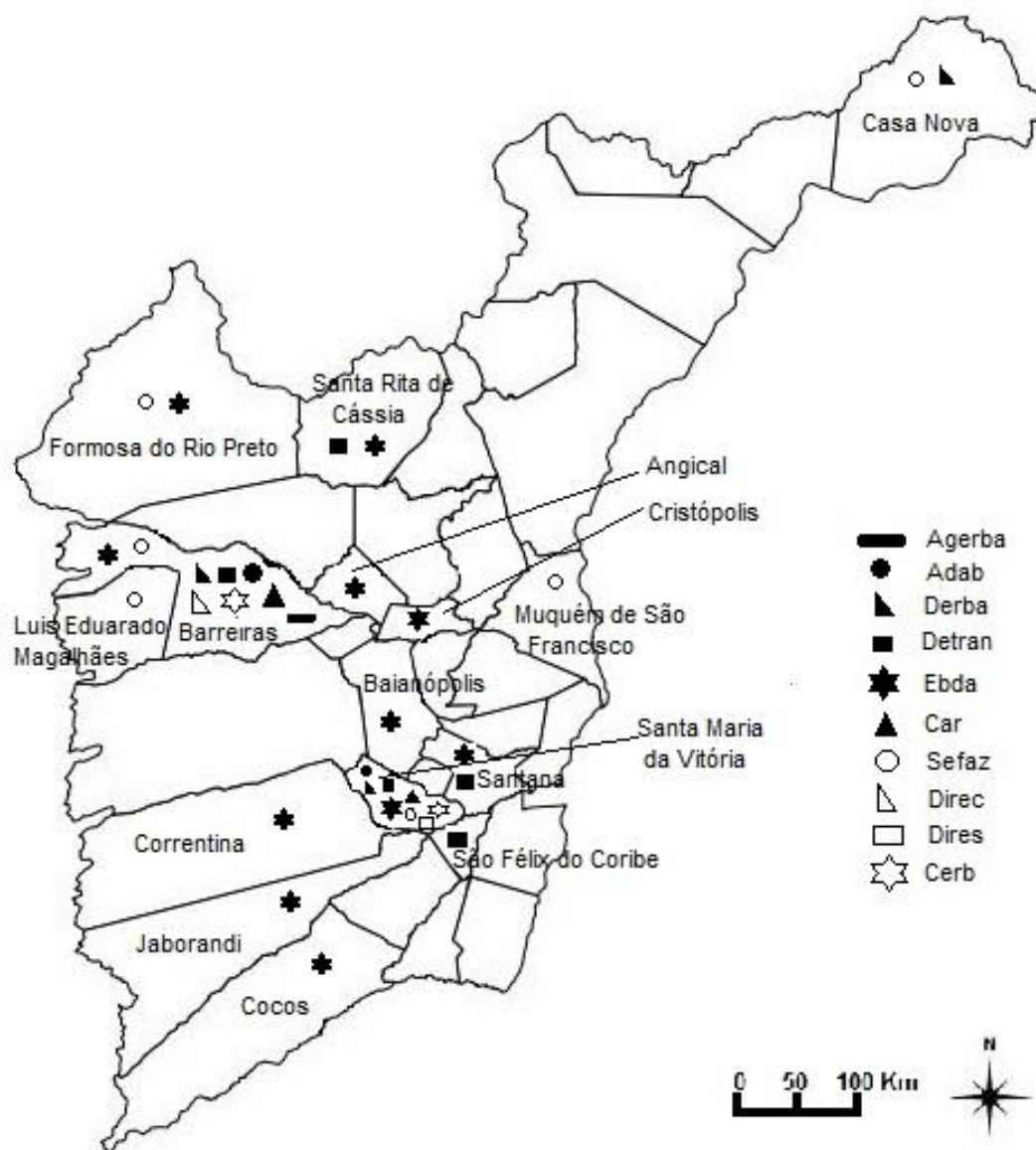
**Figura 22 – Localização de órgãos do governo federal em municípios do Oeste na Bahia- 2014**



Fonte: IBGE (2013).

Elaboração: Maria Aparecida Brito Oliveira

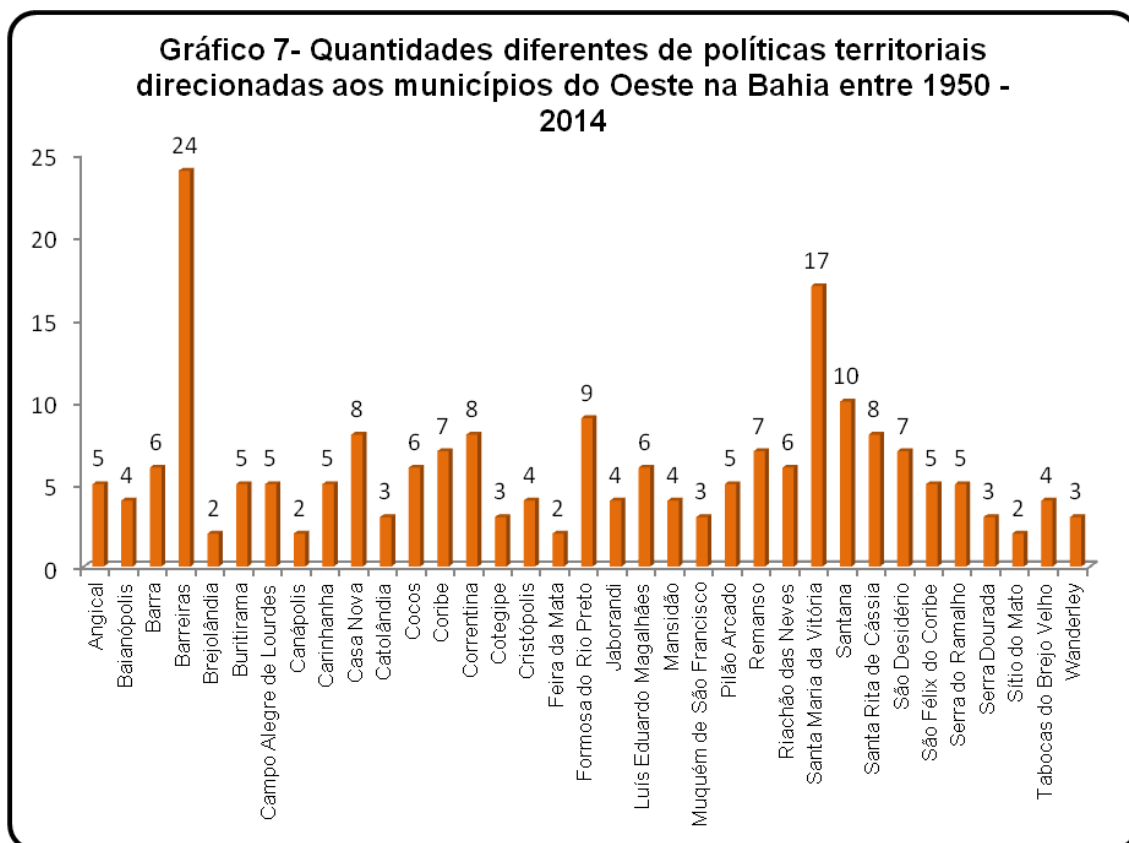
**Figura 23 – Localização de órgãos do governo estadual em municípios do Oeste na Bahia- 2014**



Fonte: ADAB, AGERBA, DETRAN, EBDA, CAR, SEFAZ, SESAB, SEC, CERB (2014), DERBA (2014b), SEI (2000).

Elaboração: Maria Aparecida Brito Oliveira

Sintetizando as informações sobre o período de 1980 a 2014, observou-se que houve um crescente aumento de políticas territoriais no oeste, com base nas ações que foram consideradas para esta pesquisa. Contudo estas ações estão concentradas em poucos espaços, coincidentemente naqueles que a agricultura moderna tem se expandindo, em que o PIB municipal se apresenta mais expressivo (Anexo 4). Neste sentido, cada vez mais se acentua a existência de um território “estranho”, diferente do contexto geral do restante do estado, afirmando-se enquanto espaço estratégico “na” Bahia e não “da” Bahia. O Gráfico 7 reúne as diversificadas políticas territoriais que foram direcionadas a cada município do Oeste na Bahia a partir da década de 1950.

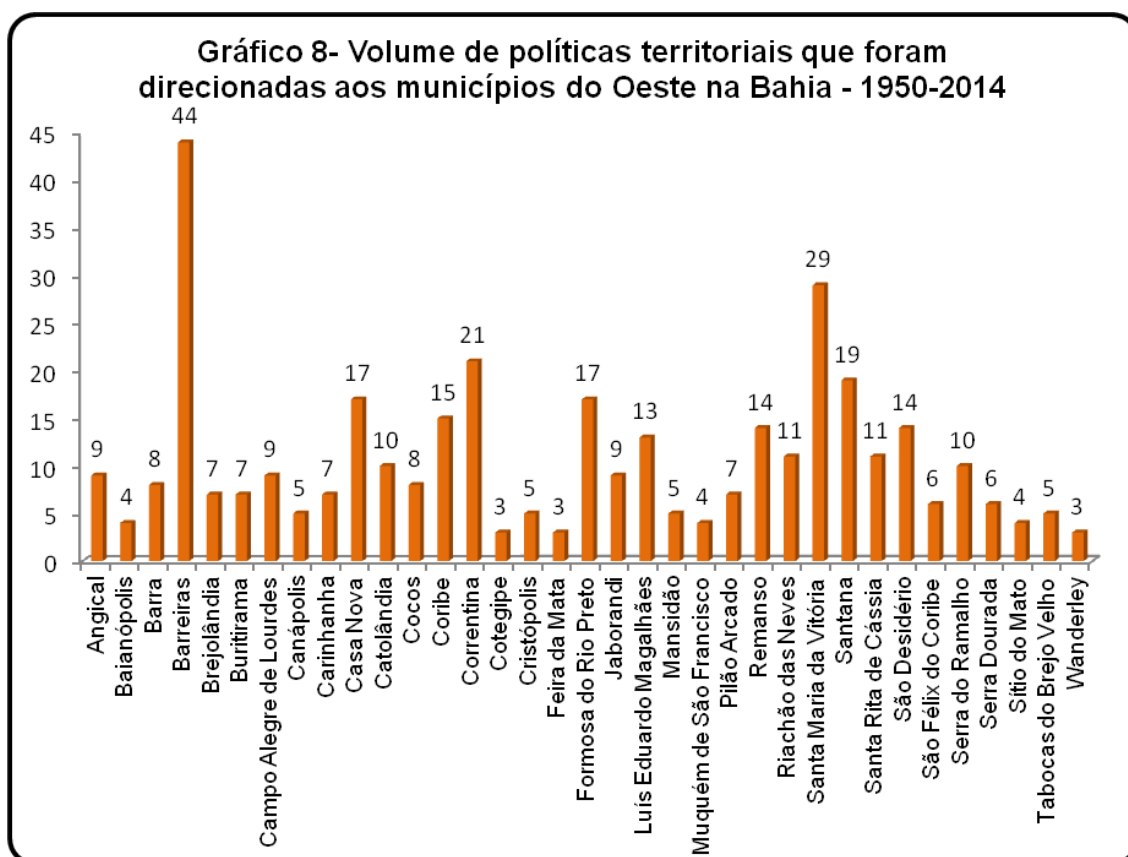


Fonte: Pesquisa de Campo 2014  
Elaboração: Maria Aparecida Brito Oliveira

É possível constatar que Barreiras e Santa Maria da Vitória – os principais centros urbanos do oeste - foram os municípios que mais receberam tipos diferentes de políticas territoriais, entre ações de Infraestrutura e/ou redes técnicas e ações voltadas aos Serviços e/ou redes de gestão. Por sua vez os municípios de Brejolândia, Canápolis, Catolândia, Cotegipe, Feira da Mata,

Muquém de São Francisco, Serra Dourada, Sítio do Mato e Wanderley foram os que menos receberam diversidades de políticas territoriais não ultrapassando três políticas.

Quando se trata de volume (quantidade) de políticas territoriais (Gráfico 8), além dos centros regionais - Barreiras e Santa Maria da Vitória - os municípios que mais receberam foram Casa Nova, Coribe, Correntina, Formosa do Rio Preto, Luis Eduardo Magalhães, Remanso, Riachão das Neves, Santana, Santa Rita de Cássia e São Desidério, contabilizando mais de dez ações cada.



Fonte: Pesquisa de Campo 2014

Elaboração: Maria Aparecida Brito Oliveira

O fato que chama atenção é que com exceção de Casa Nova e Remanso todos demais estão inseridos no domínio dos cerrados e apresentam os maiores PIB municipais (Anexo 4) do oeste. Por sua vez, Baianópolis, Canápolis, Cotegipe, Cristópolis, Feira da Mata, Mansidão, Muquém do Francisco, Sítio de Mato, Tabocas do Brejo Velho e Wanderley foram os que menos receberam um quantitativo de políticas territoriais, variando entre três e

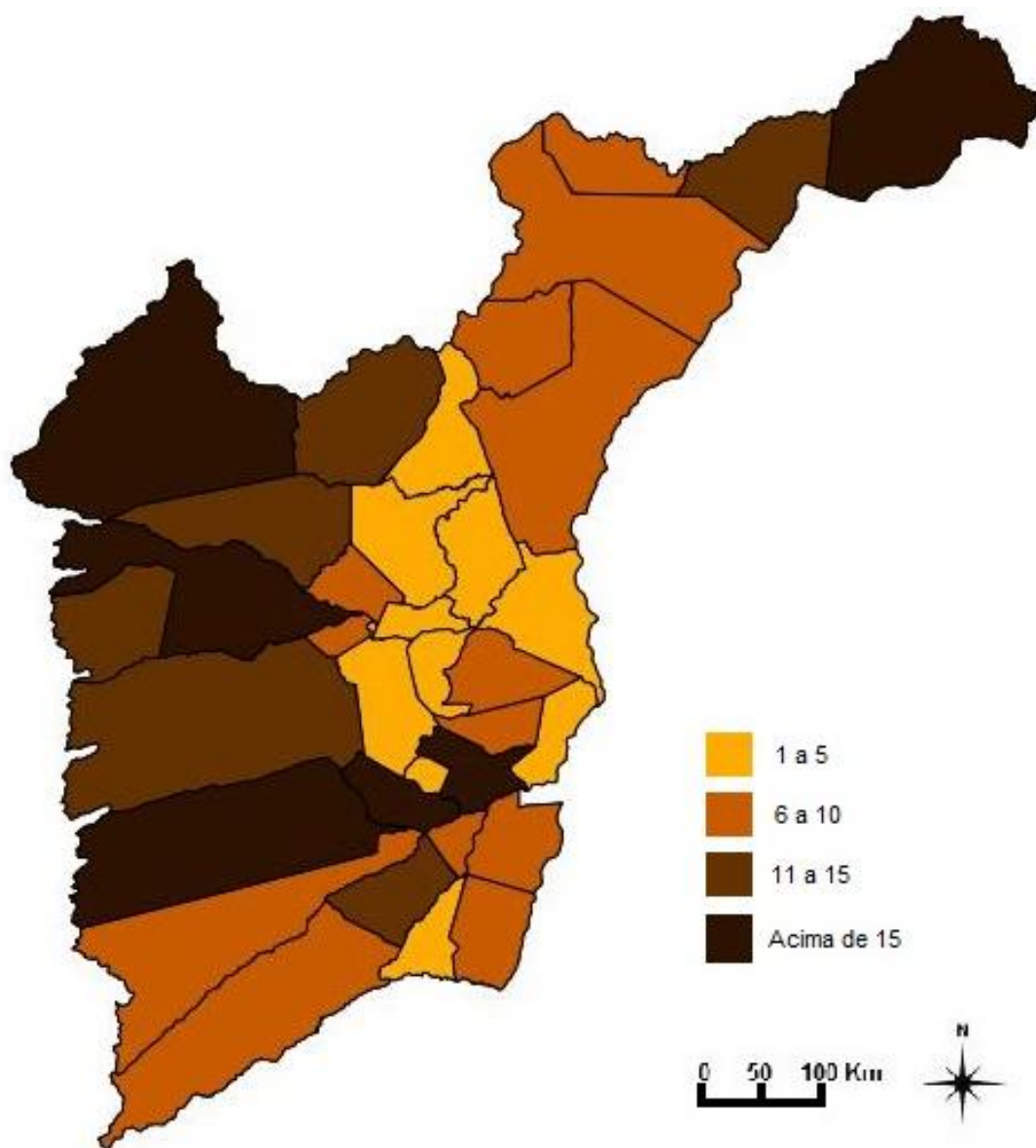
cinco no total. Levando-se em conta o período de mais sete décadas (1950-2014), reconhece-se que é um volume muito pequeno em termos de ações para serem direcionadas aos municípios. Esta situação poderia levar a reconhecer que existem municípios na porção mais ocidental do território baiano que realmente encontram-se ausentes de muitas ações importantes ou políticas territoriais de grande impacto, levando a confirmar neste sentido que ainda há um distanciamento do Estado em termos de políticas em muitos municípios do oeste. Visando localizar as unidades administrativas que mais receberam ações ao longo da formação territorial, a Figura 24 evidencia a concentração/intensidade geográfica das políticas territoriais desde meados de 1950 até os dias atuais.

Apreende-se da leitura do mapa que os municípios que mais receberam ações estão situados na parte mais ocidental do território baiano, conformando a área dos cerrados e ratificando que os investimentos do Estado concentraram-se naqueles municípios cuja expansão do capital, do agronegócio e das ações “de modernização” se tornou mais expressiva nos últimos decênios. Ao mesmo tempo, pode-se considerar que devido às particularidades da formação territorial estas áreas acabaram também atraindo os investimentos governamentais e privados. Além das áreas de predomínio do cerrado, o entorno de Casa Nova também representa um recorte com investimentos importantes e em maior volume, compreendendo a porção do território com o predomínio da fruticultura irrigada e produção de vinhos.

Relacionando o PIB com os municípios que mais receberam políticas constata-se que dos dez maiores PIB's, oito são justamente coincidentes com os municípios que mais receberam políticas ao longo da formação territorial (Anexo 6). Nestes municípios, as rápidas transformações ocorridas alteraram completamente a dinâmica social, econômica e política, trazendo reflexos positivos e negativos. Isto ratifica a idéia de um *Oeste na Bahia* ou um *Novo Oeste* que se diferencia pelo modo concentrado de ações que foram destinadas aos municípios. Salienta-se que este novo, não é necessariamente sinônimo de “novidade” ou de algo positivo, mas se qualifica pelas diferentes ações que foram relacionadas e que não se podia identificar anteriormente. Os oito municípios com maiores PIB e maior ocorrência de políticas são Barreiras,

Luís Eduardo Magalhães, Riachão das Neves, São Desidério, Casa Nova, Correntina, Formosa do Rio Preto e Santa Maria da Vitória.

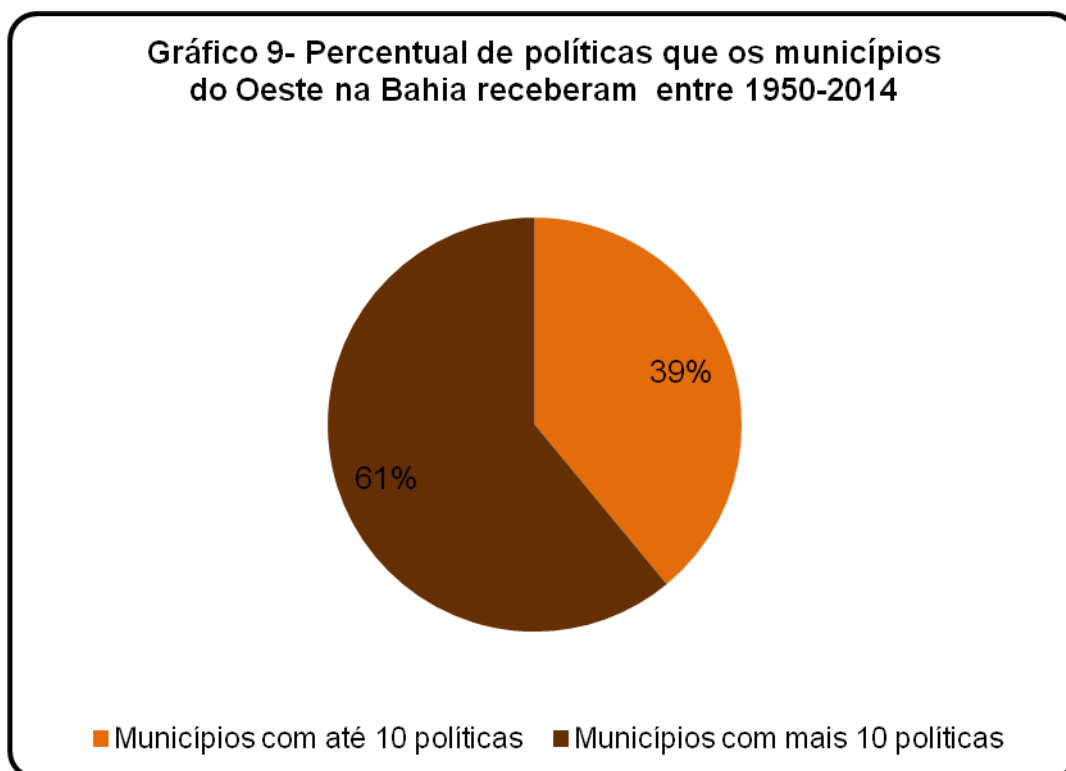
**Figura 24- Intensidade de políticas territoriais em municípios do Oeste na Bahia- 1950-2014**



Fonte: SEI (2000)  
Elaboração: Maria Aparecida Brito Oliveira

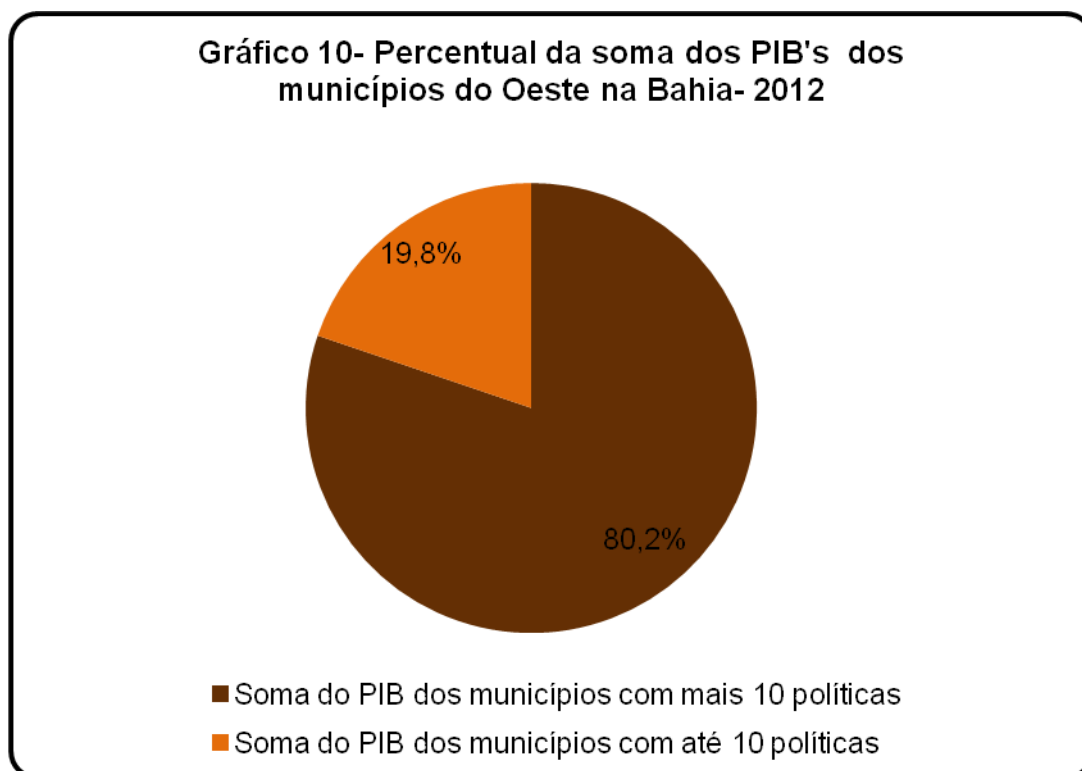


Cabe pontuar ainda que apesar do grande volume de ações apresentados, a maioria dos municípios ainda necessita de investimentos de amplitude territorial. A grande maioria dos entes administrativos recebeu um volume inferior a dez ações, o que perfaz um total de vinte e três municípios ou 66% das unidades investigadas. Se forem somadas todas as ações, em termos de políticas territoriais, para o período de 1950 a 2014 constata-se que a minoria, um total de doze municípios (34% das unidades investigadas) concentra cerca de 61% das políticas territoriais analisadas neste trabalho (Gráfico 9), enquanto que os outros vinte e três (66% dos municípios estudados) abarca apenas 39% do total de políticas. Mais uma vez estes dados sinalizam que as ações encontram-se espacialmente concentradas, necessitando de uma melhor coordenação para que outros municípios sejam contemplados. Os dados são ainda mais discrepantes se forem lavados em conta as ações privadas, como a existência de bancos, aeródromos e barragens por exemplo. Para este trabalho foram levadas em consideração e contabilizadas apenas as políticas direcionadas pelo Estado em suas diferentes escalas.



Fonte: Pesquisa de Campo 2014  
Elaboração: Maria Aparecida Brito Oliveira

Se forem somados os PIB's municipais dos 35 municípios, observe-se que os doze municípios que mais concentram políticas territoriais (34% do total de unidades federadas) abarcam 80,2% de todo o PIB do Oeste na Bahia, enquanto que os outros vinte e três municípios (66% do total investigado) alcançam apenas 19,8% do PIB total conforme Gráfico 10. Isto pode ratificar mais uma vez os argumentos defendidos neste trabalho: por um lado, as políticas estão sendo direcionadas para os municípios mais atrativos do ponto de vista econômico, ao tempo que a concretização destas políticas também pode contribuir para que se eleve os padrões produtivos e os valores da economia municipal.

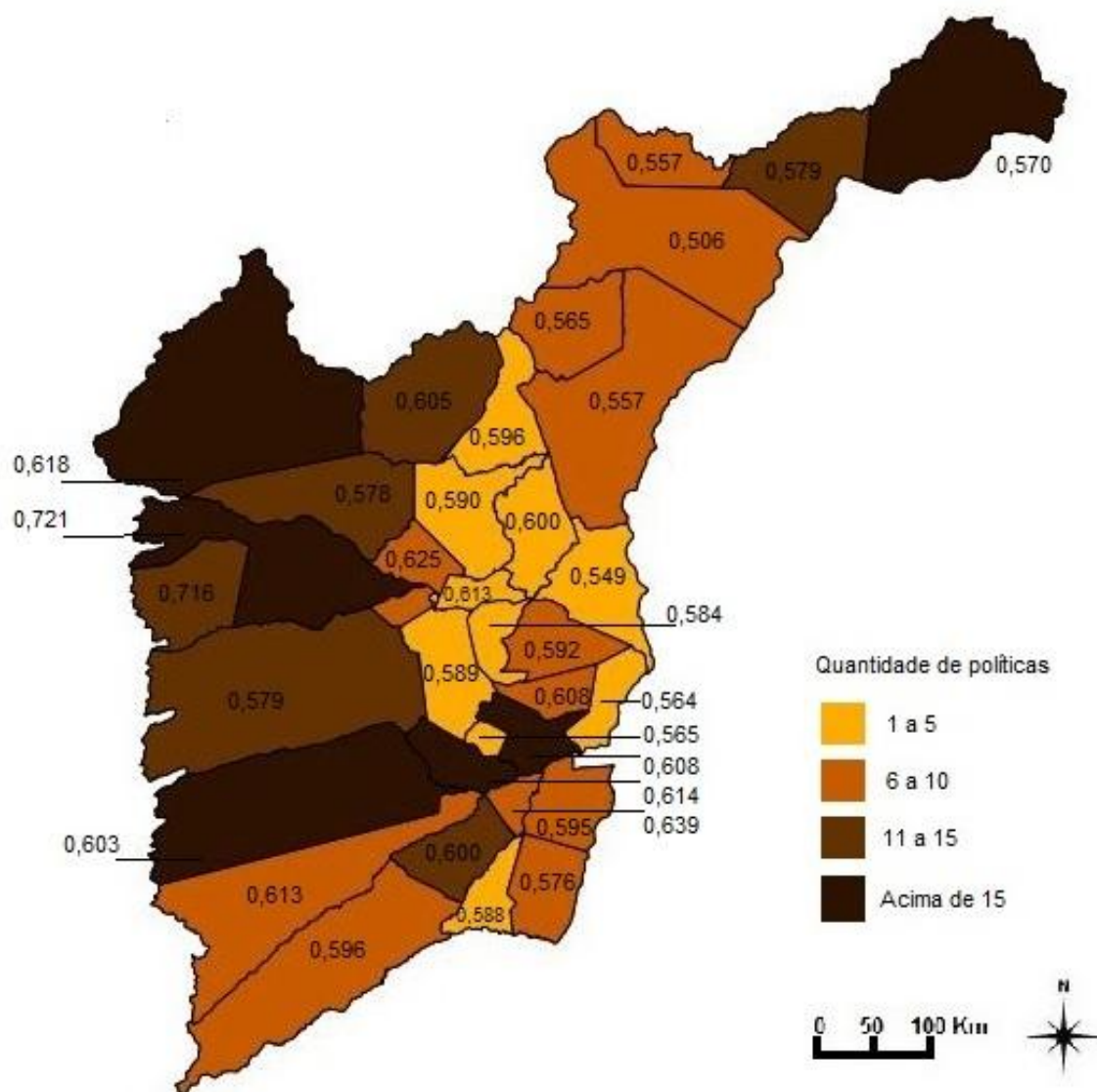


Fonte: Pesquisa de Campo 2014  
Elaboração: Maria Aparecida Brito Oliveira

A figura 25, por sua vez relaciona a intensidade políticas territoriais com o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Considerando os dez municípios com maiores IDHM (Anexo 7), pode-se destacar que pelo menos cinco deles coincidem com os que mais receberam políticas territoriais, sendo eles: Barreiras, Luís Eduardo Magalhães, Formosa do Rio Preto, Santa Maria da Vitória e Santana, todos no domínio do cerrado. Ao que parece indicar as

unidades administrativas que possuem o maior IDHM do oeste, compreendem justamente aquelas em que houve um maior direcionamento de políticas territoriais. Se estas políticas contribuíram para a melhoria do IDH municipal, o que pode ser considerado um aspecto positivo, reforça-se a defesa neste caso, de que os municípios que permanecem “ausentes” de políticas devem ser contemplados no escopo de planejamento do Estado. Cabe, contudo sinalizar que apenas Barreiras e Luis Eduardo possuem IDHM considerados altos segundo critérios do ATLAS (2013).

**Figura 25- Intensidade de políticas territoriais em municípios do Oeste na Bahia X IDHM - 1950-2014**



Fonte: SEI (2000), ATLAS (2013).  
Elaboração: Maria Aparecida Brito Oliveira

Importante ainda destacar que dos 35 municípios 12 apresentam IDHM considerados como médios, sendo eles: Angical, Coribe, Correntina, Cristópolis, Formosa do Rio Preto, Jaborandi, Santa Maria da Vitória, Santana, Santa Rita de Cássia, São Felix do Coribe, Serra Dourada e Wanderley. Enquanto que outros 21 municípios possuem IDHM considerados como baixo, sendo eles: Baianópolis, Barra, Brejolândia, Buritirama, Campo Alegre de Lourdes, Canápolis, Carinhanha, Casa Nova, Catolândia, Cocos, Cotegipe, Feira da Mata, Mansidão, Muquém de São Francisco, Pilão Arcado, Remanso, Riachão das Neves, São Desidério, Serra do Ramalho, Sitio do Mato, Tabocas do Brejo Velho. De fato a maior parte dos municípios apresentam dados ainda passíveis de melhorias. Defende-se a necessidade de um melhor direcionamento de ações para estas unidades federadas. Os valores de cada IDHM pode ser verificado no Anexo 8.

Em síntese, nota-se que um maior número de ações foram direcionadas para oeste somente a partir da década de 1980 e isto indica que a porção ocidental da Bahia, tornou-se interessante do ponto de vista econômico em virtude da expansão da fronteira agrícola para o cerrado e crescimento do agronegócio e da produção nos vales úmidos do São Francisco. Neste jogo, o Estado e o conjunto dos que controlam o poder político, passaram a direcionar grandes investimentos, especialmente infraestruturais. Por esses dados, cabem às interpretações dos teóricos aqui trabalhados que ratificam o padrão de ação do Estado na sua relação com a sociedade, o território e com o poder econômico. Para Sánchez (1992, p.72) sendo uma política territorial “el conjunto de planteamientos estratégicos, a medio y largo plazo, así como por las correspondientes formulaciones de actuación dirigidas a intervenir sobre el territorio”, estas assumem os interesse do grupo político que controla o poder, podendo se apresentar mais fortemente em um período, a depender do contexto e interesses envolvidos.

Do que se pôde apreender da trajetória de políticas apresentadas é que o Estado agiu no oeste tanto pela presença como pela ausência, tanto pela ação como pela omissão. Quando agiu, o fez possibilitando amplificar um processo iniciado de crescentes transformações - atraindo investimentos, facilitando crédito ou garantindo infraestrutura. Quando não agiu, permitiu que outros agentes se fizessem presentes (criando formas-conteúdos técnicos,

estimulando novos fluxos-redes, se apropriando do território), como é o caso da grande presença de grupos empresarias de diversos seguimentos.

E este oeste é do ponto de vista econômico, ao mesmo tempo rico e pobre, é a expressão do contraste do capital, a concretude da ausência e da presença de ações de amplitudes territoriais. Em campo, estas questões ficam mais perceptíveis, como fora constatado durante a realização desta pesquisa. Alguns exemplos podem esclarecer estes fatos. Quem visita São Desidério e percorre as principais ruas do centro depara-se com as contradições deste oeste: sendo o município com um dos maiores PIB's agrícolas do Brasil (Anexo 4), um grande produtor de algodão, cuja riqueza gerada atinge níveis elevados, contraditoriamente não possui sequer rede de esgotamento sanitário. Os dejetos domésticos são despejados em plena da rua, provocando mau cheiro e colocando em risco a saúde da população, conforme observa-se na Figura 26. Ao mesmo tempo a cidade se projeta como uma grande promessa do agronegócio, principalmente de algodão, estampando estes requisitos em diversos jornais de circulação local/regional (Figura 27).

**Figura 26 - Esgoto doméstico correndo a céu aberto nas ruas do município de São Desidério-BA**



Fonte: Trabalho de Campo (2014)  
Fotografia: Maria Aparecida B. Oliveira

**Figura 27– Propaganda publicitária em jornal de circulação local do Oeste na Bahia-2011.**



Fonte: Jornal do São Francisco (2011)  
Trabalho de Campo 2014

Neste sentido, os retornos econômicos não são revertidos em melhoramentos sociais para grande maioria da população, que permanece “ausente de muitas políticas”. A primeira vista a cidade não expressa concretamente estas condições. Quem visita a cidade não pode imaginar que se trata do município baiano com maior PIB agrícola e um dos maiores do Brasil. Importante pontuar que a grande maioria das fazendas produtoras situa-se a mais de 100 km de distância do centro urbano, talvez aí uma das justificativas para grande quantidade de aeródromos particulares identificados na pesquisa.

Por sua vez, quem visita Luís Eduardo Magalhães (LEM) já compreende que se trata realmente de uma cidade com aspectos diferentes da maioria dos municípios da Bahia. Os comércios, as pessoas, os tipos de veículos, o *sotaque* são distintos de grande parte dos municípios do interior do estado. A instalação de empresas multinacionais, os grandes equipamentos e todo um conjunto de objetos, alcança os olhos, mesmo daqueles observadores menos atentos. É uma cidade que se projeta para o agronegócio e praticamente tudo gira em torno das questões de produtividade, negócios, modernidade. Inclusive é em LEM que se realiza anualmente uma das maiores feiras de tecnologia agrícola do país, em que as grandes empresas mundiais de máquinas, implementos, insumos e demais serviços ligados ao agronegócio comercializam milhões em dinheiro. A *Bahia Farm Show* como é denominada é uma vitrine do agronegócio de LEM e na edição de 2014, contabilizou um volume de R\$ 1,019 bilhões em negócios, além de receber durante o período de realização (27 a 31 de maio de 2014) mais de 71 mil visitantes e 210 expositores nacionais e internacionais (BAHIA FARM SHOW, 2014).

Na figura 28 observa-se uma área preparada para produção, em que a planura do terreno é extremamente favorável ao uso de maquinário de grande porte, fator de grande atrativo pra produção mecanizada e considerada uma particularidade dos cerrados baianos. A figura 29, por sua vez, destaca a propaganda atribuída a Bahia Farm Show 2014, o grande atrativo do marketing territorial municipal. Mas as contradições e problemas urbanos também estão presentes em LEM, apesar de ser uma grande promessa econômica na Bahia, os retornos quantitativos não refletem em condições para população, apresentando grandes problemas espaciais. Concentração de renda,

segregação urbana, conflitos rurais, são exemplos de problemas existentes no município e que são existente desde a sua gênese.

**Figura 28 – Área preparada para produção de grãos em LEM- 2014**



Fonte: Trabalho de Campo (2014)  
Fotografia: Maria Aparecida Brito Oliveira

**Figura 29 – Divulgação da *Bahia Farm Show* 2014.**



Fonte: Trabalho de Campo (2014)  
Fotografia: Maria Aparecida Brito Oliveira.

Já em Barreiras, entre tantos aspectos, algo que chama atenção é um forte sentimento/enraizamento de se viver no Oeste. A construção desta referência mais que uma posição geográfica se apresenta nos mais diferentes

objetos, em *outdoors*, nas fachadas das lojas, nos nomes dos estabelecimentos: “Pousada do Oeste”, “Restaurante do Oeste”, “Temakeria do Oeste”, “Ótica do Oeste” entre tantos outros. Numa rápida passagem pelo centro de Barreiras é possível registrar diversos estabelecimentos que enfatizam esta *construção do Oeste* (Figuras 30 a 37).

### Figuras 30 a 35- Estabelecimentos comerciais em Barreiras – 2014



Fonte: Trabalho de Campo 2014.  
Fotografias: Maria Aparecida Brito Oliveira.



### Figuras 36 e 37- Estabelecimentos comerciais em Barreiras – 2014



Fonte: Trabalho de Campo 2014.  
Fotografias: Maria Aparecida Brito Oliveira.

Se por uma identidade enraizada, por uma referência geográfica ou ainda pela idéia de um território abandonado, distante, o fato que é perceptível, principalmente em Barreiras, é a referência do termo “oeste” nas coisas mais cotidianas. Esta situação que aguçou nossa curiosidade em campo pode não está necessariamente associado a uma simbologia de enraizamento/pertencimento, mas acredita-se que em poucas cidades do interior isso é tão perceptível. Há menções do sertão, do semi-árido, da chapada, mas talvez o significado para o Oeste tenha razões históricas, políticas e regionais inconscientemente envolvidas. Raticar-se que as contradições sociais também são percebidas em Barreiras, assim como os problemas de infraestrutura urbana e problemas referentes ao campo. A cidade é o centro regional mais importante em termos de oferta de serviços, comércio, ensino superior, mas não deixa de apresentar problemas comuns a maioria dos municípios brasileiros: segregação socioespacial, concentração de renda, pobreza urbana entre outros.

Portanto, a idéia de um Oeste ou de um “Novo Oeste”, espaço diferenciado, modernizado e atrativo é condizente com a defesa deste trabalho, por ser recentemente, um espaço “fora do contexto baiano”, um *Oeste na Bahia*. Se num período este oeste (fundo territorial/sertão, Além São Francisco e Oeste da Bahia) fora “esquecido” pelo Estado no planejamento das políticas territoriais, o mesmo também pode ter ocorrido com a chapada, com o

semiárido, ou com o nordeste. Estes e outros redutos do estado partilham de dificuldades muito próximas, apesar de suas especificidades, e permanecem até o momento esquecidos, negligenciados e fora do planejamento prioritário do Estado. Mas o que chama atenção neste trabalho é que de maneira bastante abrupta o território da porção mais ocidental é inserido, não completamente, ainda lhes faltando muitos investimentos, especialmente aqueles que potencializem os recursos do território para os oestinos. Nessa rápida inserção, foram priorizados os interesses do grande capital, sem buscar reverter a “histórica condição de isolamento” que a maioria dos municípios ainda convive.

Neste sentido, a idéia de ausência, dialeticamente relacionada com a presença, pode de ser relacionado com trajetória de políticas territoriais na porção mais ocidental da Bahia. Pelos dados que foram apresentados é possível constatar que a cerne de ação do Estado foi e continua centrada na construção de políticas territoriais verticalizadas, centralizadoras e pontuais, que apesar de estimular o crescimento econômico em alguns municípios ainda se limita a atenderem os reclames das classes econômicas hegemônicas, sem considerar o todo social que compõe o território. O *Oeste na Bahia* é a expressão da ação intencional e intervencionista do Estado, conforme os interesses da conjuntura econômica e das alianças engendrados pelos grupos que compõe o poder político e econômico da hegemonia social.

Para que um “outro oeste” seja construído torna-se necessário que o planejamento de políticas territoriais considere as demandas da população local, especialmente direcionando ações que mudem a qualidade de vida da grande maioria e não apenas de poucos sujeitos. Esta tarefa não parece ser um caminho fácil, mas é exequível. Compreende-se que a articulação entre os interesses do crescimento econômico do território e as demandas da sociedade não podem traçar direções opostas e a sugestão aqui pretendida é inserir a comunidade organizada no reconhecimento e no direcionamento de suas demandas.

Isto se torna possível com o fortalecimento das lideranças organizadas, dos movimentos em favor dos menos favorecidos e das entidades representativas da sociedade civil, especialmente voltados para o planejamento e gestão das políticas territoriais. Esta gama de sujeitos organizados poderão

se fortalecer e agir nos espaços de decisão, definindo nos conselhos (municipais, estaduais e federais), nos fóruns, assembleias ou mesmo em cargos da administração pública, as estratégias de intervenção no território, sejam elas ligadas as infraestruturas e/ou Redes Técnicas ou os Serviços e/ou Redes de Gestão. A possibilidade de abertura à participação organizada pode contribuir para que as demandas (sociais, econômicas, políticas) sejam debatidas e/ou concretizadas. Contudo isto só será possível se o jogo de articulação entre os diferentes agentes (sociedade, Estado, grupos privados) se articularem no sentido de melhor direcionar as ações para o território.

Visando sintetizar as principais características da formação territorial do oeste baiano, buscou-se condensar as informações por período conforme Figura 38. Para as análises obtidas neste trabalho até meados de 1888, a formação era caracterizada por traços naturais, sem grandes transformações. Neste sentido a formação se deu de maneira lenta e se constituiu durante todo o processo de ocupação. As características marcantes no período foram a pecuária, a criação da Comarca do Rio de São Francisco, os movimentos separatistas e de reivindicação por autonomia, entre outros. No período, se poderia caracterizar o oeste como um grande *fundo territorial ou sertão são franciscano*.

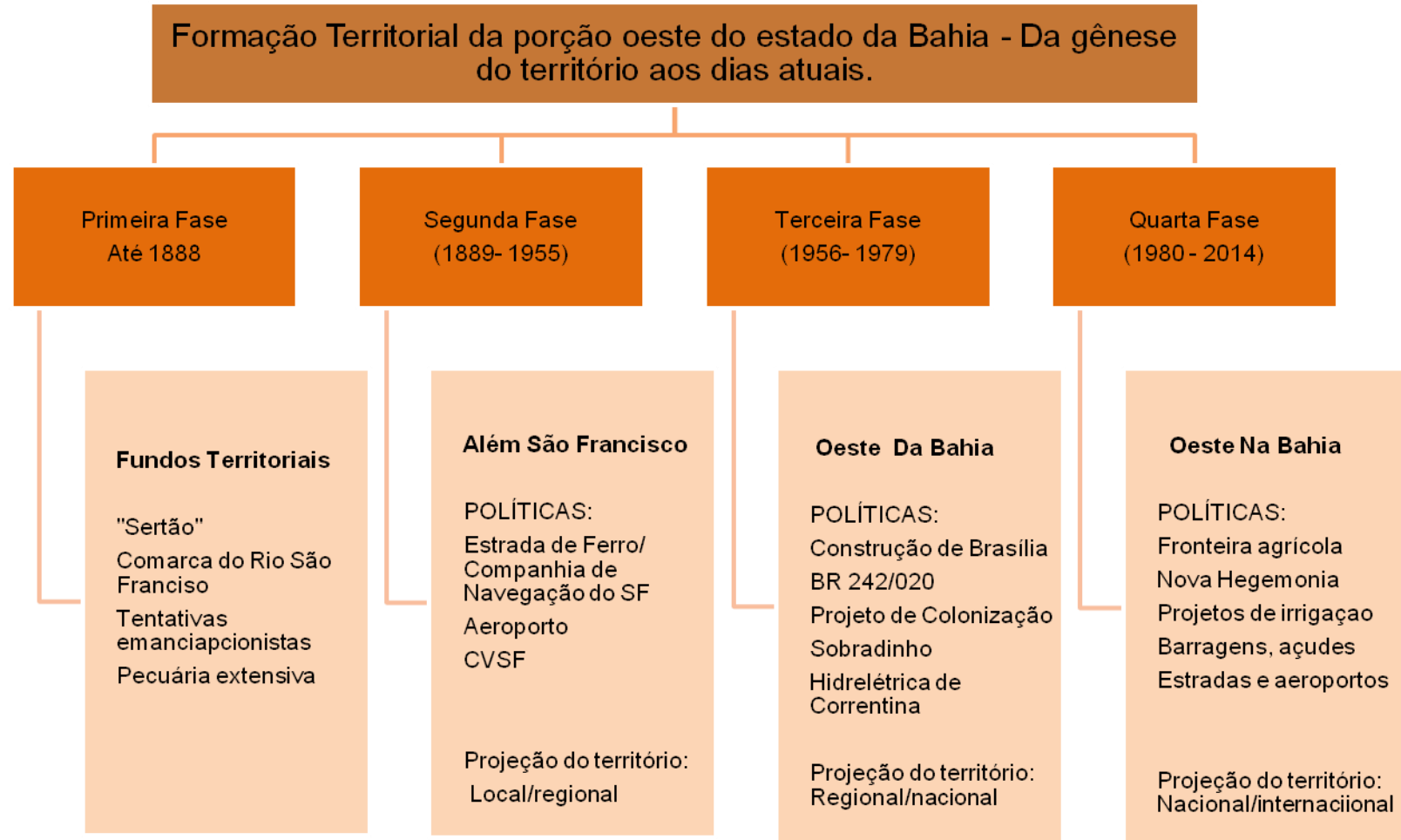
No segundo período de 1889 a 1955, o primeiro considerado para análise das políticas territoriais, o oeste começa experimentar parques investimentos tendo como grande repercussão a navegação e a construção da ferrovia Bahia – São Francisco, além da Criação da CVSF que representou o interesse na escala federal. A partir destes primeiros incrementos há o reconhecimento das potencialidades e particularidades do território, porém em virtude do contexto de não priorização de ações por parte dos governos, este “*oeste continuou distante*”, recebendo poucos investimentos. Para o período, pode-se caracteriza-lo como o *Além São Francisco* e a sua projeção estava relacionada a uma escala ainda restritamente local/regional.

Entre 1956 e 1979, terceiro período analisado, o oeste se insere como *possibilidade*, a partir de um direcionamento de políticas que contemplava todo o interior do Brasil, especialmente voltadas para as áreas dos cerrados. Os municípios são inseridos como parte desta dinâmica por dispor de áreas propícias a expansão da fronteira agrícola. Inicia-se uma abertura de

investimentos do Estado que vão se tornar mais intensos no final da década de 1970. A projeção deste oeste é de uma escala regional/nacional e poderia ser denominado de *Oeste da Bahia*.

O ultimo período analisado corresponde aos anos de 1980 e 2014 e vai representar um período de *afirmação* do território como possibilidade de investimento. Ocorre um aumento significativo de políticas territoriais, mas estas estiveram localizadas em pontos específicos. Neste período o *Oeste na Bahia* seria a caracterização mais pertinente, por se tratar da distinção de um espaço estratégico tanto para território que contempla toda a margem esquerda do Rio São Francisco quanto para o próprio estado baiano. A projeção se deu na escala nacional/internacional em que o oeste se insere na dinâmica global em virtude da participação do agronegócio. As estratégias de intervenção (políticas territoriais) evidenciam como foi pensado o planejamento governamental no país e no oeste, bem como se deu a valorização de alguns aspectos.

**Figura 38- Formação Territorial do oeste baiano - 1889 – 2014**



Elaboração: Maria Aparecida Brito Oliveira

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso investigativo ao qual se propôs neste trabalho buscou avaliar a trajetória de formação da porção mais ocidental do estado da Bahia. Neste itinerário centralizou-se no levantamento das políticas territoriais, em diferentes escalas, que foram direcionadas ao oeste baiano, território possuidor de características que atribuem singularidades no processo de sua consolidação. Considerou-se a formação territorial como uma particularidade, tendo em vista, que o processo universal de apropriação do espaço torna-se uma ação comum para territorialização do homem. Contudo, são as características específicas de cada processo que vão atribuir as especificidades para cada território. Neste sentido, pontuou-se as principais características que atribuíram singularidade ao território no processo de sua formação e que se torna a mediação entre o universal e o singular. Dentre as características estão:

**(1) De ordem físicas:** disponibilidade de terras, relevo plano e pouco acidentado, disponibilidade de água e presença de importantes rios perenes, vegetação, solo e todo um conjunto que perfaz o domínio dos cerrados. Estas questões estão associadas à condição de fundo territorial, porções que historicamente permaneceram como áreas de reserva para apropriações futuras e que normalmente se caracterizam enquanto potencialidades de recursos. A rápida expansão do agronegócio, atreladas a agricultura científica encontrou facilidades nas áreas de predomínio do gerais e chapadões, ou seja, porções que contemplam o cerrado;

**(2) De ordem política:** formação de uma elite regional que historicamente buscou a separação e emancipação do território desde a criação da Comarca do Rio São Francisco em 1820, ainda no Império e que estimulou diversas tentativas emancipacionistas. O desejo de criação de uma nova unidade administrativa persiste até os dias atuais e ganha um incremento com a inclusão de novos sujeitos, que ao apropriar-se do desejo secular regional tornam a proposta ainda mais complexa. O que é conflitante é que o desejo regional e o discurso enraizado, agora se confunde com a perspectiva de uma nova classe, especialmente após a chegada do agronegócio e todas

as transformações a ele relacionadas, tendendo para formação de uma nova hegemonia. Além disso a ação do Estado, em termos de políticas, desconsiderou historicamente o oeste baiano, mas encontrou vantagens competitivas entre as décadas de 1970 e 1980;

**(3) De ordem econômica:** histórico de ciclos de produção que avançaram e declinaram na medida em que transformações num contexto maior foram acontecendo. O território experimentou um grande apogeu no início da ocupação com a pecuária extensiva, fator determinante de exploração primária das terras e em seguida ganhou incrementos com a mineração em Minas Gerais, que foi suprida por mantimentos vindos dos sertões são franciscanos (carne de charque). Contudo, as atividades não estavam inseridas no contexto econômico nacional, limitando-se a escala local/regional. Nas últimas quatro décadas a introdução do agronegócio de grãos e a produção em larga escala transformaram as características econômicas, políticas e sociais, inserindo parte do território à economia estadual/nacional, sem representar grandes transformações do ponto de vista social e concentrado os retornos financeiros em poucos recortes do território;

**(4) De ordem geográfica:** a distância dos municípios em relação à capital do estado, a sua localização no extremo oeste da Bahia e imensidão dos territórios municipais acrescentam pontos peculiares no debate. Longe de qualquer determinismo geográfico estas questões merecem ser pontuadas, tendo em vista que a localização das políticas territoriais e sua abrangência deve levar em conta estes fatores. De fato está distante ou próximo dos centros de comando não é condição suficiente para garantia e efetividade das propostas, mas as distâncias geográficas parecem acentuar estes problemas, tendo em vista que o histórico das ações do Estado privilegiaram as zonas mais próximas ao litoral. Além disso, historicamente o território manteve mais proximidade com os estados de Goiás, Minas Gerais e Tocantins do que com a própria Bahia;

Aliadas às particularidades de formação do oeste, o histórico das políticas territoriais do Estado apresenta-se como um importante eixo de análise para compreensão das atuais configurações do oeste baiano.

Centrando na atuação do Estado, especialmente na elaboração e aplicação deste tipo de política buscou-se analisar até que ponto oeste da Bahia encontrava-se inserido na dinâmica estadual. Partindo da idéia de ausência de ações, projetos e programas neste recorte, o que levaria a uma possível situação de “isolamento” ou “esquecimento” em relação à Bahia, pretendeu-se averiguar se de fato houve a inexistência de políticas territoriais na porção mais ocidental.

Com os dados obtidos chegou-se a conclusão que historicamente o Estado e especialmente os governos baianos, negligenciaram a porção mais ocidental do seu território. Pela trajetória de políticas apresentada, observou-se que havia um *hiato* entre a Bahia e a porção oeste, em virtude da primazia de ações na costa litorânea, recôncavo e zona cacauêira. De certo modo, a trajetória baiana, assemelha-se a brasileira, cujo direcionamento de ações no interior do território se conformou apenas num contexto mais recente. Este cenário de inserção de áreas marginalizadas não ocorreu sem causar impactos (positivos e/ou negativos) e expressou uma tendência de anexação de espaços potencialmente favoráveis, pelos recursos naturais como fora o caso do oeste e toda a área conformada pelos cerrados e vales úmidos do Rio São Francisco.

Interpretando desta maneira é pertinente, até certo ponto, a reivindicação dos oestinos quanto à ausência de política territoriais, pelo menos para alguns espaços localizados e considerando as políticas trabalhadas nesta pesquisa. Do mesmo modo é pertinente a assertiva de que a Bahia pouco considerou o território da margem esquerda são franciscana. Em contrapartida este cenário muda de posição abruptamente e passa-se a observar uma forte atuação do Estado (nas diferentes escalas). Contudo, esta ação não foi capaz de romper com algumas questões essenciais da dinâmica territorial e isto leva à considerar que atualmente é possível falar em muitos “oestes”, pois os espaços que se diferenciam revelam muitas contradições. Ao tempo que há uma grande concentração de políticas territoriais em Barreiras, a capital regional, municípios próximos como Catolândia, Cotegipe, Cristópolis e Baianópolis pouco receberam ações ao longo do período analisado. Pode-se averiguar que boa parte das unidades federadas recebeu, em volume, um número muito pequeno de ações se considerarmos a trajetória temporal.



As ações, projetos e programas direcionados podem ser classificados como multiescalares e multisetoriais, mas insiste-se que a concentração destas ações em partes específicas não foram suficiente para transformar a dinâmica mais global do território, levando a caracterizar que os espaços que mais receberam investimentos podem ser reconhecidos como espaços fora do contexto geral – tanto local como estadual - conformando um Oeste na Bahia. Cabe mencionar que implementar diferentes políticas territoriais não significa a garantia de efetivação das mesmas, tão pouco que ocorrerá o cumprimento dos objetivos prioritários. Entretanto, das ações que foram analisadas, nota-se uma tendência de direcionamento para os espaços considerados mais estratégicos. Além do mais, as ações privadas também tenderam a concentrar-se nos municípios de maior incidência de políticas territoriais, como pôde ser percebido na localização dos bancos particulares e nos aeródromos privados.

A análise das políticas segmentadas em Infraestrutura e/ou redes técnicas (Bloco A) e Serviços e/ou rede de gestão (Bloco B) foram importantes porque a existência destas políticas territoriais representaria a possibilidade de dinamização do território e sua inserção em movimentos de diferentes níveis escalares. Neste caso, investir em macro ações como rodovias, ferrovias, projetos de energia, órgãos de gestão são formas possíveis que os governos centrais podem encontrar para se fazerem “presentes no território” e alterar a dinâmica territorial. Consolidar redes técnicas e de gestão é uma maneira que o Estado, enquanto agente, pode encontrar para dotar a estrutura territorial de recursos de inovação no território. Nesta direção foi possível considerar que do ponto de vista das técnicas, o Estado em suas diferentes escalas (federal e estadual) tem conseguido imprimir no território mudanças significativas, com a ampliação de objetos técnicos, possuidores de funções novas que atendem aos requisitos de produção e competitividade. Contudo quando se fala em redes de gestão apenas poucos municípios receberam ações deste tipo. A existência destas ações nos municípios não necessariamente é sinônimo de impacto positivo, devido os desdobramentos de sua concretização.

Nota-se ainda certa discrepância entre a quantidade de ações em cada período de tempo recortado, demonstrando que até certa época o oeste não recebia investimentos, sendo que nos últimos anos houve uma grande concentração de ações no recorte territorial. A década de 1980 é o marco da

centralidade de concentração de ações, período em que se consolida o maior número de políticas territoriais.

Na investigação realizada foi possível identificar que existe uma visão lacunosa sobre as políticas territoriais e que este fato se dá tanto pela ausência de um debate no campo teórico quanto no empírico. São escassas as produções que tratam da discussão conceitual e apesar de muitos trabalhos usarem o termo, não se debate com veemência a operacionalidade do conceito. Outra questão relevante atenta-se para fato de ausência de material condensado/organizado sobre as perspectivas de planejamento, especialmente a nível estadual. Existe uma grande desarticulação das informações e faltam bancos que agreguem os dados como estradas, aeródromos, projetos de irrigação, órgãos de gestão, entre outros. As informações obtidas foram consolidados a partir de banco de dados específicos, em que tornou-se necessário investigar cada aspecto relacionado aos órgãos responsáveis. Por exemplo, para checar as informações sobre as rodovias foi necessário solicitar acesso ao DNIT, DERBA e Ministério dos Transportes. Sobre os aeródromos à SEINFRA, ANAC e assim por diante. Outro agravante é que muitas informações encontradas não possuem datas precisas de implementação e ou insuficiência de informações.

Por tudo isso torna-se importante entender as políticas territoriais como parte do processo de produção do território e atuação do Estado na construção do mesmo. Deste ponto de vista, as políticas no oeste existem num contexto mais recente, transformando o território da condição de um imenso fundo territorial/sertão, passando pelo Além São Francisco, Oeste da Bahia e Oeste na Bahia. Os marcos políticos e espaciais foram os requisitos considerados para definir esta mudança de denominação ao longo da formação territorial do oeste.

Cabe pontuar ainda que e é possível falar de isolamento do Estado no tocante às políticas este pode ser evidenciado em dois momentos: um isolamento primário e pensado - quando o Estado não agiu e não demonstrou interesse no território - e um isolamento secundário quando o Estado inseriu algumas áreas e acabou por marginaliza ainda mais outros pontos do Oeste Baiano. O Estado agiu pela ausência e pela presença de forma a permanecer

no território problemas historicamente não resolvidos. De modo sucinto se pode compreender este isolamento nas seguintes perspectivas:

**(1) Geográfico:** o isolamento geográfico seria suplantado pela implantação das redes técnicas, de estradas, aeroportos, hidrovias, ferrovias entre outros, fato que de certo modo ocorreu, mas não por completo e priorizou poucas áreas;

**(2) Econômico:** A inserção do território numa dinâmica econômica global contribui para que o PIB dos municípios alcançasse valores elevados, entretanto o retorno econômico atribuído não se reflete em investimentos maiores no próprio território;

**(3) Político:** O isolamento político poderia ser suplantado pela presença de forças ativas no território que pudessem demandar ações visando benefícios para o Oeste. Atualmente o que há é um confronto de uma elite local enraizada com uma nova elite migrante do agronegócio, cujos projetos de classe muitas vezes divergem e conflituam. A força política não foi capaz de demandar questões para todo território, mas tão somente para pontos específicos.

**(4) Social:** o isolamento social parece ser mais perceptível quando se analisam as contradições do crescimento econômico alcançado com as condições de vida da maioria da população, ou até mesmo com o permanente discurso de isolamento do oeste. Apesar de experimentar ganhos do ponto de vista das políticas territoriais, as ações não repercutem em mudanças sociais para toda população. Além disso, muitos municípios apesar de próximos daqueles mais pujantes, sequer receberam grandes ações.

Pelo exposto apresentado reconhece-se a relevância de aprofundar na discussão sobre as políticas territoriais no oeste baiano como requisito para compreensão do território. A temática aqui trabalhada acrescenta diversos elementos para uma agenda de pesquisa em geografia política e aponta questões relevantes no debate político e territorial desta porção do estado baiano.

## REFERÊNCIAS

AFFONSO, Rui. de Brito. A. A federação no Brasil: impasses e perspectivas. In: AFFONSO, R. de B. A; SILVA. P. L. B. **A Federação em Perspectiva**. São Paulo: FUNDAP, 1995.

\_\_\_\_\_. Descentralização e reforma do Estado: a Federação brasileira na encruzilhada. **Revista Economia e Sociedade**, Campinas (SP), nº 14, p. 127-152, jun. 2000.

AGÊNCIA ESTADUAL DE DEFESA AGROPECUÁRIA DA BAHIA – ADAB. **Coordenadorias Regionais 2014**. Disponível em: [http://www.adab.ba.gov.br/?page\\_id=96](http://www.adab.ba.gov.br/?page_id=96) . Acesso em 22 de outubro de 2014.

AGÊNCIA NACIONAL DAS ÁGUAS. ANA. 2014. **Barragens existentes em território brasileiro**. Disponível: <http://www2.ana.gov.br/Paginas/servicos/cadastros/Barragens/Visualiza.asp> . Acesso em 22 de novembro de 2014.

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL. ANAC, 2014. **Aeródromos Públicos e Privados**. Disponível em: [http://www.anac.gov.br/Area.aspx?ttCD\\_CHAVE=8](http://www.anac.gov.br/Area.aspx?ttCD_CHAVE=8) Acesso em 22 de novembro de 2014.

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. ANEEL. 2014. Banco de Informações de Geração. **Usinas e Centrais Geradoras**. Disponível em: <http://www.aneel.gov.br/area.cfm?idArea=15> Acesso em 15 de novembro de 2014.

ALCOFORADO, Fernando. **Os condicionantes do desenvolvimento do estado da Bahia**. Universidade de Barcelona. 2003. (Tese de Doctorado en Planificación Territorial y Desarrollo Regional), 2003.

ALMEIDA, Jorge. Hegemonia e Bloco Histórico no Brasil pós Lula da Silva . In: CLOUX, Raphael e FERREIRA, Edemir (Orgs.), **“Hegemonia & Resistências no Brasil”**. Salvador: Editora Kawo-Kabiyesile, 2012.

ANDERSON, George. **Federalismo: uma introdução**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Raízes do separatismo no Brasil**. São Paulo: Edusc, Editora UNESP, 1997.

\_\_\_\_\_. **A questão do território no Brasil**. 2ªed. São Paulo: Hucitec, 2004.

\_\_\_\_\_. **Geografia econômica**. 12 ed. São Paulo: Atlas, 1998. Cap. 6.

ANDRADE, Manuel Correia de; ANDRADE, S, M, C de. **A Federação Brasileira**. Uma análise geopolítica e geo-social. São Paulo: Contexto, 1999.

ARAÚJO, Tania Barcelar. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências.** – Rio de Janeiro: Revan, 2000.

\_\_\_\_\_. Nordeste, Nordeste: que Nordeste? In: AFFONSO, Rui de Brito Álvares; SILVA, Pedro Luis Barros (Orgs.). **Federalismo no Brasil: desigualdades regionais e desenvolvimento.** São Paulo: FUNDAP/EDUSP, 1995. p. 127–156.

ARRETCHE, Marta Tereza da Silva. Mitos da descentralização: mais democracia e eficiência nas políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, nº 31, ano 11, junho de 1996.

\_\_\_\_\_. A descentralização como condição de governabilidade: solução ou miragem? **Revista Espaço & debates**. Ano XVI, nº 39, 1996.

BAHIA. **Anuário Estatístico da Bahia 1923.** Diretoria do Serviço de Estatística do Estado. Salvador, Imprensa Oficial do Estado, 1924.

BAHIA. **Sinopse estatística do Estado.** Departamento Estadual de Estatística. Salvador: Era Nova LTDA, n. 3, 1939. Disponível em <https://archive.org/details/sinopse1938ba>. Acesso em 25 de Agosto de 2014.

BAHIA. **A inserção da Bahia na evolução nacional.** 1ª etapa: 1850-1889. Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. 4 volumes. Salvador, 1978.

BAHIA. **Programa de Desenvolvimento Regional do Além São Francisco 1979-1982.** Secretaria de Agricultura. Salvador, 1979.

BAHIA. **A inserção da Bahia na evolução nacional.** 2ª etapa: 1890-1930. Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. Salvador, 1980 a.

BAHIA. **Política de Desenvolvimento Urbano e Regional 1979-1983.** Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. Salvador, 1980 b.

BAHIA. **Programa de Ocupação Econômica do Oeste.** Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. Salvador, 1980 c.

BAHIA. **A Economia baiana de 1850 e 1930: algumas questões.** Salvador: CPE, 1981. 64 p. (Contribuição técnica, 1)

BAHIA. **Diário Oficial do Estado da Bahia: Versão digitalizada da Edição Comemorativa ao centenário da Independência da Bahia - 1923.** Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2007.

BAHIA FARM SHOW 2014. **Feira de Tecnologia Agrícola e Negócios.** Luis Eduardo Magalhães. 27 a 31 de maio de 2014. Disponível em: <http://www.bahiafarmshow.com.br/a-feira/> Acesso em 01 dezembro de 2014.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. BACEN. **Relação de agências e postos bancários no país**. 2014. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/?RED-RELAGPAB> . Acesso em 25 de Agosto de 2014.

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DA BAHIA (DESENBANCO). **Programa de Desenvolvimento do Oeste Baiano- PRO-OESTE**. Salvador: DESENBANCO, 1987.

BAUER, Martin W; GASKEL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. 6 edição. – Petrópolis- RJ: Vozes, 2007, capítulos 4 e 10.

BECKER, Bertha Koiffmann; EGLER, Claudio A. G. **Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

BOMFIM. Juarez Duarte. Movimentos sociais de trabalhadores no Rio São Francisco. **Revista Scripta Nova**. Barcelona, N° 45 (30), agosto, 1999. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn-45-30.htm> . acesso em 14 de novembro de 2014.

BORGES, Luciana Riça Mourão. **Políticas Territoriais na Fronteira: O Programa de Aceleração do Crescimento e as transformações em Rondônia no início do século XXI**. Universidade de São Paulo, 2012. 244 f. (Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Geografia Humana, 2012).

BOUERI, Rogério. Custos de funcionamento das Unidades federativas brasileiras e suas implicações sobre a criação de novos estados. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada- IPEA**. Texto para discussão 1367, Rio de Janeiro, 2008.

BRANDÃO, Paulo Roberto Baqueiro. Um território indiferenciado dos sertões: a geografia pretérita do oeste baiano (1501-1827). **Boletim Goiano de Geografia**, v. 29, n. 1, p. 47-56, jul. 2009. ISSN 1984-8501. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/bgg/article/view/6059>>. Acesso em: 12 Set. 2013.

\_\_\_\_\_. A formação territorial do oeste baiano: a constituição do “Além São Francisco” (1827-1985). **GeoTextos**, vol. 6, n. 1, jul. 2010. p. 35-50. Disponível em: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/geotextos/article/viewArticle/4304>. Acesso em: 12 Set. 2013.

\_\_\_\_\_. Um estado para o oeste baiano? Reflexões para o debate sobre discurso identitário e mitos fundadores do pretense estado do (rio) São Francisco. **Acta Geográfica**, Boa Vista, v.8, n.16, jan./mar. de 2014. pp.10-21. Disponível em: <<http://revista.ufr.br/index.php/actageo/article/view/1341>>. Acesso em 05 de Mar de 2015.

BRASIL. **Projeto de Decreto Legislativo nº 631/1998**. Dispõe sobre a realização de plebiscito para a criação do Estado do Rio São Francisco. Câmara dos Deputados.

BRASIL. II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975- 1979). Disponível em <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1970-1979/.../ANL6151-74.PDF](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/.../ANL6151-74.PDF)> . Acesso em 05 de Novembro de 2014.

BRITO, Cristóvão. Revisitando o conceito de território. **Revista de Desenvolvimento Econômico**. Salvador, Ano IV, nº 6, Julho de 2002.

\_\_\_\_\_. **A PETROBRAS e a gestão do território no recôncavo baiano**. – Salvador: EDUFBA, 2008.

CARDOSO, R. C. L. As aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método. In: CARDOSO, R. C. L. **A aventura antropológica: teoria e pesquisa**. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

CARIBÉ, Clovis; VALE, Raquel. **Oeste da Bahia: trilhando velhos e novos caminhos**. Feira de Santana: UEFS Editora, 2012.

CARNOY, Martin. **Estado e teoria política**. 3. ed. Campinas, SP: Papyrus, 1990.

CASTRO, Ina Elias de. **O mito da necessidade**. Discurso e prática do regionalismo nordestino. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

\_\_\_\_\_. O problema da Escala. CASTRO, I. E de; GOMES, P. C da C; CORRÊA, R. L. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 117-140.

\_\_\_\_\_. Solidariedade territorial e representação: Novas questões para o pacto Federativo nacional. **Revista Território**, v 1, nº 2, jan/jul, Rio de Janeiro, 1997.

\_\_\_\_\_. O território e o poder autônomo do Estado.uma discussão a partir da teoria de Michael Mann. In: MENDONÇA, Francisco Assis; LOWEN –SAHR, Cicilian Luiza; SILVA, Marcia da. **Espaço e tempo: complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico**. Curitiba: Associação de Defesa do Meio Ambiente e Desenvolvimento de Antonina (ADEMADAN), 2009.

\_\_\_\_\_. **Geografia e Política**. Território, escalas de ação e instituições.4 Edição- Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa.; CORRÊA, Roberto Lobato. **Brasil: Questões atuais da reorganização do Território**. 4 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

CASTRO, Marcial Humberto Saavedra. **Rômulo Almeida e a problemática do planejamento: o planejamento econômico na Bahia (1955-1961)**. Salvador, 2010. 138 f. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

CATAIA, Marcio Antônio. **Território Nacional e fronteiras internas: a fragmentação do território brasileiro**. São Paulo, USP. 2001 (Tese de doutorado em geografia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. USP, 2001).

CAZZOLATO, José Donizete. **Novos Estados a divisão territorial do Brasil: uma visão geográfica**. São Paulo: Oficina de Textos, 2011.

CIRNE-LIMA, Carlos Roberto. **Dialética para principiantes**. 3 edição. São Leopoldo (RS): Editora UNISINOS, 2005.

COELHO NETO, Agripino Souza. **As Repercussões Espaciais das Políticas de Irrigação no Vale do São Francisco: Uma Análise do Perímetro Irrigado Formoso no Município de Bom Jesus da Lapa**. Salvador: UFBA, 2004 (Dissertação de mestrado em geografia. Instituto de Geociências. Universidade Federal da Bahia, 2004).

\_\_\_\_\_. A política de irrigação e reestruturação regional do Vale do São Francisco. . In: FONSECA, Antonio Angelo Martins da; BRITO, Cristovão; LÉDA, Renato Leone Miranda. **Dinâmica da reestruturação do espaço local e regional no estado da Bahia**. Salvador: JM gráfica e editora LTDA, p. 53 – 85, 2010.

\_\_\_\_\_. Componentes definidores do conceito de território: a multiescalaridade, a multidimensionalidade e a relação espaço-poder. Revista **GEOgraphia**. Vol. 15, Nº 29, 2013. Disponível em: < <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/issue/view/31>> Acesso em 12 de fevereiro de 2015.

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO ECONÔMICO (BA). **Programa de recuperação econômica da Bahia**. Salvador: CPE, 1958. 231 p. (Desenvolvimento Econômico regional).

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO SÃO FRANCISCO. **Histórico da Codevasf**. 2014a. Disponível em: <http://www2.codevasf.gov.br/empresa/DefaultPage> Acesso em 12 de novembro de 2014.

\_\_\_\_\_. **Perímetros irrigados**. 2014b. Disponível em: <http://www.codevasf.gov.br/principal/perimetros-irrigados/elenco-de-projetos>. Acesso em 12 de novembro de 2014.

\_\_\_\_\_. **Evolução das áreas irrigadas**. 2014c. Disponível em:< [http://www.codevasf.gov.br/DeSaTiVaDo\\_programas\\_acoes/irrigacao/evolucao](http://www.codevasf.gov.br/DeSaTiVaDo_programas_acoes/irrigacao/evolucao) > Acesso em 12 de novembro de 2014.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL – CAR. **Escritórios Territoriais 2014**. Disponível em: <http://www.car.ba.gov.br/escritorios-territoriais/> . Acesso em 22 de outubro de 2014.

COMPANHIA DE ENGENHARIA AMBIENTAL E DE RECURSOS HÍDRICOS DA BAHIA- CERB. **Núcleos regionais 2014**. Disponível em:



<http://www.cerb.ba.gov.br/a-cerb/nucleos-regionais> Acesso em 22 de outubro de 2014.

COSTA, W. M. Políticas territoriais brasileiras no contexto da integração sul-americana. **Revista Território**, Rio de Janeiro, v. 7, p. 25-41, 1999.

\_\_\_\_\_. **Geografia Política e Geopolítica**: discursos sobre o território e o poder (2ª edição revisada). São Paulo: EDUSP, 2008.

\_\_\_\_\_. **O Estado e as Políticas territoriais no Brasil**. 9 ed. São Paulo: Contexto, 2011.

DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE DO ESTADO. DERBA. **Mapa dos Sistemas de Transporte do Estado da Bahia 2010**. Disponível em: <http://www.derba.ba.gov.br/portal/servmapas>. Acesso 22 de outubro de 2014.

\_\_\_\_\_. DERBA 2014a. **Inventário das rodovias existentes na região oeste do Estado da Bahia 1995**. (Pesquisa de Campo 2014/ arquivo físico)

\_\_\_\_\_. **Residências de Manutenção 2014b**. Disponível em: <http://www.derba.ba.gov.br/portal/inslocalizacao#rm16desc> Acesso em 22 de outubro de 2014.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DA BAHIA – DETRAN. **Postos de Atendimento 2014**. Disponível em: <http://www.detrان.ba.gov.br/web/guest/mapa-ciretran-x-retran> Acesso em 22 de outubro de 2014.

DESENBÁHIA. Agência de Fomento do Estado da Bahia. **Histórico do Desenbanco**. Disponível em [http://www.desenbahia.ba.gov.br/Institucional\\_Historico2.aspx](http://www.desenbahia.ba.gov.br/Institucional_Historico2.aspx) . Acesso em 04 de dezembro de 2014.

DINIZ, José Alexandre Felizola; DUARTE, Aluizio Capdeville. **A região cacaueira da Bahia**. Recife, SUDENE, Série Estudos Regionais, 1983.

DOLHNIKOFF, Miriam. **O Pacto Imperial**: origens do federalismo no Brasil do século XIX. São Paulo: Globo, 2005.

EGLER, Claudio Antonio Gonçalves. **Reflexões sobre o espaço e a periodização**: origens da indústria no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1979 (Dissertação de mestrado. Mestrado em Planejamento Urbano e Regional. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1979).

EMPRESA BAIANA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA – EBDA. **Gerências Regionais 2014**. Disponível em: <http://www.ebda.ba.gov.br/ebda-institucional/unidades-organizacionais/busca/> Acesso em 22 de outubro de 2014.

ESCOBAR, Ildelfonso. **Formação dos Estados Brasileiros**. Rio de Janeiro: A noite Editora, s/d.

FERREIRA, Antônio José de Araújo. **Políticas Territoriais e a reorganização do espaço maranhense**. São Paulo: USP (Tese de doutorado. Programa de Pós Graduação em Geografia Humana- Departamento de Geografia- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 296f) 2008.

FONSECA, Antonio Angelo Martins da. Gestão do território em municípios da Bahia: Um estudo comparativo. **Revista GeoTextos**, vol. 7, n. 1, jul.p. 59-8. 2011.

\_\_\_\_\_. Federalismo, descentralização e a emergência de localismos no Brasil. In: FONSECA, A. A. M da (orgs) **Estado, Território e Dinâmica das fronteiras: reflexões e novos desafios**. Salvador, JM Gráfica e Editora, 2013, 159-185.

FONSECA, Antonio Angelo Martins da. SILVA, Sylvio Carlos Bandeira de Mello e. Políticas Territoriais de integração e fortalecimento urbano e regional para o Estado da Bahia. **Revista de Desenvolvimento Econômico**. Salvador: Ano X, Nº 17, Janeiro de 2008.

FONSECA, Antonio Angelo Martins da; SILVA, Ozana Rebouças; VIEIRA, Vanessa da Silva. Gênese e dinâmica do município de Luis Eduardo Magalhães/Bahia. In: FONSECA, Antonio Angelo Martins da; BRITO, Cristovão; LÉDA, Renato Leone Miranda. **Dinâmica da reestruturação do espaço local e regional no estado da Bahia**. Salvador: JM gráfica e editora LTDA, p. 121 – 154, 2010.

FONT, Joan Nogué; RUFÍ, Joan Vicent. **Geopolítica, Identidade e Globalização**. São Paulo: Annablume, 2006.

FREIRE, Felisberto. **História territorial do Brasil**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo. Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 1998.

FREITAS, A. F. Guerreiro de. Oeste da Bahia: formação histórico-cultural. **Cadernos do CEAS**, Salvador, v. 181, p. 59-78, maio/jun. 1999a.

\_\_\_\_\_. Oeste da Bahia: Formação histórico-cultural. **Cadernos do CEAS**, Salvador, v. 182, p. 85-102, jul./ago. 1999b.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª edição. São Paulo: Editora Atlas, 2012.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. - Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2000, (Volume 3).

GRUPPI, Luciano. **Tudo Começou com Maquiavel** – As concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci. 10ª edição. Porto Alegre: L&PM Editores, 1986.

\_\_\_\_\_. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Edições GRAAL, 1978.

HAESBAERT, Rogério. **“Gaúchos” no Nordeste**: modernidade, des-territorialização e identidade. São Paulo, USP, 1995 (Tese de Doutorado).

\_\_\_\_\_. **O mito da desterritorialização**: do 'fim dos territórios' à multiterritorialidade. 2. ed. rev. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2006.

\_\_\_\_\_. “Gaúchos” e baianos no “novo” Nordeste: entre a globalização econômica e a reinvenção das identidades territoriais. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Brasil**: Questões atuais da reorganização do Território. 4 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

\_\_\_\_\_. Os sentidos do território e da territorialidade. In: DIAS, L. C; FERRARI, M. **Territorialidades Humanas e Redes Sociais**. 2 ed. Florianópolis: Insular, , p. 19-37, 2013.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HOLANDA, Sérgio Buarque de; CAMPOS, Pedro Moacyr. **O Brasil monárquico**. O processo de emancipação. São Paulo: Difusão Européia do Livro, Volume 1, Tomo II, 1962.

\_\_\_\_\_. **O Brasil monárquico**. Dispersão e Unidade. São Paulo: Difusão Européia do Livro, Volume 2, Tomo II, 1967.

INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS DA BAHIA. INEMA (2014). **Barragens e reservatórios**. Disponível em: <<http://www.inema.ba.gov.br/gestao-2/barragensreservatorios/>>. Acesso em 01 de dezembro de 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, volume XX, 1958a.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, volume XXI, 1958b.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas históricas do Brasil**: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988. 2. ed. rev. e atual. do v. 3 de Séries estatísticas retrospectivas. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. Disponível em <<http://seculoxx.ibge.gov.br/economicas> > Acesso em 10 de julho de 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Área territorial do estado do Pernambuco.** Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=pe>>. Acesso 12 de julho de 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Redes e Fluxos – Gestão do Território 2013.** Banco de dados dos municípios. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/redes\\_fluxos/gestao\\_do\\_territorio\\_2014/base.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/redes_fluxos/gestao_do_territorio_2014/base.shtm)> Acesso em 22 de Outubro de 2014.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA- INEP. **Sinopses Estatísticas da Educação Superior – Graduação. Série Histórica por Município 2014.** Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>> Acesso em 15 de novembro de 2014.

JORNAL DO SÃO FRANCISCO 2011. **São Desidério maior produtor de algodão do Brasil.** Propaganda publicitária. Ano VI, nº 91, de 15 a 31 de maio de 2011. Exemplar impresso.

KAISER, B. O geógrafo e a pesquisa de campo. . In: **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 84, jul, 2006, p. 93-104.

KERBAUY, Maria Tereza Micelli. Federalismo, descentralização e democracia. **Revista Estudos de Sociologia.** Unesp, Araraquara, ano 6, nº 10, 2001.

KIDDY, Elizabeth W. O rio São Francisco: geografia e poder na formação da identidade nacional brasileira no século XIX. **Revista de Desenvolvimento Econômico.** Ano XII Ed. Especial, p. 22-29. Dezembro de 2010. Disponível em <<http://www.revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/1241>> Acesso em 11 de jul 2014.

KRAYCHETE, Gabriel; COMERFORD, John. C. Oeste baiano. Os movimentos sociais face ao novo cenário regional. In: CORIBÉ, Clovis; VALE, Raquel. **Oeste da Bahia: trilhando velhos e novos caminhos.** Feira de Santana: UEFS Editora, p. 98 – 130, 2012.

LACOSTE, Yves. A pesquisa e o trabalho de campo: um problema político para os pesquisadores, estudantes e cidadãos. In: **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 84, jul, 2006, p. 77-92.

\_\_\_\_\_. **A geografia** - Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. Trad. Maria Cecília França. 19ª edição.- Campinas- SP: Papyrus, 2011.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo, no Brasil.** 3. ed. São Paulo, SP: Alfa-Omega, 1976.

LÉDA, Renato Leone Miranda. Formação e reestruturação regional da Bahia contemporânea: discutindo recortes geográficos e suas periodizações. In: FONSECA, A. A. M; BRITO, C; LÉDA, R. L. M. **Dinâmica de reestruturação**

**do espaço local e regional no Estado da Bahia.** – Salvador: JM Grafica e Editora, 2010, p. 17-52.

LIMA SOBRINHO, Barbosa. **Pernambuco e o São Francisco.** Recife: Imprensa Oficial, 1929.

LINS, Wilson. **O médio São Francisco:** uma sociedade de pastores guerreiros. 3 ed. São Paulo: Editora Nacional, 1983.

LODI, J. B. **A entrevista:** teoria e prática. 2ª edição. – São Paulo: Pioneira, 1974.

LOPES, Lucas. **O Vale do São Francisco.** Rio de Janeiro: Ministério da Viação de Obras Públicas, 1955

LOURENÇO, Luis Augusto Bustamante. **Das fronteiras do Império ao coração da República:** o território do Triângulo Mineiro na transição para formação socioespacial capitalista na segunda metade do século XIX. São Paulo: USP, 2007 (Tese de doutorado. Programa de Pós Graduação em Geografia Humana. Universidade de São Paulo, 2007).

MANN, Michael. O poder autônomo do Estado: suas origens, mecanismos e resultados. In: HALL, J. A. **Os Estados na História.** Rio de Janeiro: Imago, 1992, p. 163–204.

MARIANI, Romenia. Nós queremos? Aspectos históricos. IN: MORAIS, Claudomir; SANTOS, João Alfredo dos; DEUS, Pedro de ; MARIANI, Romenia. **O Estado do Rio São Francisco.** De Dom Pedro I a Marlan Rocha. Barreiras-BA: Editora Specj e Santos LTDA, 2011

MARTIN, André Roberto. **Fronteiras e Nações.** São Paulo: Contexto, 1992.

\_\_\_\_\_. **As fronteiras internas e a “questão regional” do Brasil.** São Paulo, USP, 1993 (Tese de doutorado).

MARTINS, Herbert Toledo. **A Fragmentação do território nacional:** a criação de novos estados no Brasil. Rio de Janeiro, 2003, (Tese de doutorado em Sociologia e Antropologia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2003).

\_\_\_\_\_. A Fragmentação do Território Brasileiro: a criação de novos estados no Brasil. **CADERNO CRH**, Salvador, n. 35, p. 263-288, jul./dez. 2001. Disponível em: <<http://www.cadernocrh.ufba.br/include/getdoc.php?id=918&article=126>>. Acesso em 14 de dezembro de 2013.

\_\_\_\_\_. A retaliação de Pernambuco: o caso da comarca do Rio de São Francisco. **CLIO** - Revista de Pesquisa Histórica. Nº. 28.2, 2010. Disponível em: <<http://www.revista.ufpe.br/revistaclio/index.php/revista/article/view/74>>. Acesso em 14 de dezembro de 2013.

MATTOSO, Katia M. de Queirós. **Bahia, século XIX**: uma província no império. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MÉNDEZ, Ricardo; MOLINERO, Fernando. Geografía y Estado. Introducción a la geografía política. **Cuadernos de estudio 17**. Serie Geografía. Madrid. Editorial Cincel, p. 43- 100, 1992

Menezes, Willian Guedes Martins Defensor. **Globalização e fragmentação**: a agricultura científica em Formosa do Rio Preto – Bahia. 193f. 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Bahia, Instituto de Geociências, 2014.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO (MI). **Sistema de Informações sobre os Projetos Públicos de Irrigação**. 2014. Disponível em: <http://sisppi.mi.gov.br/SISPPI/pages/projeto/localizar/localizarLocalizacaoGeografica.seam>. Acesso em 21 de novembro de 2014.

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES. **Banco de Informações e Mapas de Transportes – BIT 2014**. Disponível em: <http://www2.transportes.gov.br/bit/01-inicial/01-estadual/estados/port/ba.htm> Acesso em 22 de outubro de 2014.

MONDARDO, Marcos Leandro; PEREIRA, Maria Aparecida. de Queiroz. A Bahia não se divide? Conflitos de territorialidades, discursos e reinvenção de identidades em torno da criação do Estado do Rio São Francisco. In: FONSECA, A. A. M da (orgs) **Estado, Território e Dinâmica das fronteiras**: reflexões e novos desafios. Salvador, JM Gráfica e Editora, 2013, p. 267-301.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Notas sobre formação territorial e políticas ambientais no Brasil. **Revista Território**. Rio de Janeiro, ano IV, nº 7, p. 43-50, jul./dez. 1999. Disponível em: <[https://www.revistaterritorio.com.br/pdf/07\\_4\\_moraes.pdf](https://www.revistaterritorio.com.br/pdf/07_4_moraes.pdf) >. Acesso em 17 de julho de 2013.

\_\_\_\_\_. **Geografia, Capitalismo e Meio**. Tese de Livre Docência. São Paulo: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - USP, 2000.

\_\_\_\_\_. Bases da formação territorial do Brasil. In: **Revista Geografares**, Vitória-ES, nº2, p. 105-113, jun 2001. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/geografares/article/view/1145> > . Acesso em 17 de julho de 2013.

\_\_\_\_\_. **Geografia Pequena História Crítica**. 19ª edição. – São Paulo: Annablume, 2003a.

\_\_\_\_\_. O Sertão. Um “outro” geográfico. Terra Brasilis (Nova Série), 4 - 5 ,p. 1-8, 2003b. Disponível em:< <http://terrabrasilis.revues.org/341>> Acesso em 20 de janeiro de 2015.

\_\_\_\_\_. **Território e história no Brasil**. 2ª edição. – São Paulo: Annablume, 2005.

\_\_\_\_\_. A afirmação da territorialidade estatal no Brasil: uma introdução. In: LEMOS, Amalia Inés Geraiges de; SILVEIRA, Maria Laura; ARROYO, Monica. **Questões territoriais na América Latina**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO): São Paulo, Universidade de São Paulo – USP, 2006.

\_\_\_\_\_. **Bases da formação territorial do Brasil**: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI. 2ª edição. – São Paulo: Annablume, 2011a.

\_\_\_\_\_. **Geografia Histórica do Brasil**: capitalismo, território e periferia. São Paulo: Annablume, 2011 b.

\_\_\_\_\_. **Território na geografia de Milton Santos**. São Paulo: Annablume, 2013.

MORAES, Antonio Carlos Robert; COSTA, Wanderley Messias da. **A valorização do espaço**. 2 edição. - São Paulo: HUCITEC, 1987.

MORAIS, Claudomir; SANTOS, João Alfredo dos; DEUS, Pedro de ; MARIANI, Romenia. **O Estado do Rio São Francisco**. De Dom Pedro I a Marlan Rocha. Barreiras- BA: Editora Specj e Santos LTDA, 2011.

NEVES. Erivaldo Fagundes. Propriedade, posse e exploração da terra: domínio fundiário na região oeste da Bahia, século XIX. In: CARIBÉ, C; VALE, R. **Oeste da Bahia**: trilhando velhos e novos caminhos do além São Francisco. Feira de Santana:UEFS Editora, p.31-96, 2012.

NONATO, Rita de Cassia. **Crise da Federação e Federalismo Corporativo**: propostas para criação de novos Estados no *front* agrícola brasileiro. Campinas-SP: Universidade Estadual de Campinas, 2005 (Dissertação de mestrado em Geografia. Instituto de Geociências. Universidade Estadual de Campinas, 2005).

OLIVEIRA, Francisco de. **O elo perdido**: classe e identidade de classe.-São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

\_\_\_\_\_. A crise da federação: da oligarquia à globalização. AFFONSO, Rui de Brito Alvares; SILVA, Pedro Luiz Barros. **A Federação em perspectiva**: ensaios selecionados. – São Paulo: FUNDAP, 1995, p. 77-90.

OLIVEIRA, Waldir Freitas. **História de um banco**: o banco Econômico. – Salvador: Museu Eugênio Teixeira Leal/ Memorial do Banco, 1993.

PANG. Eul-Soo. **Coronelismo e oligarquias 1889-1934**. A Bahia na Primeira República Brasileira. Trad. Vera Teixeira Soares. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

PAULA, Dilma Andrade de. A Comissão do Vale do São Francisco: Planejamento e Política Pública nas décadas de 1940-1950. **VI Simpósio**

**Nacional Estado e Poder Cultura:** Universidade Federal de Sergipe, Campus São Cristovão, Out, 2010. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/estadoepoder/files/UFS2010Dilma.pdf>> Acesso: 25 mai 2014.

PORTELLI, Hugues Portelli. **Gramsci e o bloco histórico.** Trad. Angelina Peralva. 4 edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PERISSINOTTO, Renato. M. **Classes dominantes e hegemonia na República Velha.** Campinas-SP: UNICAMP, 1994.

PINHEIRO, Israel de Oliveira. A política na Bahia: atraso e personalismos. **Revista Ideação**, Feira de Santana- BA, n.4, p.49-78, jul./dez. 1999. Disponível em <<http://www.uefs.br/nef/israel4.pdf>> Acesso 10 de julho de 2014.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo:** Colônia. São Paulo: Brasiliense, 2000.

PROJETO GEOGRAFAR. **Inventário Socioambiental de Barragens no Estado da Bahia.** 2012. Disponível em <http://www.geografar.ufba.br/> Acesso em 10 de junho de

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** Trad. Maria Cecilia França. São Paulo: Ática, 1993.

ROCHA, Geraldo. **O Rio São Francisco.** Fator Propício da Existência do Brasil. 4 ed. – São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2004.

RUCKERT, Aldomar Arnaldo. Políticas Territoriais, ciência e tecnologia e a ação de atores locais e regionais. O Pólo de Modernização tecnológica da Serra- Rio Grande do Sul- Brasil. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, ano , n. 11, jan/jun 2004, p. 148-183.

\_\_\_\_\_. A Política Nacional de Ordenamento Territorial BRASIL: Uma política territorial contemporânea em construção. In: **IX Colóquio Internacional de Geocrítica.** Porto Alegre (RS), 28 de maio a 1 de junho de 2007.

\_\_\_\_\_. Uso do Território e Políticas Territoriais Contemporâneas: alguns cenários no Brasil, União Europeia e Mercosul. **Revista de Geopolítica.** Ponta Grossa (PR), v.1, n.1, p. 17-32, jan/jun, 2010.

SACK, Robert David. O significado da territorialidade. In: DIAS, L. C; FERRARI, M. **Territorialidades Humanas e Redes Sociais.** 2 ed. Florianópolis: Insular, , p. 63-89, 2013.

SAMPAIO, Consuelo Novais. **Os partidos políticos da Bahia na Primeira República:** uma política de acomodação. 2. ed. Salvador, BA: EDUFBA, 1999.

SAMPAIO, Marcos Guedes Vaz. **Uma contribuição a história dos transportes no Brasil:** a Companhia Bahiana de Navegação a vapor(1839-



1894). São Paulo, 2006. 341,p. (Tese Doutorado em História. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2006).

SÁNCHEZ, Joan-Eugeni. **Geografía Política**. Madrid: Síntesis,1992.

SANGUIN, Andre-Louis. **Geografía Política**. Oikos-Tau, S.A. Ediciones, 1981.

SANTANA, Carlos Henrique Vieira. **Intelectuais, Planejamento e Clientelismo**. Salvador: Contexto e Arte Editorial, 2002.

SANTOS, A. G. Q; PESSOTI, G. C; FREITAS, U. R. P. Análise da estimação do gasto de funcionamento do novo Estado do São Francisco. IN: **Publicações SEI**, Textos para Discussão, Salvador, nº 4, set, 201. Disponível : em <[http://www.sei.ba.gov.br/images/publicacoes/download/textos\\_discussao/texto\\_discussao\\_04.pdf](http://www.sei.ba.gov.br/images/publicacoes/download/textos_discussao/texto_discussao_04.pdf)>. Acesso em 05 de julho de 2013.

SANTOS, Clovis Caribé de Matos. **Impactos da Modernização da Agricultura no Oeste Baiano**: repercussão no espaço do cerrado a partir da década de 80. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2000. (Dissertação de mestrado).

\_\_\_\_\_. **Oeste da Bahia**: modernização com (des)articulação econômica e social de uma região. 241fls. 2007. (Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal da Bahia, 2007).

\_\_\_\_\_. Ocupação econômica, formação social e modernização agrícola. In: NEVES, E. F. **Sertões da Bahia**. Formação social, desenvolvimento econômico, evolução política e diversidade cultural. Salvador: Editora Arcádia, 2011, p. 283-313.

SANTOS, Milton. Sociedade e Espaço: Formação Espacial como Teoria e como Método. **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo, n. 54, jun. 1977, p. 81-99.

\_\_\_\_\_.O retorno do território. in: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia Aparecida; SILVEIRA, Maria Laura (org.) **Território**: Globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1994, p.15-20.

\_\_\_\_\_.O tempo (os eventos) e o espaço. In: SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**. – São Paulo: HUCITEC, 1996.

\_\_\_\_\_. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

\_\_\_\_\_.**A Natureza do Espaço**. 4ª edição – São Paulo: EdUSP 2008.

SANTOS. Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: Território e sociedade no século XXI. 11ed. São Paulo: Editora Record, 2001.

SANTOS FILHO, Milton. **O processo de urbanização no Oeste Baiano**. Recife: Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), 1989

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão popular, 2007.

\_\_\_\_\_. As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade. **Geosul**, Florianópolis, v. 22, n. 43, p 55-76, jan./jun. 2007 Disponível em < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/12646>> Acesso em 12 de fevereiro de 2015.

SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DA BAHIA – SEFAZ. **Inspetorias Fazendárias 2014**. Disponível em:< <http://www.sefaz.ba.gov.br/>> Acesso em 22 de outubro de 2014.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA- SEC. **Diretorias Regionais de Educação 2014**. Disponível em: <http://institucional.educacao.ba.gov.br/direc25> Acesso em 22 de Outubro de 2014.

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Era uma vez o Oeste**. A modernização da fronteira agrícola na Bahia (1988). Carta da CPE Nº2. Salvador, 1988.

SECRETARIA DE SAUDE DO ESTADO DA BAHIA - SESAB. **Diretoria Regional De Saúde- DIRES 2014**. Disponível em: [http://www.saude.ba.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=458:dires&catid=8:estruturadeatendimento&Itemid=49](http://www.saude.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=458:dires&catid=8:estruturadeatendimento&Itemid=49) . Acesso em 22 de outubro de 2014.

SILVA, Ana Regina Ferreira da. **Perspectivas das Políticas Territoriais na faixa de fronteira internacional da Amazônia oriental brasileira**: estados do Pará e do Amapá. Universidade Federal do Pará. 2011. 190.f. (Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará,

SILVA, Sylvio Bandeira de Mello. Elaboração de Programa de Desenvolvimento de uma “Região Nova”: O caso do Oeste da Bahia – Brasil. **Geografia**, Rio Claro, v. 14, n. 27, p. 77-96 abr. 1989.

SILVA, Sylvio Bandeira de Mello; LEÃO, Sônia de Oliveira Leão; SILVA, Barbara – Christine Nentwing. **Urbanização e metropolização no Estado da Bahia**: evolução e dinâmica. Salvador: Centro Editorial e didático UFBA, 1989.

SPINOLA, Noelio Dantaslé. O PLANDEB. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, BA, Ano XI, Nº 20, Julho de 2009.

SOJA, Edward. **Geografias pós-modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Trad. Vera Ribeiro- Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

SOUZA, Augusto Fausto de. **Estudo sobre a Divisão Territorial do Brasil**. 2 edição. Brasília: Fundação Projeto Rondon, 1988.

SOUZA, Candice Vidal e. Fronteira no pensamento social brasileiro: o sertão nacionalizado. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 1, n.1, p. 55-61, 1998.

SOUZA, C. Federalismo, Descentralização e Desigualdades Regionais no Brasil. In: **Anais** do XXII Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs). Caxambu-MG, 27-31 de out. de 1998.

SOUZA. Éder Júnior Cruz de. **Políticas Territoriais do Estado da Bahia**: regionalização e planejamento. Salvador: UFBA, 2008. (Dissertação de Mestrado em Geografia. Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, 2008).

SOUZA, Marcelo Lopes de. A expulsão do paraíso: o paradigma da complexidade e o desenvolvimento sócio-espacial. In: CASTRO, I. E de; GOMES, P. C da C.; CORRÊA, R. L. **Brasil**: Questões atuais da reorganização do Território. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

\_\_\_\_\_. O território sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E de; GOMES, P. C da C.; CORRÊA, R. L. **Geografia**: conceitos e temas. 13 ed.- Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

SOUZA, Maria Mercedes Lopes de. **Jose Marcelino de Souza e sua obra administrativa no São Francisco**. Rio de Janeiro: Editora A Noite, 1955.

SUPERINTENDENCIA DE ESTUDOS ECONOMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. SEI. **Histórico da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia**. Sem data. Disponível: [http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=93&Itemid](http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=93&Itemid). Acesso em 11 de Junho de 2014.

\_\_\_\_\_. **Estatísticas dos Municípios Baianos**. Território de Identidade nº02. Velho Chico – Salvador: SEI, v4, n.1. 2012a.

\_\_\_\_\_. **Estatísticas dos Municípios Baianos**. Território de Identidade nº 10 Sertão do São Francisco – Salvador: SEI, v4, n.1. 2012b.

\_\_\_\_\_. **Estatísticas dos Municípios Baianos**. Território de Identidade nº 11 Bacia do Rio Grande – Salvador: SEI, v4, n.1. 2012c.

\_\_\_\_\_. **Estatísticas dos Municípios Baianos**. Território de Identidade nº 23 Bacia do Rio Corrente – Salvador: SEI, v4, n.1. 2012d.

TAVARES, Luís Henrique Dias. A Economia da Província da Bahia na 2ª metade do século XIX. **Universitas**, Salvador, n.29 , p.31-40, jan./abr.1982

TAYLOR, Peter. **Geografía Política**. Economía-mundo, Estado-nación y localidad. Madrid: Trama Editorial, 1994.

TRIGAL, Lorenzo López; POZO, Maria Paz Benito del. **Geografia Política**. Madrid: Edições Cátedra, 1999.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB. **Departamento de Ciências Humanas (DCH) do Campus IX**. 2014. Disponível em: <<http://www.uneb.br/barreiras/dch/sobre/>> Acesso em 01 de Dezembro de 2104.

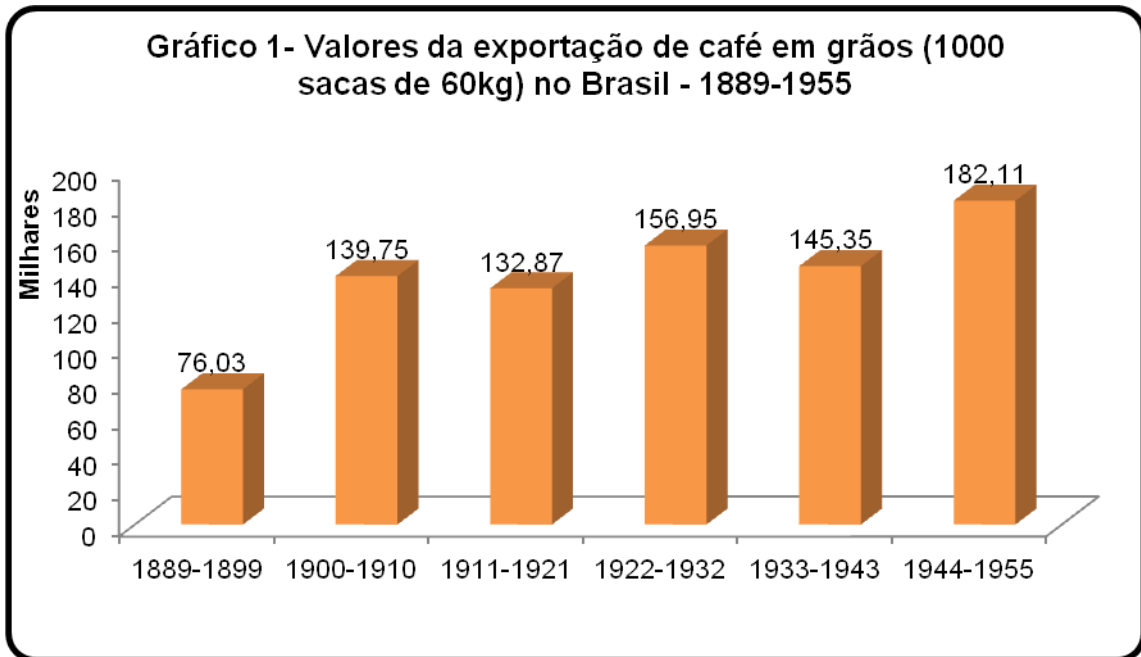
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA – UFOB. **História da universidade 2014**. Disponível em: < <http://www.ufob.edu.br/1/2013-09-13-15-32-00.html>> Acesso em 01 de Dezembro de 2104.

VASCONCELOS, Pedro Almeida. Questões metodológicas na geografia urbana histórica. **Revista GeoTextos**, v. 5, n. 2, dez 2009, p. 147-157. Disponível em: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/geotextos/article/viewArticle/3791> Acesso em 23 de junho de 2013.

VILLELA, Annibal Villanova; SUZIGAN, Wilson. **Política do governo e crescimento da economia brasileira 1889-1945**. 2 edição. Rio de Janeiro: Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA)/ Instituto de Pesquisa (INPES), 1975.

# **ANEXOS**

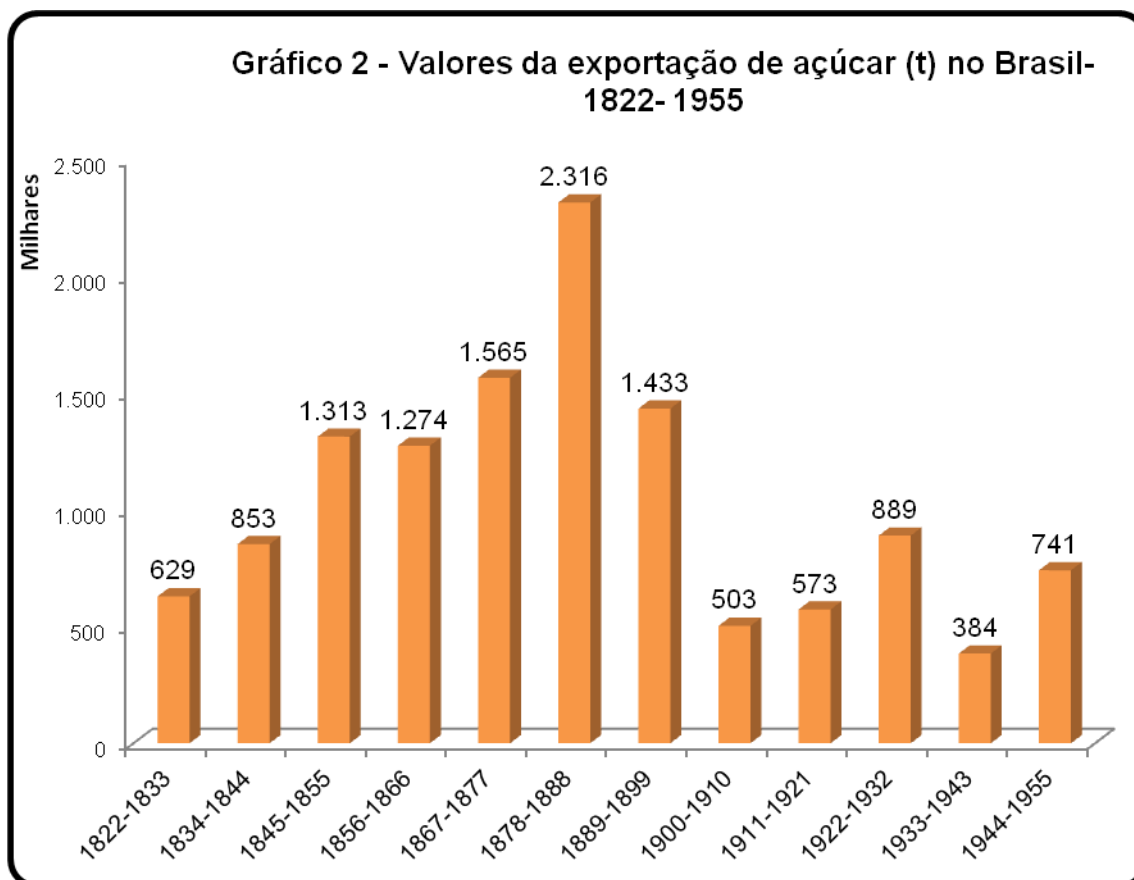
**Anexo 1:**



Fonte: IBGE, 1990

Elaboração: Maria Aparecida Brito Oliveira.

## Anexo 2:



Fonte: IBGE, 1990

Elaboração: Maria Aparecida Brito Oliveira.

### Anexo 3:

Ano de emancipação e distância até a capital Salvador de municípios do oeste baiano.

Municípios	LEI DE CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO (ANO)	DISTÂNCIA ATÉ A CAPITAL (Km)
Angical	1890	887
Baianópolis	1962	806
Barra	1752	673
Barreiras	1891	861
Brejolândia	1962	758
Buritirama	1985	867
Campo Alegre de Lourdes	1962	822
Canápolis	1962	810
Carinhanha	1832	871
Casa Nova	1879	571
Catolândia	1962	893
Cocos	1958	970
Coribe	1958	927
Correntina	1866	914
Cotegipe	1820	815
Cristópolis	1962	791
Feira da Mata	1989	964
Formosa do Rio Preto	1961	1.014
Jaborandi	1985	907
Luís Eduardo Magalhães	2000	947
Mansidão	1985	1.110
Muquém do São Francisco	1989	710
Pilão Arcado	1810	781
Remanso	1857	710
Riachão das Neves	1962	915
Santa Maria da Vitória	1890	860
Santa Rita de Cássia	1850	900
Santana	1890	824
São Desidério	1962	887
São Félix do Coribe	1989	862
Serra do Ramalho	1989	830
Serra Dourada	1962	793
Sítio do Mato	1989	785
Tabocas do Brejo Velho	1962	784
Wanderley	1985	776

Fonte: SEI (2012a; 2012b; 2012c e 2012d.)

Elaboração: Maria Aparecida Brito Oliveira.



**Anexo 4:**

PIB Municipal  
Valor Adicionado, PIB e PIB Per Capita a Preços Correntes,  
Bahia – 2012

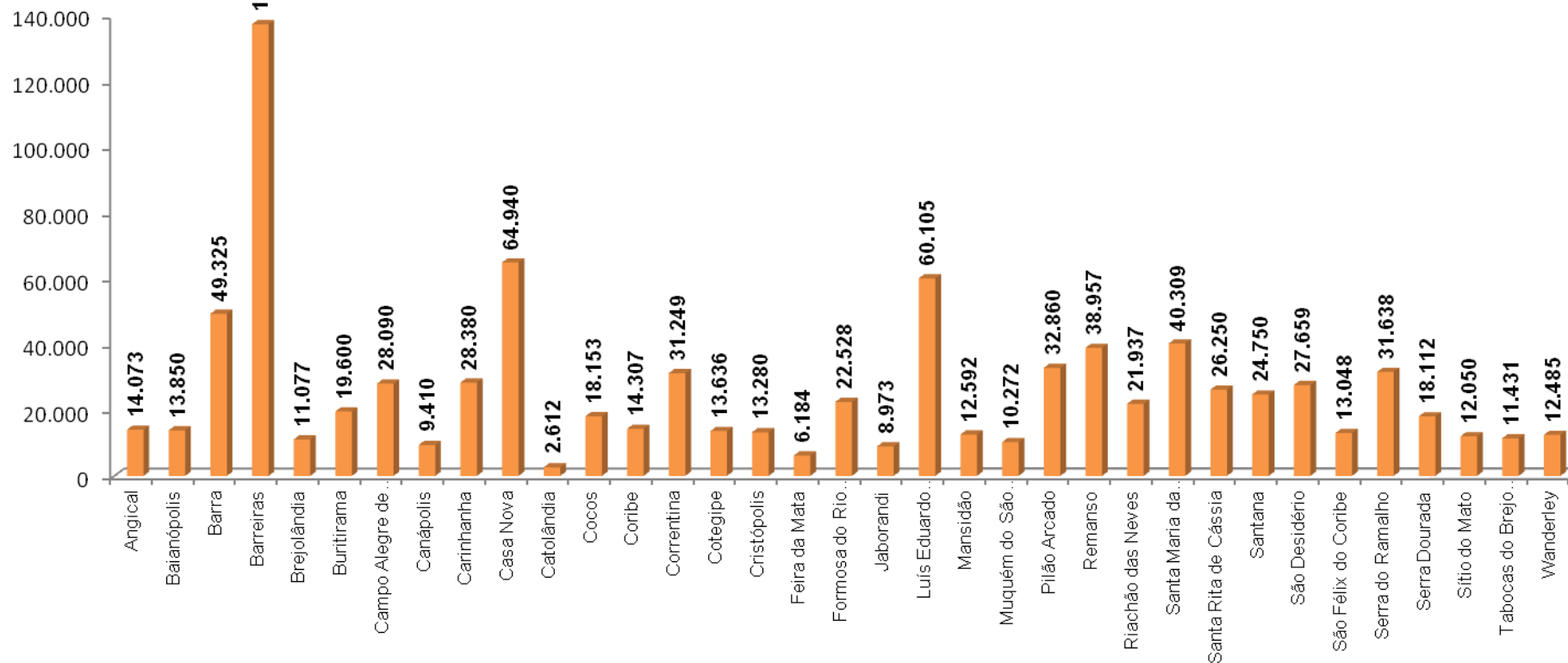
Municípios	Valor Adicionado (R\$ milhões)			Valor Adicionado APU (R\$ milhões)	Impostos Sobre Produtos (R\$ milhões)	PIB (R\$ milhões)	PIB Per Capita (R\$1,00)
	Agropecuária	Indústria	Serviços (1)				
Bahia	10.661,09	37.004,04	97.567,40	27.301,19	22.494,85	167.727,38	11.832,33
1 Angical	17,90	8,01	52,33	29,65	2,36	80,61	5.760,87
2 Baianópolis	26,19	6,98	49,33	27,08	2,87	85,38	6.361,95
3 Barra	9,51	27,27	173,42	101,42	8,83	219,02	4.368,73
4 Barreiras	499,95	379,59	1.328,50	275,28	235,58	2.443,62	17.320,66
5 Brejolândia	13,30	5,25	34,99	21,02	1,49	55,03	4.892,69
6 Buritirama	5,02	9,93	66,47	43,44	2,27	83,68	4.214,88
7 Campo Alegre de Lourdes	12,67	25,58	91,68	52,56	5,84	135,78	4.822,38
8 Canápolis	6,68	4,77	32,58	19,24	1,55	45,58	4.851,78
10 Carinhanha	11,22	15,54	96,19	58,48	4,97	127,92	4.485,49
11 Casa Nova	62,49	63,73	233,42	135,71	22,20	381,83	5.756,48
12 Catolândia	2,44	2,63	20,86	8,21	2,76	28,70	8.926,34
13 Cocos	121,63	14,28	88,33	40,89	6,21	230,44	12.637,06
14 Coribe	20,72	9,43	51,70	28,94	2,83	84,69	5.959,77
15 Correntina	262,01	52,46	326,59	45,07	64,45	705,52	22.470,80
16 Cotegipe	18,70	7,57	48,73	29,46	2,64	77,64	5.702,71
17 Cristópolis	8,92	7,26	46,65	28,85	2,11	64,94	4.856,06

18	Feira da Mata	12,48	3,31	25,17	13,02	1,80	42,75	6.921,42
19	Formosa do Rio Preto	604,14	22,12	286,09	60,31	39,23	951,58	41.071,43
20	Jaborandi	167,75	13,51	59,47	19,48	7,60	248,32	28.451,24
21	Luís Eduardo Magalhães	345,30	780,14	1.852,94	141,99	582,25	3.560,63	53.647,42
22	Mansidão	3,80	5,91	38,64	25,09	1,34	49,69	3.894,20
23	Pilão Arcado	15,76	16,36	105,23	70,45	4,38	141,72	4.271,80
24	Remanso	18,02	22,00	149,65	81,43	8,63	198,31	5.037,79
25	Riachão das Neves	247,44	22,67	159,91	44,96	21,27	451,29	20.568,17
26	Santa Maria da Vitória	20,44	35,68	196,82	82,65	19,31	272,25	6.778,23
27	Santa Rita de Cássia	14,10	14,07	92,51	52,11	4,50	125,17	4.696,27
28	Santana	26,68	22,63	97,17	50,02	8,32	154,80	6.195,31
29	São Desidério	1.143,50	75,03	378,93	73,16	54,86	1.652,33	57.132,47
30	São Félix do Coribe	22,29	12,40	59,89	27,39	5,45	100,03	7.553,39
31	Serra do Ramalho	40,84	19,25	114,79	65,54	6,62	181,50	5.757,48
32	Serra Dourada	19,99	12,01	63,62	34,42	3,64	99,27	5.526,51
33	Sítio do Mato	19,63	7,38	39,99	23,32	2,16	69,15	5.686,62
34	Tabocas do Brejo Velho	11,46	5,91	43,41	24,05	2,67	63,45	5.549,94
35	Wanderley	20,56	6,59	45,32	24,08	2,11	74,58	6.035,64

Fonte: SEI (2012a; 2012b; 2012c e 2012d.)  
 Elaboração: Maria Aparecida Brito Oliveira.

## Anexo 5:

### Gráfico 3- População do municípios do oeste baiano- 2010



Fonte: SEI (2012a; 2012b; 2012c e 2012d.)  
Elaboração: Maria Aparecida Brito Oliveira.

## Anexo 6:

Dez maiores e dez menores PIB's Municipais no oeste baiano – 2012

	<b>10 maiores PIB municipais</b>	<b>PIB (milhões R\$)</b>	<b>10 menores PIB municipais</b>	<b>PIB (milhões R\$)</b>
1	Luís Eduardo Magalhães	3.560,63	Wanderley	74,58
2	Barreiras	2.443,62	Muquém de São Francisco	70,79
3	São Desidério	1.652,33	Sítio do Mato	69,15
4	Formosa do Rio Preto	951,58	Cristópolis	64,94
5	Correntina	705,52	Tabocas do Brejo Velho	63,45
6	Riachão das Neves	451,29	Brejolândia	55,03
7	Casa Nova	381,83	Mansidão	49,69
8	Santa Maria da Vitória	272,25	Canápolis	45,58
9	Jaborandi	248,32	Feira da Mata	42,75
10	Cocos	230,44	Catolândia	28,70

Fonte: SEI (2012a; 2012b; 2012c e 2012d.)

Elaboração: Maria Aparecida Brito Oliveira.

## Anexo 7:

Dez maiores e dez menores IDHM no oeste baiano – 2010

	<b>10 maiores IDHM</b>	<b>IDHM</b>	<b>10 menores IDHM</b>	<b>IDHM</b>
1	Barreiras	0,721	Riachão das Neves	0,578
2	Luís Eduardo Magalhães	0,716	Carinhanha	0,576
3	São Félix do Coribe	0,639	Casa nova	0,570
4	Angical	0,625	Buritirama	0,565
5	Formosa do Rio Preto	0,618	Canápolis	0,565
6	Cristópolis	0,614	Sítio do Mato	0,564
7	Santa Maria da Vitória	0,614	Barra	0,557
8	Jaborandi	0,613	Campo Alegre de Lourdes	0,557
9	Santana	0,608	Muquém de São Francisco	0,549
10	Serra Dourada	0,608	Pilão Arcado	0,506

Fonte: ATLAS (2013).

Elaboração: Maria Aparecida Brito Oliveira.

**Anexo 8:**

Valores do IDHM nos municípios do oeste baiano – 2010

Município	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - Dimensão Educação	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - Dimensão Longevidade	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - Dimensão Renda	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
ANGICAL	0,556	0,778	0,564	0,625
BAIANÓPOLIS	0,492	0,763	0,543	0,589
BARRA	0,457	0,750	0,503	0,557
BARREIRAS	0,668	0,807	0,695	0,721
BREJOLÂNDIA	0,523	0,746	0,533	0,592
BURITIRAMA	0,471	0,761	0,504	0,565
CAMPO ALEGRE DE LOURDES	0,430	0,778	0,516	0,557
CANÁPOLIS	0,463	0,732	0,531	0,565
CARINHANHA	0,477	0,763	0,525	0,576
CASA NOVA	0,435	0,736	0,577	0,570
CATOLÂNDIA	0,452	0,786	0,554	0,582
COCOS	0,471	0,805	0,558	0,596
CORIBE	0,491	0,807	0,545	0,600
CORRENTINA	0,481	0,792	0,575	0,603
COTEGIPE	0,504	0,746	0,545	0,590
CRISTÓPOLIS	0,553	0,766	0,546	0,614
FEIRA DA MATA	0,505	0,763	0,527	0,588
FORMOSA DO RIO PRETO	0,536	0,763	0,576	0,618
JABORANDI	0,508	0,791	0,572	0,613
LUÍS EDUARDO MAGALHÃES	0,590	0,826	0,754	0,716
MANSIDÃO	0,568	0,752	0,503	0,599
MUQUÉM DE SÃO FRANCISCO	0,445	0,761	0,488	0,549

PILÃO ARCADE	0,343	0,737	0,514	0,506
REMANSO	0,451	0,757	0,569	0,579
RIACHÃO DAS NEVES	0,471	0,779	0,527	0,578
SANTA MARIA DA VITÓRIA	0,516	0,758	0,592	0,614
SANTANA	0,496	0,776	0,585	0,608
SANTA RITA DE CÁSSIA	0,513	0,766	0,564	0,605
SÃO DESIDÉRIO	0,449	0,742	0,584	0,579
SÃO FÉLIX DO CORIBE	0,555	0,784	0,601	0,639
SERRA DO RAMALHO	0,512	0,775	0,530	0,595
SERRA DOURADA	0,537	0,775	0,539	0,608
SÍTIO DO MATO	0,509	0,774	0,455	0,564
TABOCAS DO BREJO VELHO	0,492	0,764	0,530	0,584
WANDERLEY	0,498	0,764	0,569	0,600

Fonte: ATLAS (2013).

Elaboração: Maria Aparecida Brito Oliveira.